

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf GLAUCO CORBARI CORRÊA

**As operações de amplo espectro e a sua contribuição
para o incremento das ações de combate na Amazônia
brasileira, no contexto de um conflito assimétrico**



Rio de Janeiro

2012

Maj Inf GLAUCO **CORBARI** CORRÊA

**As operações de amplo espectro e a sua contribuição
para o incremento das ações de combate na Amazônia
brasileira, no contexto de um conflito assimétrico**

Dissertação apresentada à Escola de
Comando e Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Inf Mário Flávio de Albuquerque Brayner

Rio de Janeiro
2012

C 824 Corrêa, Glauco Corbari.

As operações de amplo espectro e a sua contribuição para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico. / Glauco Corbari Corrêa. 2012. 237 f., il., color., 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

Bibliografia: f. 193-205.

1. Defesa Nacional. 2. Estudos da Paz e da Guerra. 3. Operações de Amplo Espectro. 4. Conflitos Assimétricos. 5. Amazônia brasileira. I. Título.

CDD 355.43


Maj Inf GLAUCO CORBARI CORRÊA

**As operações de amplo espectro e a sua contribuição
para o incremento das ações de combate na Amazônia
brasileira, no contexto de um conflito assimétrico**

Dissertação apresentada à Escola de
Comando e Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciências Militares.

Aprovado em 11 de outubro de 2012.

BANCA EXAMINADORA


Mário Flávio de Albuquerque Brayner – Ten Cel – Ms. Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército


Gen Div Geraldo Antônio Miotto – Dr. Membro
Comando Militar do Leste


Marcos Souza Pastori – Cel R/1 – Dr. Membro

À minha esposa, Paola, e aos meus filhos, Iago e Erik, a quem dedico este trabalho e a minha eterna gratidão pelo carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que tudo isso fosse possível.

À minha esposa, Paola Madrid Corrêa, pelo incentivo, carinho, amor e pelo apoio imprescindível para a conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, Raul Antunes Corrêa e Nair Corbari Corrêa, exemplos de vida, correção e dedicação integral à família.

Aos meus irmãos, Douglas Corbari Corrêa e Igor Corbari Corrêa, pela amizade, confiança e orientações sempre muito importantes na minha vida.

Ao Tenente-Coronel Mário Flávio de Albuquerque Brayner, pela orientação firme e segura, como também pelo incentivo e pela confiança evidenciada em várias oportunidades. Sua amizade - iniciada nos desafios do Curso de Operações na Selva 97/2 - e sua dedicação se revestiram de capital importância para a realização do trabalho.

Ao Tenente-Coronel Ricardo de Castro Trovizo, pelas orientações iniciais, confiança e esclarecimentos prestados.

Ao General de Exército R/1 Carlos Alberto Pinto Silva, pela atenção dispensada e pelos elucidativos esclarecimentos prestados.

Ao General de Brigada R/1 Luiz Eduardo Rocha Paiva, pela atenção dispensada e pelos elucidativos esclarecimentos prestados.

Ao Professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, pela atenção dispensada e pelos elucidativos esclarecimentos prestados.

Ao Coronel José Benedito Cruz Junior, pela atenção dispensada e pelos elucidativos esclarecimentos prestados.

Ao Tenente-Coronel Alessandro Visacro, pela atenção dispensada na concessão de entrevista e pelos elucidativos esclarecimentos prestados.

Ao Tenente-Coronel Marcos Américo Vieira Pessôa, pela amizade, pela atenção dispensada e pelos elucidativos esclarecimentos prestados.

Ao Tenente-Coronel Régis Rodrigues Nunes, pela amizade e pela atenção dispensada.

Ao Major José Roberto de Vasconcellos Cruz, pela atenção dispensada e pelos elucidativos esclarecimentos prestados.

Aos experientes profissionais que emprestaram o seu tempo e conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Aos combatentes de selva de ontem e de hoje, que dedicaram e dedicam parcela significativa de suas vidas para desenvolver e defender a incólume e brasileira Amazônia.

“Chama-se gênio à capacidade de obter a vitória mudando-se e adaptando-se conforme o inimigo”.
(SUN TZU)

“Aquele que não prevê as coisas longínquas expõe-se a desgraças próximas”. (CONFÚCIO)

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo buscar subsídios que indiquem possíveis contribuições das operações de amplo espectro para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico. O estudo se justifica e se faz relevante, tendo em vista que o século XXI, marcado por antagonismos e incertezas latentes, caminha para se tornar o século dos conflitos irregulares assimétricos, necessitando de soluções eficientes para se contrapor à essa categoria de ameaças. No Brasil, esse quadro se insere de maneira mais específica na região amazônica, que, em razão das suas características, vulnerabilidades, idiosincrasias e ausência e/ou ineficiência do Estado, vislumbra-se como o cenário mais provável de desenvolvimento de um conflito dessa natureza. No caso do Exército Brasileiro, o emprego de tropa em um conflito assimétrico pode se apresentar em duas vertentes: como Força de Resistência (mais fraco) ou como Força Convencional (mais forte), combatendo Forças que empreguem este tipo de ação. Este trabalho se atém, especificamente, ao segundo caso, constatando-se, de imediato, que o Exército Brasileiro não possui a doutrina necessária, tampouco preparação direcionada para a situação apresentada. Por seu turno, os Estados Unidos da América, diante dessas novas ameaças, revisaram e atualizaram seus planejamentos, diretrizes, orientações e documentação doutrinária. Firmou-se no Exército norte-americano o conceito das operações de amplo espectro, a combinação simultânea de operações ofensivas, defensivas, de estabilidade e de apoio à população. Nesse contexto, o presente trabalho busca mostrar o aproveitamento dos conceitos inerentes às operações de amplo espectro utilizados pelo Exército estadunidense e outros exércitos que possuem experiência no conflito irregular, para assegurar o êxito em um quadro de assimetria. Além disso, considera a experiência brasileira no combate a grupos irregulares no passado, bem como o atual emprego da Força no Haiti e na pacificação do Complexo da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, buscando-se os devidos ensinamentos e adaptações para o Teatro de Operações amazônico.

Palavras-chave: Defesa Nacional. Estudos da Paz e da Guerra. Operações de Amplo Espectro. Conflitos Assimétricos. Amazônia Brasileira.

ABSTRACT

The main objective of present work is seek subsidies that indicate possible contributions from a full spectrum operations to increase combat action in the Brazilian Amazon, in the context of an asymmetrical conflict. This study is warrantable and relevant, since the twenty-first century, marked by latent antagonism and uncertainties, can become the century of irregular asymmetric conflict, requiring efficient solutions to fight those kinds of threats. In Brazil, this scenario fits specially in Amazon region, where there is a major probability of the development of a conflict of this nature, considering its characteristics, vulnerabilities, idiosyncrasies, and absence and/or inefficiency of the State. In the case of the Brazilian Army, the use of troops in an asymmetrical conflict may be presented in two ways: as a Resistance Force (weaker) or a Conventional Force (stronger), fighting forces that uses this kind of action. The focus of this work is specifically the second case, noting that the Brazilian Army does not have the necessary doctrine, and it is not directly prepared to the situation presented. Meanwhile, the United States, faced with those new threats, reviewed and updated their plans, policies, guidelines and documentation doctrine. On the other hand, the United States of America, faced with these emergent threats have reviewed and updated their plans, policies, guidelines and doctrine documents. The concept of full spectrum operations has established itself in the U.S. Army, as well as the simultaneous combination of offensive operations, defensive operations, stability and support to the population. In this context, this work aims to demonstrate the use of the concepts inherent in the full spectrum operations used by the U.S. Army and other armies that have experience in irregular conflict, to ensure success in a context of asymmetry. Furthermore, it considers the past Brazilian experience in fighting irregular groups and the current experience of the Army in Haiti, and in the pacification of Penha's and Alemão's Complex, in Rio de Janeiro, collecting lessons and adaptations for the Amazon Theater of Operations.

Keywords: National Defence. Studies on Peace and War. Full Spectrum Operations. Asymmetrical Conflict. Brazilian Amazon.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Quadro de Variáveis	30
Quadro 2	- Quadro comparativo: as quatro gerações da guerra moderna ...	112
Quadro 3	- Quadro explicativo do espectro do conflito	127
Quadro 4	- Respostas às pesquisas de campo do MD, da ESG e do COTER	170
Quadro 5	- Respostas às pesquisas de campo do COp/CMA, da 1ª Bda Inf SI e da 2ª Bda Inf SI	171
Quadro 6	- Respostas às pesquisas de campo dos Oficiais norte- americanos	174

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Enquadramento da temática amazônica	90
Gráfico 2	- Militares que estejam servindo, que tenham servido ou que tenham participado de alguma operação no CMA	160
Gráfico 3	- Militares possuidores do Curso de Operações na Selva	160
Gráfico 4	- Militares que já cursaram ou estejam cursando algum dos Cursos de Altos Estudos Militares da ECEME	161
Gráfico 5	- Propagação de conflitos assimétricos na Amazônia brasileira ...	161
Gráfico 6	- Necessidade de preparo específico do EB	162
Gráfico 7	- Relação entre a evolução de atores nocivos à estabilidade com a ausência do Estado brasileiro na região amazônica	163
Gráfico 8	- Origem de um conflito assimétrico em território amazônico	164
Gráfico 9	- Aproveitamento das experiências adquiridas pelo Exército dos EUA em conflitos assimétricos	165
Gráfico 10	- Aproveitamento das experiências adquiridas pelo Exército colombiano contra as FARC	166
Gráfico 11	- Aproveitamento das experiências adquiridas pelo Exército peruano contra a organização revolucionária Sendero Luminoso	167
Gráfico 12	- Aplicação da doutrina de operações de amplo espectro na conquista do apoio da população	167
Gráfico 13	- Grau de importância atribuído ao desenvolvimento da doutrina das operações de amplo espectro pelo EB	168

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Delimitação da Amazônia brasileira	43
Figura 2	- A floresta se articula com o rio, formando um complexo sistema ecológico	47
Figura 3	- As áreas protegidas da Amazônia Legal	58
Figura 4	- Onde há minério, há TI em RR	60
Figura 5	- Geografia de sangue: nas UC, grileiros trocaram o gado pelo roubo de madeira	72
Figura 6	- Reestruturação dos PEF de acordo com o PAP	95
Figura 7	- Evolução da EBF para o PROFORÇA	96
Figura 8	- Mapa dos Conflitos Armados em 2010	116
Figura 9	- A região do “Bico do Papagaio”	121
Figura 10	- Bases de guerrilha da LCP	125
Figura 11	- O espectro do conflito	126
Figura 12	- Tarefas de estabilidade	130
Figura 13	- Lógica subjacente das operações terrestres unificadas	133
Figura 14	- Soldados norte-americanos protegem a Mesquita Dourada em Samarra	135
Figura 15	- Slides selecionados da apresentação de <i>PowerPoint®</i> criada pelo Capitão Patriquin	139
Figura 16	- Análise Pós-Ação (APA) como parte do treinamento em operações de amplo espectro, em Hohenfels, Alemanha, em 10 de outubro de 2011	140
Figura 17	- Militares canadenses interagindo com a figuração durante o Exercício <i>Maple Resolve</i> , no CMTC, em outubro de 2011	142
Figura 18	- As FA e as operações bélicas assimétricas	176
Figura 19	- Como redefinir a Doutrina, a Organização e os MEM das FA para fazer frente às ameaças que caracterizam a G4G?	177
Figura 20	- Tríade da transformação da Defesa	182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

I GM	Primeira Guerra Mundial
II GM	Segunda Guerra Mundial
4GW	Fourth Generation Warfare (Guerra de Quarta Geração)
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ADP	Army Doctrinal Publication (Publicação Doutrinária do Exército)
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
Ambi Op	Ambiente Operacional
An	Anexo
ANG	Agência Não Governamental
APA	Análise Pós-Ação
Atq	Ataque
B Com	Batalhão de Comunicações
B Log SI	Batalhão Logístico de Selva
Ba Log	Base Logística
BAvEx	Batalhão de Aviação do Exército
Bda Cmb	Brigada de Combate
Bda Inf SI	Brigada de Infantaria de Selva
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
C Btl	Campo de Batalha
C Mil A	Comando Militar de Área
C&T	Ciência e Tecnologia
C ²	Comando e Controle
C4G	Conflito de 4ª Geração
CAC	Centro de Armas Combinadas
CAEM	Curso de Altos Estudos Militares
CAI	Conflitos Armados Internacionais
CANI	Conflitos Armados Não Internacionais

CCEM	Curso de Comando e Estado-Maior
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CF	Constituição Federal
CG	Centro de Gravidade
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CIMIC	Civil-Military Cooperation (Cooperação Civil-Militar)
CMA	Comando Militar da Amazônia
Cmb	Combate
Cmb Rst	Combate de Resistência
Cmdo	Comando
CMO	Civil-Military Operation (Operação Civil-Militar)
Cmt Ex	Comandante do Exército
CMTC	Canadian Manoeuvre Training Centre (Centro de Treinamento de Manobra Canadense)
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COBRA	Programa Combatente Brasileiro
COOMIGASP	Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada
COp	Centro de Operações
COS	Curso de Operações na Selva
COTER	Comando de Operações Terrestres
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CTTEP	Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DE	Divisão de Exército
DECEX	Departamento de Educação e Cultura do Exército
Def	Defensiva
DIH	Direito Internacional Humanitário
Div Inf	Divisão de Infantaria

DSCA	Defense Support of Civil Authorities (Apoio de Defesa às Autoridades Civis)
DST	Doença Sexualmente Transmissível
E Mi D	Estratégia Militar de Defesa
EB	Exército Brasileiro
EBF	Estratégia Braço Forte
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
Eng	Engenharia
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	Escola Superior de Guerra
Estrt M	Estratégia Militar
EUA	Estados Unidos da América
F Adv	Força Adversa
F Ae	Força Aérea
F Irreg	Força Irregular
F Pac	Força de Pacificação
F Ter	Força Terrestre
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FDI	Forças de Defesa de Israel
FM	Field Manual (Manual de Campanha)
FNSP	Força Nacional de Segurança Pública
FOGUERA	Força de Guerrilha do Araguaia
Fron	Fronteira
FS	Força Singular
FSI	Forças de Segurança do Iraque
FSTE	Full Spectrum Training Environment (Ambiente de Treinamento em Amplo Espectro)
FT	Força-Tarefa
FUNAI	Fundação Nacional do Índio

G Ciber	Guerra Cibernética
G Cmdo	Grande Comando
G Irreg	Guerra Irregular
G Psc	Guerra Psicológica
G4G	Guerra de 4ª Geração
Gen Bda	General de Brigada
Gen Ex	General de Exército
GPS	Global Position System (Sistema de Posicionamento Global)
GU	Grande Unidade
GVA	Garantia da Votação e Apuração
HE	Hipótese de Emprego
IA	Iniciativa Amazônica
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IIQ	Instrução Individual de Qualificação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inf	Infantaria
Ini	Inimigo
Intlg	Inteligência
IP	Instruções Provisórias
Irreg	Irregular
IW	Irregular Warfare (Guerra Irregular)
JMTC	Joint Multinational Training Command (Comando de Treinamento Multinacional Conjunto)
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LC	Lei Complementar
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
Loc	Localidade
Log	Logística
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
Maj	Major
Man	Manobra
MB	Marinha do Brasil
MCC	Movimento Camponês Corumbiara

MCO	Major Combat Operations (Grandes Operações de Combate)
MD	Ministério da Defesa
MEM	Material de Emprego Militar
MLT	Movimentos de Luta pela Terra
MNR	Movimento Nacional Revolucionário
MOPCOC	Movimentos ou Organizações que possam comprometer a Ordem Constitucional
N	Norte
N Pa Flu	Navio Patrulha Fluvial
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCA	Observador, Controlador e Avaliador
ODS	Órgão de Direção Setorial
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OM	Organização Militar
OMDS	Organização Militar Diretamente Subordinada
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operação
Op GLO	Operações de Garantia da Lei e da Ordem
Op Ofs	Operações Ofensivas
Opi Pub	Opinião Pública
Org Crim	Organização Criminosa
OSP	Órgão de Segurança Pública
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
P Cmb	Poder de Combate
PAC	Posto Avançado de Combate
PAP	Programa Amazônia Protegida
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCN	Programa Calha Norte
PDAIM	Plano de Desenvolvimento de Aeródromos de Interesse Militar

PDN	Política de Defesa Nacional
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PEREx	Plano Estratégico de Reestruturação do Exército
PF	Polícia Federal
PIM	Programa de Instrução Militar
PM	Polícia Militar
PMD	Política Militar de Defesa
PMT	Política Militar Terrestre
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Programa Padrão
PROFORÇA	Projeto de Força do Exército Brasileiro
PSC	Projeto Soldado Cidadão
Pub A	Público Alvo
QEMA	Quadro de Estado-Maior da Ativa
QI	Questão Indígena
R/1	Reserva Remunerada
RH	Recursos Humanos
RM	Região Militar
S	Sul
SE	Sudeste
SIMEB	Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIPLEx	Sistema de Planejamento Estratégico do Exército
SISCEAB	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
STF	Supremo Tribunal Federal
SW	Sudoeste
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TI	Terra Indígena
TIRSS	Terra Indígena Raposa Serra do Sol

TO	Teatro de Operações
TPI	Tribunal Penal Internacional
TTP	Técnicas, Táticas e Procedimentos
UC	Unidade de Conservação
UHE	Usina Hidrelétrica
UNE	União Nacional dos Estudantes
URA	Umidade Relativa do Ar
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VA	Via de Acesso
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
VT	Vetor de Transformação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
1.1	TEMA	25
1.2	PROBLEMA	26
1.2.1	Justificativas	27
1.2.2	Contribuições	28
1.3	OBJETIVOS	29
1.4	HIPÓTESES	29
1.5	VARIÁVEIS	30
2	REFERENCIAL METODOLÓGICO	31
2.1	POPULAÇÃO – ALVO DA PESQUISA	33
3	CONJUNTURA MUNDIAL	35
4	CENÁRIO AMAZÔNICO ATUAL	42
4.1	AMBIENTE OPERACIONAL	42
4.1.1	Generalidades	42
4.1.2	Caracterização da Área	42
4.1.3	Aspectos Fisiográficos	44
4.1.3.1	Hidrografia	44
4.1.3.2	Vegetação	44
4.1.3.3	Relevo	45
4.1.3.4	Geologia	45
4.1.3.5	Clima	46
4.1.4	Aspectos Psicossociais	47
4.1.5	Aspectos Políticos	48
4.1.6	Aspectos Econômicos	50
4.2	POSSÍVEIS AMEAÇAS	52
4.2.1	Questões indígenas	57
4.2.2	Questões fundiárias	61
4.2.3	Garimpeiros	65
4.2.4	Madeireiros	68
4.2.5	Organizações criminosas, narcotráfico e narcoguerrilha	72

4.2.6	Organizações não governamentais	76
4.2.7	Quilombolas	79
4.2.8	Outras ameaças	81
4.3	PRESENÇA DO ESTADO	85
4.4	PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS	91
5	CONFLITOS ASSIMÉTRICOS	100
5.1	GENERALIDADES	100
5.2	GUERRAS OU CONFLITOS ASSIMÉTRICOS	101
5.3	GUERRA DE QUARTA GERAÇÃO	110
5.4	PROPAGAÇÃO DE CONFLITOS ASSIMÉTRICOS NO MUNDO	115
5.5	PROPAGAÇÃO DE CONFLITOS ASSIMÉTRICOS NO BRASIL	117
5.6	PROPAGAÇÃO DE CONFLITOS ASSIMÉTRICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	120
6	OPERAÇÕES DE AMPLO ESPECTRO	126
6.1	AS OPERAÇÕES DE AMPLO ESPECTRO NO MUNDO	126
6.2	AS OPERAÇÕES DE AMPLO ESPECTRO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA	142
7	PEQUENA REFLEXÃO SOBRE OS ASPECTOS JURÍDICOS NOS CONFLITOS ASSIMÉTRICOS	149
7.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONFLITOS ASSIMÉTRICOS E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	149
7.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMPARO LEGAL PARA A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NOS CASOS DE DISTÚRBIOS E TENSÕES INTERNAS E DE CONFLITOS ARMADOS NÃO INTERNACIONAIS	153
8	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	158
8.1	GENERALIDADES	158
8.2	PRIMEIRA PARTE DOS RESULTADOS	159
8.2.1	Militares possuidores do Curso de Operações na Selva, que estejam servindo, que tenham servido ou que tenham participado de alguma operação no CMA	159
8.2.2	Ministério da Defesa, Escola Superior de Guerra, Estado-Maior do Exército e Comando de Operações Terrestres	169

8.2.3	8ª RM/8ª DE, COp/CMA e brigadas de infantaria de selva	171
8.2.4	Centro de Instrução de Guerra na Selva	173
8.2.5	Oficiais dos Estados Unidos da América que estejam cursando a ECEME ou que se encontram na função de instrutor	173
8.3	SEGUNDA PARTE DOS RESULTADOS	175
8.4	CONCLUSÃO PARCIAL	187
9	CONCLUSÃO	188
	REFERÊNCIAS	193
	GLOSSÁRIO	206
	APÊNDICE A – Questionário destinado a militares possuidores do curso de operações na selva, que estejam servindo, que tenham servido ou que tenham participado de alguma operação no CMA	210
	APÊNDICE B – Questionário destinado ao MD, à ESG, ao EME e ao COTER	216
	APÊNDICE C – Questionário destinado à 8ª RM/8ª DE, ao COp/CMA e às brigadas de infantaria de selva	220
	APÊNDICE D – Questionário destinado ao CIGS	224
	APÊNDICE E – Questionário destinado aos Oficiais dos Estados Unidos da América que estejam cursando a ECEME ou que se encontram na função de instrutor	228
	APÊNDICE F – Questionário destinado ao General de Exército R/1 Pinto Silva, ao General de Brigada R/1 Rocha Paiva e ao Tenente-Coronel de Infantaria Alessandro Visacro	231
	APÊNDICE G – Questionário destinado ao Major de Infantaria Cruz ..	234

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história das guerras da humanidade, o homem vem criando meios de vencê-las com maior rapidez e com menor número de baixas.

A afirmativa acima tem íntima ligação com o novo cenário de guerra que se descortina com maior ímpeto no século XXI: os chamados conflitos assimétricos ou conflitos de 4ª geração (C4G).

Mendes (2003, p. 46) assim define guerra assimétrica:

[...] aquela que é empreendida no interior de um Estado, por Forças que se lhe opõem e que, sendo muito menores em efetivos e em meios militares, acabam normalmente por conseguir, a mais longo ou mais curto prazo, e por recurso a um conjunto de capacidades próprias – culturais e materiais, ou circunstanciais - obter a vitória.

De forma análoga, o Ministério da Defesa (MD), por intermédio do Glossário das Forças Armadas (FA), Manual MD 35-G-01 (2007b, p. 123), define guerra assimétrica como:

Conflito caracterizado pelo emprego de meios não convencionais contra o oponente, normalmente pela parte que se encontra muito inferiorizada em meios de combate. 2. Conflito armado que contrapõe dois poderes militares que guardam entre si marcantes diferenças de capacidades e possibilidades. Trata-se de enfrentamento entre um determinado partido e outro com esmagadora superioridade de poder militar sobre o primeiro. Neste caso, normalmente o partido mais fraco adota majoritariamente técnicas, táticas e procedimentos típicos da guerra irregular.

Pinheiro (2007) apresenta a evolução dos conflitos armados, a partir do século XVII, em quatro fases distintas: a “1ª geração”, a partir de 1648 com a “Paz de Westphalia”, com emprego preponderante do princípio da massa; a “2ª geração” caracteriza-se pelo emprego intensivo do fogo, culminando com a Primeira Guerra Mundial (I GM); a “3ª geração” foi marcada pela manobra (Man), largamente empregada pela *blitzkrieg* alemã durante a Segunda Guerra Mundial (II GM); e a “4ª geração” surge tirando vantagem de mudanças sociais, econômicas e tecnológicas que se fazem presentes desde a II GM.

Os principais atores dos cenários de “1ª, 2ª e 3ª gerações” eram, preponderantemente, estados nacionais. Por outro lado, nos C4G ou assimétricos aparecem novos atores junto aos estados nacionais, organizações não estatais armadas e forças irregulares (F Irreg) com diferentes características: anarquistas,

separatistas, extremistas étnicos, políticos e religiosos, crime organizado, dentre outras.

Segundo Pinheiro (2007, p. 18, grifo nosso):

Na própria América Latina, o Conflito de 4ª Geração se fez presente num grande número de países que vivenciou trágicas experiências revolucionárias de motivação predominantemente marxistaleninista. Os Montoneros na Argentina, os Tupamaros no Uruguai, o Sendero Luminoso no Peru, e a guerra civil na Colômbia são alguns marcantes exemplos. **Nem mesmo o Brasil, País em que a luta armada motivada pelo radicalismo ideológico jamais recebeu o apoio da população, escapou dessa confrontação.**

Segundo Visacro (2009a, p. 2-3), desde o fim da II GM, em 1945, ocorreram mais de oitenta guerras de natureza assimétrica. Acrescenta, ainda, que, durante a década de 1990, noventa e seis por cento dos conflitos foram assimétricos. Outro dado importante levantado pelo autor é que, somente no biênio 1999-2000, foram registrados aproximadamente cinquenta incidentes possíveis de serem classificados como “ações de guerra não convencional”, ou seja, assimétricas. Sugere-se, assim, a constatação de que grupos insurgentes, organizações terroristas e facções armadas romperam o pretense monopólio estatal sobre a guerra, vindo a protagonizar os principais conflitos da atualidade e adotando práticas qualificadas como “irregulares” (Irreg).

A atualidade e a importância do assunto também são comprovadas na reportagem da revista VEJA, de 6 de abril de 2011, que apresenta a infiltração terrorista islâmica em território brasileiro. Coutinho (2011, p. 96, grifo nosso) afirma o que se segue:

Embora seja autora das investigações descritas nesta reportagem, a Polícia Federal assume um comportamento ambíguo ao comentar as descobertas de seu pessoal. A instituição esquivava-se, afirmando que “não rotula pessoas ou grupos que, de alguma forma, possam agir com inspiração terrorista”. Esse discurso dúbio e incoerente não apenas facilita o **enraizamento das organizações extremistas no Brasil** como cria **grandes riscos para o futuro imediato**. As cartilhas terroristas recomendam aos militantes que desfiram atentados em ocasiões em que suas ações ganhem visibilidade. O temor de policiais federais e procuradores ouvidos por VEJA é que eles vejam essas oportunidades na Copa de 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

No caso do Brasil - em razão da crescente propagação de problemas ligados a invasões de terras, garimpo ilegal, tráfico de drogas, bem como às questões relacionadas à demarcação de terras indígenas (TI) e à concessão de terras a quilombolas, entre outras - o território amazônico tem se caracterizado numa das

áreas mais propícias ao desenvolvimento de conflitos assimétricos. Nessa região, os grandes vazios demográficos e a ausência ou ineficiência do Estado contribuem para que ela se torne um celeiro de conflitos internos. Uma das diretrizes presentes na Estratégia Nacional de Defesa (END) diz respeito à priorização dessa região do território nacional. Segundo a END (2008b), a Amazônia se constitui num dos principais focos de defesa, exigindo avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passando pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

A END (2008b, grifo nosso) ainda salienta que o país “não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira”. Defende a tese de que na Força Terrestre (F Ter) as forças convencionais cultivem alguns predicados atribuídos a forças não convencionais, destacando que somente FA com tais predicados estarão aptas para operar no **amplíssimo espectro de circunstâncias que o futuro poderá trazer**.

A END (2008b, grifo nosso) afirma que:

O desenvolvimento sustentável da região amazônica passará a ser visto, também, como instrumento da defesa nacional: só ele pode consolidar as condições para assegurar a soberania nacional sobre aquela região. Dentro dos planos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, caberá papel primordial à **regularização fundiária**. Para defender a Amazônia, será preciso tirá-la da **condição de insegurança jurídica e de conflito generalizado** em que, por conta da **falta de solução ao problema da terra**, ela se encontra.

Corroborando a tendência dos conflitos modernos, a END (2008b, grifo nosso) atesta que “[...] os imperativos de flexibilidade e de elasticidade culminam no **preparo para uma guerra assimétrica, sobretudo na região amazônica [...]**”.

No início do século XXI, diante dos reveses sofridos pelas tropas americanas no Iraque diante de F Irreg, que se utilizam de técnicas, táticas e procedimentos (TTP) não convencionais, o Exército dos Estados Unidos da América (EUA) decidiu adotar um tipo operação (Op) para se contrapor às incertezas e nuances das novas formas de combater do inimigo (Ini). Dessa maneira, foram concebidas as operações de amplo espectro ou operação integral (*full spectrum operations*).

De acordo com o Manual de Campanha norte-americano *Field Manual* (FM) 7-0 (Manual de Campanha FM 7-0) (2008b), as operações de amplo espectro abarcam

operações ofensivas (Op Ofs), defensivas (Def), de estabilização e talvez o mais importante, que é o apoio à população.

Em função das considerações anteriores, o estudo da propagação de conflitos assimétricos no território amazônico e as melhores formas de se contrapor a tal situação, tornam-se relevantes. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é, por intermédio de um estudo bibliográfico, documental e de campo, a partir da pesquisa quali-quantitativa (COSTA; COSTA, 2001), medir a aplicação do conceito de operações de amplo espectro com o intuito de aumentar o poder de combate (P Cmb) e o alcance estratégico em conflitos assimétricos na região amazônica.

Para tal, o trabalho terá de caracterizar, inicialmente, o cenário internacional (regional e global) e a conjuntura atual na região amazônica. Posteriormente, analisar-se-ão os possíveis focos de C4G na Amazônia brasileira, bem como o que vem sendo feito pelo Estado brasileiro a fim de minimizar ou neutralizar esse quadro que se apresenta. Em seguida, estudar-se-ão as teorias e aplicações reais das operações de amplo espectro, particularmente pelo Exército dos EUA, no contexto de conflitos assimétricos. Na sequência, estabelecer-se-á um estudo das operações de amplo espectro desencadeadas no Iraque, no Afeganistão e em outras partes do mundo com a possibilidade de emprego desse tipo de Op no Brasil, particularmente na região Norte (N). Após isso, proceder-se-á uma pequena reflexão dos aspectos jurídicos envolvidos nos conflitos assimétricos.

Por fim, concluir-se-á acerca da viabilidade de emprego de operações de amplo espectro diante de conflitos assimétricos deflagrados na região amazônica.

1.1 TEMA

A F Ter caracteriza-se pela permanente prontidão e pela manutenção de nível de dissuasão capaz de afastar conflitos em potencial. Em meio a cenários de ameaças difusas, é de fundamental importância que as doutrinas de emprego, bem como as TTP empregados estejam sempre acompanhando a evolução observada nos combates modernos.

O tema do presente trabalho versa sobre “conflitos assimétricos e a sua propagação em território amazônico”. Do tema proposto, a pesquisa foi delimitada conforme descrito a seguir.

Dentre os cenários mais prováveis para o Brasil, considerando a probabilidade de ocorrência de um conflito assimétrico, foram estudados aqueles que devem ocorrer em ambiente amazônico.

A abordagem acima, entretanto, abarcaria uma vasta área de estudo, dificultando o aprofundamento da pesquisa, uma vez que os conflitos de 4ª geração podem assumir diversas roupagens. Dessa forma, delimitou-se o trabalho para **a aplicação do conceito de operações de amplo espectro e a sua contribuição para o incremento das ações de combate (Cmb) na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico.**

1.2 PROBLEMA

O cenário mundial na atualidade apresenta-se marcado por incertezas e antagonismos latentes. Após o episódio do “11 de setembro”, que se caracteriza numa série de ataques (Atq) suicidas coordenados pela rede terrorista *Al-Qaeda* aos EUA em 11 de setembro de 2001, esse quadro se agravou e sugeriu às nações adotarem formas mais modernas, flexíveis e adaptáveis de Cmb para fazer frente ao que se concebeu chamar de conflito assimétrico ou guerra de 4ª geração (G4G).

Aproveitando esses conceitos, os EUA adotaram uma forma de combater denominada *Full Spectrum Operations* (Operações de Amplo Espectro), por intermédio da qual desenvolve, ao mesmo tempo, ações Ofs, Def, de estabilização e de apoio à população. Pode-se citar, de imediato, duas situações de materialização desse conceito: a primeira delas está relacionada ao desencadeamento da Operação *Baton Rouge*, na localidade (Loc) de Samarra, no Iraque, em 2004; e o segundo é um clássico exemplo de operação de amplo espectro bem sucedida, só que no nível Bda, com intenso foco na estabilização, empreendido pelo então Cel do Exército dos EUA Sean MacFarland (hoje Gen), na cidade de Ramadi, também no Iraque, nos anos de 2006 e 2007. Além disso, a publicação do manual de campanha FM 7-0 (*Training for Full Spectrum Operations*), no ano de 2008, corrobora a relevância do assunto em tela.

No caso do Exército Brasileiro (EB), o emprego de tropa numa G4G pode se apresentar em duas vertentes: como Força de Resistência (mais fraco) ou como Força Convencional (mais forte), combatendo Forças que empreguem este tipo de ação. Atendo-se especificamente ao segundo caso, pode-se constatar, de imediato,

que o EB não possui a doutrina necessária, tampouco preparação direcionada para a situação apresentada, devendo, portanto, desenvolver novas potencialidades ou aperfeiçoar/adaptar capacidades já existentes. O presente trabalho de pesquisa não focará no Combate de Resistência (Cmb Rst), mas sim nos conflitos assimétricos onde o EB será a Força com maior P Cmb. Em relação ao ambiente operacional (Ambi Op), vislumbra-se a região amazônica, em razão das suas características, vulnerabilidades e ausência e/ou ineficiência do Estado, como o cenário mais provável de desenvolvimento de um conflito dessa natureza, apresentando, inclusive, um Campo de Batalha (C Btl) preponderantemente não linear.

Em função dessas circunstâncias, chegou-se ao seguinte problema: **em que medida a aplicação do conceito de operações de amplo espectro contribuiria para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico?**

1.2.1 Justificativas

Com o advento da globalização, não se pode conceber guerras de cunho meramente generalista, tal qual a I e a II GM. Vivenciamos uma época de conflitos limitados e/ou localizados.

Nesse mister, em muitos casos, o Estado não mais será o único a controlar a guerra propriamente dita. Atores não estatais, tais como movimentos sociais, fundiários, indígenas ou ligados ao narcotráfico/narcoguerrilha, dentre outros, passam a se caracterizar nos oponentes mais prováveis. A debilidade (“Estado Débil”) ou a falência (“Estado Falido”) do Estado, conforme conceito apresentado por Silva (2007a), pode facilitar a evolução do conflito assimétrico em seu território.

A Amazônia brasileira, por suas características e pela ausência do Estado em muitas regiões, não está livre dessa modalidade de Cmb, que na verdade utiliza doutrina, TTP característicos da guerra irregular (G Irreg), bem como outras formas de engajamento e novos métodos de Atq e defesa entre o “fraco” e o “mais forte”.

Diante desse quadro, as operações de amplo espectro crescem de importância ao incorporar conceitos de emprego operacional mais abrangente, incluindo, no seu escopo, o viés das considerações civis e do apoio à população. Além disso, é importante salientar as operações integrais como uma das formas de se contrapor à assimetria dos combates modernos.

A relação custo/benefício desse projeto fica evidenciada por intermédio de uma solução para o problema relacionado às novas concepções de combate (assimétricos) que se descortinam no século XXI, tudo em prol da soberania e da sociedade brasileira, que pode contar com suas FA cada vez mais aptas ao cumprimento dos seus deveres constitucionais: a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Sendo assim, ao desenvolvermos o conceito de conflito assimétrico no EB, estaremos mais bem preparados para enfrentar as incertezas e complexidades características dessa nova forma de guerra.

Conclui-se que tal estudo teria aplicabilidade imediata no pensamento militar brasileiro face às ameaças intrínsecas de nosso país, aliado à experiência de outros exércitos que estão em Cmb atualmente.

O estudo é relevante, portanto, por analisar um tipo de operação (integral) que envolve ponderável parcela da sociedade e o nível político do país.

Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo contribuir para o debate acerca da propagação de conflitos assimétricos no território amazônico e a melhor forma de se contrapor a esta ameaça.

1.2.2 Contribuições

O trabalho ora desenvolvido contribuirá no esclarecimento do atual cenário nacional para a execução de operações de amplo espectro na Amazônia brasileira, de modo que possa incrementar as ações de combate a serem empreendidas diante de um Iní difuso e que utiliza técnicas, táticas e procedimentos de guerra irregular.

A possível adoção, pelo EB, do conceito de operações de amplo espectro agregaria importante aperfeiçoamento das formas de emprego da F Ter, modernizando a sua doutrina e acompanhando essa tendência mundial.

Cabe ressaltar que, em virtude da abrangência das operações integrais, elas dependem de decisões no nível estratégico ou até mesmo político, uma vez que se estruturam em redes de apoio econômico e mudança do cenário de determinada localidade, por exemplo, influenciando diretamente no dia a dia da população.

Tais contribuições serão materializadas no momento das confirmações ou das propostas de possíveis ações em execução ou a serem executadas pelo EB, no sentido de mostrar à sociedade e aos políticos a importância do esforço em financiar

e incentivar o Brasil a se posicionar diante de uma guerra assimétrica, contra um oponente que venha a ameaçar a integridade e a estabilidade da Amazônia brasileira.

1.3 OBJETIVOS

Propõe-se o seguinte **objetivo geral** para o trabalho de pesquisa:

- identificar as contribuições das operações de amplo espectro para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico.

Para que o objetivo geral proposto possa ser atingido, ter-se-á como elementos norteadores os seguintes **objetivos específicos**:

- identificar o conceito de operações de amplo espectro utilizado nos EUA;
 - identificar os aspectos relevantes das operações de amplo espectro para a F Ter;
 - verificar a pertinência de se adotar o referido conceito pelo EB;
 - concluir sobre a importância das operações de amplo espectro para a defesa dos interesses nacionais, particularmente em território amazônico, diante de um conflito assimétrico;
 - definir o conceito de conflitos assimétricos / guerra de 4ª geração;
 - identificar os princípios que regem os conflitos assimétricos;
 - identificar as possíveis ameaças de conflitos assimétricos na Amazônia brasileira e seus respectivos atores;
 - caracterizar a propagação dos conflitos assimétricos na região Norte do país;
- e
- conhecer a atual preparação do Estado e, mais especificamente da Força Terrestre, para se contrapor a conflitos de natureza assimétrica.

1.4 HIPÓTESES

As hipóteses levantadas para o presente estudo foram as seguintes:

- os conflitos assimétricos tendem a se propagar em território amazônico, então podemos considerar a necessidade de preparo específico do EB a fim de se contrapor a estas ameaças;

- existe ausência do Estado Brasileiro em determinadas regiões da Amazônia, então há o incremento de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores nocivos à estabilidade da região e à segurança nacional; e

- as operações de amplo espectro abarcam atividades que trazem benefícios à população, então sua aplicação será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas de um possível conflito assimétrico.

1.5 VARIÁVEIS

As variáveis a serem empregadas no presente trabalho foram caracterizadas no quadro abaixo. Além disso, é preciso destacar que no decorrer do estudo algumas variáveis intervenientes deverão ser consideradas.

Quadro 1 – Quadro de Variáveis

Variáveis Independentes	Indicadores das variáveis independentes	Indicadores das variáveis dependentes	Variáveis dependentes
	Variáveis Intervenientes		
Propagação de conflitos assimétricos na região Amazônica.	Novas formas de combate e reivindicações.	Desenvolvimento de novas formas de combate para se contrapor aos conflitos de 4ª geração.	Necessidade de preparo específico do Exército Brasileiro a fim de se contrapor a estas ameaças
Ausência do Estado Brasileiro em determinadas regiões da Amazônia.	Falta de prioridade do Governo às questões mais sensíveis da região Norte do país.	Preenchimento de espaços não ocupados pelo Estado e verificação de ambiente propício para propagação de ideologias ou execução de ilícitos.	A evolução de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região e à Segurança Nacional.
Abrangência de atividades que trazem benefícios à população pelas operações de amplo espectro.	Apoio Estatal ao incremento da economia e ao desenvolvimento humano de localidades atingidas pelo conflito.	Conciliação das ações de combate com as ações de estabilização e de apoio à população (amplo espectro).	A aplicação da nova doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas de um possível conflito assimétrico.

Fonte: o autor

2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

O presente trabalho foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, documental e de campo compreendendo as seguintes técnicas:

- realização de um estudo descritivo, baseado nas fontes que abordam a temática da Amazônia brasileira e o conceito de guerra assimétrica, de operações de amplo espectro, bem como os possíveis focos de conflito assimétrico na região amazônica. O estudo descritivo, conforme Alves (2007), tem por objetivo primordial a descrição de características de determinado fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre fenômenos (variáveis);

- o método foi o comparativo, levando-se em conta o que prescreve a nossa doutrina e a de exércitos de outros países, confrontando-se com dados obtidos de operações recentes, levadas a efeito, particularmente, pelos EUA. O método comparativo foi complementado por uma abordagem histórica do assunto;

- o tratamento dos dados obtidos na primeira parte do trabalho foi predominantemente qualitativo. O tratamento quantitativo, entretanto, também foi empregado. A análise desses dados foi baseada em métodos estatísticos e gráficos.

Inferre-se, dessa forma, que o estudo de campo foi quali-quantitativo. A abordagem qualitativa foi utilizada na análise interpretativa dos dados e a quantitativa, conforme Fachin (2002), por ser uma forma de atribuir números a propriedades, objetos, acontecimentos, materiais, de modo que proporcione informações úteis, foi utilizada na demonstração das opiniões dos pesquisados.

Dessa forma, o trabalho foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

O estudo foi dividido em duas partes: a primeira com a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental e, a segunda, com a pesquisa de campo.

A **pesquisa bibliográfica e documental** foi realizada conforme cronograma previamente concebido e utilizou os passos a seguir, preconizados por Fachin (2002):

- a. levantamento da bibliografia;
- b. seleção da bibliografia;
- c. leitura analítica da bibliografia selecionada; e
- d. fichamento (elaboração das fichas bibliográfica, de citação, de resumo e analíticas).

A coleta do material bibliográfico foi realizada mediante consulta às bibliotecas das Escolas Militares e das Universidades, às bibliotecas dos centros de estudos estratégicos, aos registros de Organismos Internacionais, Governamentais e Não Governamentais disponíveis na rede mundial de computadores, bem como outros documentos disponíveis na internet.

Os instrumentos utilizados foram obras de autores consagrados no meio acadêmico que faziam referência ao assunto, periódicos, teses, dissertações, manuais de campanha brasileiros e estrangeiros, trabalhos de conclusão de curso, internet [palavras-chaves: defesa nacional, estudos da paz e da guerra, operações de amplo espectro, conflitos assimétricos, defesa da Amazônia, narcotráfico, segurança pública, crime organizado, organizações criminosas (Org Crim), TI, garimpo, movimentos de luta pela terra (MLT), quilombolas, organizações não governamentais (ONG), guerra de quarta geração, quarta onda, ações contra a paz interna – e suas respectivas traduções para os idiomas inglês e espanhol].

A **pesquisa de campo**, por sua vez, foi realizada após a seleção dos informantes – militares, civis e estudiosos do assunto – e o contato prévio via correspondência, via correio ou *e-mail*.

O objetivo da pesquisa de campo foi buscar, por meio do entendimento de autoridades no assunto, e controlar os dados obtidos no decorrer da pesquisa bibliográfica e documental, de forma a ratificar ou retificar as conclusões obtidas com o trabalho inicial.

O trabalho de campo, na presente monografia, teve duas abordagens distintas, relacionadas às restrições de tempo e de recursos para a conclusão da tese. A primeira abordagem referiu-se aos informantes cujo domicílio profissional encontrava-se na região do Rio de Janeiro [oficiais alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), General de Exército (Gen Ex) da Reserva Remunerada (R/1) Pinto Silva e General de Brigada (Gen Bda) R/1 Rocha Paiva, por exemplo]. Com esses foi possível aplicar questionários ou realizar entrevistas parcialmente estruturadas.

Por outro lado, a segunda abordagem propôs-se a buscar dados com informantes - militares, acadêmicos e estudiosos do assunto - domiciliados em outras regiões do país, tratou-se da aplicação de questionários, que continham perguntas abertas e fechadas. Procurou-se empregar preferencialmente a rede mundial de computadores, entretanto, o emprego de correspondência oficial não foi

descartado. A pesquisa de campo seguiu a seguinte sistemática, prevista por Gil (1991):

- a. elaboração dos instrumentos de pesquisa;
- b. validação dos instrumentos, por meio da aplicação de um pré-teste do formulário de entrevista e do questionário, em pelo menos, de acordo com o autor em referência, dez indivíduos que fizeram parte do universo da pesquisa, com vistas a avaliar a adequação do instrumento de coleta de dados;
- c. aplicação dos instrumentos na amostra selecionada; e
- d. interpretação e transcrição.

O tratamento das informações coletadas na pesquisa de campo, tendo em vista à elucidação da questão formulada, foi qualitativo. Por se tratar de tema amplo e aberto, exigiu a fixação das grandes áreas de consenso e de divergências.

A interpretação quantitativa, entretanto, também foi empregada no sentido de racionalizar as opiniões dos especialistas, traduzindo-as em números que ilustraram a distribuição de opiniões dos entrevistados.

A partir da coleta de dados, foi feita uma análise crítica e comparativa deles. Elaborou-se, em seguida, o texto do relatório da pesquisa abordando as questões investigadas e as respostas decorrentes. Em função da confirmação ou não da hipótese, foram formuladas as conclusões e recomendações, com os aperfeiçoamentos a serem sugeridos para o emprego da F Ter em operações dessa natureza.

Destaca-se que a pesquisa apresentou como limitação a impossibilidade de verificar-se a confirmação e a pertinência dos possíveis aperfeiçoamentos sugeridos por meio de uma experimentação direta. Para minimizar tal deficiência, o trabalho buscou o máximo de dados históricos que corroboraram as soluções encontradas para o problema proposto.

2.1 POPULAÇÃO - ALVO DA PESQUISA

Os atores da pesquisa, conforme já descrito, foram profissionais de diferentes áreas de atuação no Estado brasileiro – militares, acadêmicos, estudiosos, especialistas do assunto – ligados ao debate e ao estudo de questões referentes aos conflitos modernos, especialmente aqueles vinculados às estratégias correntes de projeção do Brasil no concerto das nações; à proteção da Amazônia brasileira e à

aplicação de novas formas de combate face às incertezas decorrentes dos conflitos de 4ª geração.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o **universo** foi composto da seguinte forma:

- militares das FA do Brasil;
- militares das FA de Nações Amigas; e
- civis e acadêmicos estudiosos do assunto.

Para a consecução dos objetivos do trabalho acadêmico, a **amostra** foi definida como se segue:

- militares das FA, civis e acadêmicos que estudam ou trabalham com o tema em tela no MD;
- militares do EB que estudam ou trabalham com o tema em tela no Comando de Operações Terrestres (COTER);
- militares do EB que estudam ou trabalham com o tema no Estado-Maior do Exército (EME);
- militares do EB que estudam ou trabalham com o tema em tela na Escola Superior de Guerra (ESG);
- militares do EB que participam ou participaram de Op na Amazônia;
- militares do EB possuidores do Curso de Operações na Selva (COS), que estejam servindo ou que tenham servido na região amazônica;
- militares integrantes dos Grandes Comandos (G Cmdo), Grandes Unidades (GU) e Centro de Operações (COp) do Comando Militar da Amazônia (CMA);
- militares de Nações Amigas, particularmente dos EUA, que se encontram na função de instrutor ou que estejam realizando o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) na ECEME;
- especialista do assunto: Major (Maj) de Infantaria (Inf) Cruz; e
- estudiosos do assunto: Gen Ex R/1 Pinto Silva, Gen Bda R/1 Rocha Paiva e Ten Cel Inf Visacro.

3 CONJUNTURA MUNDIAL

A globalização é um dos processos de aprofundamento da integração econômica, social, cultural, política, com o barateamento dos meios de transporte e comunicação dos países do mundo no final do século XX e início do século XXI. É um fenômeno observado na necessidade de formar uma aldeia global que permita maiores ganhos para os mercados internos já saturados. Se caracteriza num dos traços marcantes da história das últimas décadas.

A rigor, as sociedades do mundo estão em processo de globalização desde o início da história. Mas o processo histórico a que se denomina globalização é bem mais recente, datando (dependendo da conceituação e da interpretação) do colapso do bloco socialista e o conseqüente fim da Guerra Fria (entre 1989 e 1991), do refluxo capitalista com a estagnação econômica da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) - a partir de 1975 - ou ainda do próprio fim da II GM.

Com o fim da Guerra Fria, consolida-se uma nova agenda internacional, o que suscita ameaças não estatais à segurança internacional. Nesta nova conjuntura, surge o conceito de segurança humana, que apresenta dois aspectos principais: manter as pessoas a salvo de ameaças persistentes - como a fome, a repressão e as doenças - e protegê-las de mudanças repentinas e prejudiciais nos padrões de vida cotidiana, como, por exemplo, dos genocídios, das guerras e das limpezas étnicas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1994, centrou o seu relatório nesse conceito, o que promoveu uma ampla discussão e divulgação em nível internacional. Dentro da concepção de segurança humana, questões que antes eram encobertas pelo “conflito Leste-Oeste”, tornaram-se as novas pautas da agenda internacional a partir da década de 1990, tais como as epidemias, o **desemprego**, os **problemas ambientais**, o **narcotráfico**, a fome, os conflitos étnicos e religiosos, os refugiados, o **terrorismo** e a violação dos direitos humanos (OLIVEIRA, 2009, p. 68, grifo nosso).

Pode-se afirmar, então, que o foco dos problemas foi desviado do eixo Leste-Oeste e passou a frequentar todos os quadrantes, pelo **surgimento de vários conflitos**. “Além das disputas políticas e econômicas, ressurgem, pela exacerbação do nacionalismo cultural, principal característica deste início de século, conflitos que estavam amortecidos ou encobertos pela Guerra Fria” (CAMBESES JÚNIOR, 2003).

Diante de um mundo globalizado e com tantas ameaças presentes, torna-se um grande desafio descrever as tendências da conjuntura mundial, onde o tempo histórico se processa com a velocidade das transformações sociais e materiais introduzidas pela humanidade. Este processamento acelerado contribui para o aumento de análises ultrapassadas que focam somente no espectro do tempo presente, assim como exige a utilização de ferramentas conceituais de longa duração, capazes de articular a visão prospectiva e retrospectiva, com o intuito de teorizar a história como fluxo contínuo.

Segundo Martins (2005, p. 2, grifo nosso):

A nossa hipótese é a de que a **conjuntura contemporânea** pode ser descrita como a de decadência do moderno sistema mundial, que integra e impulsiona a mundialização do modo de produção capitalista. Esta decadência se inicia nos anos 1970 e se manifesta em várias dimensões, entre elas, a crise do liberalismo, ideologia mediante a qual o capital incorporou e neutralizou antagonismos à sua hegemonia. Entretanto, a decadência não representa o fim imediato de um sistema, mas sim um longo e doloroso período onde o novo se insinua e se estabelece sem a força suficiente para superar na guerra de posições a decrepitude do velho e reconduzir o sistema mundial a um novo processo civilizacional. **O resultado é a uma profunda crise de legitimidade das instituições contemporâneas que se projeta como uma grande incerteza, trazendo possibilidades e ameaças à vida humana.**

Da experiência de um longo período como única superpotência mundial, pode-se dizer que o mundo experimenta, atualmente, a trajetória avançada de crise hegemônica dos EUA. Este período se inicia entre 1968-73 e possui diversas etapas. Entre 1968-79, verifica-se o desgaste da liderança produtiva estadunidense, traduzida numa taxa de crescimento inferior a da economia mundial, com modestos déficits comerciais, bem como na “derrota” político-militar dos EUA no Vietnã. Entre 1980-93, o governo norte-americano reage a sua crise de hegemonia por intermédio da financeirização e do neoliberalismo, drenando grande parte da liquidez mundial e retomando, por esta razão, crescimento superior à média mundial. Todavia sua reestruturação apresenta grandes falhas, tais como não deter a deterioração da sua produtividade, não impedir o deslocamento do dinamismo econômico mundial para o Leste asiático e criar exorbitantes déficits comerciais, ou em conta-corrente, e um enorme endividamento internacional por meio da venda de títulos da dívida pública. Um período distinto se estabelece entre 1994-2015/20(?), deslocando para a taxa de lucro a prioridade dos investimentos na economia mundial, impulsionando um novo

período de crescimento de longo prazo do capitalismo, mas aprofundando a decadência da hegemonia estadunidense (MARTINS, 2005).

Em relação à crise que alcançou proporções mundiais em setembro de 2008, trata-se de uma crise econômica, resultado da hegemonia do capital financeiro nos últimos trinta anos (neoliberalismo e globalização), que levou a uma desregulamentação da produção, do comércio e das finanças. Dela advém **consequências sociais muito graves**, uma vez que atingem, prioritariamente, os que não são responsáveis por ela, como os trabalhadores e os mais pobres, por intermédio de um desemprego em massa e uma grande precarização do emprego.

Ao analisar-se os aspectos econômicos-financeiros acima não se chega, em absoluto, à conclusão de que se trata de uma crise final do poder norte-americano, nem mesmo de que o seu poder militar global está sendo desafiado atualmente. Todavia, de forma paradoxal, os EUA estão perdendo capacidade de intervenção unilateral em quase todas as regiões do mundo, aumetando, conseqüentemente, os graus de liberdade dos demais Estados, particularmente, das velhas e novas potências do sistema mundial.

Segundo Silva (2008):

O poderio bélico norte-americano continua hegemônico, mas as ações no sentido de fazê-lo valer, na prática, contra seus adversários no mundo de hoje, encontram muito mais obstáculos e muito menos liberdade de ação estratégica. Com a Rússia aplicando seu poder militar livremente, com o fortalecimento dos Estados emergentes e com o sentimento antiamericano verificado nos principais países exportadores de petróleo, entre outros aspectos, a liberdade para o emprego do poder por parte dos Estados Unidos está muito mais restrita em nossos dias. Em outras palavras, houve uma mudança geopolítica e o Governo norte-americano enfrenta uma crise de hegemonia. Não resta dúvida que o País continua capaz de exercer forte influência em diversas partes do mundo, particularmente onde seus interesses são mais evidentes: mantém um pé no Afeganistão e outro no Iraque; conserva um olho na Bósnia e outro na Geórgia; não esmorece sua atenção na Rússia, que tenta se reerguer como potência; e não diminui sua vigilância sobre a China, cuja presença cresce na Ásia e na África.

Na América Latina, o cenário se apresenta um pouco diferente, já que se trata de uma região onde nunca existiu uma disputa hegemônica entre os seus próprios estados nacionais. Os estados e as economias latino-americanas sempre foram periféricos e estiveram sob a égide da Inglaterra, no século XIX, e dos EUA, no século XX.

Mesmo assim, neste início do século XXI, está em curso uma mudança no relacionamento da América do Sul com os EUA, principalmente após os problemas

financeiros da Argentina, em 2001, do fracasso do golpe de estado na Venezuela, em 2002, e da rejeição do projeto norte-americano da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 2005.

As realidades geográficas, culturais, políticas, econômicas e sociais do continente americano – incluindo o Caribe – são diferentes, não sendo fácil conceber uma visão única de segurança hemisférica, que possa ser empreendida aos três subcontinentes e à parte insular.

Ao analisarmos o quadro político-estratégico da região, verifica-se que o mosaico de países e sub-regiões que o compõem é muito complexo, o que exige uma inserção regional múltipla, calcada em uma política de harmonização de interesses (CAMBESES JÚNIOR, 2003).

Ainda segundo Cambeses Júnior (2003), na América do Sul, os seguintes aspectos caracterizam o **atual quadro**:

1. a questão nuclear é controlada, praticamente inexistente;
2. a região é desmilitarizada e com ínfimos investimentos em atividades ligadas à defesa;
3. o nível de desenvolvimento é baixo, apresentando carências de investimento e tecnologia, com ponderável dependência externa. O que se contrasta com esse aspecto é a abundância e diversidade de recursos naturais;
4. há predominância de governos democráticos, todavia as instituições ainda se encontram em consolidação. O discurso da área tem sido a busca da integração e da via pacífica para a solução de divergências entre as nações;
5. há facilidade de comunicação interna. Apesar da existência de dois idiomas predominantes – o português, no Brasil, e o espanhol, nos demais países –, ambos têm as mesmas raízes e apresentam muitas semelhanças. As exceções nessa harmonia cultural, originária da Península Ibérica, são os países de colonização inglesa, holandesa e francesa (Guiana, Suriname e Guiana Francesa, respectivamente);
6. apresenta graves problemas sociais, tais como distribuição desigual de renda, desemprego, pobreza, baixos níveis de escolaridade e exclusão;
7. sofre grandes influências dos centros de poder mundial, que condicionam o desenvolvimento da região, em diferentes aspectos; e
8. apresenta áreas de grande importância ambiental compartilhadas por diversos países, com potencial de ocorrência de desastres naturais de grandes

proporções, o que provoca ações de organismos internacionais sobre a região, abrindo espaço para uma exploração tendenciosa dessa vulnerabilidade por interesses estranhos à área.

Cambeses Júnior (2003) acrescenta que os seguintes **cenários adversos** influenciaram significativamente o surgimento das ameaças regionais:

1. percebe-se que as ameaças situam-se mais no campo da segurança do que na defesa, aumentando a dificuldade de se estabelecer referenciais que permitam estruturar e dimensionar adequadamente o poderio e a ação governamental;

2. os atuais desafios de segurança são de outra natureza, e de origem tanto exógena quanto endógena. Há riscos evidentes de anomalia social, provocados tanto pelo fenômeno da exclusão e da miséria, quanto pela incapacidade dos aparatos governamentais para enfrentar as novas formas da grande criminalidade, fragilizando os estados e ameaçando a paz no Continente;

3. necessidade de estabelecimento de parâmetros de segurança distintos dos tradicionais, tendo em vista a participação cada vez maior de atores transnacionais e não governamentais; e

4. o preocupante e alarmante problema das drogas ilícitas e delitos conexos na região que, segundo realidades nacionais específicas, pode estar associado a questões como o contrabando, o tráfico ilegal de armas e o terrorismo, representando riscos para a própria integridade das estruturas políticas, econômicas e sociais dos países sul-americanos.

Condicionadas de forma incontestável por esse quadro adverso e nada animador, podem ser esboçadas algumas **ameaças**, que foram levantadas por Cambeses Júnior (2003):

1. a presença de movimentos guerrilheiros e suas ligações com o narcotráfico e o crime organizado;

2. o agravamento da crise social, causada pelo desemprego e pelo crescente índice de pobreza;

3. a influência externa, pela tentativa de imposição do conceito de “soberania limitada”, visando à obtenção de respaldo na comunidade internacional para aplicar punições em países que não seguissem as suas ingerências aos chamados “interesses comuns da humanidade”, tais como defesa dos direitos humanos, controle ambiental e preservação das minorias indígenas;

4. a volatilização dos capitais financeiros;

5. as barreiras comerciais aplicadas às exportações sob as mais variadas alegações;

6. o cerceamento ao desenvolvimento tecnológico, como as restrições impostas a programas e projetos modernos, com a justificativa incabível e ilusória de que o acesso às tecnologias sofisticadas permitiria a fabricação de material de emprego militar (MEM);

7. a grande concentração urbana e industrial, provocando a aglutinação em grandes cidades onde a qualidade de vida decai e as necessidades de investimentos na área social superam a capacidade dos governos;

8. a falta de investimentos na estrutura de defesa, comum a quase todos os países, em função da escassez de recursos para o setor, tendo em vista a prioridade para o campo social; e

9. a falta de equilíbrio interno entre as situações econômica, psicossocial, política, militar, ambiental e científico-tecnológica dos países, assim como entre os próprios países e regiões, gerando instabilidades.

Diante do quadro acima apresentado, o Brasil, com pretensões hegemônicas compatíveis com a sua estrutura e importância, convivendo amigavelmente com os seus vizinhos, busca criar o ambiente de aproximação e integração necessárias para a estabilidade e maior segurança de todos. É com esse espírito, que se poderá pensar num Sistema Interamericano de Defesa equilibrado e democrático, respeitando a diversidade, os anseios, os valores e as tradições de cada nação e, mais do que isso, se guiando pelo idealismo de um convívio amigável e perene, capaz de se adaptar às **novas situações e ameaças**.

O contexto mundial na atualidade é marcado por um **quadro de incertezas**, impondo que a defesa continue a ter lugar de destaque na agenda dos governos nacionais e que a expressão militar tenha fundamental importância para a sobrevivência dos Estados como unidades independentes. Não se pode conceber que um Estado de porte considerável, de grande influência internacional e que almeja um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas possa abrir mão de uma força de defesa capaz e confiável. “As FA são instrumentos para o exercício do direito de autodefesa, direito esse, aliás, inscrito na carta da Organização das Nações Unidas (ONU)” (CAMBESES JÚNIOR, 2003).

Além disso, **a face do inimigo na conjuntura mundial da atualidade mudou**. Ele agora não usa uniforme, não apresenta estrutura e organização definida e nem

tem uma doutrina militar convencional. Ele agora é um conjunto de situações que pode, subitamente, extrapolar a capacidade de preservação da segurança de um país ou de um conjunto de países, assim como desaguar num conflito de características totalmente imprevisíveis, incertas.

As possíveis soluções para essas novas ameaças devem ser pautadas nas individualidades das nações, não sendo admissível, em qualquer caso, a regionalização do conflito. O correto entendimento do problema possibilitará sempre uma alternativa de cooperação mais eficiente (CAMBESES JÚNIOR, 2003).

Diferente de aspectos encontrados num passado não muito distante, o ambiente operacional atual apresenta no seu bojo um cenário mundial globalizado, crescente urbanização, escassez de recursos, proliferação indiscriminada de armas e estados falidos, o que acarreta ou pode acarretar: crises de governabilidade, crises humanitárias, guerras por recursos, insatisfação da população, ataques de armas de destruição em massa e terreno fértil para terroristas e criminosos (PINHEIRO FILHO, 2009).

Vivemos numa **época de conflito persistente**, com **operações no meio da população**, predominância da informação, **ameaças imprevisíveis e assimétricas**, que exige um método de resolução de conflitos com uma abordagem incluindo todos os campos do poder (PINHEIRO FILHO, 2009, grifo nosso).

Corroborando as informações acima, Pinheiro (2006, p. 16) afirma que “as formas clássicas de fazer face às crises e conflitos armados do século passado não são mais pertinentes, oportunas e adequadas para enfrentar as atuais ameaças”.

Sendo assim, faz-se necessário construir ferramentas eficazes para se contrapor a essas ameaças. Vislumbra-se, de imediato, que somente a vertente militar não será capaz de alcançar a vitória. Sinergia, interoperabilidade, complementaridade e processo interagências passam a se caracterizar em mecanismos de fundamental importância nesse ambiente complexo e repleto de incertezas.

4 CENÁRIO AMAZÔNICO ATUAL

4.1 AMBIENTE OPERACIONAL

4.1.1 Generalidades

Pelas características altamente hostis do ambiente de selva, as operações militares ganham um cunho especial e peculiar na região amazônica. Com a finalidade de melhor entender os problemas encontrados quando se opera nesta região, se faz necessário o estudo deste intrigante ambiente.

Algo importante a ser destacado é que o termo "selva", pelo hábito, tem sido usado com o mesmo significado de "floresta" ou "mata". Entretanto, tal entendimento não é preciso, pois a região de selva inclui não apenas a floresta, mas também os rios, as localidades, as regiões desmatadas e as serras. É o que se depreende das Instruções Provisórias (IP) 72-1 – Operações na Selva (1997, p. 1-1):

Selvas são áreas de florestas equatoriais ou tropicais densas e de clima úmido ou super-úmido [sic]. Situam-se em regiões de fraca densidade demográfica, com baixo desenvolvimento industrial, comercial e cultural, de precárias condições de vida, com acentuada escassez de vias de transporte terrestre, ao longo de extensas áreas de planície, planalto ou montanha.

Ao se estudar o ambiente de selva, fatalmente debruça-se sobre o mapa da região Norte do Brasil e sonda-se a sua alma, isto significa dizer, que esse ambiente surpreende por sua superfície expressiva de reservas minerais, tão grandes quanto altas são suas serras, pela variedade do solo, do relevo, da vegetação, do volume das águas dos rios e da pluviometria.

4.1.2 Caracterização da Área

A Amazônia, conhecida como “Continente Verde”, compreende o espaço geográfico da bacia do rio Solimões - Amazonas e engloba terras do Brasil, Guiana Francesa, Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Ocupa 5% da superfície terrestre, dispondo de 1/5 da água doce e de 1/3 das florestas mundiais.

Suas terras estendem-se tanto no hemisfério Norte, quanto no Sul (S), e são limitadas, naturalmente, pelo maciço das Guianas ao norte, pelo Planalto Central

Brasileiro ao Sul, pelo Oceano Atlântico à Leste e pelos contrafortes dos Andes à Oeste (Figura 1).

Figura 1 - Delimitação da Amazônia brasileira



Fonte: Brasil (1997, p. 2-2)

Dos 7 milhões de km² de extensão da Amazônia, 5 milhões de km² são terras brasileiras, ocupando cerca de 56% da superfície do país. O governo brasileiro, com base em análises estruturais e conjunturais, reuniu sob a denominação **Amazônia Legal** regiões de similares características econômicas, políticas e psicossociais. A **Amazônia Legal**, por esta razão, abrange o território amazônico pertencente ao Brasil, acrescido de outras regiões do país, compreendendo, assim, os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Maranhão (até o meridiano 44° Oeste), Tocantins, Goiás (ao norte do paralelo 13° Sul) e Mato Grosso (até o paralelo 16° Sul). Essa região é coberta em grande parte pela floresta tropical latifoliada, existindo, ainda, outros tipos de vegetação, como, por exemplo, os campos.

A região encontra-se afastada dos centros do poder nacional e das principais rotas comerciais internacionais, além de ser mal servida de ligações, principalmente terrestres.

4.1.3 Aspectos Fisiográficos

4.1.3.1 Hidrografia

A região amazônica tem a maior malha hidrográfica do mundo, sendo que nas águas de seu principal rio (Amazonas) afluem mais de 1.000 outros rios. Estes, permitem a navegação de grande calado durante todo o ano em seus quase 23.000 km de vias navegáveis, constituindo as verdadeiras “estradas” ou vias de acesso (VA) da região, além de deterem 2/3 do potencial hidrográfico do país, sendo importante fator de integração regional. Muitos rios possuem em seus cursos, corredeiras que interrompem a navegação, obrigando o transbordo de embarcações, ou muitas vezes, o transporte do meio flutuante utilizado, a braços, através desses obstáculos. Os rios podem, basicamente, ser classificados em escuros ou barrentos. Os de águas escuras por terem a piscosidade menor que os barrentos, são conhecidos como “rios da fome”. No interior da selva os igarapés são límpidos e transparentes, podendo suas águas, normalmente serem utilizadas para consumo, sem o uso de purificadores.

4.1.3.2 Vegetação

Quanto à vegetação, a Amazônia contém o maior ecossistema do planeta, com a mais extensa variedade de flora e fauna. Sua floresta, constituída por enormes árvores cujas copas se entrelaçam formando uma espessa cobertura vegetal. Dividida em floresta de terra firme e de terras inundáveis, a grande floresta equatorial constitui-se na característica dominante da área. A mata de "terra firme" é a típica floresta amazônica, com árvores de grande porte entrelaçando suas copas, deixando sob elas um ambiente úmido onde grassam palmeiras e outras plantas de menor porte. Apresenta uma surpreendente permeabilidade, uma vez que, vendo-a de cima, a impressão que se tem é que a floresta não oferece essas condições, com aquele aspecto de um imenso "tapete verde". Esta característica é muito importante no que se refere ao deslocamento de tropas pelo interior da floresta.

Duas variações tipificam a floresta de terra firme: a floresta úmida primária e a floresta úmida secundária. A primeira preserva suas características naturais em sua plenitude, sendo o seu interior permeável ao movimento de tropas a pé. A segunda

encontra-se, comumente, junto a áreas povoadas e estradas, com pequena profundidade (cerca de 50 m a 100 m), basicamente nos locais onde o homem já desmatou, sendo que o seu interior apresenta grande dificuldade de movimento de tropas a pé.

Outras formações vegetais, em áreas bem definidas, também se apresentam na Amazônia, como a mata de várzea e de igapó, na Planície Amazônica, junto aos rios; cerrados e campos (também chamado de lavrado), principalmente em Roraima; cocais no Maranhão e parte do Pará; florestas de transição nas encostas dos planaltos limítrofes e dos Andes e manguezais na Planície Litorânea.

4.1.3.3 Relevo

A região amazônica caracteriza-se por um imenso baixo-platô que abrange as áreas de terra firme, por uma planície extensa, delimitando as áreas inundáveis e pelas encostas dos dois planaltos que a limitam ao S e ao N, respectivamente o Brasileiro e o Guianense, sendo que, neste último, localiza-se o ponto culminante do Brasil, o Pico de Neblina, com 3.014 metros.

A planície estende-se de Leste para Oeste e possui baixíssima declividade. Uma distância de 3.000 quilômetros do Rio Amazonas até a foz nas proximidades da cidade de Belém a altitude é de apenas 65 metros. Existe a noção de que uma planície é um terreno pouco movimentado.

Não obstante, as tropas que realizam marchas no interior da floresta sabem como é desgastante o sobe e desce nos chamados "socavões", escarpas de até 40 metros de desnível, em cujos fundos correm os igarapés da Amazônia que podem ser vadeáveis ou não. A densa cobertura vegetal dificulta um levantamento fiel do relevo da região. Algumas vezes pode-se estar literalmente dentro d'água, quando, pela carta topográfica, dever-se-ia estar em uma área seca e plana (HOLANDA, 2000, p. 12).

4.1.3.4 Geologia

A Amazônia possui, ainda, em seu subsolo riquezas minerais de monta e de toda a ordem, por apresentar terreno de todas as idades. Uma peculiaridade das reservas minerais da Amazônia é que elas ocorrem à flor do solo, como por exemplo na província mineral de Carajás, o que facilita sobremaneira a exploração delas. Só no Estado do Pará existem jazidas conhecidas de 150 toneladas de ouro e 18

bilhões de ferro e cobre.

Pela sua dimensão, diversidade e concentração, a Amazônia é, atualmente, a maior reserva de recursos naturais do mundo, possuindo enormes reservas de minérios tradicionais como ferro, manganês, bauxita, ouro e cassiterita, além de minérios de aplicações tecnológicas, como o nióbio, e o titânio (BARBOSA, 1994 apud ANDRADE, 1998, p. 13)¹.

4.1.3.5 Clima

O clima é equatorial, quente e úmido. A temperatura é elevada, com pequenas variações térmicas, na maior parte da área. As chuvas abundantes durante quase todo o ano, caracterizam as estações climáticas da região. De janeiro a julho ocorrem elevados índices pluviométricos, é o inverno. De julho a dezembro acontecem chuvas esporádicas, é o verão. A existência da Amazônia está diretamente ligada ao regime pluviométrico da região. Metade dessa chuva vem do Oceano Atlântico. A outra metade resulta da evaporação do “suor” da floresta, fenômeno esse que os especialistas denominam de evapotranspiração. O regime de cheias dos afluentes do rio Amazonas, alternando as enchentes dos rios setentrionais com as dos meridionais, comanda a vida das populações ribeirinhas. A umidade relativa do ar (URA) é alta, normalmente superior a 80%. As condições meteorológicas podem mudar rapidamente, com tempestades intensas e de curta duração. No interior da selva, os horários do amanhecer e anoitecer, não podem ser tomados com base nos crepúsculos náuticos, particularmente devido à cobertura vegetal. A visibilidade que poderia ser fornecida pelo luar no interior da selva é quase imperceptível.

Quanto à influência do clima na operacionalidade da tropa, o calor persistente, associado à umidade, gera a fadiga prematura, diminuindo o seu poder de combate.

Além do calor e umidade, é comum enfrentar-se a friagem no interior da selva, durante a madrugada, especialmente nas épocas chuvosas. Embora não se verifique grandes oscilações térmicas, essa variação de temperatura pode produzir doenças na tropa. Devido a grande frequência das chuvas na região, a tropa permanece muito tempo molhada, o que contribui para abater-lhe o moral.

¹ BARBOSA, José. **Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM. TE-94.** Rio de Janeiro: ESG, 1994.

O contato permanente com o ambiente de selva é o melhor meio para se obter e preservar a aclimatação. Esta, geralmente, é alcançada após três semanas de atividades em região de selva.

Figura 2 – A floresta se articula com o rio, formando um complexo sistema ecológico



Fonte: o autor

4.1.4 Aspectos Psicossociais

A população da região amazônica é bastante rarefeita. Com cerca de 3 hab/km², tem como principal característica a distribuição irregular, pois grande parte dessa população está situada nas capitais dos estados que são enquadrados pela região, bem como ao longo dos grandes rios e de algumas rodovias, **tornando as fronteiras (Fron) brasileiras muito vulneráveis às ações de forças adversas e à prática de ilícitos, tais como a existência de garimpos clandestinos e a ação de narcotraficantes.**

A população local é formada basicamente de índios e caboclos, sendo que este é a miscigenação entre o branco e o elemento indígena. O homem da região tem características peculiares, sendo um ótimo guerreiro e resistente às dificuldades da selva. É um tipo que, contentando-se com um padrão de vida humilde, facilita a ocupação dos grandes espaços territoriais, vivendo como mateiro, garimpeiro, caçador, canoeiro, pescador, madeireiro, roceiro e colhedor dos produtos da selva.

O isolamento das habitações, vilas e cidades dificulta as atividades nas áreas de saúde, da educação e da cultura.

4.1.5 Aspectos Políticos

Durante muito tempo especulou-se sobre o valor da Amazônia para o futuro do Brasil, assim como um reconhecimento da importância dessa região para a nação. Com o passar dos anos, houve tanto o receio de uma conquista demográfica pelos vizinhos, quanto de um ato de força por parte das potências do hemisfério norte que pudessem produzir um fato consumado. Essa questão, atualmente, se expressa pelo **risco de uma perda de controle concreto do território para atores sem identidade de Estado (a guerrilha, o narcotráfico, organizações não governamentais)**, ou pela perspectiva difusa de uma "internacionalização da Amazônia", a partir de uma má ou insuficiente gestão brasileira da região (VIZENTINI, 2005, grifo nosso).

As Fron da Amazônia só foram demarcadas no início do século XX, no auge do ciclo da borracha, sendo que até então se constituía numa região demograficamente vazia. Após esta fase, a região viveu mais um período de esquecimento que se estendeu até os governos militares, momento em que, contrapondo-se a rumores sobre projetos de internacionalização da área, foram feitas inúmeras tentativas de condução ao desenvolvimento, dentre elas a ocupação militar, os projetos agroindustriais de colonização e o estabelecimento da zona franca de Manaus.

Indubitavelmente a Amazônia apresenta importância mundial, e por esse motivo a expressão “patrimônio comum da humanidade” deve ser avaliada com cautela, uma vez que pressupõe a noção de propriedade coletiva, deixando de lado as soberanias nacionais dos Estados amazônicos. Esta ideia presume que seja justo que tais territórios estejam abertos a uma renúncia do seu Governo, consentindo uma orquestração internacional para o seu usufruto e controle.

Somente a partir do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) – também conhecido como Pacto Amazônico – assinado em 1978, que se procurou efetivamente a integração física e o desenvolvimento da Amazônia continental. Por intermédio dessa iniciativa, se pretendia afastar qualquer tentativa de controle internacional sobre a região, pois regionalizando a solução do problema, os países signatários (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) estariam resguardando sua capacidade de decisão na região. Essa solução garantiria a segurança pela cooperação sem recurso aos meios militares, se

o pacto realmente produzisse resultados concretos no marco dessa cooperação (VIZENTINI, 2005).

Cabe ressaltar que, em 1995, os oito países condôminos da bacia amazônica decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para fortalecer e implementar os objetivos do Tratado. O protocolo de emenda ao TCA foi assinado em Caracas, capital venezuelana, em 14 de dezembro de 1998. A OTCA tem a convicção que a Amazônia, por possuir um dos mais ricos patrimônios naturais do Planeta, é estratégica para impulsionar o futuro desenvolvimento dos países participantes e da região; um patrimônio que deve ser preservado, mas essencialmente, promovido, em consonância com os princípios de desenvolvimento sustentável.

Com o fim da Guerra Fria, o Estado nacional perdeu força, apresentando-se a necessidade da reconsideração das formas e da oportunidade de emprego do viés bélico. O que se entendia por soberania sofreu grave afetação, e a questão de segurança perdeu espaço na agenda das relações internacionais, aliando-se à ênfase econômica e minimizando a importância dos estudos estratégicos. Mesmo diante desse quadro conjuntural, a Amazônia continuou mantendo relevância tanto pelas vantagens econômicas da região, como pela necessidade de segurança, vital para qualquer esforço de integração regional. Diante dos novos desafios, em dezembro de 1992, a administração do Presidente Itamar Franco lançou a Iniciativa Amazônica (IA), objetivando aprofundar a cooperação econômica com os países da região, membros do Pacto Andino, mais Guiana e Suriname. Desta forma, o TCA passou a ter novo conteúdo, para, por intermédio da ação econômica, reafirmar-se coletivamente e multilateralmente a soberania sobre a região.

No contexto da agenda ambiental e de proteção às minorias indígenas (em relação à questão de demarcação de reservas), o que está em jogo é atuação de algumas ONG, que as autoridades do Estado (particularmente os militares), encaram como ameaça à soberania nacional. De forma paralela, mas não menos preocupante, configura-se o desafio dos garimpos e exploração irregulares, gerando contrabando de riquezas naturais florestais e minerais e destruição ambiental, cultivo e tráfico de drogas (narcotráfico), estabelecimento de forças militares de fora da região frente a nossas Fronteiras e a possível infiltração de forças guerrilheiras e vagas de

refugiados, que se produziram com a militarização de conflitos em países vizinhos (especialmente a partir do desencadeamento do Plano Colômbia)² (ROSAS, 2006).

Dessa forma, num momento em que a Fron econômica e demográfica se expande e se aproxima da Fron política, estabelecendo conexões com os países vizinhos, é necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre preservação ambiental, desenvolvimento econômico e controle político. E para o governo brasileiro, é fundamental **responder rapidamente ao vácuo criado pela redução da presença do Estado na região**, especialmente no que diz respeito às FA e aos serviços sociais. Isto para que as noções de soberania e de responsabilidade possam substituir as de ausência e descaso, que podem gerar a perda e/ou a degradação deste inestimável patrimônio que representa mais da metade de nosso território nacional (VIZENTINI, 2005).

4.1.6 Aspectos Econômicos

Os governos militares são vitais para a compreensão do quadro econômico amazônico. A construção das "rodovias de penetração", iniciadas com a BR-230 (Transamazônica) e suas transversais, apesar de não estarem pavimentadas, interligam diversas hidrovias, criando flexibilidade de acesso ao interior da Amazônia. As rodovias BR-174 (Manaus – Boa Vista) e a BR-319 (Manaus - Porto Velho) complementam o sistema hidroviário entre estas importantes cidades da região. A BR-174 cresce de importância, por estar interligada ao sistema venezuelano, permitindo uma saída para o mar do Caribe. As BR 210 e 306, que associadas com as BR 364 e 319, podem suplementar o transporte fluvial de suprimentos a setores de unidades militares posicionadas ao longo do arco fronteiriço da Amazônia Ocidental, que tem início em Roraima e vai até Rondônia.

² O Plano Colômbia era parte constitutiva do programa do candidato eleito Andrés Pastrana à presidência da Colômbia entre os anos 1998-2002, que se chamava *Plan de Desarrollo Cambio Para Construir La Paz*, no qual visava agregar a cooperação internacional para a Colômbia – particularmente dos EUA - no tema drogas em torno de uma espécie de “Plano Marshall”, que considerava certo controle de drogas não repressivo e nem destrutivo ambientalmente (BETANCOURT; MARTÍNES, 2000).

No projeto estava escrito que o Plano Colômbia buscava beneficiar, por uma parte, a população vítima da violência, em especial a população que se viu forçada a se deslocar como resultado da disputa pelo controle territorial entre os diferentes atores armados, e de outra, a população camponesa vinculada aos cultivos ilícitos (PLAN..., 1999).

Outras estradas, projetadas ou em construção, irão contribuir, quando prontas, para a integração dos sistemas de transportes na área (BRASIL, 1997, p. 2-9).

Ainda em relação às rodovias, papel de destaque desempenham as rodovias BR-153 (Belém - Brasília) e a BR-364 (Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco - Cruzeiro do Sul, no Acre) e BR-163 (Cuiabá - Santarém), por ligarem a Amazônia aos principais centros industriais do país e acelerarem o desenvolvimento econômico das regiões por onde atravessam.

Segundo as IP 72-1 (1997, p. 2-8), o transporte fluvial é predominante na área - uma vez que os cursos d'água se caracterizam nas principais VA -, complementado pelo aéreo e pelo rodoviário. Possui diversos inconvenientes, como fraca infraestrutura portuária, lentidão, sujeição ao regime dos rios e percursos alongados pelos meandros dos rios ou por talvegues paralelos. Os portos fluviais, localizados principalmente em Belém-PA, Manaus-AM, Porto Velho-RO, Santarém-PA e Macapá-AP, e os pontos extremos navegáveis pelos Navios Patrulha Fluvial (N Pa Flu), da Marinha, assumem importância estratégica para as operações militares.

Os Estados são contemplados com aeroportos de nível internacional em suas capitais, assim como linhas regulares de aviação comercial, com destaque para Manaus (AM). É, ainda, relativamente grande o número de cidades com aeroportos servidos com linhas aéreas regionais, bem como o número de fazendas e garimpos que possuem campos de pouso, por vezes clandestinos, sendo alvos de constante fiscalização por parte de órgãos e instituições federais.

A pecuária extensiva é uma atividade marcante na Amazônia, havendo grandes projetos ao longo das rodovias, que foram criados com incentivos diretos e indiretos do governo federal, notadamente durante os governos militares. A produtividade da pecuária na região é muito reduzida, dificilmente alcançando 50 quilos anuais por hectare e declina rapidamente, em virtude do enfraquecimento do solo. Essa atividade existe, no entanto, uma vez que a pecuária extensiva é utilizada na especulação fundiária, como forma de valorização e obstáculo para a desapropriação para fins de reforma agrária.

Apesar da enorme riqueza potencial da biodiversidade amazônica, que constitui o maior "banco genético mundial", há pequena utilização por parte do Brasil para pesquisas e desenvolvimento tecnológico, incentivando a realização de "biopirataria" por parte de estrangeiros.

O extrativismo mineral merece destaque, com expressivo crescimento nas últimas décadas, principalmente com o Projeto Carajás, no sul do Pará, controlado pela Companhia Vale, que envolveu enormes investimentos federais, incluindo uma hidrelétrica - Tucuruí no rio Tocantins, e uma ferrovia de 640 km - Estrada de Ferro Carajás. Além disso, há a bauxita no Pará, manganês no Amapá, ouro em várias regiões e "terras raras"³ na região de Roraima.

Cabe registrar, ainda, o imenso potencial de água doce da região amazônica, produto que, segundo projeções, pode vir a tornar-se mundialmente escasso até o final da primeira metade do presente século.

4.2 POSSÍVEIS AMEAÇAS

De forma a caracterizar o cenário amazônico atual, Paiva (2006, grifo nosso) afirma que a região amazônica brasileira é um espaço inserido em nossas Fron, mas que ainda não foi efetivamente ocupado e integrado à Nação. Continua a sua reflexão colocando que a vulnerabilidade na região é consequência do **vazio do poder, da ausência do Estado e do baixo grau de integração**.

Pinheiro (1995, grifo nosso) afirma o que se segue:

A atual problemática existente em diversas regiões do arco fronteiro amazônico, da Guiana Francesa à Bolívia, envolvendo com maior ou menor intensidade, questões indígenas, garimpo clandestino, descaminho de recursos minerais, atividades de contrabando e de tráfico de armas, problemas fundiários, e, principalmente, a forte conexão existente entre a guerrilha alienígena e o narcotráfico criando o fenômeno da narcoguerrilha (particularmente, no Peru e na Colômbia), ratifica a **possibilidade da eclosão latente de crises que tenham no seu escopo o desencadeamento de conflitos onde estará em foco a defesa de interesses vitais do Brasil na Amazônia**, particularmente, a Soberania e a Integridade do Patrimônio Nacional.

Integrando os assuntos abordados acima, pode-se salientar a preocupação evidenciada por Silva (2007b) de que não podemos, como algumas vertentes desejariam, eliminar as FA e o fator segurança nacional do equacionamento de uma política nacional para a Amazônia.

³ As chamadas "terras raras" são um grupo de elementos químicos, em número de 17, constituído pelo grupo dos Lantanídeos, pelo Escândio e pelo Ítrio. Por apresentarem propriedades muito similares e por serem de difícil separação, foram considerados "raros". São metais, macios, maleáveis e dúcteis. São usadas em superimãs, telas de *tablets*, computadores e celulares, no processo de produção da gasolina, e em painéis solares.

Para Pinheiro (1995), o ambiente de selva, a extensão territorial, a imensa faixa de Fron, a rarefação demográfica, a deficiência de transportes e a precariedade de comunicações são fatores característicos daquela que, hoje, é a área estratégica de maior prioridade no território brasileiro.

Segundo Silva (2007b), a Estratégia da Presença, com a transferência de tropas e equipamentos do S / Sudeste (SE) para a região amazônica, não pode e não deve ser obstada pela presença das TI, por exemplo. Na verdade, é fundamental que as FA brasileiras sejam treinadas e preparadas para lidar com respeito, e em bases estritamente legais, com os povos indígenas⁴ brasileiros e outros atores da região Norte. Trata-se, em verdade, de seguir firmemente os princípios estabelecidos na Constituição democrática de 1988, na qual se fixam claramente as funções institucionais das FA.

Portanto, a eliminação das FA da região – e mesmo de outros Órgãos de Segurança Pública (OSP) – bem como a limitação de seus movimentos ou sua sujeição a outras instituições (nacionais ou estrangeiras, estatais ou privadas, principalmente aquelas operando na faixa de Fron) é claramente anticonstitucional e uma grave ameaça a qualquer estratégia de dissuasão e/ou presença brasileira na região N. Assim, a demanda de algumas ONG, de retirada total da presença do Estado-Nação em TI ou em áreas de reservas florestais, deve ser repudiada com vigor, marcando a presença do Estado naquela região (SILVA, 2007b).

Outro aspecto a ser analisado na região é o da questão fundiária. Ao se focalizar possíveis ameaças à garantia dos poderes constitucionais e à manutenção da lei e da ordem, não se pode deixar de acompanhar com grande atenção o desenvolvimento das **questões fundiárias** que, em diversas regiões da Amazônia, podem levar a **exacerbações que desencadeiem conflitos** provocados por reivindicações dos “movimentos de luta pela terra”, em especial. Estes conflitos podem **exigir o emprego de força federal**. Para prevenir a sua eclosão, além da **presença da expressão militar**, o que se faz necessário é uma eficiente ação

⁴ Foi utilizado o termo “povos” indígenas de acordo com o que prescreve a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo em vista que o conceito “povos” neste instrumento internacional não se refere ao princípio de livre autodeterminação dos povos, no sentido de nações que podem legitimamente procurar a independência de seus territórios no conceito internacional. A salvaguarda jurídica se fez com o objetivo de poder usar o conceito de “povo” na sua dimensão de comunidade histórica sem apelar à sua dimensão política de autodeterminação (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 20--).

governamental, coordenada em nível federal, estadual e municipal (PINHEIRO, 1995, grifo nosso).

As ações combinadas do EB e do Exército Colombiano contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), no ano de 1991, denominadas de “Operação Traíra” e “Operação *Perro Loco*”, em reação ao Atq desses guerrilheiros a um destacamento do EB (Destacamento Traíra) na Fron com a Colômbia, demonstrou a necessidade de estar preparado para se contrapor a situações dessa natureza. Para Pinheiro (1995, grifo nosso), dentre as mais significativas ideias preconizadas na atual concepção estratégica face a conflitos com essas nuances está a sua **adequada caracterização**. Trata-se de um **conflito de baixa intensidade**⁵, onde o Ini, genericamente designado de “Forças Adversas” (F Adv), pode apresentar-se sob **várias matizes** – narcotraficantes, garimpeiros clandestinos, indígenas apátridas, guerrilheiros com ou sem motivações ideológicas, aventureiros internacionais, agentes de potências de fora do continente sul-americano infiltrados, ou mesmo uma combinação desses elementos – **pondo em risco a segurança nacional, nas regiões fronteiriças amazônicas**.

Segundo Piletti (2008, grifo nosso), no pós-Guerra Fria, um conjunto disperso e múltiplo de fenômenos e atores, predominantemente não estatais e transnacionais, vem se tornando cada vez mais um importante alvo das políticas de segurança norte-americanas e ocidentais, fato este que tem provocado um obscurecimento da tradicional distinção moderna entre conflitos externos e segurança interna. Estes **novos atores e fenômenos de caráter não tradicional** são definidos na política de defesa dos EUA como as “**novas ameaças**”. O conceito envolveria atividades diversificadas, tais como o terrorismo e o crime organizado em geral, destacando-se, por exemplo, o narcotráfico, o tráfico de armas e o de pessoas. Marques (2007, grifo

⁵ O conflito de baixa intensidade é uma confrontação político-militar de menor intensidade que a competição pacífica entre países ou grupos contendores. Frequentemente compreende lutas prolongadas entre princípios e ideologias rivais. Os conflitos de baixa intensidade abrangem tanto a subversão como o uso da Força Armada e são travados por meios diversos, utilizando instrumentos políticos, econômicos, informativos e militares. Os conflitos de baixa intensidade são localizados, geralmente, no terceiro mundo [sic], mas contêm implicações de segurança regional e global (CARBONELL, 1993, p. 4).

Segundo o Glossário das FA (MD 35-G-01), o conflito de baixa intensidade se refere a um confronto limitado, violento, no qual, pelo menos, um dos lados não utiliza sua capacidade total. É caracterizado por **ações assimétricas**, onde um dos lados adota medidas de terror e guerrilha, na área de conflito (normalmente, urbana), procurando, desta maneira, atingir seus objetivos políticos (BRASIL, 2007b, p. 64, grifo nosso).

nosso) acrescenta que estas questões apresentadas, alçadas à categoria de “novas ameaças”, tornaram-se passíveis de “**securitização**”⁶ por Estados, Organizações Internacionais ou mesmo atores não estatais. Uma vez identificados como **ameaças à segurança internacional, problemas como a devastação ambiental ou o desrespeito aos direitos humanos podem vir a justificar ações militares**. Marques (2007, grifo nosso) afirma ainda que, no processo de reavaliação das vulnerabilidades estratégicas brasileiras, as **fronteiras amazônicas**, até então colocadas em segundo plano, foram **identificadas como o principal foco de problemas em matéria de segurança e defesa**, o que ocasionou um conjunto de modificações nas concepções doutrinárias e organizacionais das FA brasileiras.

Nesse contexto, observa-se o surgimento ou recrudescimento de ameaças não tradicionais na Amazônia brasileira, quais sejam: as questões ambientais; os problemas relacionados aos povos indígenas; os crimes transnacionais; e a guerrilha colombiana, dentre outras.

As assertivas acima são reforçadas por Assis (2005) ao colocar que a Amazônia é inegavelmente uma área de grande importância geopolítica. Apresenta problemática intrínseca, resultante de uma série de realidades que se entrecroçam, das quais podem ser destacadas: a imensa extensão territorial; os grandes vazios demográficos; a longa linha de Fron; as imensuráveis riquezas naturais; a rarefação demográfica; e a deficiência de transportes, bem como a precariedade de comunicações que materializam o seu isolamento.

A isso tudo, somam-se fatores socioeconômicos envolvendo particularmente vários problemas que afetam a sua segurança e o seu desenvolvimento, tais como: o **garimpo desordenado**, sem um mínimo de controle; a **problemática dos índios**; a **questão ecológica**, cujas imensas áreas de preservação ambiental restringem a implantação de atividades produtivas, dificultando o desenvolvimento econômico; o **narcotráfico**, que é o principal agente estimulador dos atos criminosos que afetam bastante a segurança nacional, atuando pelo efeito da violência e, muitas vezes,

⁶ A securitização é um processo intersubjetivo e socialmente construído. Para que uma questão seja securitizada é necessário que a opinião pública respalde o discurso de um ator “securitizador” (que pode ser um representante do governo ou um ator não estatal, como, por exemplo, o membro de uma ONG) sobre a existência de uma ameaça que pode comprometer a sobrevivência de um determinado objeto de referência (o Estado, a cultura de uma sociedade, o meio ambiente, um grupo étnico etc) e a adoção de medidas emergenciais e fora dos parâmetros normais do procedimento político (BUZAN; WÆVER; WILD, 1998).

comungando com movimentos guerrilheiros (**narcoguerrilha**); as **questões pela posse de terras**, trazendo em seu bojo uma acirrada disputa entre latifundiários, fazendeiros, grileiros, posseiros e indígenas; e **a ação de ONG**, que se aproveitam do isolamento em que vivem as comunidades do interior e da Fron, normalmente dirigidas e financiadas por organismos internacionais, acirrando as disputas pela posse de terras, inculcando falsas ideologias, aplicando a biopirataria e acobertando a sua missão principal na obtenção e no fornecimento de dados técnicos e científicos, que são repassados para fontes externas, inibindo a atuação e o controle dos órgãos competentes (ASSIS, 2005, grifo nosso).

Ademais, há a ameaça do “inimigo internacional”, que pode intervir na Amazônia sem fazer uso de meios militares clássicos, mas sim de operações psicológicas para reivindicar, perante a comunidade internacional, a retirada da soberania brasileira sobre a área. Para isso, deverá criar motivos, ou seja, uma “bandeira” para ampliar sua liberdade de ação junto aos Organismos Internacionais. Estabelecer uma F Adv que emprega TTP de guerrilha com “objetivos nobres” – preservação ambiental ou preservação dos indígenas e suas terras, por exemplo – potencializaria o objetivo estratégico de retirar a soberania sobre os recursos da Amazônia.

Em entrevista concedida ao Programa Canal Livre da TV Band, em 15 de maio de 2011, o Gen Ex R/1 Augusto Heleno Ribeiro Pereira, antigo Comandante Militar da Amazônia, declarou que **há possibilidade de um conflito de fato na região amazônica gerado por problemas relacionados a garimpos ilegais, a invasões de áreas florestais por madeireiros, a tráfico de drogas, dentre outros**. Informou ainda que, apesar das hipóteses de emprego do EB serem baseadas principalmente nas missões constitucionais de defesa do território nacional e de manutenção da soberania, as missões secundárias de se contrapor aos ilícitos citados acima vêm ganhando relevância, à medida que estão saindo da esfera da segurança pública e entrando na esfera da Segurança Nacional (PEREIRA, 2011, grifo nosso).

Dessa forma, faz-se necessário apresentar um panorama específico para cada ameaça considerada não tradicional. Além das já citadas – questões indígenas (QI), movimentos de luta pela terra, garimpeiros, madeireiros, Org Crim ligadas ao narcotráfico e/ou à narcoguerrilha e ONG – cabe refletir ainda sobre a questão dos quilombolas.

4.2.1 Questões indígenas

Nos últimos anos, as questões indígenas, associadas particularmente à região amazônica, ganharam vulto na pauta de discussões em âmbito nacional.

De acordo com Zendim (2004), as questões indígenas são entendidas como o conjunto de ações que englobam os assuntos referentes aos índios e às medidas adotadas para protegê-los, bem como aquelas que se relacionam com as terras, com as reservas ou com o ambiente onde vivem e com seus conhecimentos, costumes e culturas.

Segundo a Revista de Audiências Públicas do Senado Federal, durante as audiências na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), alguns debatedores citaram as extensas áreas demarcadas e unidades de conservação (UC) como uma das maiores vulnerabilidades da defesa nacional. Muitas delas estão em região de Fron e se mantêm quase intocadas, com baixíssima densidade populacional, havendo casos de reservas servirem de base para o crime organizado, além de serem de difícil penetração (EXTENSÃO..., 2012).

Ressalta-se ainda que, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), as reservas ocupam 12,5% o território nacional e, segundo o Gen Ex Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, atual Comandante Militar da Amazônia, poucos pontos da Fron não estão ligados a esses tipos de unidades, o que, para ele, gera “certo tipo de congelamento das áreas” (EXTENSÃO..., 2012).

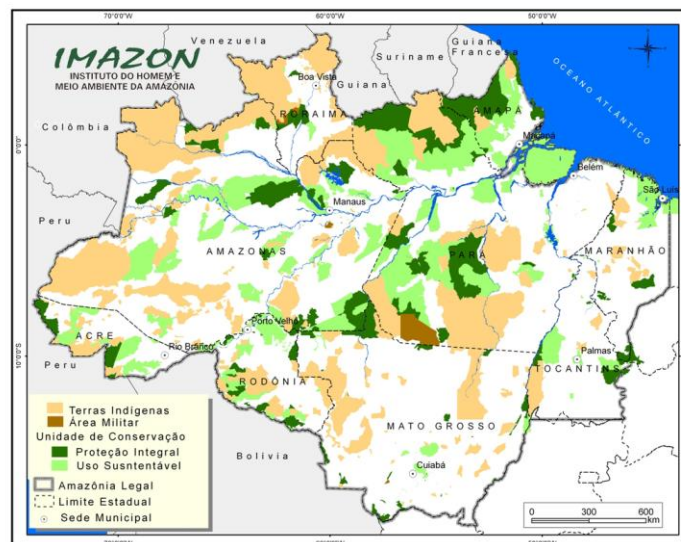
As reservas indígenas passaram a ser um problema ainda maior para a soberania nacional após a ratificação, por parte do Brasil, em 2007, da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Nesse documento foi estabelecido, entre outros princípios, que os índios têm direito ao autogoverno, à livre determinação política, a instituições políticas e sistemas jurídicos próprios, a pertencer a um povo indígena, a vetar atividades militares em suas terras, e ainda a aceitar ou não medidas legislativas da União. Ações militares, legislativas ou administrativas do Estado em território indígena deverão ser previamente consentidas pelos índios. Além disso, o artigo 42 da Declaração permite respaldar a intervenção internacional para impor os termos do documento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Sendo assim, o quadro acima apresentado se caracteriza numa grave ameaça a partir do momento que uma Terra Indígena se transformar num Estado-Nação,

tornando-a uma área ainda mais frágil e suscetível à eclosão de conflitos. Não se discute aqui o cumprimento das determinações de uma Declaração assinada pelo Governo brasileiro, mas sim a possibilidade de outros atores/Estados se utilizarem dos povos indígenas e das “brechas” de legislações nacionais ou internacionais conexas para atingirem seus interesses em relação à Amazônia ou à soberania brasileira.

Somado à questão da criação de grandes reservas indígenas (Figura 3), como já abordado anteriormente, insere-se o problema do vazio demográfico da Amazônia. Estas situações podem provocar supostos riscos que são conhecidos como “mexicanização” e “balcanização” da Amazônia. No primeiro processo, o escasso povoamento da região poderia ocasionar algo semelhante ao que ocorreu no México no século XIX, ocasião em que as terras do norte daquele país foram incorporadas pelos EUA em um processo que se iniciou pacificamente, com a compra ou apossamento de terras pelos norte-americanos, mas terminou com a invasão militar e anexação de grande parte do território mexicano. Por outro lado, a “balcanização” está mais ligada à presente pesquisa, uma vez que refere-se à formação de enclaves étnicos, sociais e políticos na Amazônia, a partir da criação de grandes reservas indígenas (PILETTI, 2008).

Figura 3 – As áreas protegidas da Amazônia Legal



Fonte: As Áreas... (2011)

De acordo com Carrasco (2008, grifo nosso), a atuação do Movimento Ambientalista Internacional, no que se refere à promoção do indigenismo, do tribalismo, e do ambientalismo “está semeando as sementes do ódio, do

separatismo e da **balcanização do continente**, e, se continuar, o regará com rios de sangue das **lutas fratricidas** induzidas deliberadamente pelas oligarquias financeiras internacionais”.

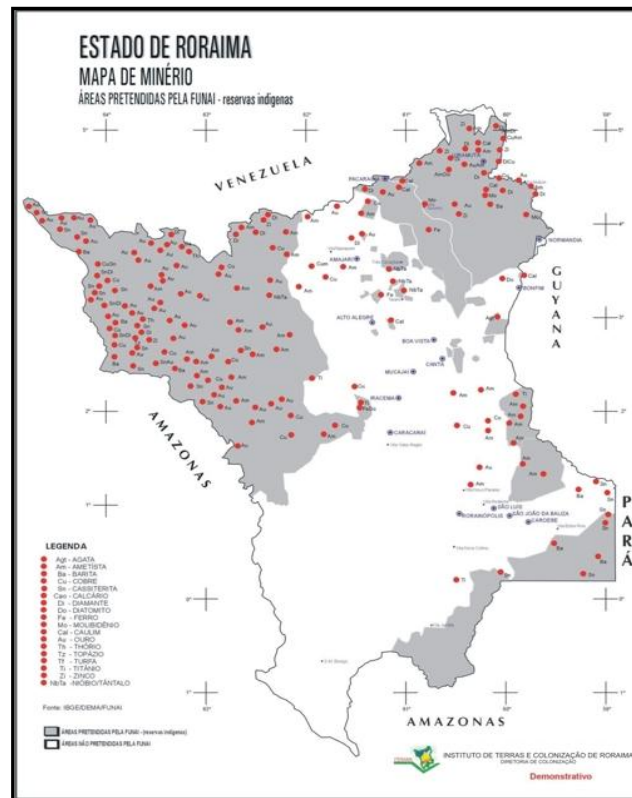
Um caso emblemático da questão indígena na Amazônia brasileira é a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), em Roraima. O processo de demarcação da TIRSS começou em 1977. Em 2005, foi homologada pelo Presidente Lula, que deu posse permanente da área aos grupos indígenas Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang e Vapixana. Desta feita, os não índios seriam obrigados a se retirar da reserva, todavia um grupo de plantadores de arroz se recusou a sair. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela demarcação da reserva como área contínua, com 1,7 milhão de hectares, e pela retirada definitiva (extrusão) dos arroteiros. E definiu que a União tem livre acesso às TI para defender as Fron ou construir escolas e hospitais, entre outras prerrogativas (EXTENSÃO..., 2012).

Segundo o Gen Bda R/1 Rocha Paiva, com a demarcação da TIRSS em terras contínuas “perdeu-se a oportunidade de corrigir a sucessão de equívocos que, há duas décadas, vão consumando a perda de soberania e integridade territorial na Amazônia” (PAIVA, 2009).

De acordo com Britto (2010), os interesses em torno das questões indígenas no Brasil são diversos, bem como os atores que defendem estes interesses. Por exemplo, a posição geoestratégica do Estado de Roraima, a sua localização privilegiada em face da possibilidade de ligação com o Caribe, aliada ao fato da ocorrência de fartas jazidas de ouro, diamantes e de cassiterita, dentre outros importantes minérios, contribuem para que aquele setentrião do território nacional seja alvo de acirradas pretensões e de desenfreada atuação de ONG (Figura 4).

Uma das formas de amenizar as ameaças e situações colocadas acima é a aplicação do Decreto Federal nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das FA e da Polícia Federal (PF) nas Terras Indígenas e dá outras providências. Segundo Visacro (2009b), este decreto presidencial atraiu severas críticas do movimento indígena e de diversas organizações indigenistas que o consideraram abusivo.

Figura 4 – Onde há minério, há TI em RR



Fonte: Mapa... (2012)

No ano 2008, a controvérsia gerada em torno da demarcação da TIRSS levou o Executivo Federal a editar, em 22 de julho, o Decreto Federal nº 6.513, a fim de aquietar os militares quanto àquilo que acreditavam ser um potencial risco à soberania nacional. O Decreto nº 6.513 altera o Decreto nº 4.412 (BRASIL, 2002), sem, contudo, revogá-lo; e o que era, até então, uma alternativa tornou-se uma imposição governamental (VISACRO, 2009b), na medida em foi determinado ao Comandante do Exército (Cmt Ex) a instalação de unidades militares permanentes, além das já existentes, nas Terras Indígenas situadas em faixa de Fron, conforme plano de trabalho que deveria ser elaborado pelo Cmt Ex e submetido pelo MD à aprovação do Presidente da República (BRASIL, 2008a).

A partir de então, dentre outras ações, o EB elaborou o Programa Amazônia Protegida⁷ (PAP), destinado a aumentar o aparato de defesa na região Norte, prevendo, dentre outras providências, a instalação de novos Pelotões Especiais de

⁷ O Programa Amazônia Protegida é um abrangente conjunto de ações estratégicas orientadas para a preservação da soberania brasileira sobre a Região Amazônica, tendo a segurança, o desenvolvimento e a preservação ambiental como eixos estruturantes (PLANO..., 2008).

Fronteira (PEF) no interior das Terras Indígenas. Essas atitudes permitirão maior presença do Estado na região, minimizando, dessa forma, a possibilidade de propagação de conflitos.

4.2.2 Questões fundiárias

Os grandes projetos da Amazônia e a construção de rodovias atraíram para a região grandes fluxos migratórios provenientes, principalmente, do Centro-Sul e do Nordeste.

Essa “conquista” da Amazônia desencadeou uma série de conflitos sociais envolvendo posseiros, grileiros, empresários, fazendeiros, jagunços, empreiteiros, peões e indígenas. O resultado foi um grande número de mortos ao longo dos anos.

Cabe, inicialmente, explicitar cada um desses atores que permeiam a questão agrária na Amazônia.

Os **posseiros** são agricultores que cultivam pequenos lotes, geralmente há muitos anos, mas não possuem o título de propriedade da terra. Eles têm a posse da terra, mas não os documentos legais registrados em cartórios, que garantem a sua propriedade. Normalmente são vítimas de fazendeiros e empresas.

Os **grileiros** são agentes de grandes proprietários de terras que se apropriam ilegalmente de extensas porções de terras, mediante a falsificação de títulos de propriedade. Com a ajuda de capangas e jagunços, expulsam posseiros e índios das terras. Em linhas gerais, as terras "griladas" passam ao controle dos novos "proprietários".

Já os **empresários** são pessoas ou empresas que adquirem enormes extensões de terra na Amazônia, algumas vezes com títulos de propriedade duvidosos. Muitas das vezes são personificados na figura do fazendeiro.

Jagunços são homens armados, contratados por grileiros, fazendeiros, empresários ou empreiteiros para patrulhar suas terras e expulsar posseiros ou indígenas.

Empreiteiros são pessoas que contratam os trabalhadores para as grandes fazendas. São também chamados de "gatos" ou intermediários.

Peões são trabalhadores rurais, recrutados pelos "gatos". Ganham baixos salários e, muitas vezes, trabalham sem carteira assinada, não se beneficiando dos

direitos trabalhistas. Eles se iludem com promessas de um enriquecimento que nunca acontece e ficam sempre devendo ao patrão, não podendo deixar o emprego.

Rodovias, como a Belém-Brasília e a Transamazônica, atraíram posseiros e grileiros para a Amazônia Oriental (a região conhecida como "Bico de Papagaio", o sul do Pará e o norte do Maranhão). Essas áreas se transformaram no principal foco de violência rural do Brasil, chamando a atenção de organizações de direitos humanos nacionais e internacionais. As cidades de Conceição do Araguaia-PA, Tocantinópolis-TO e Imperatriz-MA ficaram conhecidas como centros nacionais de grilagem de terras.

Segundo Conceição (2009), a ausência de uma concreta reforma fundiária ao longo da história brasileira possibilitou entre outros, a organização e o fortalecimento político do latifúndio – a “bancada ruralista”, como ficou conhecida no Congresso Nacional. Esta apresenta grande influência tanto no governo federal, como no estadual e no municipal, conseguindo defender seus interesses, inclusive mantendo o latifúndio improdutivo, causador de muitos conflitos no campo. Questão que se tornou mais contundente a partir da década de 1980 com a propagação do sindicalismo no campo e o surgimento dos movimentos de luta pela terra, os quais têm em comum, forçar a reforma fundiária. Uma reforma que beneficie o pequeno produtor rural, a agricultura familiar, não somente com os assentamentos, mas com assistência técnica e infraestrutura social para os mesmos. Infelizmente, somente após o conflito ocorrido em Eldorado dos Carajás-PA – o famoso “massacre” dos sem-terra -, em abril de 1996, é que o Governo Federal começou a direcionar determinadas ações, a exemplo dos assentamentos, para “minimizar” tais conflitos e dar alguma resposta à sociedade, neste sentido.

Cabe ressaltar que os MLT surgiram no Brasil na década de 1980. A partir de então eles vêm crescendo paulatinamente à medida que o Governo tem demonstrado, em algumas oportunidades, complacência com seus métodos de atuação em prol do objetivo de combater o sistema capitalista.

Diversas entidades e organizações populares e sindicais apoiam os MLT. Citam-se entre elas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Igreja Luterana, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a União Nacional dos Estudantes (UNE), dentre outras.

Esta verdadeira rede em que se sustentam e se articulam os MLT é por vezes preocupante, na medida em que essa pluralidade de atores participaram e continuam a participar dos encontros dos movimentos sociais, fortalecendo os objetivos do MLT, que muitas vezes são divergentes dos traçados pelo Governo brasileiro. As ocupações de terra foram reafirmadas como o principal instrumento de luta pela reforma agrária. Desde então, esses movimentos têm conquistado espaço nas decisões do Governo. Apesar de não possuírem personalidade jurídica, alguns deles têm recebido verbas governamentais que mantêm suas metas plausíveis de serem alcançadas por intermédio de entes que simpatizam com os objetivos preconizados pelos movimentos (BRITTO, 2010).

Ainda segundo Britto (2010), o repasse de verba pública a esses movimentos tem preocupado lideranças políticas brasileiras, em virtude da possibilidade de utilização de dinheiro público para patrocinar invasões de terra. Acrescenta-se a este fato as acusações, muito veiculadas na mídia, de envolvimento de servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na venda de lotes para a reforma agrária.

Outro caso notório da questão fundiária na região amazônica foi o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em Anapu-PA, em fevereiro de 2005. O caso teve forte repercussão e várias vozes se levantaram no cenário nacional e internacional - autoridades do Governo Federal, militantes dos movimentos sociais, defensores dos direitos humanos e muitos outros - para denunciar os conflitos pela posse da terra e as violações de direitos no Pará (QUINTANS, 2008).

Outra situação preocupante é apresentada por Pinto (2012, grifo nosso):

Há mais pistoleiros em ação nas frentes (pioneiras ou econômicas) da Amazônia, **matando por encomenda**. Mas é difícil identificá-los e localizá-los. Quem encomenda o "serviço" fornece a arma e toda a logística para a execução. O pistoleiro, depois, volta às suas atividades regulares, sem qualquer traço de associação ao crime. Até o próximo contato. **Ele pode viver num assentamento de sem-terra. Há notícias da presença constante de pistoleiros entre os lavradores.** Os "**profissionais do gatilho**" **também são agricultores na entressafra do crime**. Mas não se expõem mais como antes, em locais certos e muito conhecidos. Não dão mais bandeira, como se dizia na gíria (ainda usada?). Criminosos de grande periculosidade usam fachadas legais como essa para atuar com mais desenvoltura, sem correr o risco do estigma, da identificação fácil. Provavelmente quadrilhas de bandidos estão se deslocando de suas áreas nativas, no Rio, em São Paulo e no Nordeste, atraídas pelas possibilidades de ganho melhor e mais seguro em áreas amazônicas de migração intensa, como hidrelétricas, minerações, estradas ou portos. **Tem know-how para aplicar golpes rentáveis.** Quem olhar com as lentes apropriadas perceberá **dois fenômenos em crescimento acelerado**. Um deles já é mais antigo: a

criminalização dos movimentos sociais, da militância pela causa dos direitos humanos, em especial das minorias, e de reação à política oficial de ocupação da Amazônia, ainda à base da indução ao conflito, ao desequilíbrio social. O outro é bem mais recente e há pudor em referir-se a ele: é a ação de criminosos que se aproveitam justamente daqueles reformadores, defensores da dignidade humana e contestadores, que se entestam com o aparato estatal, ainda viciado pela promiscuidade com as elites do poder. Os militantes sociais costumam ver os problemas da Amazônia por uma ótica dualista, no velho maniqueísmo do bem e do mal, do bom e do mau, do certo e do errado. O posseiro de um lado, o lado bom; o proprietário de terras do outro, sempre errado. A empresa, que precisa ser atacada, e o indivíduo, merecedor de todo apoio. O índio puro e indefeso e o branco devastador.

Ainda em relação à problemática fundiária na Amazônia, pode-se considerar que as sociedades indígenas constituem o setor mais frágil e mais prejudicado com essa ocupação desordenada da Amazônia. Os índios são expulsos de suas terras pelos jagunços contratados por empresários, pelas hidrelétricas, pela derrubada da mata etc. A vida dos povos indígenas está ligada à terra e, sem ela, os grupos se desorganizam. Frequentemente, comunidades inteiras são mortas por doenças transmitidas pelos brancos.

Queimadas, desmatamentos, morte de índios, violência contra seringueiros e posseiros são fatos que passaram a fazer parte da agenda de discussão em debates e fóruns internacionais. A degradação da Amazônia e os seus conflitos sociais passaram a ser condenados, alertando o Estado brasileiro da necessidade de novas políticas de preservação, ocupação e desenvolvimento da região. Essas medidas permitirão atenuar o quadro de conflitos que se apresenta claro, iminente e periclitante na região.

Théry (2004, apud SILVA, 2004a, p. 99, grifo nosso)⁸ afirma que:

A Amazônia [...] se ela representa 60% da superfície do Brasil, seu PIB não passa de 5% do PIB nacional, reúne apenas 10% da população urbana e 12% da população total do país, e um pouco mais – 14% dos migrantes recentes, das estradas, do número de municípios. **O único indicador, pouco invejável, para qual a Amazônia supera sua quota de território é o número de mortos em conflitos fundiários [...].**

Pode-se inferir, dessa forma, que a questão fundiária merece atenção especial na Amazônia. Caracterizada como um dos principais focos de tensão nas últimas décadas, a crise originária dessa questão pode ser escalada num futuro próximo caso providências não sejam tomadas por parte de governantes e outros atores

⁸ THÉRY, Hervé. **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília, DF: UnB, 2004.

responsáveis pela estabilidade da região. De qualquer forma, as FA devem estar preparadas para o caso de radicalização das ações por parte de grupos ligados à luta pela terra que, provavelmente, estarão sendo manipulados por outros grupos ou organizações com interesses duvidosos na Amazônia.

4.2.3 Garimpeiros

A prática do garimpo ilegal está intimamente ligada à questão ambiental na Amazônia e é mais uma peça no mosaico de conflitos latentes naquela região. Os impactos sociais, ambientais e econômicos causados pela atividade garimpeira na Amazônia vêm acontecendo desde a descoberta da primeira jazida aurífera no século XVIII.

Segundo Silva (2004b, grifo nosso), o garimpo foi fortalecido como fator de atração de grandes contingentes populacionais sem qualificação profissional, tendo vários períodos de pico a partir da década de 1970. Os garimpeiros exerciam suas atividades sem qualquer controle ambiental, gerando um imenso impacto em áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas (o que inclui a poluição dos rios por mercúrio, dentre outros resíduos tóxicos). As consequências puderam ser sentidas também no **aumento da violência contra os índios** e no alastramento de doenças como a leishmaniose, a malária, a gripe e a tuberculose. **Muitos conflitos entre garimpeiros e índios ainda estavam por vir**⁹. Após a suspensão da atividade garimpeira em áreas indígenas, houve um verdadeiro descaso com esta população migrante, que ficou exposta a condições degradantes de vida. Sem ter como retornar às suas regiões originais, e sem qualquer programa governamental que os auxiliasse, muitos destes trabalhadores do garimpo partiram para outras zonas de garimpagem ilegal, enquanto outros acabaram ampliando o inchaço das periferias

⁹ Um exemplo bastante divulgado pela mídia nacional e internacional foi o caso dos Yanomami, grupo de pouco contato com não índios até o início dos anos 1980, e que foram vítimas de doenças a partir do acesso de garimpeiros às suas áreas. A “corrida do ouro”, ocorrida no final dos anos 1980, levou milhares de garimpeiros às terras dos Yanomami, especialmente no estado de Roraima, culminando no episódio ocorrido na aldeia Haximu, em agosto de 1993, quando **vários índios foram mortos por garimpeiros** na fronteira do Brasil com a Venezuela. Apesar da garimpagem em áreas indígenas estar oficialmente suspensa e aguardando legislação específica desde os anos 1990, é importante frisar que ainda hoje persistem conflitos entre índios e garimpeiros na Amazônia. Como exemplo recente, há o caso ocorrido em abril de 2004, no estado de Rondônia, onde garimpeiros invasores foram executados por índios Cinta Larga, fato amplamente divulgado na mídia (SILVA, 2004b, grifo nosso).

de várias cidades amazônicas, piorando ainda mais os problemas ambientais urbanos, como é o caso notório, atualmente, das cidades de Boa Vista-RR e Porto Velho-RO.

A prática ilegal mais conhecida de garimpo acontece em TI e, apesar de ser ilícita, cresce com números alarmantes. No caso dos índios Cinta Larga, em 2004, o conflito aconteceu dentro da TI Roosevelt, que se localiza entre Rondônia e Mato Grosso, próximo ao município de Espigão d'Oeste-RO, sendo invadida por garimpeiros quando estes descobriram que a região era a maior reserva de diamantes do mundo e que poderia fornecer um milhão de quilates por ano. Esta invasão resultou num conflito sangrento, pois 29 garimpeiros foram mortos pelos índios quando tentavam defender seu espaço.

No mesmo ano, a região entre Roraima e Amazonas, onde se encontra a reserva dos Yanomami, foi invadida de forma diferente. Os garimpeiros propuseram aos índios que lhes permitisse explorar o território em busca de minérios enquanto distribuía espingardas e munições a eles, sendo o negócio aceito pelos índios. Na oportunidade, um dos líderes da aldeia afirmou que o governo não impede e nem intimida a ação dos garimpeiros da região que ameaçam a vida dos Yanomami com doenças sexualmente transmissíveis (DST), gripe, malária e conflitos sangrentos, uma vez que quando as aldeias se enfrentam geram grande quantidade de mortos, e estes, segundo a tradição Yanomami, são vingados gerando um ciclo conflitante entre os índios.

Cabe ressaltar que é no garimpo de ouro aluvial na Amazônia que toda a sorte de conflitos econômicos e sociais se manifesta. O Brasil não possui uma política mineral explícita, sendo a exploração do ouro organizada regionalmente, pelas populações locais, movidas por aspirações de ascensão e fuga da eterna exclusão social. Frequentemente os garimpos funcionam com infraestrutura precária, agredindo o ambiente e liberando grandes quantidades de mercúrio nos rios, no ar e no solo. Violência e dependência de drogas são ocorrências comuns neste tipo de trabalho.

Segundo Monteiro (2010), o caso Serra Pelada é emblemático na relação complexa e conflituosa que envolve capital industrial, capital mercantil, garimpeiros e poderes estatais, e que caracterizam, na Amazônia brasileira, a valorização do ouro. A Serra Pelada é uma serra brasileira localizada no estado do Pará. Tornou-se muito conhecida durante a década de 1980 por uma “corrida do ouro moderna”, tendo sido

considerado o maior garimpo a céu aberto do mundo, de onde foram extraídas, oficialmente, aproximadamente 30 toneladas de ouro. Localiza-se no município de Curionópolis, ao sul do estado do Pará, a aproximadamente 35 km da sede do município.

O apogeu da extração manual de ouro em Serra Pelada se deu entre 1980 e 1984. A partir dessa época até os dias atuais, a região vem sendo palco de vários conflitos e assassinatos. Em 29 de dezembro de 1987, na ponte rodoferroviária de Marabá-PA, aconteceu o conflito entre garimpeiros de Serra Pelada e Policiais Militares (PM), que ficou conhecido como “Massacre de São Bonifácio” ou “Guerra da Ponte”. A manifestação que gerou o massacre bloqueou o acesso à ponte mista de Marabá e pedia a reabertura de Serra Pelada com o rebaixamento da cava do garimpo. Até hoje não há um consenso sobre o número de manifestantes mortos, todavia estima-se que 79 garimpeiros desapareceram em decorrência do conflito (PREFEITURA DE MARABÁ, 2012).

Já em 1996, quem visitasse o povoado de Serra Pelada deparava-se com donos de barrancos (“cata”) empobrecidos e representantes de ex-empresários do garimpo que não saiam do local, na esperança de que um dia a solução do impasse com a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente Vale, viria. Observavam-se, também, bombas hidráulicas que ainda faziam desmonte de barrancos periféricos à antiga cava. Contudo os detentores de bombas e motores eram exceção na área. A aplicação do mercúrio era cada vez mais comum. Muitos garimpavam o chão da própria casa ou do quintal, enquanto outros mineravam os rejeitos. Serra Pelada é constituída por um conjunto de casebres pobres que contornam a área central – antiga praça de reunião dos garimpeiros. O acesso à região é feito, ainda hoje, por uma estrada tortuosa, ao longo da qual foram estabelecidas as moradias. Dessa estrada principal, à esquerda de quem entra em Serra Pelada, partem arruamentos irregulares que dão acesso à área de litígio entre garimpeiros e a CVRD. Descontentes com as ações da CVRD para assumir o controle da área de Serra Pelada, **os ex-garimpeiros rebelaram-se** e paralisaram as sondas. Na ocasião, Fernando Marcolino, antigo presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Curionópolis, e outros foram presos e acusados de formação de quadrilha (MONTEIRO, 2010, grifo nosso).

Nos últimos anos da década passada, a violência marcou o período em que a empresa *Colossus Minerals Inc.*, com sede em Toronto, no Canadá, e a Cooperativa

de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (COOMIGASP) fecharam contrato para explorar ouro no local. Houve três assassinatos, um suposto suicídio e tiroteios. Um dos assassinatos ocorreu em maio de 2008. A execução do sindicalista Josimar Barbosa, presidente afastado da COOMIGASP, que veio a facilitar o avanço da *Colossus*. Morto com 13 tiros por dois motociclistas até hoje não identificados, Barbosa tinha obtido na Justiça o direito de voltar ao posto (NOSSA, 2010).

Cabe ainda ressaltar em relação aos garimpos, que a rede internacional de comércio clandestino, que permanece por trás dos garimpeiros, nada sofre, pelo contrário, se enriquece e retiram do país a oportunidade de se destacar em exportação de minerais.

4.2.4 Madeireiros

A exploração irregular da madeira na região Norte ao longo dos anos, além de ter provocado impacto ambiental negativo, acirrou os ânimos entre madeireiros, ambientalistas, donos de terra, governo, dentre outros.

Logicamente que o problema é muito mais abrangente e não envolve apenas as pessoas envolvidas com a extração e comércio ilegal da madeira – uma vez que aqui o termo “madeireiro” está sendo usado de forma genérica –, mas também as questões que afetam o meio ambiente e as questões relativas à invasão de terras para exploração da madeira ou para a derrubada visando à pecuária, dentre outras mazelas desse problema amazônico. Todas estas situações montam um quadro de possibilidades de conflitos diversos na região.

Como exploração legalizada, a atividade madeireira é um dos principais usos da terra na Amazônia, gerando anualmente uma renda bruta de US\$ 2,48 bilhões. O setor madeireiro da região gera cerca de 200 mil empregos diretos e indiretos, sendo constituído por 2.227 empresas distribuídas em 71 centros de processamento, os denominados polos madeireiros (PEREIRA, 2010).

A floresta tropical é objeto da exploração econômica pela possibilidade de extração de madeira, caça e matéria prima para materiais de construção. A derrubada de árvores está intimamente ligada à construção de rodovias e a movimentos migratórios. O acesso rodoviário facilita a entrada na mata e a extração seletiva de madeira. As áreas que foram objeto de extração seletiva têm maior chance de serem ocupadas por novos moradores e de sofrerem corte raso para o

cultivo de pasto ou grãos. Por outro lado, as áreas de floresta com maior dificuldade de acesso permanecem intactas e têm menos chances de serem ocupadas.

De acordo com Pereira (201-), os impactos da extração ilegal de madeira são os seguintes:

- embora a extração sustentável de madeira possa ser uma fonte de renda de longo prazo, muitas vezes a atividade não é feita de acordo com esses padrões;

- é comum que pessoas e empresas interessadas na exploração madeireira optem por tocar seus negócios de forma ilegal. Isso provoca vários impactos de amplo alcance, inclusive a fragmentação do habitat das espécies e significativas perdas financeiras;

- grandes áreas de floresta são grilladas e vendidas a preços abaixo de mercado. Essas áreas costumam ser terras públicas, e as instituições estatais não conseguem ter controle total sobre sua ocupação;

- documentos falsos são preparados e uma extensa rede de corrupção é envolvida no esquema, para garantir o sucesso do negócio ilegal. Segue-se, então, um esforço apressado de maximizar a extração de madeira e obter a maior quantidade de lucro o mais rapidamente possível;

- resguardar os estoques de madeira para futuras colheitas tem sido objeto de pouca consideração. Em seguida, as áreas degradadas são destinadas à agricultura e à pecuária; e

- as consequências são graves: perda de biodiversidade, aumento do risco de extinção de animais silvestres e perda dos serviços ecológicos prestados pela floresta, como a manutenção do clima e do ciclo hidrológico.

Corroborando o aspecto acima, outro fator preponderante corresponde à efetiva ação de madeiras, sejam clandestinas, sejam consentidas e autorizadas. A devastação ocorre pelo seguinte processo: fazendeiros, colonos e até índios derrubam a floresta para plantar pastagens, vendendo as árvores cortadas às madeiras, frequentemente a preço irrisório; por sua vez, estas, especialmente as que trabalham na clandestinidade, atuam como parceiras no processo de destruição ao viabilizar o desmatamento nas propriedades rurais, embora também ajam isoladamente em várias áreas da floresta (LOURENÇÃO, 2007).

Nos últimos anos, a Amazônia foi palco de vários embates envolvendo a questão da exploração madeireira. Em maio de 2005, em Rondônia, uma tribo de

índios brasileiros, que não era vista há anos, foi localizada em uma região remota da Amazônia, onde conflitos com madeireiros ilegais ameaçavam sua existência. A pequena tribo Jururei contava com apenas oito ou dez integrantes e era o segundo grupo "não contatado" ameaçado por madeireiros naquele mesmo mês, depois de a Justiça ter autorizado o desmatamento em uma área chamada de Rio Pardo. A destruição cada vez mais rápida da floresta ameaçava a existência das tribos. O desmatamento de 2003 a 2004 totalizou 26.130 km². Segundo Wade (2005, grifo nosso):

“Os índios entraram em conflito com os madeireiros, que estão destruindo a mata em duas direções diferentes”, afirmou à *Reuters* Rogério Vargas Motta, diretor do Parque Nacional de Pacaás Novos, em Rondônia. Motta fotografou as cabanas dos Jururei em um sobrevôo [sic] recente, feito com helicóptero sobre o parque, à procura de grileiros. **Um membro da tribo disparou três flechas** contra o aparelho quando ele passou pela aldeia, contou Motta. [...] “O aniquilamento de uma tribo, por menor que seja, é um genocídio”, disse Fiona Watson, do grupo britânico *Survival International*. Os defensores dos índios culpam a falta de vontade política do governo e o poderoso *lobby* dos criadores de gado e plantadores de soja pela aceleração do desmatamento, que ameaça os 700 mil índios do Brasil. No **confronto mais recente**, índios Jururei espalharam armadilhas com estacas, que perfuraram o pé de um grileiro. Estima-se que os grileiros estejam a 5 km de distância da aldeia. [...] “terras indígenas estão cheias de invasores”.

Em janeiro de 2011, a extração ilegal de madeira gerou **conflito no assentamento criado na área onde a missionária Dorothy Stang havia sido assassinada**, em Anapu, no Pará. De um lado, agricultores ligados à CPT defendiam a preservação da reserva. De outro, agricultores não regularizados no assentamento defendiam a exploração. O INCRA procurou resolver o impasse. Trabalhadores da região organizaram um Encontro para homenagear a Amazônia, e o clima ficou tenso quando colonos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu tentaram participar. A situação voltou ao normal quando os colonos do Sindicato desistiram de participar do Encontro, que também incluiu uma reunião entre INCRA e produtores rurais para discutir a extração ilegal de madeira nos lotes e a construção de guaritas na estrada de acesso. A pedido do Órgão, agentes da PF e homens da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) foram enviados para Anapu, a fim de evitar conflitos entre assentados e madeireiros (ÁREA..., 2011, grifo nosso).

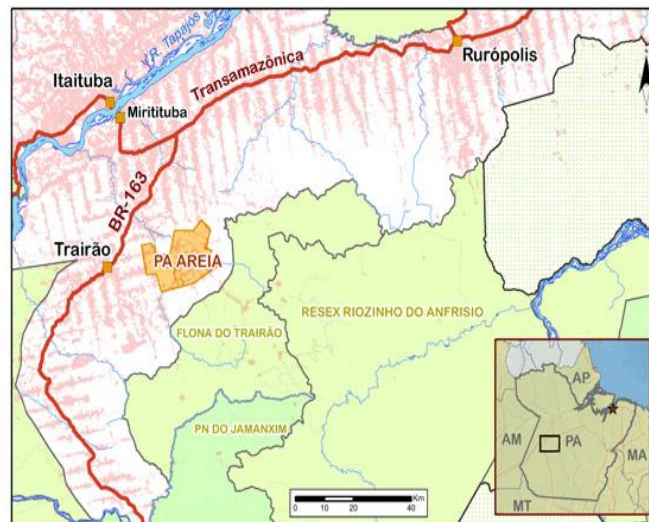
Em maio de 2011, no Amazonas, trinta pessoas ligadas ao movimento de reforma agrária estavam ameaçadas de morte, segundo dados da Comissão

Pastoral da Terra do Amazonas (CPT-AM). Deste total, onze atuavam no movimento agrário no município de Lábrea, a 702 km sudoeste (SW) de Manaus, onde residia o líder do Movimento Camponês Corumbiara (MCC), Adelino Ramos, assassinado no dia 27 daquele mês. De acordo com a coordenadoria regional da CPT-AM, **as ameaças partiram de fazendeiros da região que realizam extração ilegal de madeira** em áreas onde havia famílias assentadas ou em processo de assentamento. Muito provavelmente as denúncias de extração ilegal de madeira foram a principal motivação do assassinato de Adelino Ramos. Ainda segundo a CPT-AM, o sul de Lábrea se caracterizava na região onde ocorriam os **conflitos mais violentos no Amazonas**. De 2008 a 2011, cinco líderes já haviam sido assassinados por denunciar extração ilegal de madeiras e outras irregularidades (CASTRO, 2011, grifo nosso).

Em janeiro de 2012, veio à tona mais um caso de violência gerado pelo problema da extração de madeira. Dois homens denunciaram a quatro órgãos federais e dois estaduais uma milionária operação criminosa que roubava ipê de dentro de áreas de preservação da floresta amazônica, no Pará. Depois da denúncia, um foi assassinado – e o outro foge pelo Brasil com a família, sem nenhuma proteção do governo. Brum (2012, grifo nosso) relata que João Chupel Primo foi assassinado e Junior José Guerra luta para se manter vivo, depois de pedir e não receber proteção das autoridades. Eles denunciaram o que pode ser **uma das maiores operações criminosas de roubo de madeira na Amazônia**. Segundo testemunhas, as quadrilhas chegaram a transportar, em um único dia, cerca de 3.500 metros cúbicos – o equivalente a 140 caminhões carregados de toras e 3,5 milhões de dólares brutos no destino final. A maior parte da produção era **ipê, hoje a madeira mais valorizada pelo crime organizado** pelo potencial de exportação para o mercado internacional. Toda a operação passava por uma única rua de terra de um projeto de assentamento do INCRA, controlado por madeireiros: o Areia, localizado entre os municípios de Trairão e Itaituba, no oeste do Pará. Pelo menos quinze assassinatos foram cometidos na região nos últimos dois anos por conflitos pela posse da terra e controle da madeira. Os dois homens citados denunciaram a operação criminosa de extração de madeira no mosaico de UC da região da BR-163 e da Terra do Meio para os seguintes órgãos federais: Instituto Chico Mendes de

Conservação da Biodiversidade (ICMBio)¹⁰, PF e Secretaria Geral da Presidência da República. Também fizeram denúncias ao Ministério Público Federal e também ao Estadual, além da Polícia Civil do Pará. Pouco aconteceu, além da execução de Chupel. Conclui-se que o conjunto de áreas de preservação foi criado, mas **a ocupação pelo Estado ainda está muito aquém do necessário**. Em vez de abandonar a região, os grileiros apenas mudaram de atividade. Em lugar de abater a floresta para fazer pasto, passaram a extrair árvores nobres de dentro das áreas de proteção. Saiu a pecuária, entrou a madeira. Na prática, como há falta de fiscalização em alguns casos, **a mudança do modelo de negócio tornou o crime mais eficaz**.

Figura 5 – Geografia de sangue: nas UC, grileiros trocaram o gado pelo roubo de madeira



Fonte: Brum (2012)

4.2.5 Organizações criminosas, narcotráfico e narcoguerrilha

O narcotráfico é o principal problema da Amazônia colombiana, boliviana e peruana e ainda uma séria questão da Amazônia venezuelana, equatoriana e principalmente da Amazônia brasileira, particularmente na fronteira do Brasil com

¹⁰ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UC federais (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012).

Peru e Bolívia por onde entra a cocaína no Brasil. O narcotráfico é considerado um crime transnacional, com implicações negativas para a política e a economia dos países que fazem parte da rota do narcotráfico. A existência dessa atividade ilegal se sustenta em decorrência de um grande mercado de consumidores que estão presentes, principalmente, na Europa, nos EUA e nos próprios países latino-americanos.

Na última década, o narcotráfico se associou ao crime organizado, trazendo consequências ainda mais graves para o Norte do Brasil. Além disso, conforme já citado por Pinheiro (1995) na subseção 4.2, a forte conexão existente entre a guerrilha alienígena e o narcotráfico criou um fenômeno denominado narcoguerrilha (particularmente, no Peru e na Colômbia). Tal feito ratifica a possibilidade da eclosão latente de crises que tenham no seu escopo o desencadeamento de conflitos onde estará em foco a defesa de interesses vitais do Brasil e a estabilidade da região amazônica.

De acordo com Rodrigues (2003, grifo nosso), as extensas fronteiras brasileiras com os países andinos e os pouco vigiados portos nacionais continuam operando nas redes de tráfico para os países do norte. Todavia, um novo ciclo para o tráfico de drogas no Brasil emerge, conjugando a **proliferação de grupos narcotraficantes**, a **ampliação da simbiose entre Estado e crime organizado**, o aumento da violência nas cidades e no campo e o aparelhamento estatal supostamente voltado ao combate às drogas.

Rodrigues (2003) descreve o movimento do narcotráfico amazônico da seguinte forma: a) a pasta base peruana entra no Brasil pelo estado do Acre ou pela cidade de Tabatinga (fronteira do estado do Amazonas com o Peru); b) são levadas para o território colombiano para o refino ou são refinadas em laboratórios instalados na selva brasileira; c) a cocaína colombiana entra novamente no Brasil (em pequenos aviões ou camuflada em barcos) e segue para Manaus, Belém ou, por via fluvial, até o Suriname, de onde são despachadas principalmente para a Europa. O Brasil amazônico deixa de ser somente corredor para o trânsito de cocaína para o exterior, e passa a ser importante local de processamento de pasta base. A pasta que entra pela fronteira sul da Amazônia (Estados de Rondônia e Mato Grosso) tende a ser refinada em território brasileiro com o objetivo de abastecer o mercado interno, localizado principalmente no Centro-sul do país. Nesta região, o intercâmbio entre traficantes brasileiros se dá em maior escala com organizações bolivianas.

Em virtude da promoção do comércio ilegal da coca, diversos grupos guerrilheiros se desenvolveram na Amazônia e se articularam com diversas máfias internacionais. Sendo assim, notam-se as FARC, no Estado Colombiano, e o grupo *Sendero Luminoso*, no Peru, apontado como principal responsável por amedrontar a capital, Lima, e diversas outras áreas do país. Além dos grupos oficialmente conhecidos, outros diversos grupos, organizados ou não, se espalham em meio à floresta amazônica, causando medo aos indivíduos que vivem na região e, principalmente, enfrentando o poder do Estado (SANTOS, 2010).

A associação entre a guerrilha marxista e o narcotráfico traduz-se não apenas no controle físico, material e militar de um terço do território colombiano, mas na capacidade de ação altamente destrutiva nos outros dois terços (sequestros, terrorismo, assassinatos, criminalidade, lavagem de dinheiro, desmoralização do sistema legal) e na **produção de reflexos diretos no Brasil, em razão do recurso à área amazônica brasileira como refúgio, fonte de provisões, transação de armas e de drogas ilegais**. Há uma relação estreita entre este esquema e o narcotráfico em nosso país. Faz-se necessário que o Brasil se prepare para o agravamento desta situação, pois a permanente irresolução dos conflitos internos na Colômbia contém o **potencial de transbordamento para o Brasil**, gerando instabilidade institucional não no sistema político, mas nos sistemas de segurança pública, de defesa nacional, judiciário e financeiro (OLIVEIRA, 2004, grifo nosso).

Preocupado com esse “transbordamento” da narcoguerrilha para o Brasil, Piletti (2008, p. 162, grifo nosso) acrescenta:

Apesar de não atribuírem prioridade às atividades relacionadas ao combate aos crimes transnacionais e desconfiarem de qualquer alteração que venha a responsabilizá-las com esse encargo, desviando o foco de sua atuação da tradicional função de defesa da soberania nacional, as Forças Armadas brasileiras têm incorporado em suas atividades algumas ações associadas ao **enfrentamento dessas ameaças não tradicionais**. [...] Ações referentes ao combate aos ilícitos transnacionais passaram a fazer parte do adestramento de organizações militares da fronteira amazônica e das operações desenvolvidas por elas. Quanto à guerrilha colombiana, a atuação das Forças Armadas desenvolve-se dentro de um contexto tradicional de defesa da soberania nacional – prevendo a formação, se necessário, de uma espécie de “cordão sanitário” na linha de fronteira para evitar a transposição da guerrilha ao território brasileiro; neste sentido, as recomendações doutrinárias para algumas **unidades militares**, especialmente as **localizadas na Amazônia** e as FAR, incluem o **adestramento para operações de contra guerrilha**.

Verifica-se, portanto, a preocupação no sentido de se contrapor a formas de atuação não lineares, ou seja, assimétricas. Essas expressões (“não linear” e “assimétrica”) serão aprofundadas no próximo capítulo do presente trabalho.

Talvez a maior ameaça na Amazônia atualmente seja a perniciosa conexão entre o crime organizado transnacional, o terrorismo, o problema mundial das drogas, a narcoguerrilha, a corrupção, a lavagem de ativos e o tráfico ilícito de armas. Está consolidando-se uma verdadeira rede na região Norte, onde criminosos, traficantes, guerrilheiros, dentre outros, se aproveitam da ausência/fragilidade do Estado, da corrupção e das grandes áreas despovoadas e/ou desguarnecidas para praticarem seus atos ilícitos.

A situação se torna ainda mais preocupante no momento em que há indícios de partidos políticos e elementos vinculados ao Governo ligados às FARC, particularmente em relação a doações recebidas daquele grupo narcoguerrilheiro, conforme denunciado na reportagem da revista Veja intitulada “laços explosivos”, de 16 de março de 2005, que obteve acesso a documentos confidenciais da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). O autor da reportagem aponta que “seria uma investigação histórica medir a dimensão dos tentáculos das FARC no Brasil e o nível hierárquico em que eles chegaram a penetrar no partido que detém o Poder Executivo” (POLICARPO JUNIOR, 2005).

Alertando sobre as preocupações decorrentes da questão do narcotráfico, Procópio (2000, p. 115-116, grifo nosso) coloca:

[...] o narcotráfico no Brasil não está trazendo progresso nem desenvolvimento. Se não é mentira que ele reduz o problema de desemprego, é verdade que ele não aporta consigo nem saúde, nem educação e nem saneamento. São migalhas o que se deixa nas regiões brasileiras, seja em regiões de garimpo, seja em regiões de agropecuária, seja nas regiões urbanas propriamente ditas. Os indicadores sociais servem de comprovação. **Na Amazônia, a qualidade de vida piorou com a narcoviolência.** A disputa para entrar no comércio das substâncias entorpecentes é acompanhada pelo **aumento da brutalidade e corrupção inerente à vida dos narcotraficantes.** As pequenas sobras deixadas pelos barões do tráfico criam, entre os excluídos, uma miragem, uma ilusão de prosperidade, porém não dizem muito.

Pode-se inferir, portanto, que a questão do narcotráfico e da narcoguerrilha é perniciosa para a estabilidade e para o desenvolvimento da Amazônia brasileira, aumentando sobremaneira a ocorrência de ilícitos e a violência na região. O transbordamento de grupos narcoguerrilheiros para o território nacional é uma

ameaça iminente e, portanto, medidas preventivas e repressivas (se for o caso), devem se adotadas e/ou incrementadas. Em suma, o Estado, de maneira geral, deve se fazer mais presente, trazendo à esteira segurança e tranquilidade para a população.

4.2.6 Organizações não governamentais

É comum Organizações Não Governamentais ocuparem os espaços que cabem ao Estado Brasileiro, sendo que muitas destas organizações representam, “veladamente”, interesses internacionais públicos ou privados. Várias ONG não têm nenhum compromisso com o Brasil e atuam no sentido de que os indígenas, no futuro, constituam “nações autônomas” (PAIVA, 2006).

Com a afirmação do Gen Bda R/1 Rocha Paiva apresentada acima, pode-se verificar o grande problema enfrentado pelo Brasil, especialmente na Amazônia, no que diz respeito ao controle das ONG e de outros atores, particularmente estrangeiros, que atuam na região. Um monitoramento eficaz poderia evitar futuros conflitos fomentados ou orquestrados por algumas daquelas organizações.

Zendim (2004, grifo nosso) corrobora essa situação informando que a Amazônia brasileira, atualmente, está sendo palco de intensa e descontrolada atuação de agentes e de ONG patrocinados por governos de países desenvolvidos e por poderosos grupos econômicos do atual mundo globalizado. Grande parte dos referidos agentes utilizam as **questões ambientais e indígenas**, preponderantemente, como propósito para a prática de suas atividades. A presença de alguns estrangeiros na Amazônia, defendendo as referidas causas, torna-se notória e preocupante. **Em algumas partes da região, tais personagens dificultam o acesso de brasileiros, e até mesmo do poder público**, a determinadas áreas ou instalações, além de ditar regras próprias quanto aos procedimentos dos locais.

Em relação às terras indígenas, aproveitando-se das atuais políticas nacionais de demarcação vigentes, autoridades de países desenvolvidos, utilizando-se de ONG ambientalistas, têm exercido pressões políticas e sociais sobre o Brasil, visando chamar a atenção da mídia internacional e das comunidades científicas para as terras brasileiras, sobretudo na região N. A defesa do ecossistema ou a preservação do “patrimônio das gerações futuras” são argumentos utilizados por

estes órgãos. Contudo, o interesse de demarcação de TI em áreas dotadas de recursos minerais, contíguas à faixa de Fron e de forma contínua vem preocupando autoridades brasileiras, por reconhecerem que estas ações representam potencial ameaça à soberania nacional. Alguns índios, sobretudo os da Amazônia, começam a se transformar em latifundiários (MENEZES, 2004). Há poucos passos que separam a escalada dessa situação para um quadro de conflito.

Outro exemplo de envolvimento de ONG com a questão indígena foi a situação Yanomami, do início da década de 1990. Ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990, uma intensa campanha internacional teria sido desenvolvida com o objetivo de aumentar a pressão sobre o Governo brasileiro e conduzi-lo à criação da reserva indígena Yanomami. Essa campanha teria envolvido a pressão diplomática de diversos governos das grandes potências e uma série de manifestações promovidas por ONG. Dentre as ações das ONG destacam-se: a propaganda da causa Yanomami frente ao Congresso Nacional, ao governo e a grupos privados brasileiros; manobras internacionais que incluíram ações legais contra o Brasil na ONU, na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na OIT; e uma campanha na imprensa internacional difundindo denúncias de supostos genocídios de yanomamis. No final de 1991, possivelmente cedendo às pressões internacionais, o presidente Fernando Collor de Mello assinou o decreto delimitando a reserva Yanomami e, em 1992, sob ameaça de protestos e manifestações de governos e ONG na RIO-92¹¹, a homologou apressadamente (PILETTI, 2008). Discutiu-se muito os problemas ligados à criação da reserva, tais como a produção de laudos tendenciosos e o fato da terra Yanomami estar localizada sobre importantes jazidas de diferentes minerais.

Cabe salientar que os índios e as ONG em si não se caracterizam em ameaças, muito pelo contrário. A ameaça é materializada quando as ONG se desvirtuam das suas missões assistencialistas ou quando manipulam povos indígenas para atender interesses escusos, seus ou de “patrocinadores externos”, colocando em risco a estabilidade da região.

¹¹ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra, realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, reuniu mais de cem chefes de Estado que buscavam meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra (SAIBA..., 2002).

A quantidade real de ONG presentes na Amazônia Legal ainda é uma incógnita, uma vez que há divergências entre diversos seguimentos nacionais. O Estado do Amazonas, o Governo Federal e a própria Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) não chegam a um consenso sobre o número delas. No entanto, estima-se de vinte e sete a mais de cem mil organizações, no que mostra uma disparidade muito grande entre os diversos recenseamentos. No intuito de tentar se chegar a um número mais próximo da realidade, apresentam-se dados e comentários da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas:

As mais de 20 mil Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam livremente no Amazonas correm o risco de, em breve, ter que se cadastrar junto ao Governo do Estado e provar que não praticam atos ilegais como pirataria de recursos naturais e comercialização de territórios da Amazônia. O cadastramento das ONGs faz parte do projeto de Lei apresentado nesta quarta-feira (06) pelo deputado estadual Walzenir Falcão, que busca a criação de um Cadastro Único de ONGs. O objetivo é saber com exatidão quantas organizações atuam no Amazonas e quais as atividades praticadas por elas. De acordo com a proposta, todas as ONGs instaladas e em atividade no Amazonas, bem como as que venham a se instalar, estarão incluídas no cadastro, que será feito pela Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (Sejus). [...] De acordo com relatório emitido pelo Governo Federal no final do ano passado, existem mais de 100 mil ONGs atuando livremente na Amazônia. São ONGs que trabalham sem qualquer fiscalização por parte dos governos Federal, estaduais e municipais. Até o final de 2008, o número de ONGs no Amazonas terá aumentado 5%, destacou o relatório do Governo Federal. "Teremos então 21 mil ONGs espalhadas pelo Amazonas, com atividades desconhecidas e sem qualquer controle do Poder Público", acrescentou o deputado Falcão (PROJETO..., 2008).

A busca de respostas em relação à quantidade e à forma de atuação das ONG na Amazônia é uma constante e vem sendo colocada com grande incidência pela mídia nacional. Este assunto encontra-se na pauta de diversas revistas, jornais e outros meios de comunicação. Um exemplo é a reportagem intitulada "Amazônia: a soberania está em xeque", da Revista Isto É, de 28 de maio de 2008, na qual é colocado o que se segue:

O melhor meio de enfrentar ameaças à soberania nacional é se fazer presente na região. Isso significa, em primeiro lugar, **adotar uma política menos complacente em relação às inúmeras ONGs que atuam na Amazônia**. Misturam-se ali raras organizações internacionais de mérito reconhecido em defesa da ecologia e dos direitos humanos com **inúmeras entidades inidôneas e de finalidade incerta e não sabida**. Na verdade, estão atrás das riquezas e da biodiversidade. Há que impedir essa **invasão camuflada** de objetivos ecológicos e humanitários. Basta lembrar que 96% das reservas mundiais de nióbio encontram-se na Amazônia e a região

também é alvo da chamada biopirataria por parte de laboratórios que buscam patentes inéditas para seus medicamentos (COSTA, 2008, p. 32, grifo nosso).

Em relação às atividades ilícitas exercidas por algumas ONG na Amazônia, Barbosa (2011, p. 160) aponta o seguinte:

Quarenta por cento das ONGs estrangeiras na Amazônia foram fechadas. Essas ONGs estariam exercendo atividades ilegais. Foi justamente esse o argumento usado para que o governo decidisse mapear as entidades estrangeiras com atuação no Brasil. Havia desconfiança de que essas entidades podiam se fachada para a biopirataria, pesquisas ilegais em áreas indígenas ou mesmo para a compra de terras na Amazônia.

Além disso, há ainda a possibilidade de ligações de ONG com outros atores que fazem uso de TTP de G Irreg, num contexto de ações de 4ª Geração (os conceitos de G Irreg e G4G serão aprofundados no Capítulo 5). Esta situação é muito bem apresentada por Pinheiro (2007, p. 21-22, grifo nosso):

Outro aspecto relevante que caracteriza as ações estratégicas subversivas de **4ª Geração** são as ligações das **organizações insurretas irregulares** com instituições transnacionais de diferentes matizes, que vão desde **organizações não governamentais (ONG)** até notórias organizações do crime organizado. Tais ligações transnacionais, no contexto da atual realidade globalizada, mostram-se extremamente úteis na obtenção de dividendos políticos, que contribuem decisivamente na obtenção de credibilidade e legitimidade; na facilitação do recrutamento de novos membros; na capacitação de movimentar recursos humanos e materiais de toda a natureza para qualquer parte do mundo; e, sobretudo, na obtenção de recursos econômico-financeiros de diferentes fontes, tanto legais quanto ilegais.

4.2.7 Quilombolas

Outro grupo que deve merecer cuidados, em função de sua propensão para gerar conflitos na região amazônica, é o dos quilombolas.

A questão quilombola foi inserida no debate brasileiro com a inserção do artigo 68 no ato das disposições transitórias da Constituição Federal (CF) de 1988: "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (BRASIL, 2007a).

O artigo acima foi resultado de uma mobilização do movimento negro pela reparação histórica da escravidão no Brasil junto a essas comunidades, que viviam

em condições precárias e não contavam com a devida e necessária assistência do Estado.

Até o final da década de 1980 a ausência de políticas públicas nessas comunidades negras rurais chamou a atenção do movimento quilombola. A principal reivindicação das comunidades - que eles chamavam de Mocambos ou Terras de Preto - era a posse da terra que eles ocupavam, uma vez que **já começavam a surgir problemas com grileiros ou invasores.**

Apesar da inserção do artigo em 1988, a titulação das terras quilombolas só foi regulamentada no ano de 2003, com o Decreto nº 4.887. Um dos avanços adquiridos com o novo Decreto foi o orçamento específico para as comunidades quilombolas e a abertura de créditos. Todavia um dos pontos polêmicos do Decreto nº 4.887 é a autodefinição. Segundo esse critério, a própria comunidade deve declarar-se quilombola (BRASIL, 2003). Contudo conseguir a posse da terra não é tão fácil como possa parecer: a autodefinição é apenas o início de um processo complicado, que envolve identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e, finalmente, o registro, que deve ser coletivo (em nome de uma Associação de Moradores, por exemplo).

Cabe ressaltar que o uso da terra pelas comunidades quilombolas é semelhante ao uso da terra pelos povos indígenas, pois aqueles se constituem, também, na maioria das vezes, de pescadores tradicionais, castanheiros, peconheiros, cipozeiros etc. No entanto o grupo dos quilombolas padece de certa invisibilidade, o que torna a questão ainda mais problemática. Pode-se dizer que parte dessa invisibilidade e falta de reconhecimento de direitos advenha de ideia comum na sociedade brasileira que os quilombos teriam acabado com o fim da escravidão. O que não foi absolutamente o caso: os quilombolas continuaram resistindo e mantendo o seu modo de vida nas terras conquistadas em todas as regiões do Brasil.

A Pesquisadora Lúcia de Andrade, autora do livro “Terras quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças”, informa o que se segue em relação à temática quilombola:

Na região da Amazônia Legal, encontram-se 77 terras quilombolas já tituladas, o que representa 71% de todas as terras quilombolas já regularizadas no Brasil. São cerca de 630 mil hectares já titulados na Amazônia onde vivem 144 comunidades quilombolas. As comunidades com terras regularizadas, no entanto, são ainda a minoria. Para ser ter uma

ideia, na região da Amazônia Legal temos mais de 400 comunidades com processo para titulação de suas terras tramitando no Incra. [...] **A pesquisa identificou diferentes ameaças** entre elas os **interesses minerários**: são 94 processos minerários incidentes nas terras quilombolas entre solicitações e processos autorizados. Quatro dos territórios quilombolas têm mais de 70% de sua extensão sob interesses minerários. Nesse momento, não há exploração mineral dentro das terras quilombolas, mas os quilombolas já sofrem os impactos da exploração da bauxita que é realizada em áreas vizinhas aos seus territórios. **Outro exemplo de ameaça são os estudos para a construção de 15 empreendimentos hidroelétricos** em rios que cortam os territórios quilombolas: 13 deles contam com estudos de inventário; um com estudo de viabilidade e um com projeto básico. Segundo o “Plano Nacional de Energia 2030”, a área total a ser inundada por tais hidroelétricas soma 5.530 quilômetros quadrados abrangendo terras quilombolas, terras indígenas e unidades de conservação. Infelizmente essa é a realidade para os quilombolas também. O livro mostra diversas situações em que as comunidades não foram consultadas sobre projetos que lhes afetavam diretamente. Identificamos também consultas que não podem ser caracterizadas como consulta livre, prévia e informada, uma vez que não se garantiu o acesso a toda a informação nem tampouco o tempo necessário para que a comunidade pudesse amadurecer a sua decisão. O governo leva anos para realizar seus estudos e tomar as suas decisões e espera que os quilombolas tomem as suas decisões em uma reunião de poucas horas de duração. **Em nossa opinião não existem políticas públicas para os quilombolas na Amazônia**, pensando em políticas mais amplas e duradoras. O que existem iniciativas pontuais que estão longe de atender a demanda dos quilombolas. O objetivo do nosso estudo foi justamente chamar a atenção para essa lacuna e a importância de se pensar, criar e implantar tais políticas (GESISKY, 2011, grifo nosso).

Nota-se, portanto, que há uma carência de fiscalização, por parte do Estado, da ocupação das terras quilombolas, uma vez que existem casos recorrentes de invasão. Essa ausência estatal acarreta o não cumprimento de determinações contidas na Carta Magna brasileira, sugerindo a possibilidade de conflitos na região. Essa possibilidade redundante, muitas vezes, da manipulação realizada por organismos ou atores diversos sobre os quilombolas ou se aproveitando da própria fragilidade da situação.

4.2.8 Outras ameaças

Indiscutivelmente, pela importância já relatada da região amazônica, bem como pelas suas características peculiares, as ameaças presentes na Amazônia brasileira não se resumem apenas às apresentadas ao longo desse capítulo.

A combinação de duas ou mais das ameaças já descritas, a existência de outros movimentos ou organizações que possam comprometer a ordem constitucional (MOPCOC) e talvez a situação mais perigosa, o patrocínio ou envolvimento de atores internacionais ou não estatais - manipulando as massas

menos favorecidas da região e utilizando para tal bandeiras como o meio ambiente (“salvar a floresta”) ou a proteção dos povos indígenas e dos trabalhadores sem terra, por exemplo, quando, na verdade, são detentores de fins escusos -, podem trazer consequências muito graves, como a desestabilização da região amazônica, e, dependendo da crise, o emprego das FA conjuntamente com outros órgãos federais ou não para debelar o conflito e trazer tranquilidade e apoio à população.

Cabe ainda citar de forma mais específica outros atores, situações ou movimentos que possam ser enquadrados como ameaças.

O projeto energético brasileiro, defendido como um dos modelos mais limpos do mundo, gerou um problema social que se arrasta há mais de duas décadas no país: os **atingidos por barragens**. Atualmente, ribeirinhos, pescadores e extrativistas somam milhares de famílias atingidas pela expansão energética. Nesse contexto, pode-se atribuir preocupação também em relação à população e às comunidades amazônicas atingidas por barragens, cujas reivindicações e campanhas estão intimamente ligadas à questão ambiental. Em relação à região amazônica especificamente, tal segmento é contra a construção das Usinas Hidrelétricas (UHE) de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, no estado de Rondônia, e da UHE de Belo Monte¹², no rio Xingu, no estado do Pará. Registram-se anualmente diversos embates entre operários e construtoras de hidrelétricas, bem como entre essas mesmas construtoras e atingidos por barragens, gerando instabilidade nos canteiros de obras, nas UHE já construídas e adjacências (MOVIMENTO...2012).

Ressaltam-se ainda as reivindicações indígenas e de quilombolas em relação aos possíveis impactos ambientais causados em suas comunidades pela construção das UHE.

A soma de todos esses fatores faz das regiões onde existam ou onde estão sendo construídas UHE áreas sensíveis, nas quais deve haver presença efetiva do Estado e apoio irrestrito às populações porventura prejudicadas, evitando, dessa forma, o surgimento de conflitos.

A **influência religiosa** é outro aspecto marcante da região amazônica. Os

¹² Com projeto para ser instalada na região conhecida como Volta Grande do Rio Xingu, no Pará, a Usina de Belo Monte deve ser a terceira maior do mundo em capacidade instalada, atrás apenas das usinas de Três Gargantas, na China, e da binacional Itaipu, na fronteira do Brasil com o Paraguai (BARBOSA, 2011, p. 72).

religiosos estão presentes na Amazônia desde as missões de catequização jesuítica do século XVII. Os missionários tinham como foco os indígenas, os quais aldeavam e catequizavam. Eram contrários à escravidão indígena e apresentavam interesses conflitantes com os colonos que ocupavam a região.

Nas últimas décadas, além do estreitamento dos laços e da influência sobre os povos indígenas, os religiosos se aproximaram dos trabalhadores rurais e outras minorias da região Norte. Procuram manter agenda de diálogo com lideranças camponesas e políticas, na busca de soluções duradouras para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra, bem como na tentativa de minimização dos conflitos fundiários na Amazônia. Além dessa participação ativa, muitas vezes fazendo a função do Estado, a aproximação com os trabalhadores do campo e outros atores menos favorecidos tem contrariado os interesses de alguns fazendeiros, empresários e lideranças locais, culminando com ações trágicas, como o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, em Anapu, estado do Pará.

O que preocupa, na verdade, são os religiosos que, por trás da evangelização e das tentativas de atenuação dos problemas agrários, ambientais e indígenas da região amazônica, procuram camuflar suas reais intenções de fomentar a discórdia entre as partes conflitantes e substituir o Estado nas atividades de fiscalização e controle dessa população. Como o apelo ideológico e espiritual é uma “arma” muito forte na “conquista de corações e mentes”, há necessidade de se monitorar essas ações e, se possível, fazer com que esse trabalho seja realmente voltado para o apoio à população. Cabe ressaltar, ainda, que muitas vezes esses religiosos estão ligados a ONG internacionais com objetivos também escusos.

Por fim, ressalta-se a **questão ambiental**, que permeia todas as outras possíveis ameaças na região amazônica.

Santos (2000, p. 108) demonstra preocupação com a formação do pensamento ecológico nas escolas brasileiras, dissociado, muitas vezes, dos interesses nacionais:

Através do discurso da ecologia, um gigantesco empreendimento de lavagem cerebral vem sendo realizado no ensino, em todos os níveis, por meio de técnicas de persuasão psicológica. Esse empreendimento, conduz e alinha o imaginário coletivo ao entendimento de ecologia do modo que convém aos que, através dele, procuram impor um pensamento único.

Em relação aos conflitos socioambientais, estes ganharam visibilidade na Amazônia principalmente a partir da década de 1960, com a implantação de grandes projetos desenvolvimentistas que aceleraram a expansão urbano-industrial, e gerou um **quadro de conflitos por toda a região**. Além disso, outro fenômeno importante que se delineia na região é a criação de UC, de proteção integral como Parques Nacionais e Reservas Ecológicas. A criação dessas UC vem ocasionando impactos socioculturais vultosos sobre os modos de vida das populações tradicionais da Amazônia, em muitos casos chegando a impedir que essas populações usufruam o direito de exercer suas atividades habituais nessas áreas, tais como pesca, extrativismo e agricultura. Segundo Almeida (2005), a partir de 1988 ocorreu a atuação sistemática dos movimentos sociais em contraposição às formas de integração da região aos circuitos do capital em nível nacional e internacional. Ainda segundo Almeida (2005), esta nova forma de ver a Amazônia trouxe em seu bojo a percepção de que os ecossistemas amazônicos são constituídos também de relações sociais e de antagonismos, como um campo de lutas em torno do controle do patrimônio genético, do uso de tecnologias e das formas de conhecimento e de apropriação dos recursos naturais, levando a uma politização do saber sobre a natureza e por extensão uma politização da própria natureza. Desta forma, a questão ambiental na Amazônia passou a ser tratada não mais como uma questão sem sujeitos, mas como uma construção coletiva vinculada ao advento dos vários movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros etc.

No documento “Conflitos no Campo Brasil 2011”, produzido pela CPT, Canuto, Luz e Wichinieski (2012, grifo nosso) afirmam o que se segue:

A Amazônia Legal ainda é onde se concentra o maior número de conflitos. A louca corrida atrás das riquezas naturais – minérios, madeira, terras – se dá com voracidade incalculável. Na Amazônia, o modelo colonizador se reproduz com predação dos recursos naturais, espoliação das comunidades existentes, concentração da propriedade da terra e violência. 69% do total de conflitos por terra, 79,3% dos assassinatos, 85% das ameaças de morte, se deram na Amazônia. “Ao longo de milhões de anos a Amazônia criou a riqueza que financia sua destruição. Por milênios o homem construiu a sabedoria de interagir com a floresta e que agora vem sendo demolida. Há décadas a fome do homem moderno vem consumindo tudo à sua frente, ainda que acabe devorando a ele mesmo,” define o ecólogo Leslie Tavares.

Ademais, é notório o crescimento exponencial do número de fóruns de debate sobre o meio ambiente em âmbito mundial nos últimos anos. Nesse caso, o Brasil como protagonista da questão ambiental em termos globais e na qualidade de país emergente, passa a ter maior visibilidade e conseqüente exposição junto a Organismos Internacionais, provocando muitas vezes a cobiça. Esse status privilegiado do Brasil poderia redundar em interferências externas (por vezes mascaradas) com interesses primordialmente econômicos, a partir da criação ou ampliação de obstáculos ao seu desenvolvimento e à sua política ambiental, por meio de incentivos às tensões e conflitos já existentes na região amazônica.

Pode-se concluir, portanto, que ocorre atualmente a ausência do Estado brasileiro em determinadas regiões da Amazônia brasileira, ocasionando o incremento de movimentos sociais, crime organizado e outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região e à Segurança Nacional. Essa situação é preocupante e sinaliza a possibilidade de propagação de conflitos assimétricos na área, bem como a preparação específica do EB para esse tipo de cenário.

4.3 PRESENÇA DO ESTADO

Para começar a falar sobre a presença do Estado na região amazônica, pode-se recorrer a um fato histórico brasileiro: a Cabanagem¹³. À época, ocorreu uma aliança entre indígenas e atores não estatais que pretendiam mudar a ordem política na região, era a união entre os Mura e os revoltosos cabanos no Império. Esta preocupação é expressa pelo historiador militar do EB, Coronel Cláudio Moreira Bento:

A revolta da Cabanagem e a impunidade de seus adeptos foi **motivada pela ausência do Estado na imensa área amazônica**. Poderia ser vitoriosa, perdendo o Brasil nesse, o domínio da foz do Amazonas, pela interferência francesa a partir do Amapá, se maior capacidade intelectual, militar e política tivessem tido suas lideranças. Ela ameaçou seriamente a

¹³ A Cabanagem foi uma grande rebelião popular que eclodiu na província do Pará, em 1835. Foi assim denominada porque dela participou a população pobre que vivia em cabanas à beira dos rios, e que eram chamados de cabanos. Esta população era composta de negros, mestiços e índios que se dedicavam às atividades de extração de produtos da floresta, e que se revoltaram diante da situação de miséria a que estavam submetidas. A rebelião originou-se de pequenas revoltas e conflitos sociais que afloraram nas áreas rurais e urbanas da província (CANCIAN, 201-).

unidade do Brasil na Regência (BENTO, 2001, p. 135 apud MARQUES, 2007, p. 50, grifo nosso)¹⁴.

A população amazônica se ressentida de não ser contemplada com políticas comprometidas com suas reais necessidades. Há inúmeras áreas carentes de maior presença do Estado, como saúde, educação, saneamento e segurança pública.

Os diversos movimentos sociais existentes na região têm um caráter democrático, todavia a falta de perspectiva de diálogo com o Estado reduz a governabilidade e afeta a soberania. As teorias sobre segurança do Estado indicam que há dois modos de buscar assegurá-la. O primeiro caracteriza-se na diminuição da ameaça na sua origem – daí a importância da cooperação e da participação nos organismos globais – e o segundo se constitui na diminuição da vulnerabilidade interna frente a uma determinada ameaça. Esta indicação se aplica à soberania, tanto para o Brasil como para a Amazônia (BECKER, 2004).

Ainda segundo Becker (2004, grifo nosso), o Brasil enfrenta muito bem as ameaças externas, e deve reduzir sua vulnerabilidade interna. Sob outro ângulo, **o que os movimentos sociais na Amazônia na verdade reivindicam é uma maior presença do Estado**. É na sua ausência que os atores externos (não necessariamente estrangeiros) se instalam, suprimindo o que o Estado não pode oferecer.

Becker (2004, grifo nosso) apresenta algumas sugestões para aperfeiçoar a participação estatal nas questões amazônicas, sendo que muitos deles já foram colocados ao longo do presente trabalho: a) substituir a política de ocupação da Amazônia por uma **política de consolidação do desenvolvimento**, pois a região já possui uma dinâmica própria e tem grandes e variadas demandas econômicas e sociais; b) reconhecer as **diversidades econômica, social e cultural**, já que o povo, componente básico da soberania, é heterogêneo, embora constitua uma unidade; c) **suprir carências básicas da população**, que variam segundo os grupos sociais, bem como na zona rural e na cidade e nas sub-regiões. Causa surpresa o fato da Amazônia, como de resto o Brasil, ser uma região urbanizada, com 70% de sua população vivendo em núcleos urbanos, muitos deles sem a menor

¹⁴ BENTO, Cláudio Moreira Bento. A necessidade de uma “História Militar Terrestre da Amazônia”. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano 87, n. 790, p. 133-138, 2. quadrim. 2001.

infraestrutura. Os **movimentos sociais são justamente mais intensos nessas cidades**. Essa situação sugere uma estratégia de consolidação das cidades que, afinal, são também os centros de comando das relações intrarregionais; d) quanto aos custos da presença do Estado, uma nova atitude quanto à dívida pode tornar disponíveis recursos para esse fim. Contudo, uma outra negociação é necessária, tendo em vista um fato que passa, via de regra, despercebido: as limitações aceitas e as pressões para proteção do meio ambiente, tanto nas áreas protegidas quanto nos projetos comunitários se fazem em benefício de todos, do bem comum. Entretanto, os custos dessa proteção são nacionais, de fato anulando a ajuda econômica, e a conta desses custos deve ser apresentada; e) **ONG necessitariam de maior controle**, como por exemplo registro de presença e ações nos municípios onde atuam e apresentação de relatórios aos órgãos competentes dos governos estaduais e mesmo federais, dependendo do âmbito de sua ação. **O ativismo de certas ONG é o mais pernicioso**. Hoje, não só influem na sociedade como competem com pesquisadores nacionais e influem na política ambiental. Estão, por meio da pesquisa e do ativismo social, ocupando o lugar do poder público. Um investimento massivo em Ciência e Tecnologia (C&T) é prioritário para gerar um pensamento autônomo no país; f) **a presença das FA nas fronteiras é, sem sombra de dúvida, necessária**. Há que enfatizar a diferença entre TI e UC. No caso das UC, se constituem uma forma de restrição ao uso do território, podem ser vistas também pelo ângulo positivo do exercício da soberania na medida em que asseguram o domínio do Estado sobre as florestas e a terra. Quanto às terras indígenas, compreende-se a preferência por territórios descontínuos, multiétnicos, com presença não indígena e não inclusão dos rios estratégicos, como aconteceu na demarcação das Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro. A fim de atender reivindicações plausíveis dos grupos indígenas, e entender os índios como atores na vivificação das fronteiras, retomar o encargo de serviços de saúde e educação – que foram transferidos para outros – e criar normas claras para o uso dos recursos existentes em suas terras, com sua participação, são medidas que poderiam fortalecer a presença do Estado e evitar explorações ilegais em suas terras. A demanda atualmente não é por demarcação, mas sim por desenvolvimento. Nas fronteiras superpõem-se três malhas territoriais oficiais: a malha administrativa (Estados e Municípios), a malha ambiental das áreas protegidas, e a faixa de fronteira. Ao que tudo indica, a **regulamentação da faixa de fronteira** seria um

instrumento essencial de ordenamento do território estabelecendo normas de utilização da terra e dos recursos naturais; g) o **reconhecimento de que terras e florestas são bens públicos e trunfos do poder do Estado** indica que o aproveitamento da incomensurável biodiversidade amazônica é urgente para o bem da população amazônica e brasileira. O Brasil já fez três importantes revoluções tecnológicas: exploração do petróleo em águas profundas, transformação da cana-de-açúcar em combustível e aproveitamento do cerrado para a cultura da soja. É momento de realizar uma revolução tecnológica para o bioma Amazônia, utilizando a biodiversidade em todos os níveis – dos fármacos à agregação de valor nas florestas – gerando cadeias produtivas capazes de fornecer uma base econômica estável e competitiva para a população, inclusive indígena.

Becker (2004, grifo nosso) ainda complementa que, apesar de tudo o que foi supracitado, a cooperação internacional nas suas mais variadas formas é um instrumento de coerção velada. Todavia o diálogo, a diplomacia e, particularmente, o fortalecimento dos canais com os segmentos da sociedade, podem transformar a coerção velada em instrumento de mudança. A sinergia a partir de estratégias concertadas das instituições públicas é, portanto, essencial. Nesse sentido, cabe lembrar o papel do Exército que, historicamente, foi das raras instituições a manter sintonia com a face interna da soberania, tendo aproximação com as comunidades indígenas e importante ação social, e hoje a Nação espera não só que se mantenha, mas que em conjunto com as demais Forças, possa se fortalecer.

Ainda em relação ao aspecto da cooperação, a construção e interligação de estradas e outras vias de transporte, de redes de eletricidade e telecomunicações, além de gasodutos e oleodutos, requerem presença do Estado e políticas públicas para áreas sensíveis, além de um quadro de segurança e estabilidade. Mais do que isso, esta nova realidade permitirá uma interação com as FA e outros órgãos de segurança dos países limítrofes, o que criará ou aprofundará a confiança mútua e o estabelecimento de metodologias e procedimentos de cooperação sistêmica na área de segurança (VIZENTINI, 2004).

Em tese, as FA temem as consequências da parca presença do Estado para a população local na Amazônia. Em face do descaso do poder público em algumas situações há possibilidade de que os traficantes de drogas que atuam nas áreas fronteiriças possam vir a aliciar os habitantes dessas regiões, conforme afirma Madureira (2000, p. 26):

[...] Em face do exposto, provavelmente ocorrerá uma influência negativa na população brasileira na extensa faixa lindeira, ocasionando cumplicidade com os narcotraficantes, mais uma sensível onda de corrupção, em todos os níveis e setores, e de maior penetração em determinados segmentos do Poder Nacional.

Outro aspecto muito importante a ser lembrado é a necessidade de maior participação das populações locais nos debates concernentes à região. Como na Amazônia brasileira os temas de segurança foram historicamente tratados ao lado da questão do desenvolvimento – e porque a presença do Estado nas fronteiras mais distantes se dá por meio de componentes da política de defesa – é crucial que haja um maior espaço para a participação daqueles diretamente envolvidos. O desconhecimento ou o desrespeito às particularidades locais, a falta de diálogo entre os diferentes atores que atuam do cenário amazônico, além da deficiência na articulação entre os ministérios envolvidos, mantêm o retardamento do desenvolvimento regional e também o desperdício de dinheiro público (SILVA, 2004b). É preciso conjugação de esforços direcionados para o bem-estar da população e para o desenvolvimento da região, caso contrário o ambiente estará propício à propagação de ilícitos e conflitos.

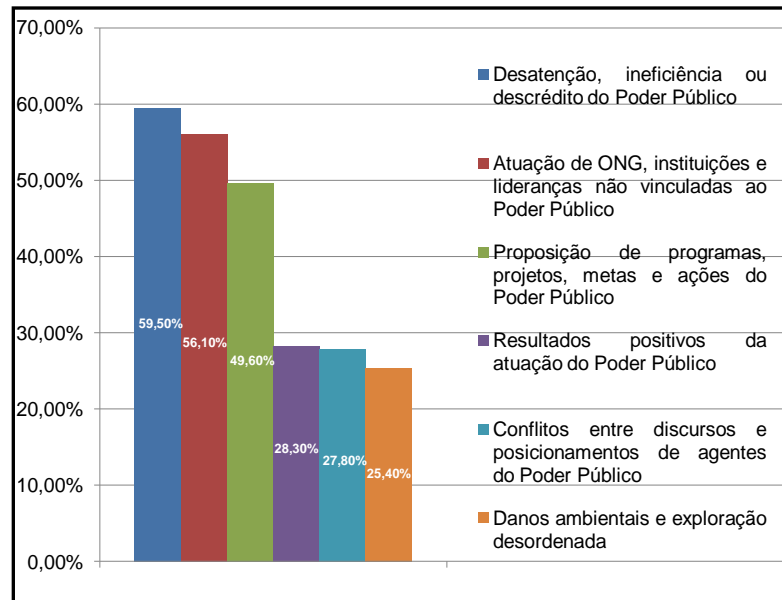
Obter a sinergia necessária entre os diversos atores estatais e a população não é tarefa fácil. De acordo com Silva (2004b, grifo nosso), mudar uma cultura organizacional acostumada à separação setorial, onde não há muito diálogo entre os diferentes ministérios, e também entre civis e militares, se caracteriza num processo lento, especialmente porque os temas de defesa são tradicionalmente tratados por militares, estando distante da maioria da população. Este fenômeno não é exclusivo da região amazônica. Talvez o primeiro passo em direção a uma mudança esteja na ampliação e incentivo do debate destes temas no meio acadêmico, o que começa a ser feito pelo MD. A proposta de uma política de defesa mais específica, coerente e explícita, confirmando a Amazônia como a região prioritária para defesa do Brasil, seguindo a tendência em curso, uma vez que **a Amazônia é a porção do país mais vulnerável às chamadas “ameaças irregulares” à segurança**. Uma nova proposta de defesa para a região amazônica deverá ser pensada, seja para aperfeiçoar as experiências positivas, seja para implementar mudanças naquilo que não deu certo. É a partir da reflexão e do debate que surgirão novas respostas ao desafio amazônico.

De acordo com Mendes e Melo (2010), que analisaram a contribuição da mídia

para a formação da opinião pública (Opi Pub) brasileira acerca da Amazônia, a atuação do poder público é desacreditada, tida como ineficiente e desatenta às demandas regionais, o que se verifica independentemente da temática abordada. Tal condição é ainda reforçada pela apropriação de críticas emitidas por ONG (em sua grande maioria, relacionadas ao ativismo ambiental e/ou voltado para questões indígenas, sendo que em certos casos essas ONG assumem o caráter transnacional), por depoimentos proferidos por especialistas e lideranças locais, por posicionamentos contraditórios emitidos por agentes públicos e, também, pelos recorrentes anúncios de metas, programas e projetos de governo sem que seus resultados efetivos posteriores sejam igualmente destacados (Gráfico 1).

Pode-se inferir, dessa forma, que a participação estatal no dia a dia e nos destinos amazônicos precisa ser aperfeiçoada e incrementada, como forma de antever ameaças e neutralizá-las com oportunidade. A interação e o atendimento aos anseios da população é fator primordial para o sucesso, pois, em última análise, ela é o maior patrimônio existente na Amazônia. Cabe salientar que num quadro hipotético de conflito, os amazônidas serão os maiores aliados e o público alvo (Pub A) principal tanto do Estado quanto das FA empregadas na região.

Gráfico 1 – Enquadramento da temática amazônica



Fonte: Mendes e Melo (2010, p. 45)

Paiva (2006) defende a tese que deve ser desenvolvido um Projeto de Integração da Amazônia, apresentando, dentre outras, as seguintes características:

alcance e conscientização nacionais; visão de futuro definida em todos os campos do poder; controle das ONG e de outros atores, particularmente estrangeiros, que atuam na região; ações estratégicas e metas, sucessivas e paulatinas; apoio ao Programa Calha Norte (PCN)¹⁵; revisão de políticas atualmente em vigor; focos no desenvolvimento, com consciência ambiental, e na ocupação e vivificação, com proteção aos povos indígenas; definição de polos de desenvolvimento e infraestrutura de apoio, com os devidos incentivos; e vontade nacional para enfrentar reações internacionais com altivez e dignidade (choque de civismo e valores). O autor sugere ainda que o Projeto deveria ser conduzido por um Ministério da Amazônia e seu foco estaria mais voltado para os campos político, econômico, psicossocial e científico-tecnológico do que para o militar, pois naqueles setores estão nossas vulnerabilidades mais prementes.

Podemos caracterizar tais atividades como ações típicas de desenvolvimento e estabilização, que se encaradas com a necessária seriedade que o tema exige, com sinergia entre todas as instituições, organismos, empresas etc (operações interagências)¹⁶, e com o fundamental apoio da população, um grande avanço estaria sendo feito no sentido de minimizar possíveis ameaças, ocupar espaços e evitar a deflagração de conflitos.

4.4 PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS

A legislação brasileira é repleta de documentos basilares que elencam a Amazônia brasileira como área prioritária de segurança e defesa, bem como apontam a necessidade do Brasil possuir FA aptas, equipadas, presentes e

¹⁵ O Programa Calha Norte (PCN) tem como objetivo principal contribuir com a manutenção da soberania na Amazônia e contribuir com a promoção do seu **desenvolvimento ordenado**. Foi criado em 1985 pelo Governo Federal e atualmente é subordinado ao MD. Visa **aumentar a presença do poder público na sua área de atuação e contribuir para a Defesa Nacional**. Na sua etapa de implantação era chamado Projeto Calha Norte e tinha uma atuação limitada, prioritariamente, na área de fronteira. Hoje, o Programa foi expandido e ganhou importância em vista do agravamento de alguns fatores. Entre eles, o **esvaziamento demográfico** das áreas mais remotas e a intensificação das **práticas ilícitas na região**. Nesse contexto, cresce a necessidade de vigilância de fronteira e proteção da população. Ao proporcionar assistência às populações, as ações do Programa pretendem fixar o homem na região amazônica (BRASIL, 201-, grifo nosso).

¹⁶ As operações interagências se caracterizam nas “operações que envolvem as interações entre as diversas agências governamentais e o Ministério da Defesa. Tais interações visam à coordenação de esforços com a finalidade de atingir um objetivo comum com a maior eficiência e eficácia possível. O termo interagências indica um grupo diverso de organizações operando em um ambiente de crise” (BRASIL, 2011b, p. 9).

motivadas para operar, defender e contribuir com o desenvolvimento daquela importante região.

A **Política de Defesa Nacional** (PDN), aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, é um importante documento que estabelece objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional. Coloca a **Amazônia como prioridade** pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestres. Informa ainda que o **adensamento da presença do Estado, e em particular das FA**, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para a conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia (BRASIL, 2005, grifo nosso).

Ainda segundo a PDN, “para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar [...]”.

Conforme já destacado no Capítulo 1 deste trabalho, a **END** também atribui grande prioridade à região amazônica. Prescreve que é preciso tirar a região da condição de insegurança jurídica e de conflito generalizado em que, por conta da falta de solução ao problema da terra, ela se encontra. Essa transformação só será possível com a **estratégia da presença**, em virtude dos obstáculos ao deslocamento e à concentração de forças. Amarra ainda que, em todas as circunstâncias, as **unidades militares situadas nas fronteiras** funcionarão como destacamentos avançados de vigilância e de dissuasão. Estabelece, ainda, ligação da defesa da região amazônica com os imperativos de monitoramento/controle e de mobilidade, alertando que as adaptações necessárias serão as requeridas pela natureza daquele teatro de operações (TO), quais sejam: a intensificação das tecnologias e dos dispositivos de monitoramento a partir do espaço, do ar e da terra; a primazia da transformação da brigada em uma força com atributos tecnológicos e operacionais; os meios logísticos e aéreos para apoiar unidades de fronteira isoladas em áreas remotas, exigentes e vulneráveis; e a formação de um combatente detentor de qualificação e de rusticidade necessárias à proficiência de um combatente de selva. Outra implicação constante da END é a necessidade de dispor de suficientes e adequados meios de transporte para apoiar a aplicação da **estratégia da presença do Exército na região Amazônica**, sobretudo as

atividades operacionais e logísticas realizadas pelas unidades da F Ter situadas na fronteira (BRASIL, 2008b, grifo nosso).

Ainda de acordo com a END, a identificação e a análise dos principais aspectos positivos e das vulnerabilidades na Amazônia permitem vislumbrar oportunidades a serem exploradas, como por exemplo, a promoção de **ações de presença do Estado na região amazônica**, em especial pelo fortalecimento do viés de defesa do Programa Calha Norte (BRASIL, 2008b, grifo nosso).

Dessa forma, com base na END e na Estratégia Militar (Estrt M) dela decorrente, as FA deverão submeter ao MD seus Planos de Equipamento e de Articulação, os quais deverão contemplar uma **proposta de distribuição espacial das instalações militares e de quantificação dos meios necessários ao atendimento eficaz das Hipóteses de Emprego**, de maneira a possibilitar: o **aumento da presença militar** nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da **região amazônica**; o aumento da participação de órgãos governamentais, militares e civis, no plano de vivificação e desenvolvimento da faixa de fronteira amazônica, empregando a **estratégia da presença**. Quanto à Força Aérea (F Ae), a END determina, dentre outros aspectos, que essa Força Singular (FS) deverá contar com plataformas e sistemas próprios para monitorar o espaço aéreo amazônico. Além disso, o MD deverá priorizar, na elaboração do Plano de Desenvolvimento de Aeródromos de Interesse Militar (PDAIM), os aeródromos de desdobramento previstos nos planejamentos relativos à defesa da região amazônica (BRASIL, 2008b).

Ambos os documentos acima, A PDN e a END, se constituem num importante passo no aperfeiçoamento da mentalidade de defesa brasileira, principalmente pelo estabelecimento de diálogo muito mais aberto e participativo entre militares e civis, bem como no sentido de dotar o Brasil de uma estrutura de defesa compatível com sua dimensão e importância no mundo atual. No entanto, necessita-se, ainda, de um documento-chave de política que possa oferecer a visão do Governo a respeito da defesa, particularmente da região amazônica. Nesse contexto, surge o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), com previsão de lançamento em novembro de 2012, que permitirá o acesso ao amplo contexto da estratégia de defesa nacional, em perspectiva de médio e longo prazos, e que viabilizará o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor (BRASIL, 2010a). Dessa

forma, será possível obter orientações e determinações mais precisas para os cenários que serão apresentados em relação à Amazônia.

Alinhados com os diplomas legais de instâncias superiores já citados (PDN e END) encontram-se documentos produzidos pelo EB recentemente e que dão tratamento especial à Amazônia, particularmente no que diz respeito às ações e presença da F Ter naquela região. Dentre esses documentos, podem ser destacados a Diretriz Geral do Comandante do Exército (2011-2014); o Processo de Transformação do Exército; a Estratégia Braço Forte (EBF); o Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA); e o Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX). A fim de aprofundar ainda mais a relevância do assunto em pauta, faz-se necessário elucidar algumas informações constantes em cada um deles.

De acordo com a **Diretriz Geral do Comandante do Exército** (2011-2014) (BRASIL, 2011h, p. 7), expedida em junho de 2011, “a Amazônia continua a ser a área estratégica prioritária para a Força”.

Diante das evoluções constantes da Era do Conhecimento, das características do mundo globalizado e da estatura político-econômico-estratégica alcançada pelo Brasil nos últimos anos, o Exército se viu obrigado a romper paradigmas, visando a acompanhar essas mudanças, movendo-se do estágio atual para patamares mais elevados. Decorrente desse quadro, foi produzido, no ano de 2011, o documento intitulado “**Processo de Transformação do Exército**”. Além de conceber projetos para desenvolvimento, monitoramento e dissuasão naquela região, que serão apresentados a seguir, aponta como uma das três capacidades necessárias para o EB de 2030, a ajuda na conclusão da ocupação e da integração à nação brasileira de praticamente a metade do território nacional correspondente à nossa Amazônia (BRASIL, 2010a). Verifica-se que com essa atitude estar-se-ia reduzindo a probabilidade de expansão de conflitos na região.

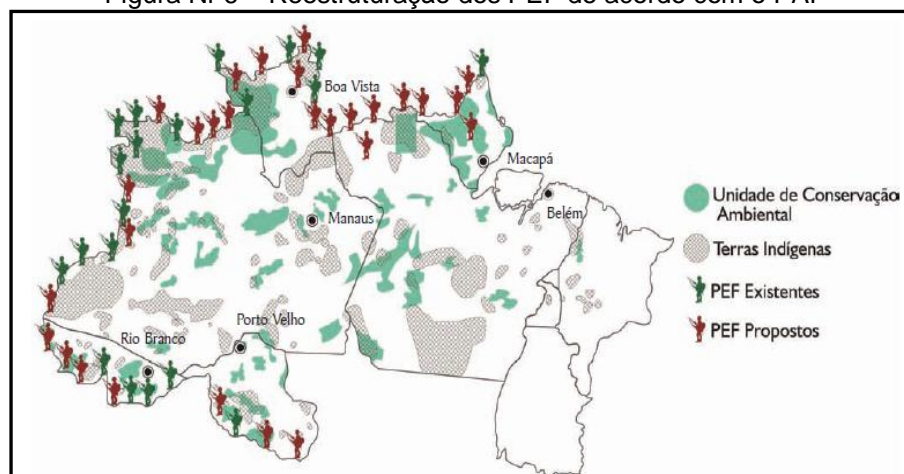
A **EBF** é um planejamento do Exército decorrente da END e apresenta planos de Equipamento e de Articulação, desdobrados em horizontes de curto, médio e longo prazos, respectivamente 2014, 2022 e 2030. Dentro desses dois planos inserem-se quatro principais Programas: Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria (Plano de Articulação) e Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro (COBRA) (Plano de Equipamento) (ESTRATÉGIA..., 2009).

O **Programa Amazônia Protegida**, especificamente, apresenta em seu bojo dois principais conjuntos de ações, tendo como escopo o fortalecimento das ações

do EB na região amazônica, incrementando a já tradicional Estratégia da Presença. Cabe ressaltar que, para o cumprimento integral dos seus objetivos, o PAP pressupõe a imprescindível e intensa participação de órgãos governamentais de todas as áreas, denotando um quadro animador de Operações Interagências.

O primeiro dos três projetos principais do PAP refere-se à implantação de 28 novos PEF, já em sua nova configuração, segunda a qual os pelotões constituir-se-ão, cada um, em uma célula de vigilância, paralelamente à adequação da infraestrutura e à modernização operacional dos 21 PEF já existentes (Figura Nr 6). O segundo conjunto de ações visa à reestruturação das Brigadas de Infantaria de Selva (Bda Inf SI), completando e modernizando seus sistemas operacionais, e criando três novas brigadas, em Manaus, Belém e Rio Branco. De forma paralela, o terceiro conjunto de ações do PAP abarca um projeto fortemente calcado em C&T. Trata-se do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), por meio do qual o EB pretende incrementar a capacidade de monitoramento dos cerca de quatorze mil quilômetros de fronteira na Amazônia e no Centro-Oeste. Com o SISFRON em funcionamento será possível obter antecipação no atendimento das demandas por parte do governo e da sociedade no sentido de contribuir para a segurança nos centros urbanos, por meio do ganho de eficiência no apoio ao combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas. Há previsão, ainda, de interligação a sistemas militares e civis a exemplo do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA) e do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) (BRASIL, 2010a; ESTRATÉGIA..., 2009).

Figura Nr 6 – Reestruturação dos PEF de acordo com o PAP



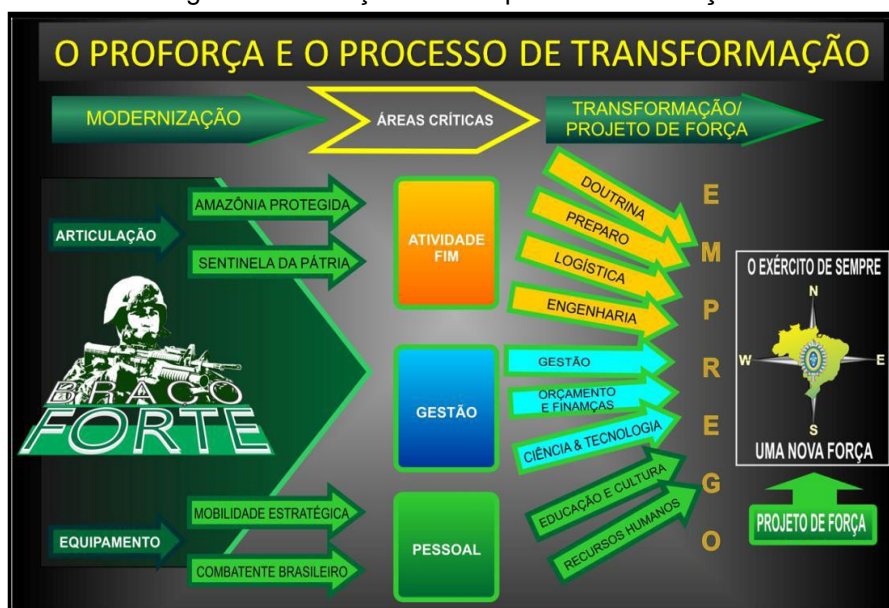
Fonte: Estratégia... (2009, p. 39)

Por seu turno, o **PROFORÇA** apresenta as diretrizes para a concepção e a evolução da F Ter para 2031, com marcos temporais em 2015 e 2022. É um documento dinâmico, interativo, inovador, permeia todo o Exército e é adaptável às incertezas que os conflitos do futuro impõem. Orientará o Processo de Transformação por meio de diretrizes para os Vetores de Transformação (VT): Ciência & Tecnologia; Doutrina; Educação & Cultura; Engenharia (Eng); Gestão; Recursos Humanos (RH); Logística (Log); Orçamento & Finanças e Preparo & Emprego (BRASIL, 2011i). Estando perfeitamente alinhado com a EBF, o PROFORÇA reforça os aspectos inerentes à implementação do PAP (Figura 7).

Outro documento importante, o SIPLEx, pode ser considerado o verdadeiro instrumento da transformação, sendo ainda “a maior referência do planejamento estratégico da Força”, conforme o Comandante do Exército escreveu em sua Diretriz Geral (BRASIL, 2011h).

O Livro 1 do SIPLEx (SIPLEx 1), que trata da Missão do Exército, informa que o Brasil ainda não concluiu a integração nacional e o Exército vê a contribuição a esse processo como uma de suas principais finalidades, uma vez que é condição imprescindível à defesa do País. “Assim, a **Amazônia [...] é a área estratégica prioritária**, sendo a sua integração o fator de maior impacto na redução das vulnerabilidades naquela região” (BRASIL, 2011c, grifo nosso).

Figura 7 – Evolução da EBF para o PROFORÇA



Fonte: Brasil (2011i, p. 12)

Já o SIPLEx 3, que versa sobre a Política Militar Terrestre (PMT), apresenta como um dos objetivos dessa Política a ampliação da integração do Exército à Nação, pretendendo-se no aspecto desenvolvimento, aumentar a participação no planejamento e execução das ações do Estado em áreas estratégicas, de todos os campos do poder. Outro objetivo do Livro 3 é otimizar a presença em áreas estratégicas de interesse da defesa, reforçando a dissuasão (BRASIL, 2011d). Dessa forma, é lícito supor que a Amazônia se enquadra perfeitamente nesses objetivos.

Em relação ao SIPLEx 4 – Parte 1, que trata das Estratégias e Ações Estratégicas, é elencado como uma das estratégias do objetivo da PMT “otimização da presença em áreas estratégicas de interesse da defesa” a contribuição à ampliação da presença do Estado na Amazônia. Em razão disso, as ações estratégicas previstas seriam: ampliar a capacidade operacional na Amazônia e apoiar as ações dos órgãos públicos governamentais que contribuem para fortalecer a autoridade do Estado na Amazônia (BRASIL, 2011f).

O Livro 5 do SIPLEx refere-se ao Plano Estratégico do Exército (PEEx), no qual é caracterizada a última fase do planejamento estratégico do Exército e são estabelecidos os Projetos / Ações Executivas que deverão ser planejados e executados pelos diversos Órgãos de Direção Setorial (ODS) / Comandos Militares de Área (C Mil A). Nesse contexto, o Anexo (An) B ao PEEx (Planejamento Inicial dos Projetos) apresenta projetos importantes para a região amazônica. Dentre eles, podem ser citados: concluir a transferência e transformação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva (3º BIS), sediado em Barcelos, no estado do Amazonas (de 2004 a 2014); reorganizar os BIS com encargos de fronteira (Companhia Especial de Fronteira) (2012 a 2014); transformar a 1ª Base Logística (1ª Ba Log) (Boa Vista-RR), a 16ª Ba Log (Tefé-AM) e a 17ª Ba Log (Porto Velho-RR) em 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log SI), 16º B Log SI e 17º B Log SI, respectivamente (2012 a 2014); Implantar uma Unidade nível Batalhão de Comunicações (B Com) no Comando Militar da Amazônia (2012 a 2015) (BRASIL, 2011g).

Além de todos esses projetos e programas listados acima, o EB ainda contribui para a região amazônica desenvolvendo outras ações, muitas delas integradas a instituições, órgãos, governos, demais FS, OSP etc, exercendo a sinergia necessária

para o desenvolvimento, proteção e presença na Amazônia. Dentre elas, destacam-se: o Programa Calha Norte (já explicado no subitem 4.3); o SIPAM¹⁷; o Plano Estratégico de Reestruturação do Exército (PEREx)¹⁸; o Plano Amazônia Sustentável (PAS)¹⁹; o Projeto Soldado Cidadão (PSC)²⁰ e o Projeto Rondon²¹.

O EB conta atualmente com aproximadamente 27 mil homens e mulheres na região amazônica, sendo que a previsão, dentro do processo de transformação da Força, é alocar 40 mil até o ano de 2030. A ausência do Estado potencializa os problemas na região, sendo que a presença do Exército é uma forma de amenizar esse problema, polarizando-se para ser empregado, prioritariamente, na faixa de Fron, onde há vazios enormes.

Tem-se procurado, quando possível, a sinergia, atuando num sistema interagências, a fim de unir forças no controle e inibição de ameaças. Este aspecto é importantíssimo para confirmar que a “questão amazônica” é responsabilidade de todos os brasileiros. De acordo com Paiva (2006, p. 57, grifo nosso), “a sociedade precisa conhecer o risco que envolve não povoar, não desenvolver, não integrar, não defender e não preservar a Amazônia, pois só assim passará a exigir medidas preventivas, **contrapõe-se a diversos atores adversos**”.

A atuação combinada com outros países fronteiriços também tem sido levada a efeito, como a troca de informações satelitais entre Brasil e Peru. Essa atuação

¹⁷ O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) é vinculado ao MD, gerenciado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM). O SIPAM é uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações técnicas, formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregado de integrar e gerar informações atualizadas para articulação e planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, à inclusão e o desenvolvimento sustentável da região (BRASIL, 2012).

¹⁸ Neste programa é conferida prioridade à Amazônia. Essa reestruturação amplia a presença do Exército na área, levando benefícios por gerar empregos diretos e indiretos. Também aproxima o apoio de saúde, realiza evacuações aeromédicas de urgência e fomenta o desenvolvimento sustentável regional (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2008, p. 13).

¹⁹ O PAS, lançado em 8 de maio de 2008, é um plano do Governo Federal brasileiro em parceria com os governadores dos estados da região amazônica (AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO). O plano tem como objetivo definir as diretrizes para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. O PAS não é um plano operacional, mas sim estratégico, contendo as diretrizes gerais e as recomendações para sua implementação (PLANO..., 2012).

²⁰ Inserido no Serviço Militar e precedendo o licenciamento das fileiras do EB, o Projeto busca, em parceria com outras instituições, qualificar profissionalmente o homem, a fim de que possa ser absorvido pelo mercado de trabalho local, em melhores condições (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2008, p. 13).

²¹ Neste projeto o EB atua integrado ao MD e à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Objetiva a integração social, fazendo com que universitários voluntários se integrem à realidade da área. Facultam ações direcionadas ao desenvolvimento de comunidades carentes, como a agricultura familiar, a educação e projetos de infraestrutura municipal voltados, especialmente, ao saneamento básico e aos cuidados com o meio ambiente (PLANO..., 2008).

integrada é relevante, no sentido de realizar um monitoramento eficaz e evitar o transbordamento de ameaças. De acordo com a Revista Diálogo, produzida pelo Comando Sul dos EUA, na sua edição número 4, de 2011:

Os criminosos frequentemente se aproveitam das exuberantes florestas tropicais e dos vastos canais fluviais da região amazônica para realizarem atividades ilícitas, como o narcotráfico e o desmatamento. O Peru e o Brasil fecharam uma parceria para pôr fim a estes atos criminosos e proteger a bacia amazônica através do intercâmbio de dados de satélites, de acordo com a agência de notícias do Peru, Andina. Os dois países conseguem monitorar a densa região por meio da transferência de dados em tempo real entre um centro de informações de satélite, localizado na cidade de Manaus, e seu equivalente peruano, na cidade de Pucallpa. A troca de informações faz parte do Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Peru em matéria de proteção da Amazônia, de 2003. **O Brasil tem acordos semelhantes com a Colômbia e o Equador** (BRASIL..., 2011a, p. 20, grifo nosso).

Pode-se concluir, portanto, que as ameaças presentes na região amazônica são muitas e que a ausência do Estado é evidente, apesar dos esforços de setores como as FA para desenvolver, integrar e defender a região. São necessárias ações abrangentes, incluindo atividades que tragam benefícios à população, o apoio estatal ao incremento da economia e ao desenvolvimento humano, principalmente de localidades e áreas que possam ser alvo de futuros conflitos, bem como a priorização do Governo às questões mais sensíveis da região N do país. Essa postura evitará o preenchimento dos espaços não ocupados pelo Estado e a criação de um ambiente propício à propagação de ideologias ou execução de ilícitos. Esses procedimentos são típicos das operações de amplo espectro, assunto que será detalhado em outro capítulo do presente trabalho de pesquisa.

5 CONFLITOS ASSIMÉTRICOS

5.1 GENERALIDADES

[...] pode-se afirmar que as Forças Armadas encontram-se sob efeito pendular e paradoxal: preparar-se para conflitos assimétricos ou permanecer preparando-se para a remota possibilidade de uma guerra convencional. A decisão, seja ela qual for, requer coragem, sabedoria, estudo e, principalmente, adequação de conceitos que rompam, em tese, com o sistema em vigor (CASTRO, 2007, p. 77).

Com a afirmação acima, procura-se, desde já, alertar para a importância dos conflitos assimétricos na atualidade.

Segundo Silva (2007a), vivemos numa época de intenso intercâmbio econômico e cultural global, em que são improváveis as grandes guerras generalizadas, industriais de massa, de violência indiscriminada, ao estilo das I e II GM. Silva (2007a) afirma, ainda, que vivemos, em contrapartida, um momento histórico de conflitos localizados e limitados, internacionais ou internos, que envolvem forças estatais e/ou não estatais, motivados por questões étnicas, tribais, religiosas ou apenas criminosas, e por contenciosos territoriais em geral herdados de maus arranjos coloniais. Desse quadro, advém o termo guerra assimétrica, que não é somente a guerra do fraco contra o forte. Para Silva (2007a), é a introdução de um elemento de ruptura, tecnológico, estratégico ou tático, um elemento que muda a ideia preconcebida; é a utilização de um ponto fraco do adversário. Não existe, pois, conflito armado assimétrico somente pela desigualdade entre os adversários, senão quando os adversários adotam formas de combate diferentes em sua concepção e desenvolvimento.

Para Pinheiro (2007), o termo conflito de 4ª geração tornou-se conhecido entre estrategistas e planejadores militares internacionais, ao final da década de 1980, com o objetivo de caracterizar a dinâmica e a orientação geral de como fazer a guerra no futuro. Essa comunidade compartimentou a evolução dos conflitos armados, a partir do Século XVII, em quatro fases distintas, já descritas no capítulo 1 e que serão aprofundadas no item 5.3 do presente trabalho de pesquisa.

Pinheiro (2007) define, ainda, a “4ª geração” ou “4ª fase” como aquela resultante de uma evolução que visa tirar vantagem das mudanças política, social, econômica e tecnológica vivenciadas desde a II GM. Junto aos estados nacionais,

aparecem como novos atores protagonistas forças que utilizam procedimentos da G Irreg.

É importante salientar que a quarta geração não é algo novo, mas um retorno à maneira como a guerra funcionava antes do surgimento do Estado. Agora, como antes, muitas entidades diferentes - não apenas os Estados - travarão a guerra, e o farão por muitas razões distintas, não apenas como “uma promoção de políticas por outros meios”, como prega a teoria clausewitziana. Serão usadas diversas novas ferramentas para combater, não se restringindo ao que é tradicionalmente reconhecido como forças militares. Nem mesmo se pode dizer que as táticas da quarta geração são inéditas. Pelo contrário, muitas das usadas por seus oponentes são táticas de rotina de guerrilha.

Atualmente, inúmeros conceitos são apresentados na tentativa de explicar os diferentes tipos de enfrentamento, bem como o contexto bélico em voga. Com o objetivo de facilitar a visualização e o entendimento desses conceitos, faz-se oportuno explicitá-los, sendo a maioria das informações complementadas pelos significados constantes no Glossário do presente trabalho.

5.2 GUERRAS OU CONFLITOS ASSIMÉTRICOS

De acordo com Bartolomé (2008, grifo nosso), o **conceito de guerra assimétrica** surgiu pela primeira vez em 1955 na publicação norte-americana *Joint Warfare of the Armed Forces*, em referência a rivalidades armadas nas quais se enfrentam forças desiguais como forças aéreas versus terrestres, forças aéreas versus navais etc. Paulatinamente seus objetivos se tornaram mais nítidos até atingir seu significado atual. Nos dias de hoje, entende-se por conflito assimétrico aquele no qual a resposta de um dos protagonistas, ao enfrentar seu oponente, não enfatiza que se busque uma igualdade de forças, a não ser no emprego de táticas não convencionais; do ponto de vista das FA, essa forma de operar é percebida com uma profunda diferença do método de sua organização no desenvolvimento de seus sistemas de armas.

Já Metz (2001) tratou da questão de maneira simplificada, considerando que a ideia de assimetria, quando aplicada a um conflito, refere-se a algum tipo de diferença para ganhar vantagem sobre o adversário, destacando três características gerais: normalmente tenta produzir um impacto psicológico de magnitude tal, com

choque ou confusão, que afete a iniciativa, a liberdade de ação ou os desejos do oponente; requer um estudo anterior das vulnerabilidades do oponente e tende ao emprego de armas e tecnologias inovadoras.

Nesse contexto, destaca-se o termo “guerra assimétrica”, utilizado muitas vezes como sinônimo de G4G. Na verdade, segundo Visacro (2009a), a expressão **conflito assimétrico** surgiu, em 1974, na obra *“The Concept of Power and Its Use Explaining Asymmetric Conflict”*, de autoria de Andrew Mack. Naquela época, von Der Heydte falava de natureza não equivalente (HEYDTE, 1990). Embora o termo venha sendo utilizado com frequência, muitos militares e acadêmicos ainda se equivocam ao usá-lo.

Conforme já citado no Capítulo 1, Mendes (2003, p. 46), do Exército português, define guerra assimétrica como:

[...] aquela que é empreendida no interior de um Estado, por forças que se lhe opõem e que, sendo muito menores em efetivos e em meios militares, acabam normalmente por conseguir, a mais longo ou mais curto prazo, e por recurso a um conjunto de capacidades próprias – culturais e materiais ou circunstanciais – obter a vitória.

Para Meigs (2004, grifo nosso, p. 2):

A assimetria significa a ausência de uma base comum de comparação relativa a uma qualidade, ou, em termos operacionais, uma capacidade. **A idiosincrasia tem conotação diferente** – posse de um padrão peculiar ou excêntrico. No sentido militar, a idiosincrasia significa uma abordagem ou maneira não ortodoxa de aplicar uma capacidade, que não segue regras e é sinistramente peculiar.

Ainda segundo Visacro (2009a), a abordagem do Coronel Michael R. Kershner, que é uma visão compartilhada pelo Exército norte-americano, parece ser mais apropriada e objetiva. Segundo esta teoria os termos da moda para as próximas ameaças serão “assimétrica” e “assíncrona” (KERSHNER, 2002, p. 75-76). Esses termos, na realidade, significam não convencional. Isto é, irregular.

“Basicamente, a guerra assimétrica é uma forma de guerra irregular” (PEDROSA, 2006, p. 80).

Caracteriza-se como um dos elementos básicos da guerra assimétrica a obtenção do elemento surpresa, que garante ao agressor a capacidade de determinar onde, quando e como ele executará sua ação. Isso lhe confere a necessária iniciativa estratégica (operacional ou tática, de acordo com o nível de engajamento) e a conseqüente imprevisibilidade. Outro aspecto importante a ser

considerado é o que se refere à amplitude de sua ação operacional: em época de globalização, o mundo inteiro pode se converter em TO.

O objetivo de uma guerra é impor uma vontade. De forma mais clara, o intuito da guerra assimétrica é o mesmo da guerra irregular, ou seja, exaurir o Iní, desgastá-lo internamente, de tal modo, que com o correr do tempo, ele estará tão enfraquecido, não só física como psicologicamente, que se mostrará incapaz de demonstrar uma vontade política (COSTA, 2001).

O resultado da guerra assimétrica está mais relacionado a uma vitória política do que a uma vitória militar. Por isso, quem conduzir uma guerra assimétrica deve procurar evitar testes diretos de poder e buscar, ao invés disso, minar a estabilidade, surpreender, exaurir o adversário, para desequilibrá-lo. O seu principal objetivo deve ser o de mitigar intelectual e moralmente o inimigo.

Lessa, Costa e Earp (2002, grifo nosso), identificam na guerra assimétrica três componentes distintos, que por vezes se superpõem:

- **assimetria de atores**, uma vez que os Estados, cada vez mais, são confrontados por grupos e organizações não estatais, e não apenas organizações como a *Al-Qaeda*, mas também por **organizações criminosas, máfias, narcotraficantes** etc;

- **assimetria de objetivos**, que são vitais para um dos contendores, mas de pequeno significado para o oponente; e

- **assimetria de meios**, pois um dos lados está dotado de equipamentos da mais alta tecnologia, enquanto seu oponente luta com meios precários e obsoletos.

Apontam, ainda, as seguintes características desse tipo de guerra:

A nova guerra não faz reivindicações territoriais, o que torna inoperante as respostas convencionais. [...] O adversário se camufla entre a população comum com militantes educados, frequentemente cosmopolitas, que se deslocam através de redes de contatos, comunicam-se através de redes que combinam a internet com recados transmitidos pessoalmente e que reduziram seu suporte logístico a transferências de recursos pelo sistema financeiro internacional. Os novos adversários não mais se organizam como exércitos, dispostos a defender um território até a morte. **Organizam-se em ONGs, cada qual com seus serviços de inteligência, de logística e de relações humanas** [...] (LESSA; COSTA; EARP, 2002, p. 89-90, grifo nosso).

Por seu turno, o professor Metz (2001, tradução nossa, grifo nosso), já citado anteriormente, apresenta seis formas de assimetria como sendo relevantes no campo da segurança nacional e da guerra:

- **assimetria de métodos**, abarcando a utilização de conceitos operacionais e doutrinas táticas diferentes daquelas usadas pelo Ini;

- **assimetria tecnológica**, evidenciada pelas vantagens obtidas historicamente nas guerras entre países industrializados e países considerados atrasados;

- **assimetria de vontades**, que acontece quando um dos antagonistas tem sua sobrevivência ou seus interesses vitais ameaçados, enquanto o outro está protegendo ou promovendo interesses que não lhe são essenciais;

- **assimetria normativa**, que está amplamente ligada à assimetria de vontades e que ocorre entre antagonistas que possuem diferentes padrões éticos e legais. Um exemplo dessa forma de assimetria, citado por Metz, ocorre quando os EUA enfrentam inimigos capazes de usar o terrorismo, a limpeza étnica e escudos humanos, e destaca que essa forma de assimetria é capaz de por em evidência a assimetria de vontades;

- **assimetria de organização**, que ao longo da história tem dado grandes vantagens aos Estados capazes de renovar suas estruturas militares. Metz destaca que no futuro as FA dos Estados poderão vir a enfrentar inimigos não estatais organizados em redes e não hierarquicamente; e

- **assimetria de paciência ou de perspectiva de tempo**, que acontece quando um dos contendores não é capaz de sustentar a vontade de lutar em uma guerra de longa duração. Metz coloca como exemplo o caso dos EUA, que preferem resolver rapidamente seus conflitos militares, em parte pela necessidade de apoio do Congresso e da Opi Pub, mas também porque muitos dos seus sistemas de armas avançados são de suprimento limitado. Metz destaca, ainda, que a assimetria de perspectiva de tempo também está conceitualmente ligada à assimetria de vontades, contudo mais frequentemente se evidencia em conflitos transculturais. Aponta, outrossim, que a assimetria de paciência também tem um componente cultural, que contrasta a impaciência instintiva dos norte-americanos à paciência asiática.

Costa (2001, grifo nosso) apresenta as assimetrias presentes no fenômeno da guerra assimétrica de forma separada entre as assimetrias que favorecem cada lado dos contendores assimétricos. Para o lado do “mais forte”:

- **assimetria de poder econômico e financeiro**: muito recursos versus poucos recursos;

- **assimetria de capacidade bélica**: absoluta e relativa; e

- **assimetria de estruturação organizacional**: hierarquia versus rede.

Para o lado do “mais fraco”:

- **assimetria de objetivação**: quase um número infinito de alvos versus poucos para o adversário;

- **assimetria de resultados**: indiferença de resultados no curto e médio prazo contra a necessidade de resultados expressivos no curto prazo; e

- **assimetria comportamental**: não sujeito a nenhuma regra, inclusive admitindo o suicídio na ação versus o adversário preso a regras e às convenções.

Segundo Pedrosa (2006), pode-se observar grande semelhança na essência das assimetrias levantadas por Costa e por Metz, embora estejam classificadas de forma diferente. É importante ressaltar, porém, que a assimetria de estruturação identificada por Costa tem caráter neutro. Se de um lado a hierarquia facilita a emissão de ordens, o comando e controle (C²) das operações, por outro lado a organização em rede é moderna, flexível e difícil de ser detectada e atacada.

De acordo com Costa (2001, grifo nosso), há grande concordância entre chineses e norte-americanos em relação à existência de um novo tipo de guerra. Merecem destaque as análises realizadas pelos chineses, os Coronéis Qiao Liang e Wang Xiangsui, do Exército Popular de Libertação da China, que lançaram em 1998 um livro, sobre este tema, intitulado “**Guerra Irrestrita**”²² (tradução para o título do livro em inglês “*Unrestricted Warfare*”), e pelos norte-americanos, em artigos publicados, dentre outros, pelo já citado Steven Metz (artigo publicado na *Military Review*, em 2001) e Winn Schwartau (artigo publicado na *ORBIS*, *Spring 2000*, *Findarticles*). Costa alerta ainda que os brasileiros precisam olhar este novo tipo de guerra sob dois enfoques, o chinês e o norte-americano, pois **o país poderá se apresentar ora como pedra ora como vidraça**. No presente trabalho de pesquisa, as FA serão empregadas, preponderantemente como pedra, parafraseando o professor Darc Costa. Isto significa dizer que, no caso de um conflito assimétrico deflagrado na região amazônica, as FA brasileiras se constituirão no partido mais forte.

Outros conceitos importantes no contexto da guerra assimétrica e que devem ser abordados são: rebelião e revolução. Inicialmente, ressalta-se que toda a guerra

²² De acordo com Liang e Xiangsui, a primeira regra na guerra irrestrita é a de que não existem regras, nada é proibido. Além disso, afirmam que a Guerra Cibernética (G Ciber) é tão importante quanto os poderes Naval, Terrestre e Aéreo (LIANG; XIANGSUI, 2002).

busca objetivos políticos. O recurso à violência na busca do poder tende a caracterizar a estratégia militar. Contudo, a definição clara de um tipo de guerra é muito difícil. Segundo Costa (2001, grifo nosso), tanto a guerra irregular quanto a guerra assimétrica se inserem no contexto de uma rebelião ou de uma revolução, que apresentam definições diferentes. **Revolução**, em tese, se dirige a certo **objetivo**, enquanto que **rebelião** se refere a certo **comportamento**. Há revoluções sem rebelião, e rebeliões sem revolução. Revolução une credo, vontade, decisão e ação na política e buscam a mudança integral na ordem, seja ela política, social e ou econômica. Rebelião busca a fuga a uma dominação. A perda na fórmula política pode conduzir a uma revolução ou esta pode decorrer da **inexistência de um certo desenvolvimento econômico e social**. Contudo, rebelião sempre está relacionada à tensão que deriva da percepção de que há uma privação na sociedade de bens e serviços econômicos, ou de prestígio social e ou de poder político. Expectativas religiosas ou de caráter nacional que não são correspondidas também podem dar base a uma rebelião. A guerra assimétrica assim como a guerra irregular não se dá clara e necessariamente no mesmo contexto de uma guerra convencional. De maneira diversa da guerra irregular, que é normalmente revolucionária, na guerra assimétrica tanto rebelião quanto revolução não se separam de forma nítida. Na guerra assimétrica, revolução e rebelião apresentam sempre uma vinculação direta. Comportamento e objetivo caminham juntos.

Aproveitando os conceitos de rebelião e revolução colocados acima, faz-se necessário evocar as ideias do experiente tunisiano e também cidadão e militar francês David Galula, materializadas na sua clássica obra “Teoria e Prática da Contrarrebeldião”, de 1966, que ainda se apresenta muito atual em alguns aspectos. Galula (1966, p. 15) coloca que “enquanto na guerra convencional qualquer um dos lados pode iniciar o conflito, somente um – o rebelde – pode dar início a uma guerra revolucionária, pois a contrarrebeldião não é mais que um efeito da rebelião”.

Ainda segundo Galula (1966, grifo nosso), a revolução, o golpe e a rebelião são as três maneiras de se tomar o poder pela força. Para ele, a **revolução** é, geralmente, um levante explosivo, súbito, curto, espontâneo, sem planejamento, como por exemplo: França, 1789; China, 1911; Rússia, 1917; e Hungria, 1956. Numa revolução, as massas movem-se e depois surgem os líderes. Já o **golpe** é a ação clandestina de um grupo rebelde para a derrubada da liderança em seu país. Devido à sua natureza clandestina, um golpe não envolve nem pode envolver as

massas. Um golpe é sempre um risco (o golpe contra Hitler, em 1944; os golpes no Iraque contra o Rei Faisal e Nuri al-Said, em 1958, e contra Kassem, em 1963). Por outro lado, uma **rebelião** é uma luta prolongada, levada a efeito metodicamente, gradualmente, a fim de se alcançar objetivos intermediários específicos que levem finalmente à derrubada da ordem vigente (China, 1927-49; Grécia, 1945-50; Indochina, 1945-54; Malásia, 1948-60; e Argélia, 1954-62). A rigor, a rebelião não é mais previsível que a revolução; na verdade, seus inícios são tão vagos que determinar exatamente quando surge uma rebelião é um difícil problema legal, político e histórico.

Galula (1966) acrescenta que uma rebelião é uma guerra civil. Todavia, há uma diferença na forma tomada pela guerra em cada caso. Segundo ele, uma guerra civil subitamente divide uma nação em dois ou mais grupos que, após um período inicial confuso, vêm-se em controle de parte tanto do território quanto das FA existentes, que imediatamente passam a desenvolver. É importante destacar que a guerra entre esses grupos logo se torna semelhante a uma guerra internacional comum, salvo pelo fato de os beligerantes serem compatriotas.

Em relação à assimetria, Galula (1966, grifo nosso) afirma que ela existe entre os lados opostos de uma guerra revolucionária, acrescentando que esse fenômeno – a assimetria – resulta da própria natureza da guerra, da desproporção entre os oponentes no início, e da diferença em essência entre seu ativo e seu passivo. No decorrer da luta o rebelde tem de transformar-se de pequeno em grande, de fraco em forte, pois de outra forma fracassará. O contrarrebelle, na razão direta do êxito do rebelde, de grande passará a pequeno, de forte a fraco. **Dessa assimetria inicial derivam-se as peculiaridades que tanto distinguem a guerra revolucionária da convencional.** A lógica força o rebelde a levar a luta para um terreno diferente, onde ele tem melhor possibilidade de equilibrar suas desvantagens físicas, sendo que a população representa esse novo terreno. Por esse motivo, **a batalha pela população é uma das principais características da guerra revolucionária.**

Outra questão importante a ser levantada é **como as estratégias assimétricas podem ser empregadas pelos atores mais fortes**, partindo-se da premissa que estratégia consiste em enfatizar os próprios pontos fortes e explorar as fraquezas de um inimigo. Breen e Geltzer (2012, p. 52) apresentam essa temática de forma simples e didática:

As estratégias assimétricas se assemelham à arte marcial japonesa de jiu-jítsu, baseada na ideia de que a força e a energia de um oponente podem ser utilizadas contra ele, em vez de enfrentadas diretamente com força externa. Diante de um adversário mais alto e forte, por exemplo, um praticante de jiu-jítsu é incentivado a enxergar as vantagens em altura e músculos do outro como vulnerabilidades passíveis de serem exploradas, uma vez que tais características tendem a gerar um centro de gravidade elevado. Do mesmo modo, os praticantes de jiu-jítsu utilizam a própria força que um oponente é capaz de empregar em um soco para derrubá-lo, em vez de bloquear o murro e tentar dar o troco.

Breen e Geltzer (2012) citam como os casos mais notórios do emprego de estratégia assimétrica pelo ator mais forte – ou potência em ascensão -, na atualidade, a atuação do *Hezbollah* no sul do Líbano, em 2006, com o apoio do Irã, e as doutrinas russas e chinesas atuais, particularmente em relação à G Ciber.

No caso do *Hezbollah*, este ator não estatal, com origens como organização terrorista e insurgente, desenvolveu uma abordagem híbrida para combater seu bem treinado e equipado adversário convencional, qual seja, as Forças de Defesa de Israel (FDI). Ao contrário do que fazem insurgentes tradicionais, os combatentes do *Hezbollah* se empenharam continuamente em manter o terreno contra um resolutivo ataque por formações blindadas israelenses, às vezes com sucesso. **O Irã, particularmente, talvez tenha utilizado o conflito de 2006 como teste para estratégias concebidas para sua defesa contra uma possível invasão pelos EUA**, fornecendo diretamente grande parte do arsenal do *Hezbollah*, **deixando a entender que o *Hezbollah* treina o Irã, e não o contrário**. Além disso, os russos ficaram atentos aos embates, uma vez a Rússia havia desenvolvido e fabricado a grande maioria dos sofisticados sistemas de armas do *Hezbollah*.

Por seu turno, a China está desenvolvendo sua própria estratégia para negar o Pacífico Ocidental às FA norte-americanas, em parte pela ampla utilização de mísseis guiados, empregados de forma descentralizada. Além disso, a China desenvolveu uma doutrina militar oficial para o Cmb cibernético, treinou um grande efetivo de militares para conduzir operações ofensivas na internet e conduziu uma ampla série de exercícios e simulações (BREEN; GELTZER, 2012).

A Rússia, por sua vez, desenvolveu uma forte capacidade de combate cibernético, grande parte em consulta com a China. Já em 2002, a Rússia havia conduzido ataques contra *sítes* chechenos, durante o conflito na Chechênia. Utilizando gangues de criminosos como agentes, a Rússia empregou ataques cibernéticos, também, para incapacitar as redes da Geórgia antes do ataque militar

convencional, em 2008, depois de ter confirmado sua utilidade em um confronto anterior com a Estônia. **Nesses três casos, a Rússia foi o ator mais forte, adotando uma estratégia assimétrica.** Tem-se notícia, também, que o Irã, a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte estão **desenvolvendo capacidades de combate cibernético** como diferentes graus de sofisticação e efetividade, **muitas vezes em cooperação com Org Crim** (BREEN; GELTZER, 2012, grifo nosso).

Outra forma de exploração da assimetria pelo contendor mais forte é a manipulação da mídia. Por exemplo, a China conta com certas vantagens quando se compara a sua formulação de política externa centralizada e silenciosa com a cultura de frequentes vazamentos de informação de Washington, mesmo quando nada é feito para explorar esse aspecto do processo norte-americano de elaboração de política. Por sua vez, o Irã parece ter prestado bastante atenção à cobertura de mídia e à Opi Pub dos EUA em sua abordagem em relação ao programa nuclear, alternando entre uma postura conciliatória e uma postura rebelde, para evitar provocar forte reação estadunidense ou fazer concessões legítimas.

Sendo assim, pode-se dizer que há muito a ser dito e a ser feito sobre a ideia de que os poderosos – ou os mais fortes – precisam tornar-se mais parecidos com os fracos para equipararem ou quiçá superarem suas capacidades às deles.

Como existem diversas denominações para o contendor mais fraco num quadro de conflito assimétrico - tais como F Adv, Ini, rebelde, dentre outros - para o presente trabalho será utilizado o termo adotado por Costa (2001, grifo nosso), ou seja, “militante”. Segundo ele, o **militante assimétrico** é aquele que se engaja em operações numa guerra assimétrica, e acrescenta:

O militante é para a guerra assimétrica o mesmo que o guerrilheiro o é numa guerra irregular. Assim os guerrilheiros enfrentam soldados, os militantes também enfrentam soldados. Na guerra assimétrica caso os militantes vençam, não serão os militantes que venceram, mas sim os soldados que perderam. Na verdade, do lado dos militantes, todos são passíveis de serem classificados como militantes potenciais, portanto, não é fácil estabelecer uma clara divisão entre militantes e não militantes. Todavia, os militantes podem ser divididos entre: **militantes atuantes; e militantes simpatizantes.** Os atuantes são aqueles que lutam na guerra assimétrica. Os atuantes se inserem no meio dos simpatizantes. São como sal se diluindo na água. Os atuantes formam os chamados grupos de ação e são os participantes dos núcleos ou das células que se envolvem diretamente nas ações de combate. Quanto menor for efetivo dos atuantes e quanto menor apoio possuírem na população, melhores e mais bem treinados devem ser os grupos de ação. Os simpatizantes se dividem em simpatizantes ativos e simpatizantes passivos. Os simpatizantes ativos se envolvem no apoio às ações de luta. Os simpatizantes passivos só exercem sua ação pela empatia que demonstram com os demais militantes, ao

adotarem uma posição de ausência sensitiva do processo: nada vêem, nada ouvem e nada falam. Há uma fluidez de posição ao longo do combate entre atuantes e simpatizantes e nestes entre simpatizantes ativos e passivos. Uns passam a ser outros e vice-versa com o correr do tempo (COSTA, 2001, p. 8).

Outra padronização que se faz necessária diz respeito aos termos “guerra” ou “conflito”. Segundo o Glossário das Forças Armadas (FA), Manual MD 35-G-01, o conceito de **conflito armado** “diferencia-se do conceito de **guerra** apenas na perspectiva jurídica, segundo a qual a guerra entre Estados, de acordo com leis internacionais, condiciona-se a determinados requisitos”. Apresenta, ainda, o conceito de **conflito de baixa intensidade**, caracterizando-o como confronto limitado, violento, no qual, pelo menos, um dos lados não utiliza sua capacidade total. É caracterizado por **ações assimétricas**, onde um dos lados adota medidas de terror e guerrilha, na área de conflito (normalmente, urbana), procurando, desta maneira, atingir seus objetivos políticos. Em relação ao conceito de **conflito**, coloca que é um “fenômeno social caracterizado pelo choque de vontades decorrente do confronto de interesses, constituindo uma forma de se buscar uma solução ou compromisso” (BRASIL, 2007b, p. 63-64, grifo nosso).

Devido à grande similaridade dos conceitos apresentados acima, eles poderão ser empregados de igual forma ao longo do trabalho procurando-se caracterizar um único significado: ações (diretas ou indiretas) perpetradas por contendores, no interior do país, que apresentam assimetrias entre si.

5.3 GUERRA DE QUARTA GERAÇÃO

Segundo Pesce e Silva (2007, grifo nosso), O termo "guerra de quarta geração" vem sendo empregado para designar o conflito multidimensional, envolvendo ações em terra, no mar, no ar, no espaço exterior, no espectro eletromagnético e no ciberespaço. Nesse novo contexto estratégico, **o Iní pode não ser um Estado organizado, mas um grupo terrorista ou outra organização criminosa qualquer.**

Faz-se necessário, inicialmente, explicar como se chegou à G4G.

De acordo com Pedrosa (2006), em outubro de 1989, antes mesmo da queda do muro de Berlim e do fim da Guerra Fria, William S. Lind, os coronéis Keith Nightengale, Joseph Sutton, Gary Wilson e o capitão John Schmitt – oficiais do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA – publicaram o artigo “*The*

Changing Face of War: Into the Fourth Generation” na revista *Marine Corps Gazette*. Nesse artigo apresentaram seu conceito de G4G. Naquela ocasião, os autores identificavam que a Era Moderna havia passado por três gerações na maneira de fazer a guerra, segundo as mudanças qualitativas em suas condutas táticas.

Lopes e Teixeira Junior (2010) fazem um paralelo muito interessante entre as gerações dos Direitos Humanos apresentadas pelo cientista político italiano Bobbio e as gerações da guerra moderna apresentadas por Lind e seus colaboradores. Segundo Bobbio (2004 apud LOPES; TEIXEIRA JUNIOR, 2010)²³, os Direitos Humanos podem ser divididos em quatro gerações: a primeira geração (Direitos Individuais); a segunda geração (Direitos Coletivos); a terceira geração (Direitos dos Povos ou de Solidariedade) e a quarta geração (Direitos de Manipulação Genética).

Da mesma forma, os conflitos também podem ser divididos no mesmo número de estratos temporais. Porém, ao contrário da essência da divisão bobbiana, as gerações dos conflitos se caracterizam por uma evolução do “estado da arte” bélica. Faz-se necessário, portanto, apresentar quais são as quatro gerações mencionadas.

De acordo com Lopes e Teixeira (2010), os conflitos de **primeira geração** têm seu espaço temporal compreendido entre o tratado de Westphalia – que consistiu no conjunto dos tratados bilaterais concluídos entre os beligerantes (europeus), em 1648 – e as guerras napoleônicas (1799-1815), cuja caracterização encontra-se na máxima “quantidade é qualidade”, ou seja, a quantidade de efetivo (homens) no *front* é que definiria os vitoriosos dos derrotados. A **segunda geração** dura praticamente um século, findando-se na I GM, quando o uso do poder de fogo é fator *sine qua non* para sagrar a vitória. A II GM testemunha, além das atrocidades nazistas, a surpreendente tática germânica conhecida como *blitzkrieg* ou guerra-relâmpago, cuja “manobra” veloz, surpreendente e devastadora contra os inimigos marca a **terceira geração** dos conflitos.

Segundo Pinheiro (2007), até a terceira geração, os conflitos eram travados eminentemente por atores estatais. A **quarta geração**, como se percebe atualmente, é caracterizada por um conjunto de idiosincrasias resultante de processos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos, resultantes do período pós-IIGM, cujos atores

²³ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

são, também e agora, paraestatais belicosos e articulados em redes cada vez mais complexas e diferentes. Portanto, o conflito de quarta geração marca não o término das guerras convencionais, mas a proliferação das irregulares (ou não convencionais) como fator de transformações radicais, quer sejam elas de cunho político-ideológico, étnico ou religioso, ou seja, apresentando-se como o conflito armado do Século XXI (Quadro 2).

Quadro 2 – Quadro comparativo: as quatro gerações da guerra moderna

	GUERRA MODERNA			
	1ª Geração	2ª Geração	3ª Geração	4ª Geração
Contexto histórico	Pré-industrial	Industrial		Pós-industrial
Protagonistas	Atores estatais			Atores estatais e não estatais
Campo de batalha	Linear		Não linear	Não contíguo Indefinido Difuso
Modelo	Guerra metódica (guerra científica)		“Guerra relâmpago”	“Guerra Irrestrita”
Objetivo da batalha	Subjugar o exército oponente	Destruir as Forças militares do inimigo	Provocar o colapso das Forças inimigas da retaguarda para frente	Auferir resultados psicológicos Afetar a opinião pública
Natureza do objetivo	<i>Física:</i> terreno e unidades de linha do inimigo		<i>Física:</i> sistemas de apoio logístico e de comando e controle. <i>Psicológica:</i> decisores militares.	<i>Psicológica:</i> decisores políticos e opinião pública
Expressão preponderante	Campo militar			Campo psicossocial
Relação fogo-manobra	Ascendência da manobra sobre o poder de fogo	Ascendência do poder de fogo sobre a manobra	Equilíbrio entre o poder destrutivo e a capacidade de manobra	Irrelevante, pois o que conta é o efeito psicológico da ação
Verbo que tipifica o combate	Marchar Manobrar	Destruir	Avançar	Influenciar
Indicadores mensuráveis da vitória	Estandartes, trens e bocas de fogo aprisionadas	Terreno conquistado e “contagem de corpos” (<i>body counts</i>)	Quilômetros percorridos por dia dentro do território inimigo	Espaço na mídia e aceitação popular
Comando e controle	Ações centralizadas (planejamento e execução)		Ações descentralizadas	Ações independentes
Atributos decisivos	Ordem e disciplina		Senso de oportunidade e iniciativa	
Exemplos	Guerras Napoleônicas	1ª Guerra Mundial Campanha aliada durante a 2ª Guerra Mundial Operações de busca e destruição realizadas pelos EUA no Vietnã	2ª Guerra Mundial (<i>Blitzkrieg</i> alemã) Campanhas israelenses em 1956, 1967 e 1973	- Atentados da Al Qaeda em Nova York, Washington, Madri e Londres. - Combates travados entre as Forças de Defesa de Israel e o Hezbollah, no Líbano, no verão de 2006.
Personagens e entidades	George Washington Frederico, o Grande Napoleão Bonaparte	Carl Von Clausewitz Ferdinand Foch Ludendorff W. Westmoreland	J. F. C. Fuller Liddell Hart Heinz Guderian Erwin Rommel	Al Qaeda Hezbollah Hamas FARC

Fonte: Visacro (2011, p. 54)

Para Pedrosa (2006), a G4G apresenta ainda algumas características que a tornam muito difícil de ser combatida com meios militares tradicionais²⁴:

- base não nacional ou transnacional, como uma ideologia ou uma religião: as forças militares foram estruturadas para operar em um formato de estados-nação. Fora dessa estrutura elas têm muita dificuldade para operar;

- ataque direto à cultura do Iní: essa forma de ataque partiria tanto de dentro como de fora e seria capaz de furtar-se não apenas às forças militares inimigas, mas ao próprio Estado; e

- guerra psicológica (G Psc) altamente sofisticada, especialmente por meio da manipulação da mídia, particularmente os telejornais.

Como um verdadeiro visionário, o quadro atemorizante previsto pelo professor Lind, em 1989, se transformaria em dura realidade na manhã do dia 11 de setembro de 2001, trazendo à tona uma nova forma de guerra, na qual aviões de passageiros foram usados como gigantescos coquetéis *molotov* contra o coração financeiro do mundo ocidental (PEDROSA, 2006).

No ano de 1993, o professor britânico John Keegan, um importante historiador militar da atualidade, também contribuiu para o debate acerca do futuro da guerra. Em um dos seus livros, chamado “Uma História da Guerra”, contesta Clausewitz²⁵ e assegura que a guerra não é uma contribuição da política por outros meios. Ao longo da obra Keegan procura demonstrar que a guerra é um fenômeno cultural e que muitos dos conflitos mais cruéis dos dias atuais têm origens antigas e parecem ter por objetivo um “deslocamento territorial” que é familiar aos antropólogos em seus estudos da guerra “primitiva”. Para Keegan, esses conflitos são apolíticos em um grau não admitido por Clausewitz (KEEGAN, 1995).

De fato, evidências documentadas ao longo da evolução da G Irreg - e porque não dizer dos conflitos assimétricos da atualidade -, demonstram que a teoria da “Guerra de Atrito” clausewitziana não é apropriada para a condução de campanha contra F Irreg.

²⁴ Nesse contexto se insere o conceito de Operações de Amplo Espectro, que será abordado posteriormente.

²⁵ Clausewitz foi um general prussiano (1780-1831), sendo considerado, ainda, um dos maiores estrategistas e teóricos da guerra de todos os tempos. Na sua famosa obra “Da Guerra”, Clausewitz afirma que a guerra é a continuação da política por outros meios e é travada por uma “trindade surpreendente” composta pelo governo, o exército e o povo (CLAUSEWITZ, 2010).

Diante de todas as informações acima apresentadas, pode-se fazer a seguinte pergunta: será que o Brasil está preparado para enfrentar uma G4G? Visacro (2009a, p. 40, grifo nosso) aponta o seguinte:

[...] o conceito de 4GW é esclarecedor e rompe, definitivamente, com o estereótipo, ainda tão arraigado, da guerra como a mera confrontação formal e direta entre duas forças regulares de Estados nacionais antagônicos. Em termos gerais, **podemos afirmar que, atualmente, a esmagadora maioria dos profissionais militares, graças à ortodoxia e ao ceticismo de sua formação, são soldados de, no máximo, “segunda geração”**. Em muitos poucos exércitos, predomina uma cultura de “terceira geração”, assim como são poucos os exércitos que dispõem, de fato, de unidades vocacionadas e aptas a travarem uma guerra de quarta geração e, mesmo assim, representam um segmento minoritário de suas forças armadas. Guerra de quarta geração não significa, simplesmente, guerra irregular, tampouco, apenas, terrorismo. Porém, não resta dúvida de que, mesmo dentro dessa teoria, a guerra irregular, por definição e prática, permanecerá como a forma de conflito predominante.²⁶

Pesce e Silva (2007, grifo nosso) corroboram essa questão afirmando que:

No contexto da G4G, os ataques à segurança de um Estado podem partir de outros Estados, mas também de **conglomerados multinacionais, organizações terroristas ou cartéis de narcotraficantes**. Desse modo, uma **coalizão de facções ideológicas ou criminosas** - com ramificações internas e externas - poderia "declarar guerra" ao Estado brasileiro. **Será que o Brasil estaria preparado para tal possibilidade?**

Dessa forma, é importante deixar claro que o Brasil não está livre de ser acometido ou influenciado por conflitos com características de quarta geração. Para tal, as FA, como baluartes da segurança e da soberania da Nação, devem estar preparadas para se contrapor com eficiência e eficácia ante às ameaças que se apresentarem, particularmente nas regiões mais importantes e vulneráveis do País, como é o caso da Amazônia brasileira. Cabe lembrar que a capacitação de FA para operar num quadro de conflito assimétrico e/ou G Irreg pode demorar décadas. Sendo assim, se algo não for feito desde já, o Brasil poderá ser surpreendido no futuro.

²⁶ 4GW é a abreviatura norte-americana para o termo “guerra de quarta geração” (*fourth generation warfare*).

5.4 PROPAGAÇÃO DE CONFLITOS ASSIMÉTRICOS NO MUNDO

A partir do final da II GM, em diversas regiões do globo, eclodiram alguns conflitos de natureza convencional, todavia foram as guerras com características irregulares que se sobressaíram. Como convencionais, destacam-se: a Guerra da Coreia, de 1950 a 1953; os conflitos armados árabe-israelenses de 1956, 1967 e 1973; a Guerra das Malvinas, em 1982; a Guerra Irã-Iraque, de 1980 a 1988; e a Primeira Guerra do Golfo, em 1990-1991. Contrastando com estas, aconteceram nos cinco continentes, um grande número de sangrentos conflitos com amplo emprego de forças irregulares (amigas e inimigas), exercendo um papel primordial nos seus respectivos Ambi Op (PINHEIRO, 2012).

Em relação aos conflitos não convencionais após a II GM, Pinheiro (2012, p. 20, grifo nosso) coloca:

Dentre outros, destacam-se: a Revolução Comunista Maoísta Chinesa; as Primeira e Segunda Guerras da Indochina; a Guerra de Independência da Argélia; e a Guerra Afegã-Soviética. Mesmo após o término da Guerra Fria, **conflitos armados irregulares assimétricos** com ativa presença da subversão, da guerrilha e do terrorismo ocorreram ao redor do planeta. Como exemplo, o conflito étnico-religioso dos Balcãs, que resultou no sangrento desmembramento da Iugoslávia; a Primeira Intifada, na Palestina; e as Primeira (2000) e Segunda (2006) Guerras do Líbano, caracterizadas por uma sangrenta confrontação entre as Forças de Defesa de Israel e o *Hezbollah*, na região sul daquele País. **Na própria América Latina, o Conflito de 4ª Geração se fez presente num grande número de países** que vivenciaram trágicas experiências revolucionárias, de motivação predominantemente marxista-leninista. A Revolução Castrista Cubana; “Os *Montoneros*”, na Argentina; os “*Tupamaros*”, no Uruguai; o “*Sendero Luminoso*”, no Peru; e a guerra civil na Colômbia, são alguns marcantes exemplos. **Nem mesmo o Brasil, País em que a luta armada motivada pelo radicalismo ideológico jamais prosperou, escapou dessa confrontação.**

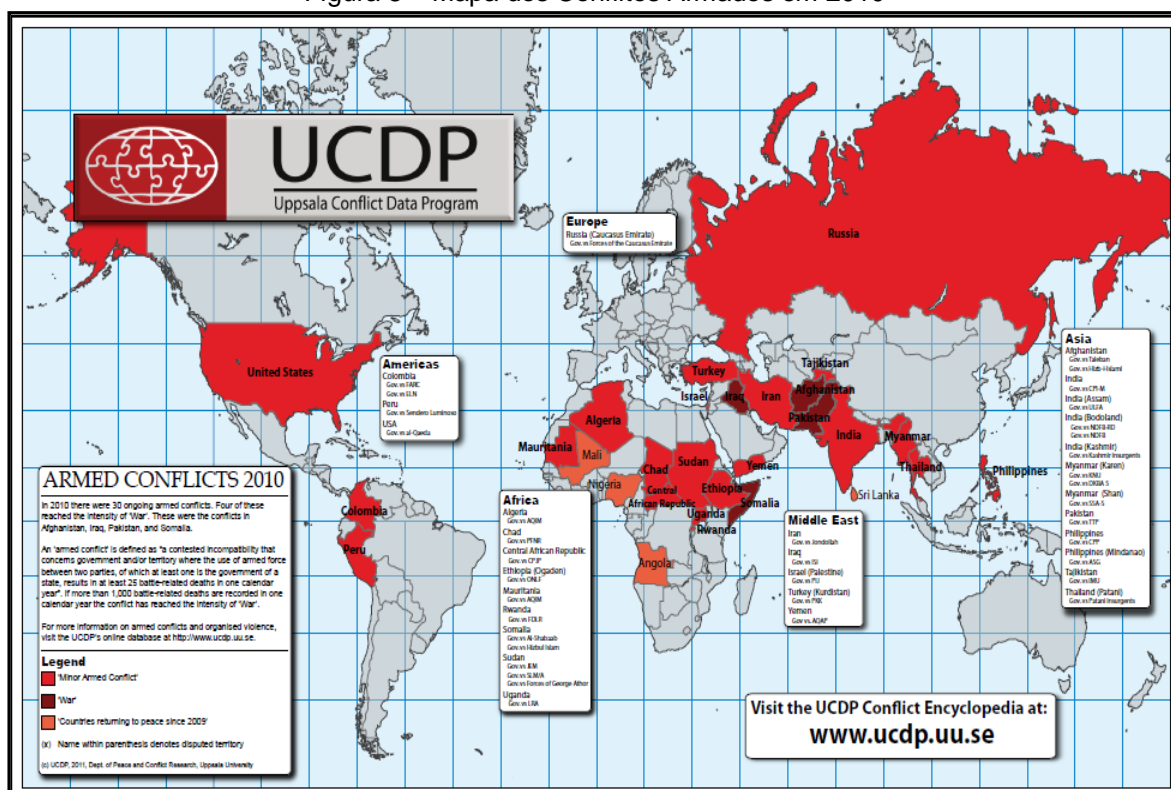
Atualmente, há uma gama considerável de exemplos de conflitos assimétricos deflagrados pelo mundo, fruto, em grande parte, das características globais hodiernas já descritas anteriormente (Figura 8).

De acordo com Pinheiro (2012, p. 20-21, grifo nosso):

Na atualidade, em diversificados ambientes operacionais, tais como Afeganistão, Iraque, Chechenia, Palestina, Líbano, Faixa de Gaza, Kosovo, Filipinas, e Colômbia, forças irregulares de diferentes matizes, tais como: o Movimento Talibã; a Frente Separatista Chechena; as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC); a Frente de Libertação *Abu Sayaf*; o *Hamas*, o *Hezbollah* e, sobretudo, a *Al Qaeda*, são os atuais agentes dessas TTP que, na realidade, estão sendo desenvolvidas já há várias décadas, ratificando que **a Guerra Irregular se tornou um dos**

instrumentos mais eficientes e eficazes na consecução de transformações radicais, quer sejam elas de cunho político-ideológico, étnico ou religioso. Transformações essas que, na atualidade, constituem-se nos fatores de motivação preponderantes dos conflitos assimétricos (também identificados, na atualidade, como “Híbridos”), caracterizados pela confrontação armada entre forças regulares estabelecidas, cuja capacitação militar é incontestavelmente superior, e forças irregulares de diferentes matizes e níveis de capacitação militar. Inequivocamente, o Conflito Armado de 4ª Geração (também identificado, na atualidade, como Conflito Irregular Assimétrico) se apresenta como o Conflito Armado do Sec XXI.

Figura 8 – Mapa dos Conflitos Armados em 2010



Fonte: Department of Peace and Conflict Research (201-)

A renomada Universidade pública de Uppsala, localizada na Suécia, é a mais antiga universidade da Escandinávia, tendo sido fundada em 1477. É reconhecida, dentre outros aspectos, pelas suas pesquisas sobre paz e conflitos. A Figura 8, extraída do *site* da Universidade, retrata a situação dos conflitos armados no ano de 2010. Pode-se traçar um paralelo com os conflitos de origem assimétrica, uma vez que a grande maioria dos conflitos armados da atualidade tem características assimétricas. Da análise do mapa apresentado verifica-se que, em 2010, aconteceram trinta conflitos armados. Quatro destes alcançaram a intensidade de “Guerra”, que foram os conflitos no Afeganistão, no Iraque, no Paquistão e na Somália. Segundo o Departamento de Pesquisa de Paz e Conflito da Universidade

de Uppsala, um "conflito armado" é definido como "uma incompatibilidade contestada, que diz respeito a governo e/ou território, onde o uso da força armada entre duas partes - das quais pelo menos uma é o governo de um Estado - resulta em pelo menos 25 mortes relacionadas com batalha em um ano". Se mais de 1.000 mortes relacionadas com a batalha são registrados em um ano civil, o conflito atingiu a intensidade de "Guerra" (DEPARTMENT OF PEACE AND CONFLICT RESEARCH, 201-, tradução nossa).

Dos conflitos assimétricos do presente século, há que se destacar a Guerra do Iraque – ou II Guerra do Golfo – e a Guerra do Afeganistão. Ambas constituem-se em verdadeiro laboratório de assimetria. As FA norte-americanas e as dos demais países envolvidos nos conflitos tiveram que se adaptar e se reestruturar para lograr êxito nessas empreitadas, buscando alguma regularidade na imprevisibilidade. Esse quadro apresentado comprova que o século XXI caminha, de fato, para se tornar o século dos conflitos irregulares assimétricos (base dos conflitos armados).

Na maioria desses embates, as chamadas operações de amplo espectro foram muito utilizadas, particularmente pelas tropas estadunidenses, tendo a sua eficiência e eficácia testada diante de um contexto de ameaças híbridas. Na maioria das vezes os resultados foram positivos. No próximo capítulo esse assunto será mais aprofundado.

5.5 PROPAGAÇÃO DE CONFLITOS ASSIMÉTRICOS NO BRASIL

Ao se empregar a F Ter em crise de qualquer natureza, denota-se que esse emprego se encontra dentro da perspectiva de defesa do país. Dessa forma, o Brasil, como outros países do mundo, tem sua defesa estruturada a partir da PDN. Esse é o documento de mais alto nível que condiciona o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores civil e militar, em todas as esferas do Poder Nacional. Nela estão traçados os objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego dos meios de defesa da Nação.

Além disso, na PDN verifica-se a importância da capacitação das FA para o cenário assimétrico ou de combate contra uma força irregular:

[...] Nesse ambiente, é pouco provável um conflito generalizado entre Estados. Entretanto, renovaram-se no mundo conflitos de caráter étnico e religioso, a exacerbação de nacionalismos e a fragmentação de Estados,

com um vigor que ameaça a ordem mundial. [...] Atualmente, atores não-estatais [sic], novas ameaças e a contraposição entre o nacionalismo e o transnacionalismo permeiam as relações internacionais e os arranjos de segurança dos Estados. Os delitos transnacionais de natureza variada e o terrorismo internacional são ameaças à paz, à segurança e à ordem democrática, normalmente, enfrentadas com os instrumentos de inteligência e de segurança dos Estados (BRASIL, 2005, p. 2-3).

Segundo Rabelo (2010), o reconhecimento de que as principais ameaças não deverão partir de outro Estado, mas provavelmente de grupos ou atores não estatais, acaba por condicionar o preparo e o emprego das FA, em especial da F Ter, obrigando-a a estar preparada para fazer face a essa ameaça.

Na hierarquia dos documentos de defesa, encontra-se, imediatamente abaixo da PDN, a END. O enfoque dessa Estratégia é a adoção de planos estratégicos, segundo eixos estruturantes, para que a capacidade de defesa seja escudo para o desenvolvimento do país e que este desenvolvimento sustente a melhoria da capacidade de defesa.

Tanto a Política quanto a Estratégia nacionais são a base para a produção da Política e da Estratégia militares de defesa. Assim como no nível político, a Política Militar condiciona o preparo e emprego das FA, estabelecendo objetivos e diretrizes para o desenvolvimento da Estrat M. Esta última apresenta as hipóteses de emprego (HE), de acordo com os cenários visualizados na Política Militar. Os dois documentos foram elaborados pelo MD, sendo aprovada a Política Militar de Defesa (PMD), em setembro de 2005, e a Estratégia Militar de Defesa (E Mi D), em dezembro de 2006 (RABELO, 2010).

A PMD estabeleceu o cenário para o qual as FA devem se preparar a médio e longo prazo, visualizando o espaço de tempo compreendido entre 2015 e 2025. Ademais, considerou como premissa básica que o Brasil manterá ritmo de crescimento que lhe permitirá inserir-se, com sucesso, na economia mundial, tornando-se importante ator global, líder regional e, ainda, potência militar de porte médio. Nessa condição, as principais crises internacionais de natureza político-estratégica poderão afetar os interesses brasileiros.

Diante desse quadro e na medida do crescimento de sua estatura político-estratégica, como potência emergente e candidato ostensivo a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil não poderá se descuidar do nível de capacitação das suas FA e de seu Sistema de Inteligência

(Intlg), para fazer face a ambientes operacionais conflagrados por conflitos irregulares assimétricos, dentro e fora do território nacional (PINHEIRO, 2012).

Cabe ressaltar, que o território brasileiro já foi palco de conflitos de caráter assimétrico no passado e poderá sê-lo novamente se não forem tomadas as medidas preventivas necessárias.

Podem ser citadas como exemplo do passado: a Guerrilha do Caparaó, orquestrada pelo Movimento Nacional Revolucionário (MNR), na serra do Caparaó, divisa do Estado do Espírito Santo com Minas Gerais, no período de 1966 a 1967; a organização de um campo de treinamento de guerrilheiros por Carlos Lamarca e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no vale do Ribeira, Estado de São Paulo, em 1969; a Operação Pajuçara, que se caracterizou na eliminação de Carlos Lamarca, no sertão baiano, em 1971; e a Guerrilha do Araguaia, na região do “Bico do Papagaio” (divisa entre os Estados do Maranhão, do Pará e do Tocantins), na Amazônia brasileira, de 1972 a 1975. Essa última será apresentada com maior profundidade posteriormente.

Os episódios acima citados têm muitos ensinamentos a transmitir. Jamais uma guerra entre “irmãos nacionais” será reverenciada ou almejada, todavia há necessidade de se estar preparado para o amplo espectro de situações que pode se apresentar na volatilidade do mundo atual.

Atualmente, a situação da instalação ou expansão do terrorismo na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, a questão dos brasileiros (e seus descendentes) residentes no Paraguai, em áreas fronteiriças com o Brasil (também conhecidos como “brasiguaios”), a questão dos brasileiros (e seus descendentes) residentes na Bolívia, em áreas fronteiriças com o Brasil (também conhecidos como “brasivianos”), as ações cada vez mais ousadas do crime organizado, além dos potenciais problemas, preocupações ou ameaças listados no Capítulo 4, devem receber uma atenção especial por parte do Estado brasileiro.

De acordo com Abbott (2005, p. 23):

As probabilidades do terrorismo na tríplice fronteira e em qualquer lugar na América Latina certamente não são um mito. A tríplice fronteira e várias outras áreas da América Latina emergirão como zona fértil para a procriação de terroristas e dos grupos que os apoiam [sic]. Isso só será evitado se os países da região fizerem mudanças nos seus sistemas judiciais, melhorarem seus programas de segurança pública e suas capacidades militares, impuserem duras medidas contra a corrupção e cooperarem uns com os outros. A probabilidade de terroristas do Oriente Médio operarem na tríplice fronteira e em qualquer outro lugar da América

Latina merece um exame mais detalhado. Os Estados Unidos somente poderão vencer a Guerra Global contra o Terrorismo se contar com parceiros regionais prontos e desejosos de tomar uma atitude preventiva e não apenas esperar pela ação dos EUA. Fechar instituições de caridade que fornecem dinheiro aos terroristas, prender os suspeitos e denunciar o terrorismo são atividades que só beneficiariam esses parceiros regionais.

Apesar de a proliferação e infiltração do terrorismo em solo brasileiro não serem os principais objetos do presente trabalho, é imperioso reconhecer que essa “nova ameaça” é preocupante e uma realidade das questões de segurança e defesa do País.

5.6 PROPAGAÇÃO DE CONFLITOS ASSIMÉTRICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

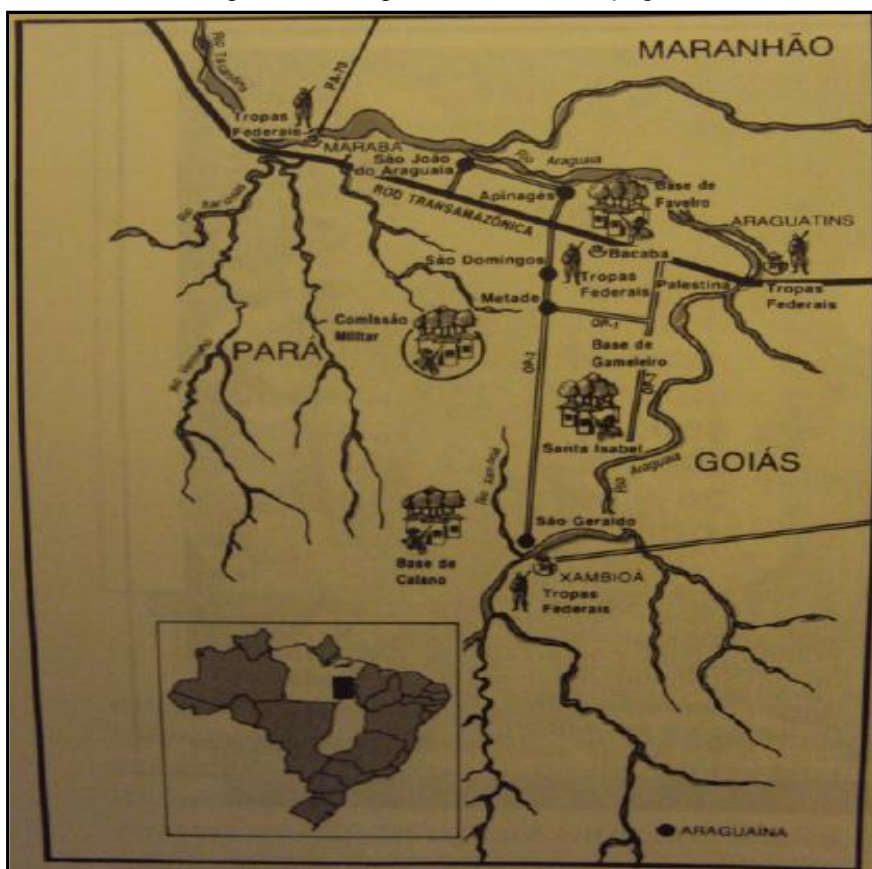
A realidade amazônica - já bastante estudada no Capítulo 4 do presente trabalho - não foge à regra da possibilidade de propagação de conflitos assimétricos; pelo contrário, pode ser considerada como a hipótese mais provável em função de diversos fatores, tais como a conformação de um C Btl não linear, a ausência do Estado em algumas áreas; a anarquia política em alguns setores; a violência social; a conexão do tráfico de drogas com o crime organizado; o transbordamento das FARC e a narcoguerrilha; a destruição ambiental, dentre outros.

Como já foi colocado anteriormente, o Brasil experimentou um conflito contra F Irreg – podendo ser enquadrado como assimétrico – em seu território, na década de 1970, e esse aspecto não pode ser desconsiderado. Trata-se da Guerrilha do Araguaia. O então ilegal Partido Comunista do Brasil (PC do B), de orientação maoísta, instalou uma área de treinamento na região das localidades de Marabá, no Estado do Pará, e Xambioá, então Estado de Goiás e atual Estado do Tocantins, visando o posterior desenvolvimento de uma zona liberada (Figura 9).

De acordo com Pinheiro (1995, p. 63-64, grifo nosso):

A Força de Guerrilha do Araguaia (FOGUERA), como se auto-intitulou [sic] o movimento revolucionário, foi patrocinada por grande soma de recursos proporcionados pelo Movimento Comunista Internacional, a maioria dos quais provenientes da Albânia. [...] **A área selecionada pelo PC do B mostrava-se extremamente adequada para a ação subversiva.** Tratava-se de uma região onde as **condições de vida da população** eram bastante **precárias. A ação dos governos estadual e municipal pouco se fazia presente.** A rede hospitalar e o estado sanitário eram altamente deficientes. A malária e a leishmaniose eram endêmicas e grande parte da população era anêmica e infestada de verminose. Não havia água tratada e muito menos rede de esgotos nas localidades. [...] **A qualidade de vida da população era realmente muito baixa.**

Figura 9 – A região do “Bico do Papagaio”



Fonte: Pinheiro (1995, p. 62)

Verifica-se que o ambiente era realmente propício para deflagração de um conflito, nada muito diferente do que se encontra até os dias de hoje em algumas localidades da região amazônica. Cabe destacar as questões, desde aquela época, da ausência estatal e do abandono da população; essa que pode ser considerada, na maioria dos casos, o centro de gravidade (CG) de um combate irregular assimétrico. Neutralizar os militantes é importante, mas conquistar o apoio da população é fundamental.

Em relação à população, Pinheiro (1995, grifo nosso) acrescenta:

Junto à população rural local, os guerrilheiros desenvolviam uma ação psicológica denominada "trabalho de massa", com o objetivo de obter o seu apoio. O resultado desse trabalho frutificou em algumas áreas com a organização de uma força de sustentação. Mas **em nenhum momento, a FOGUERA conseguiu recrutar elementos da população local que estivessem dispostos a combater, integrando efetivamente a força de guerrilha.**

Corroborando a importância dos ensinamentos colhidos na Guerrilha do Araguaia para a atualidade, particularmente em relação à população, Azambuja (2006, grifo nosso) coloca:

Combater a **guerra assimétrica** corresponde a combater suas causas e seus efeitos. Combater as causas pressupõe, primeiro, identificá-las. É possível modificar as relações que configuram uma causa. Entretanto, com a guerra já iniciada isto se torna muito mais difícil. Os efeitos da guerra assimétrica, por sua vez, se fazem sentir principalmente no campo psicológico. Combater os efeitos pressupõe a utilização maciça de operações psico-informativas (**guerra psicológica**). Estas devem ser voltadas para informar continuamente a população sobre o perigo representado pelos militantes, mostrando-lhe a ineficácia da causa por que esses militantes lutam, ao mesmo tempo em que **se procura promover a elevação dos padrões de vida das populações envolvidas**, em particular daquelas camadas que revelam simpatia pelos militantes, **como foi feito, por exemplo, quando da Guerrilha do Araguaia**.

A FOGUERA contava com um efetivo de aproximadamente 80 guerrilheiros. Havia três destacamentos, que se constituíam em verdadeiros elementos de manobra da Força de Guerrilha: o de Faveiro, mais ao N, com área de atuação próxima à rodovia Transamazônica; o da Gameleira, ao centro; e o de Caiano, mais ao Sul. Estes Destacamentos operavam de forma compartimentada, não tomando conhecimento das ações planejadas e conduzidas pelos demais (PINHEIRO, 1995).

A ação de repressão da força legal pode ser dividida em três fases, quais sejam: a 1ª fase, de abril a outubro de 1972; a 2ª fase (Operação Sucuri), de abril a agosto de 1973 (Operação Marajoara); e a 3ª fase, de setembro de 1973 a março de 1975. Ao longo das fases, verificou-se que o problema não seria solucionado apenas com a vertente militar. Haveria necessidade de se integrar a ação de diversos órgãos governamentais civis de nível federal e estadual – típico das Operações Interagências, na atualidade –, para que se efetuasse a eliminação completa do foco subversivo. Ao final dos embates, mais uma vez se ratificava o ensinamento de que "guerrilha se combate com guerrilha" (PINHEIRO, 1995).

Dessa forma, aproximadamente três anos após o início da ação repressiva, foi possível eliminar aquele que foi o mais perigoso foco de guerrilha rural no Território Nacional, sendo colhida uma gama enorme de importantes ensinamentos para todos os escalões (PINHEIRO, 1995).

Posteriormente, no ano de 1991, as Operações "Traíra" e "Perro Loco", desencadeadas em reação ao Atq de guerrilheiros das FARC a um destacamento do EB (Destacamento Traíra) na Fron com a Colômbia, demonstrou a necessidade de

estar preparado para se contrapor a conflitos dessa natureza na região amazônica. Em decorrência da ação, da guarnição de dezessete homens, resultaram três soldados mortos e nove feridos.

Pinheiro (1995) faz as seguintes afirmações:

Em posteriores operações de inteligência ficou comprovado que a guerrilha colombiana aliada a cocaineiros e garimpeiros clandestinos colombianos, e também contando com o beneplácito de alguns índios corrompidos pela narcoguerrilha na região, procuravam as regiões auríferas nos antigos garimpos abandonados da Cia Paranapanema, a fim de obter recursos para suas ações subversivas. Dessa forma, a ação da guerrilha colombiana foi efetuada como uma represália à ação repressiva desencadeada pelo Destacamento Traíra. [...] O ataque das FARC contra o Destacamento Traíra foi uma ação inesperada, covarde, traiçoeira e inusitada, em virtude da missão que o Destacamento cumpria, e de nunca se ter tido notícia de fatos dessa natureza, desde a instalação, na Amazônia, dos primeiros Pelotões de Fronteira do Brasil. A ação de 26 Fev 91 das FARC no rio Traíra desencadeou o planejamento e a execução de uma operação conjunta efetuada pelas Forças Armadas Brasileiras e Colombianas, denominada "Operação Traíra". Esta Operação foi a principal consequência da Reunião Extraordinária Regional Bilateral Brasil/Colômbia, com a participação, pelas forças colombianas, de autoridades do Comando da *IV División del Ejército Nacional de Colombia*, sediado em Vila Vicenzio/Col e, pelas forças brasileiras, de autoridades do Comando Militar da Amazônia, sediado em Manaus/AM.

Os resultados obtidos na "Operação Traíra" foram extremamente significativos, graças, em grande parte, aos esforços conjugados dos efetivos altamente capacitados da Marinha do Brasil (MB), do EB, da Força Aérea Brasileira (FAB) e do Exército colombiano.

Em novembro do mesmo ano, o CMA desencadeou outra operação para se contrapor às latentes ameaças provocadas pela ação das FARC, na fronteira com a Colômbia. Esta operação recebeu a denominação de "Operação *Perro Loco*" e foi realizada na região amazônica conhecida como "Cabeça do Cachorro". Da mesma forma que a "Operação Traíra", a "Operação *Perro Loco*" se constituiu numa excelente demonstração de operacionalidade dos elementos envolvidos, atingindo de forma plena o seu grande objetivo que era dissuadir, de forma definitiva, a execução de incursões por parte da narcoguerrilha colombiana naquela região (PINHEIRO, 1995).

Trazendo-se a temática para os dias de hoje, causa grande preocupação e ao mesmo tempo atesta a relevância do assunto, a reportagem da Revista Isto É, de 26 de março de 2008, cujo título é "O Brasil tem guerrilha".

No interior do Estado de Rondônia, a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) domina a região. Trata-se de uma organização radical de extrema esquerda que adotou a luta armada como estratégia para chegar ao poder no País através da "violência revolucionária" (O BRASIL..., 2008). A LCP instalou-se por volta do ano de 2000 na região e, a cada ano, se mostra mais violenta. Em 2007, as operações do grupo produziram 22 vítimas - 18 camponeses ou fazendeiros e quatro guerrilheiros. Amplamente conhecidos em Rondônia, os integrantes da LCP controlavam em 2008 500 mil hectares, estando repartidos em 13 bases que se estendiam de Jaru, no centro do Estado, às cercanias da capital Porto Velho, se alongando até a fronteira com a Bolívia, região onde eles abriram uma estrada, sendo chamada de "transcocaineira". Por ela, segundo a polícia local, passavam drogas, contrabando e as armas da guerrilha.

Segundo a Revista Isto É (O BRASIL..., 2008), a nenhuma dessas colônias o poder público tinha acesso. Sob o manto da "revolução agrária", a LCP empunhava as bandeiras do combate à burguesia, ao imperialismo e ao latifúndio, enquanto seus militantes assaltavam, torturavam, matavam e aterrorizavam cidades e zonas rurais naquele rincão distante do Brasil.

[...] Encapuzados, armados com metralhadoras, pistolas, granadas e fuzis AR-15, FAL e AK-47 de uso exclusivo das Forças Armadas, **eles já somam quase nove vezes mais combatentes que os 60 militantes do PCdoB [sic] que se embrenharam na Floresta Amazônica no início dos anos 70 na lendária Guerrilha do Araguaia** (O BRASIL..., 2008).

Os militantes adotam as táticas de bloqueio de estradas e sequestro das pessoas que trafegam pela área sem um "salvo-conduto verbal" liberado pela LCP. Cabe ressaltar que esse militantes foram muito bem treinados pelos guerrilheiros das FARC.

De acordo com os militantes, para se chegar à chamada "revolução agrária", a principal ação do grupo é pôr em prática a chamada "violência revolucionária". Além de matar, eles são acusados pela polícia de incendiar casas, queimar máquinas e equipamentos e devastar a Floresta Amazônica.

Só quem consegue transitar livremente no território da guerrilha são os caminhões dos madeiros clandestinos, que pagam um pedágio de R\$ 2 mil por dia à LCP para rodar nas estradas de terras controladas pela milícia. Quem não "colabora" com eles - fornecendo dinheiro, gado ou parte da produção - vira alvo de ataques covardes (O BRASIL..., 2008).

A LCP controla uma área estimada em 500 mil hectares, onde doutrina mais de quatro mil famílias de camponeses pobres espalhadas por mais de 20 assentamentos da reforma agrária distribuídos pelos Estados de Minas Gerais, Pará e Rondônia. **"Eles estão na contramão do que é contemporâneo. Mas, de fato, formaram um 'Estado' paralelo"**, entende Oswaldo Firmo, juiz de direito da Vara especializada em Conflito Agrário do Estado de Minas Gerais (O BRASIL..., 2008, grifo nosso).

Figura 10 – Bases de Guerrilha da LCP



Fonte: O Brasil... (2008)

Do acima exposto, conclui-se que as FA, em particular o EB, devem estar preparadas para enfrentar conflitos assimétricos na Amazônia, pois este quadro é uma realidade latente no território brasileiro. Para tanto, a doutrina, o preparo, as TTP, os Sistemas e os aspectos ligados à liderança militar devem ser revistos e aperfeiçoados, se for o caso, incorporando-se o que houver de útil da experiência de outros Exércitos em confrontações reais nesse tipo de operação. Essa assertiva é corroborada no artigo de Silva (2007a, p. 100, grifo nosso):

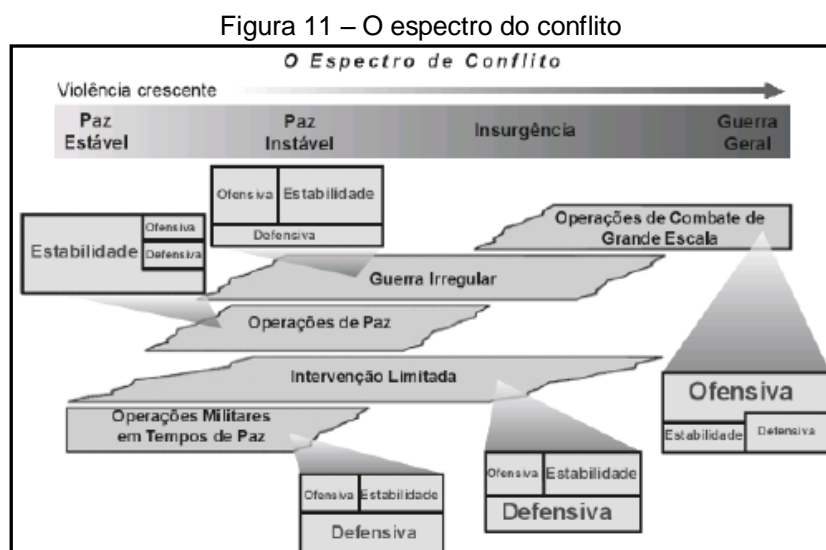
A **Guerra de Quarta Geração (4GW)** exige muito mais inteligência, análise e maior capacidade de disseminação para servir a um sistema de comando altamente flexível. Ela **engloba elementos de gerações de guerra anteriores; tal fato exige que nossas forças estejam preparadas para lidar com mais esse aspecto**. Neste sentido, é fundamental que os líderes façam uma análise apurada da guerra que estão prestes a entrar. Esta complexa mistura de gerações de guerras e a sobreposição de suas arenas políticas, econômicas, sociais, militares e de meios de massa dificultam, mais do que nunca, a determinação do tipo de guerra que estamos entrando (Cel T.X. Hammes, USMC, *"The Evolution of War: The Fourth Generation"*).

6 OPERAÇÕES DE AMPLO ESPECTRO

6.1 AS OPERAÇÕES DE AMPLO ESPECTRO NO MUNDO

Não há dúvidas de que as FA que permanecem mais tempo em combate, desenvolvendo e experimentando novas ideias sobre a maneira de se conduzir os conflitos, mantendo-se atualizadas em suas estratégias de emprego e em seus aspectos doutrinários, tornar-se-ão polos difusores de inovações.

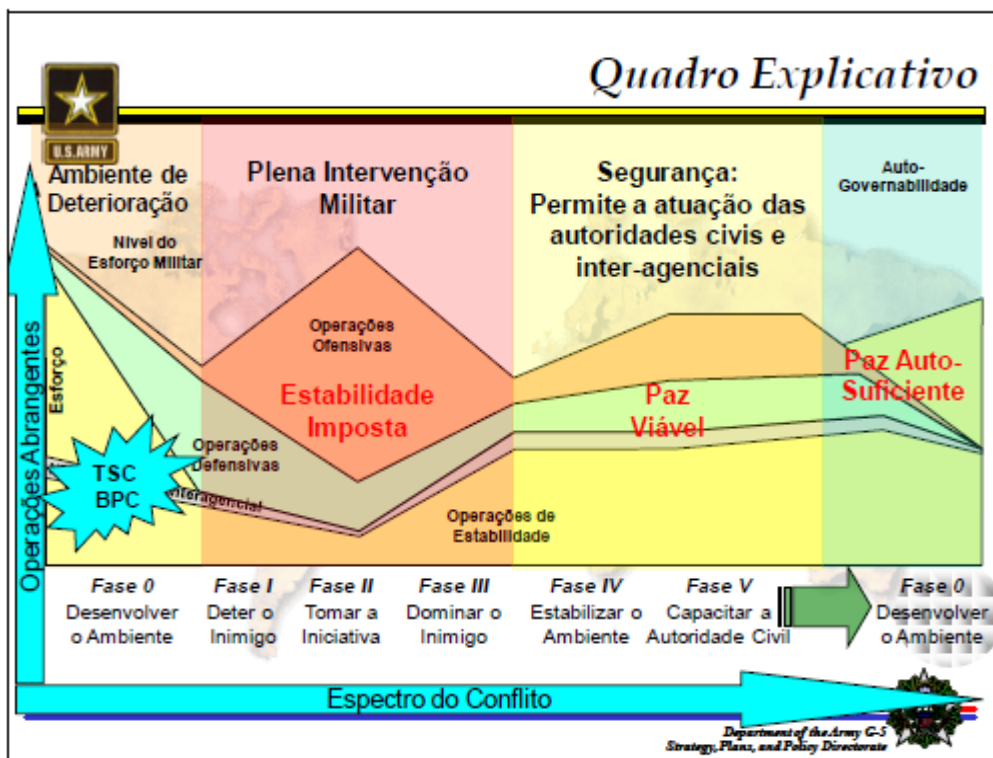
Fruto da experiência americana nos últimos anos, particularmente nas Guerras do Iraque e do Afeganistão, foi publicado, em fevereiro de 2008, um novo manual de campanha do Exército dos EUA: o FM 3-0 (Operações). O manual reconhece que as tarefas ofensivas, defensivas e de estabilidade ocorrem simultaneamente, em menor ou maior grau, em qualquer tipo de operação desde o início, caracterizando o amplo espectro das operações. Segundo o FM 3-0, nas operações de amplo espectro o Exército combina operações ofensivas, defensivas e de estabilidade (no exterior) ou apoio civil (em território norte-americano), simultaneamente, como parte de uma força combinada interdependente para conquistar, manter e explorar a iniciativa, aceitando prudente risco para criar oportunidades, visando alcançar resultados decisivos (Figura 11). Emprega ação sincronizada, letal (operações ofensivas e defensivas) e não letal (operações de estabilidade ou apoio civil), proporcional à missão e com uma compreensão completa de todas as variáveis do ambiente operacional (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2008 apud PINHEIRO FILHO, 2009).



Fonte: Wallace (2008, p. 5 apud PINHEIRO FILHO, 2009, p. 100, tradução do autor)

De acordo com o FM 3-0, seja qual for o tipo de operação em que o Exército estiver envolvido, haverá sempre a conjugação de operações ofensivas, defensivas e de estabilidade, com variações somente na proporção, dependendo do nível de violência necessário no conflito, de como o comandante aplica a sua força e do seu entendimento do ambiente operacional (Quadro 3).

Quadro 3 – Quadro explicativo do espectro do conflito



Fonte: Partridge (2007, apud PINHEIRO FILHO, 2009, p. 100, tradução do autor)²⁷

Outras definições importantes são apresentadas nesse manual, tais como o de operações defensivas: operações de combate conduzidas para derrotar um ataque inimigo, ganhar tempo, economizar forças e desenvolver condições favoráveis para operações ofensivas ou de estabilidade; e de operações ofensivas: operações de combate conduzidas para derrotar e destruir as forças inimigas e conquistar terreno, recursos e centros populacionais.

²⁷ PARTRIDGE, Marty. **Operações de Estabilidade**. [Apresentação durante o Intercâmbio de Cooperação de Especialistas (ICE) sobre Operações Militares de Estabilidade e Apoio, entre o Exército Brasileiro e o Exército dos EUA, realizado no Comando da Brigada de Operações Especiais no período de 27 a 30 de agosto, Goiânia, 2007].

De acordo com Pinheiro Filho (2009), o manual FM 3-0 (Operações) estabelece cinco tarefas de estabilidade: a segurança civil, o controle civil, a recuperação de serviços essenciais, o apoio ao governo e o apoio ao desenvolvimento econômico e da infraestrutura. As operações de estabilidade recebem este nome quando realizadas no exterior e recebem o nome de operações de apoio civil quando realizadas dentro do território americano. As operações de apoio civil promovem suporte em casos de desastre ou ataque terrorista em território norte-americano.

Segundo Lima (2010, grifo nosso), em análise realizada pelo Centro de Armas Combinadas (CAC) do Exército dos EUA, as ações iniciais realizadas no Afeganistão, ainda em 2001, foram desencadeadas por tropas essencialmente treinadas para o desempenho de operações convencionais, tanto ofensivas quanto defensivas, as denominadas *Major Combat Operations* (Grandes Operações de Combate - MCO). Todavia, o desenrolar do conflito exigiu uma mudança de postura para ações *Irregular Warfare* (Guerra Irregular - IW), com destaque para ações de estabilização do ambiente onde se realizam as ações, **marcado por um estado enfraquecido e pela falência das instituições regulares**. Com o passar do tempo, tropas que atuam em ambientes de IW tendem a perder parte de seu adestramento em operações do tipo MCO, acarretando em decréscimo na sua eficiência quando empregadas novamente neste tipo de atitude de combate.

É por este motivo – e pelo cenário prospectivo de um possível combate convencional com novas potências mundiais como a China – que as FA estadunidenses têm voltado a adestrar suas tropas com a mesma intensidade dos treinamentos para operações não convencionais.

Lima (2010), baseado no manual FM 3-0, afirma que em um ambiente dessa natureza as diversas atitudes de combate devem ser empregadas pelas forças em presença, de forma a explorar a iniciativa, aceitar riscos com prudência e obter resultados decisivos para os objetivos estabelecidos. Os comandantes devem apreciar todas as informações disponíveis e todos os aspectos que envolvem a situação no momento, para adequar eficientemente e melhor planejar as operações militares. O manual preconiza ainda que:

- este tipo de operação requer contínua interação entre as forças e todos os grupos existentes no ambiente operacional. Aliados de outras nações, lideranças políticas e sociais locais, agências de apoio a civis e a própria população estarão em contato direto com comandantes em diversos níveis e suas tropas, crescendo a

importância de atividades como a inteligência, os assuntos civis e a cooperação civil-militar²⁸,

- como as operações militares serão desenvolvidas em meio à população, a vitória sobre o inimigo é simultânea à manutenção das condições de vida dos civis afetados. MCO e IW derrotam o inimigo. As ações de estabilização trazem a segurança dos civis. Vencer batalhas e demais óbices é importante, mas não é exclusivamente decisivo. O apoio aos civis e a estabilização local podem ocasionalmente ser mais importantes que a ofensiva e a defensiva;

- cada elemento tem sua importância variável ao escalão, local da operação e momento vivido. A combinação de tarefas, realizada por comandantes que saibam adaptá-las às condições presentes, torna-se a chave para o sucesso das operações;

- atributos como a iniciativa, o sincronismo das ações e o emprego equilibrado de ações de guerra e não guerra (apoio à população) são vitais para o cumprimento dos objetivos propostos;

- para o C² das operações, é fundamental um ambiente de confiança e entendimento, baseados em uma perfeita compreensão de elementos como: a intenção do comandante, o conceito da operação, as ordens particulares e um mínimo de medidas de coordenação e controle; e

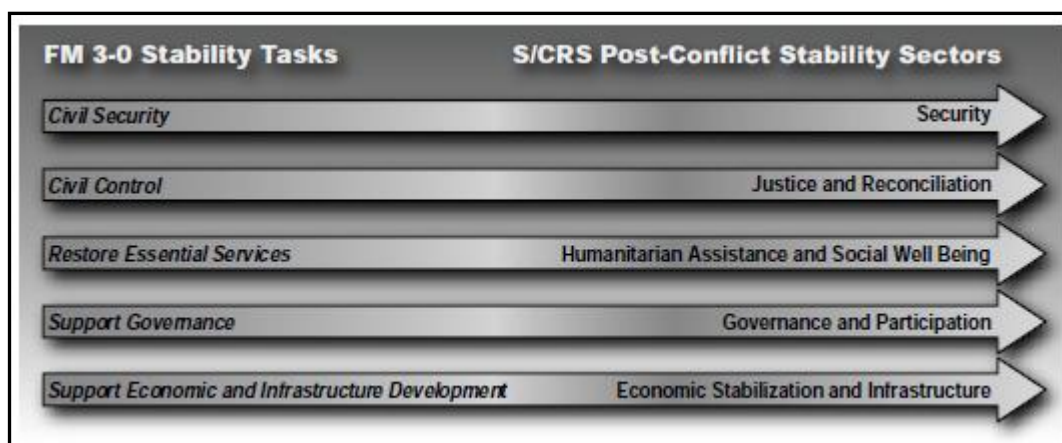
- cada fase da campanha ou da operação vai determinar as inúmeras possibilidades de combinação das ações defensivas, ofensivas, de estabilização e de apoio à população disponíveis. Ao comandante cabe a tarefa de determinar o peso atribuído a cada esforço, considerando as tarefas e propósitos recebidos ou estabelecidos para cada operação. Para isso, é necessário mais do que a execução simultânea de atividades distintas. O comandante e seu estado-maior devem conhecer as capacidades de cada unidade subordinada e de cada meio disponível, decidindo como empregá-los em cada momento da operação.

No FM 3-0 é enfatizado que o Exército estadunidense tem uma obrigação legal e moral para com a população, ressaltando o conceito que ganhar batalhas e combates é importante, mas o estabelecimento da paz vem moldando cuidadosamente a situação civil resultante. Salienta ainda a importância de

²⁸ A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a ONU modificaram o conceito norteamericano de Operação Civil-Militar (*Civil-Military Operation* - CMO) e se referem a ele como Cooperação Civil-Militar (*Civil-Military Cooperation* - CIMIC) (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2008a, p. 3-1, tradução e adaptação nossa).

colaboração interagência e correlaciona as tarefas de estabilidade dos setores técnicos de estabilização e reconstrução pós-conflito do Departamento de Estado (WALLACE, 2008) (Figura 12).

Figura 12 – Tarefas de Estabilidade



Fonte: Wallace (2008, p. 3)

Nesse ponto, é importante ressaltar a visão americana no tocante a Op de Estabilidade e Op de Apoio. A primeira ocorreria fora do território americano e a segunda dentro dele. Esse aspecto traz consigo enormes diferenças, por diversos motivos. Em primeiro lugar, diferente do EB o Exército norte-americano não possui amparo legal para operar em território americano, o que significa que a liberdade de ação da Força nas Op de Apoio é extremamente limitada, ficando ela subordinada ao aparato americano de defesa civil ou “*Homeland Security*”. Essas restrições não ocorreriam nas Op de Estabilidade, onde a Força seria encarregada de enquadrar as demais agências governamentais, sendo o mais alto escalão representante do Governo, pode-se assim dizer. Diante desse quadro, infere-se que no caso de emprego de tropas brasileiras - no próprio território - nesses tipos de operações, as devidas adaptações devem ser implementadas.

Em dezembro de 2008, as operações de amplo espectro receberam ainda maior atenção e foram tema de um manual específico: o manual FM 7-0 - *Training for Full Spectrum Operations* (Treinamento para Operações de Amplo Espectro, tradução nossa). Esse novo manual foi dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo é tratada a necessidade de mudança de mentalidade do Exército norte-americano, particularmente em função das ameaças e dos ambientes operacionais que são enfrentados na atualidade. O segundo capítulo apresenta os sete princípios

para planejar, preparar, executar e avaliar o treinamento de forma eficaz. No terceiro capítulo é discutido o Sistema de Treinamento do Exército norte-americano, que prepara soldados, funcionários civis da Força, organizações, e seus líderes para conduzir operações de amplo espectro. Finalmente, o quarto capítulo descreve a gestão de treinamento do Exército – o processo usado pelos líderes militares para identificar requisitos de treinamentos e, posteriormente, planejar, preparar, executar e avaliar o treinamento (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2008b).

De acordo com o manual FM 7-0 (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2008b), ao combinar elementos para o ambiente de *Full Spectrum Operations*, torna-se imperioso a cada nível de comando uma estrutura flexível e inteligente, composta pelos seguintes aspectos:

- um claro conceito da operação, que estabeleça o papel de cada elemento e como o mesmo contribui para o cumprimento da missão (aquilo que atualmente convencionou-se chamar de “consciência situacional”)²⁹;
- um sistema de C² flexível;
- uma perfeita compreensão da situação vivida;
- um sistema de inteligência agressivo e oportuno;
- operações de segurança efetivas;
- unidades que possam rapidamente mudar sua organização;
- habilidade de respostas rápidas; e
- poder de combate proporcionado por armas combinadas.

Em fevereiro de 2011, o manual FM 7-0 foi atualizado, passando a se chamar *Training Units and Developing Leaders for Full Spectrum Operations* (Treinamento de Unidades e Desenvolvimento de Líderes para Operações de Amplo Espectro, tradução nossa). A essência do manual permaneceu a mesma, ou seja, o aperfeiçoamento no preparo para as operações integrais. Todavia, passou a ser

²⁹ Consciência situacional significa ter conhecimento imediato das condições da operação, estando pressionado geograficamente e em relação ao fator tempo. De forma simples, ela quer dizer que o soldado sabe o que está acontecendo ao redor dele. Consciência situacional ocorre na mente dos soldados. Não é um cenário ou situação operacional comum, é a interpretação de cenários ou a observação atual de uma situação. Após receber a missão, os comandantes desenvolvem a sua consciência situacional. Eles se baseiam em informações e produtos conhecidos, assim como na situação operacional comum, e a partir daí executam estimativas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2008b, p. 6-13, tradução nossa).

dada maior ênfase ao aspecto da liderança em todos os níveis e ao terreno humano (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011b).

Não restam dúvidas de que os conhecimentos apresentados acima são novos e pertinentes, colhidos em sua essência em campanhas militares alinhadas com os objetivos políticos dos EUA, bem como são perfeitamente adaptáveis às ameaças do presente, inclusive no Brasil e mais especificamente na Amazônia brasileira. Todavia, **no final do ano de 2011, o Exército norte-americano reestruturou a sua doutrina.**

A *Army Doctrinal Publication 3-0* (Publicação Doutrinária do Exército – **ADP 3-0**), que substituiu o FM 3-0 (versão 2008), instituiu o conceito de ***Unified Land Operations*** (Operações Terrestres Unificadas) em substituição ao conceito de *Full Spectrum Operations*. Este é o primeiro manual publicado sob o manto da chamada “Doutrina 2015” do Exército norte-americano. A ideia de combinação de diferentes tipos de operações persiste, embora a ideia central seja: sincronização, coordenação e/ou integração de atividades de entidades governamentais e não governamentais com as operações militares (Op Interagências) para atingir unidade de esforço (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011a, grifo nosso, tradução nossa).

As principais razões para mudança foram: a significativa experiência operacional recente; a política e doutrina envolventes; e a transformação Conjunta e do Exército. A ADP 3-0 apresenta como temas mais importantes os seguintes: ênfase na liderança e nos soldados; importância da iniciativa; missão de comando em substituição ao C²; ambiente operacional; simultaneidade de operações ofensivas, defensivas, de estabilidade ou de apoio de defesa às autoridades civis (*Defense Support of Civil Authorities* – DSCA); conceito de poder de combate; funções de guerra; processo operacional; interdependência conjunta; princípios de guerra; arte operacional e ação unificada (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011a, tradução nossa).

Em linhas gerais, as novas, adicionais ou significativas mudanças com a publicação da ADP 3-0 foram: a extensão ou alcance das operações militares; o conceito operacional passa a ser “operações terrestres unificadas”; a introdução do termo “ação decisiva”; as competências centrais do Exército, particularmente em relação às operações conjuntas; a existência de princípios para gerar e aplicar o poder de combate em operações; a arte operacional relacionada ao pensamento crítico e criativo; a metodologia de planejamento da Força; e o quadro operacional.

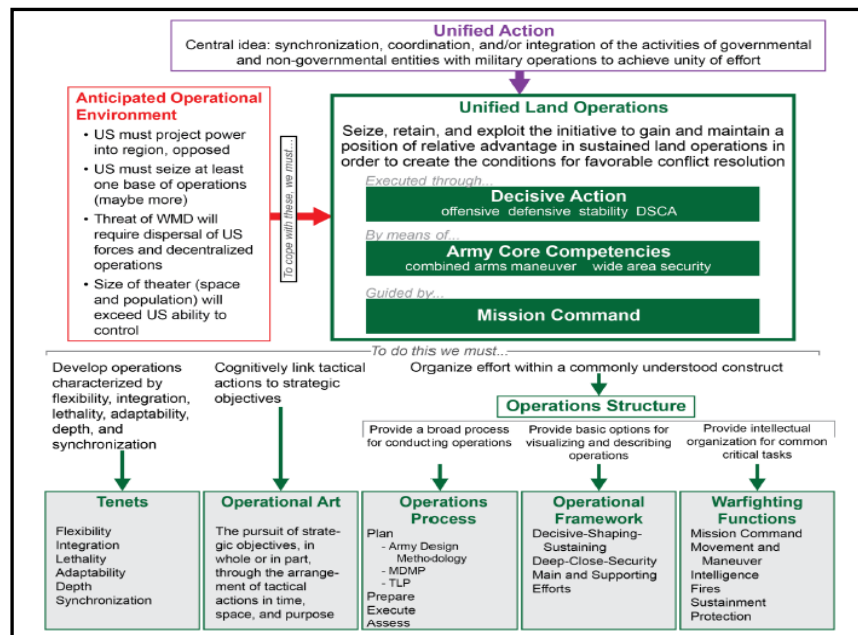
Foram eliminados os seguintes conceitos: operações de amplo espectro; espectro do conflito; e temas operacionais (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011a, tradução nossa) (Figura 13).

Além disso, o termo “ambiente operacional” substituiu o termo “campo de batalha”, sendo que “ambiente operacional” não é o mesmo que “área de operações”.

As “operações terrestres unificadas” substituem as “operações de amplo espectro” como conceito operacional do Exército. A “ação decisiva” substituiu as “operações de amplo espectro” como termo empregado para a combinação simultânea de tarefas ofensivas, defensivas e de estabilidade/DSCA.

É importante colocar ainda que a ADP 3-0 oferece duas ideias adicionais que demandam citação. Uma delas, a “letalidade”, é certamente uma nova ideia, mas sua articulação é básica para as operações militares. A segunda ideia adicional, a introdução da “manobra de armas combinadas” e da “segurança de áreas amplas” como as duas competências essenciais do Exército, representa um acréscimo importante, cuja utilidade e significado exigem uma discussão mais aprofundada (BENSON, 2012, tradução nossa).

Figura 13 – Lógica subjacente das operações terrestres unificadas



Fonte: Estados Unidos da América (2011a, p. iii e iv)

Ressalta-se que o conceito de operações de amplo espectro foi introduzido no Exército dos EUA como elemento fundamental da doutrina em 2001, com a edição

do primeiro manual FM 3-0, em substituição à série FM 100-5. O conceito evoluiu ao longo do tempo, conforme as demandas de Cmb norte-americanas. Apesar da introdução do conceito de “operações terrestres unificadas” no Exército norte-americano, **para o presente trabalho de pesquisa permanecem válidas todas as premissas e concepções das “operações de amplo espectro”**, tendo em vista os ensinamentos já consagrados desse conceito, assim como a possibilidade de adaptação para a situação brasileira. Cabe salientar, porém, que não se trata de mera e simples transposição da realidade do Exército dos EUA para a doutrina do EB. Na verdade, a doutrina deve estar, antes de tudo, alinhada com a concepção estratégica de emprego da Força.

Um caso clássico norte-americano de emprego de operações de amplo espectro foi a batalha pela localidade de Samarra, no Iraque, no início de outubro de 2004, no contexto da Op *Baton Rouge*.

Na madrugada de 1º de outubro de 2004, forças iraquianas e da 1ª Divisão de Infantaria (1ª Div Inf) dos EUA atacaram Samarra, uma cidade predominantemente muçulmana sunni, para eliminar ou capturar forças anti-iraquianas e devolvê-la a um competente controle civil. A vitória na batalha por Samarra não marcou nem o começo nem o fim da Op *Baton Rouge*, que foi uma operação de amplo espectro. A luta por Samarra não foi ganha no fim da fase dinâmica da operação, que foi amplamente divulgada pela mídia. O esforço da divisão durante vários meses foi executado em quatro linhas de operações, do nível estratégico ao tático, precedendo e seguindo-se à fase dinâmica. Essa fase não foi o ponto decisivo na luta por Samarra. Expulsar as forças anti-iraquianas da cidade era necessário, mas não o suficiente (BATISTE; DANIELS, 2005) (Figura 14).

A 1ª Div Inf venceu várias batalhas contra insurretos em diversos lugares do Iraque por meio de operações de estabilização e apoio e relativamente baixos níveis de operações de combate, sendo, portanto, a luta da 1ª Div Inf em Samarra um excelente exemplo de operação integral³⁰ ou de amplo espectro.

³⁰ Os autores usam o termo “operações integrais” para definir toda a gama de atividades realizadas pelo Governo interino do Iraque e pelas Forças da Coalizão, abrangendo a administração pública, a comunicação social, o desenvolvimento econômico, a segurança e, obviamente, as operações de combate (chamadas de operações dinâmicas), para eliminar ou capturar F Adv e modificar a atitude da população, oferecendo-lhe uma alternativa à insurgência.

Para tanto, foi constituída a Força-Tarefa (FT) *Danger*, que se caracterizava numa FT forte, constituída por 22.000 soldados da 1ª Div Inf, responsável por quatro províncias do centro norte do Iraque. A missão e a intenção do comandante da FT *Danger* (derivadas do Plano de Campanha da Força Multinacional do Iraque) era o estabelecimento de quatro linhas de operações: governo, comunicações, desenvolvimento econômico e segurança.

Figura 14 - Soldados norte-americanos protegem a Mesquita Dourada em Samarra



Fonte: Batiste e Daniels (2005, p. 23)

A Operação *Baton Rouge* foi concebida para ser executada em quatro fases. A 1ª fase destinava-se a estabelecer as condições e realizar os reconhecimentos e a preparação. Durante a 2ª fase, as forças deviam isolar a área. A 3ª fase incluía as operações de busca e ataque. A 4ª fase era a fase de transição – e decisiva. Da 1ª à 3ª fase poderiam ocorrer adaptações às condições mutáveis ou ser eliminadas totalmente.

A 1ª Div Inf definiu a linha de operação como o engajamento dos líderes provinciais, municipais, religiosos, tribais e das forças de segurança iraquianas, que foram denominados “esfera de influência”. Segundo Batiste e Daniels (2005), isso se deveu à experiência da 1ª Div Inf nos Bálcãs. Os soldados da FT *Danger* interagiram diariamente com a esfera de influência em todos os níveis e avançaram ainda mais

ao formar o Conselho Superior de Assessoria do Iraque, constituído por membros acadêmicos proeminentes, médicos, oficiais militares reformados, imãs, xeiques e outras elites.

Segundo Batiste e Daniels (2005, p. 21, grifo nosso):

O êxito da Operação *Baton Rouge* deve-se aos soldados, graduados e comandantes da equipe de combate da 1ª Div Inf por terem entendido as **nuanças das operações de estabilização e apoio e das operações de combate, executando-as simultaneamente** para: reduzir o apoio à insurreição; permitir uma rápida e precisa operação dinâmica, com perdas mínimas de vidas inocentes e prejuízo às propriedades civis; facilitar uma transição rápida à fase decisiva; e criar um ambiente no qual a maioria das tarefas difíceis da fase decisiva, aquelas associadas com a transição ao controle iraquiano, pudessem ser resolvidas.

Ainda de acordo com Batiste e Daniels (2005, p. 30, grifo nosso):

As forças de coalizão ainda estão trabalhando na fase decisiva da Operação *Baton Rouge*. Uma vitória verdadeira – segurança e estabilidade sob autoridade competente civil e policial a longo prazo – exigirá persistência e paciência. Contudo, **a Operação *Baton Rouge* parece ter validado a doutrina de operações integrais do Exército** – eliminar ou capturar o inimigo, mudar atitudes e fornecer alternativas à insurreição.

Verifica-se pelas informações acima, que a luta por Samarra, no Iraque, é um exemplo característico da aplicação do conceito de operações de amplo espectro. Inicialmente, as tropas estadunidenses enfrentaram um inimigo que se utilizava de TTP de G Irreg; mas esta fase não foi a mais importante. Os grandes desafios que viriam depois, como a estabilização, a reconstrução e os contatos com as lideranças locais se tornariam o verdadeiro desafio. Fazendo um paralelo com a situação na Amazônia brasileira, no caso de um conflito assimétrico, pode-se verificar claramente a aplicação desse conceito, enfatizando-se, principalmente, que a vitória não será obtida na fase dinâmica, mas sim na fase de transição. Dessa forma, o desencadeamento de ações concretas no sentido de se estabelecer e/ou estreitar os laços com autoridades, entidades e agências diversas, desde os dias de normalidade, é imprescindível. Esse ambiente interagências propiciará amadurecimento das relações e terreno fértil para o desenvolvimento de atividades integradoras, de segurança e defesa da Amazônia.

Outro caso clássico de operação de amplo espectro bem sucedida, só que no nível Bda, com intenso foco na estabilidade, foi empreendido pelo então Cel do

Exército dos EUA Sean MacFarland (hoje Gen), na cidade de Ramadi, também no Iraque, nos anos de 2006 e 2007.

Os impressionantes melhoramentos em segurança na província de Al Anbar durante 2007 mudaram de maneira significativa o panorama político e militar do Iraque. A vitória tática se tornou o momento decisivo quando líderes mais antigos e com discernimento, ambos iraquianos e norte-americanos, aplicaram o modelo de Ramadi em toda a província de Anbar, Bagdá e outras partes do país, mudando dramaticamente o processo de segurança do Iraque. Esse fenômeno de sucesso que se espalhou pelo resto do Iraque ficou conhecido como o “Despertar de Anbar” (MacFARLAND; SMITH, 2008).

A 1ª Brigada da 1ª Divisão Blindada, a “1ª Brigada de Combate” (1ª Bda Cmb), estava no centro do Despertar de Anbar. Essa Brigada possibilitou tal Despertar com o objetivo de: empregar cuidadosamente a concentração de operações letais; defender a população por meio de uma presença avançada; cooptar líderes locais; desenvolver competentes forças de segurança com a nação anfitriã; criar a crença pública no crescente sucesso; e desenvolver uma infraestrutura humana e física.

No verão de 2006, Ramadi se colocava entre as cidades mais perigosas do Iraque, sendo que a *Al-Qaeda* tinha declarado Ramadi como a futura capital do seu “califado” no Iraque. Cabe ressaltar que a 1ª Bda Cmb não tinha suficiente P Cmb para defender sozinha uma cidade tão grande. Segundo MacFarland e Smith (2008), sem o apoio dos líderes locais e da população, qualquer ganho na área de segurança obtido somente por meio de operações letais seria apenas temporário.

Foi desenvolvido pela Bda um plano centralizado para atacar posições seguras da *Al-Qaeda* e estabelecer naqueles locais uma presença diuturna para desafiar diretamente o domínio da cidade pelos insurgentes, interrompendo suas operações, exaurindo seus efetivos e ganhando a confiança do povo. Foi estimulada a cooperação local e estabelecidos grupos de guardas de bairro chamados de “Polícia Provincial Auxiliar do Iraque”.

Além disso, nas áreas tribais mais importantes, postos avançados de combate (PAC) guarnecidos por forças dos EUA ou pelas Forças de Segurança do Iraque (FSI) protegeriam as estradas principais e mercados. Foram planejados esforços de operações de informações para alienar o povo dos insurgentes e, ao mesmo tempo, aumentar o prestígio dos líderes tribais que apoiavam as tropas norte-americanas.

Também foram usados os xeques amigos como facilitadores de esforços de ajuda humanitária, como por exemplo a distribuição grátis de combustível.

Na sequência, foi estabelecido o Centro de Operações Militares e Civis e iniciado o processo de restauração de serviços para a área. Depois de proteger o Hospital Geral de Ramadi, começou-se um intensivo esforço para melhorar seus serviços e anunciá-lo publicamente pela cidade. Buscou-se angariar a confiança dos xeques e quando eles começaram a ver os norte-americanos como parceiros confiáveis, suas atitudes começaram a mudar.

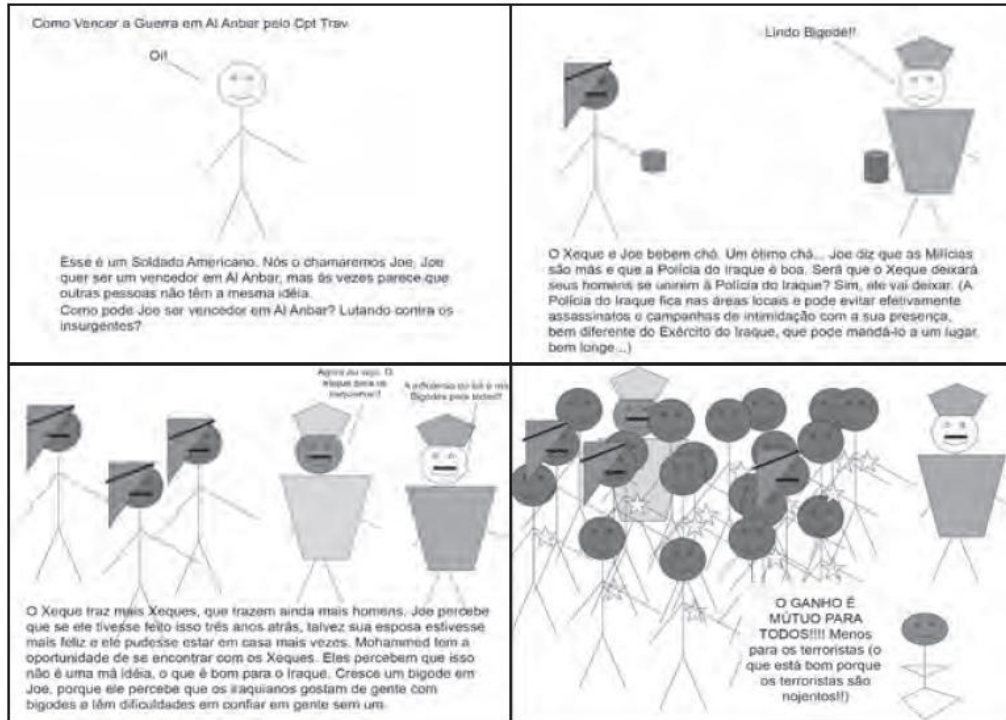
Experiências anteriores mostravam que uma competente força policial era vital para sucessos de longo prazo. O desejo das forças estadunidenses de recrutar iraquianos locais para a Polícia do Iraque foi o catalisador para o nascimento do movimento “Despertar de Anbar”, em setembro de 2006.

Uma fórmula bastante inovadora e de sucesso na defesa da população foi o emprego dos PAC. Em função dos inúmeros ataques às tropas norte-americanas nos deslocamentos de ida e volta das bases de operações avançadas localizadas nos subúrbios da cidade, chegou-se à conclusão que a 1ª Bda Cmb teria que se mudar para dentro da cidade e para as áreas contestadas. Nesse estágio inicial, os PAC proviam áreas seguras para as forças mecanizadas de reação rápida, locais seguros para unidades de operações especiais e segurança para centros de operações civis e militares. Nas áreas rurais, os PAC desempenhavam algumas vezes um papel duplo: como bases de fogos com morteiros e como radares de fogo inimigo. Em suma, os PAC, ao mesmo tempo, aumentaram a capacidade de executar operações civis e militares, inteligência e vigilância, reconhecimento e operações de informações (MacFARLAND; SMITH, 2008).

Outra ação bem sucedida da 1ª Bda Cmb foi a obtenção do apoio dos líderes locais. De acordo com MacFarland e Smith (2008, grifo nosso), para persuadir as tribos a cooperar, inicialmente **precisava-se do terreno humano na área de operações**, sendo que essa tarefa foi dada ao excelente e talentoso oficial, Capitão Travis Patriquin. Esse oficial conquistou rapidamente a confiança dos xeques por meio de suas capacidades linguísticas e interpessoais e desenvolveu fortes laços com suas famílias. Para compartilhar as “melhores práticas” que haviam sido desenvolvidas em Ramadi, o Capitão Patriquin criou sua famosa apresentação de bonequinhos em *PowerPoint®* conhecida “Como Vencer em Al Anbar”. Essa exibição de *slides* mostra perfeitamente o conceito da 1ª Bda Cmb para persuadir as

tribos a se unirem ao lado norte-americano (Figura 15). Em 6 de dezembro de 2006, o Capitão Patriquin foi morto em ação por um explosivo improvisado em Ramadi, sendo que numerosos xeques estiveram presentes na cerimônia em sua memória.

Figura 15 – Slides selecionados da apresentação de *PowerPoint®* criada pelo Capitão Patriquin



Fonte: MacFarland e Smith (2008, p. 87)

Uma das fases mais importantes empreendidas pela 1ª Bda Cmb foi a de reconstrução. Segundo MacFarland e Smith (2008, p. 90):

Os esforços de limpeza e arrumação são os mais delicados, mas também são as partes relativamente mais óbvias de qualquer esforço de contra-insurgência [sic]; construir a infra-estrutura [sic] para manter o sucesso militar é a parte complicada. Em Ramadi, era essencial começar a reconstrução no início da operação de limpeza para que não houvesse uma lacuna entre o estabelecimento da segurança e a implementação de projetos.

Para tanto, foi estabelecida uma infraestrutura humana, que incluía a nomeação de oficiais de governo e diretores de agências confiáveis.

Em Ramadi, as tropas norte-americanas operaram agressivamente e de forma simultânea ações cinéticas e não cinéticas, empregando todas as armas e meios disponíveis na luta contra o inimigo. Foram conduzidas detalhadas reuniões para fusão de dados de inteligência e de escolha de alvos, além de serem realizadas operações sem dificuldade com unidades de operações especiais, aviação, apoio

aéreo aproximado e operações ribeirinhas. Embora, talvez tenha sido pioneira naquele período, a maior parte das TTP se tornaram familiares a qualquer Unidade que tenha operado no Iraque posteriormente.

Para MacFarland e Smith (2008, grifo nosso), as lições aprendidas mais importantes em Ramadi foram: aceitar o risco para obter resultados; uma vez ganha a iniciativa, nunca conceder trégua ou refúgio ao inimigo; nunca parar de procurar outra alternativa para atacar o inimigo; e as tribos representam o povo do Iraque e **a população representa o “terreno chave” do conflito.**

Do acima exposto, observa-se a riqueza de ensinamentos colhidos no Despertar de Anbar e sua íntima ligação com as operações de amplo espectro. Além disso, pode-se inferir que as ações levadas a efeito pela 1ª Bda Cmb no Iraque, guardadas as devidas proporções e necessárias adaptações, podem ser aplicáveis no caso de conflito assimétrico em território amazônico. Ressalta-se, particularmente, a importância dada à população, à reconstrução da localidade e à obtenção do contato e da confiança das lideranças locais.

Recentemente, no ano de 2011, a fim de facilitar o treinamento em operações de amplo espectro, o Exército norte-americano criou o *Full Spectrum Training Environment* (Ambiente de Treinamento em Amplo Espectro – FSTE), que combina área de treinamento físico com um ambiente construtivo e virtual, permitindo que o treinamento seja incrementado (Figura 16).

Figura 16 – Análise Pós-Ação (APA) de tropa dos EUA como parte do treinamento em operações de amplo espectro, em Hohenfels, Alemanha, em 10 de outubro de 2011



Fonte: Multinational (2011)

O FSTE está localizado no *Joint Multinational Training Command* (Comando de Treinamento Multinacional Conjunto – JMTC), na cidade de Grafenwoehr, na Alemanha. Trata-se do Comando de Treinamento do Exército dos EUA na Europa, sendo o maior comando de treinamento fora do seu continente (WILLIAMS, 2011).

O FSTE é capaz de realizar exercícios de grande envergadura, com participantes de mais de 10 países parceiros, juntamente com forças do Exército dos EUA, incluindo a 173ª Equipe de Combate da Brigada Aerotransportada e a 12ª Brigada de Aviação de Combate.

Em outro país da América do Norte, no Canadá, as FA dispõem, igualmente, de um centro de treinamento voltado para operações de amplo espectro. O *Canadian Manoeuvre Training Centre* (Centro de Treinamento de Manobra Canadense – CMTC), situado na pequena cidade de Wainwright, Província de Alberta, é um centro de treinamento nacional canadense que proporciona treinamento coletivo em operações de amplo espectro no ambiente de operações contemporâneo.

A tecnologia dos efeitos das armas de simulação, a infraestrutura da área urbana construída, o papel da figuração de civis e a força oponente fixa do Centro permitem que a cadeia de comando confirme a prontidão das Forças-Tarefas Terrestres para conduzir operações de segurança interna e internacional. O quadro de observadores, controladores e avaliadores (OCA) treinados garante que comandantes e soldados sejam capazes de aprender e ganhar o máximo desse treinamento. Em suma, o CMTC proporciona a mais realística e dinâmica experiência de situações operacionais, incluindo combate de dupla ação (CANADIAN..., 2011).

Atualmente, o CMTC conduz a cada outono o Exercício “*Maple Resolve*”, permitindo que soldados, marinheiros e aviadores tenham uma oportunidade única de treinar para as operações complexas do futuro (Figura 17).

Figura 17 – Militares canadenses interagindo com a figuração durante o Exercício *Maple Resolve*, no CMTC, em outubro de 2011



Fonte: Exercise... (2011)

Ao se observar os exemplos norte-americano e canadense, constata-se que as FA desses países estão perfeitamente alinhadas com os desafios e incertezas inerentes ao século XXI. Sem deixar de lado o treinamento no combate convencional, buscam alternativas para estarem também em condições de emprego em um TO não linear e difuso, típico de conflitos assimétricos. As operações de amplo espectro foram uma solução encontrada por eles para fazer face a esse novo ambiente operacional. O treinamento é baseado na perspectiva de que somente o viés militar não será capaz de obter a vitória e de que a população é o CG. Centros de treinamento como os apresentados poderiam ser uma solução para preencher a lacuna da preparação das FA brasileiras nas operações de amplo espectro, inseridas, particularmente, em um quadro de conflito assimétrico.

6.2 AS OPERAÇÕES DE AMPLO ESPECTRO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

No caso brasileiro, o PROFORÇA (BRASIL, 2011i, p. 9, grifo nosso) prescreve o seguinte em relação às operações de amplo espectro:

[...] As tendências apresentadas ressaltam a complexidade dos campos de batalha do futuro. Não há, porém, indicações de que a letalidade de um exército deva ser desprezada, mas deve ser mais seletiva e eficaz. **A manutenção, portanto, de uma força terrestre adestrada e pronta para atuar em operações de amplo espectro faz-se necessária**, para produzir

o efeito dissuasório exigido para atender aos interesses nacionais. É mister, por consequência, visualizar-se o Exército Brasileiro do futuro, e o perfil desejado do seu bem maior – o **Capital Humano** – para que sejam implementadas as devidas transformações.

Este mesmo documento, que delinea o projeto de Força do Exército, acrescenta que no que concerne ao **capital humano**, a percepção atual é que o profissional militar do futuro deverá estar qualificado/habilitado/capacitado a, dentre outras coisas, atuar em operações de guerra convencional e assimétrica (operações de amplo espectro) (BRASIL, 2011i).

Sendo assim, depreende-se das afirmações acima, constantes de um documento que está colimado com o processo de transformação da Força, que o EB deve se preparar, desde já, para o desencadeamento de operações de amplo espectro, a fim de que alcance o seu objetivo estratégico de Força Armada compatível com a estatura do país.

Em relação à realidade brasileira, parte-se da situação em que o EB enfrentará uma força oponente, com menor poder de combate, e que se utiliza de técnicas, táticas e procedimentos típicos da guerra assimétrica, na Amazônia. Tendo em vista esta situação inicial, deve-se tecer algumas considerações: o EB estará atuando no território brasileiro, não existindo o óbice do idioma; estará combatendo no meio do próprio povo, o que exige cuidados especiais com relação ao emprego do poder de combate, visando diminuir, se possível eliminar, os danos colaterais; deve-se atuar em um contexto de cooperação com os países vizinhos, portanto as operações combinadas e interaliadas serão a tônica. Porém não se pode descartar a possibilidade de um oponente não estatal receber apoio de um País vizinho ao Brasil, nesse caso, pode surgir a necessidade das Forças brasileiras terem de combater uma guerra convencional contra esse Estado e realizar operações de baixa intensidade contra o oponente não estatal, ao mesmo tempo em que procurará melhorar o padrão de vida da população local, minorando os efeitos da destruição causada pelas ações de combate, buscando eliminar a possibilidade da população apoiar o oponente irregular.

Aplica-se o conceito norte-americano conhecido como "*three blocks war*"³¹ (guerra de três quadras) em que a mesma Unidade poderá estar envolvida em operações de combate em um subsetor, realizando ações humanitárias em outro subsetor e mantendo a paz em um terceiro subsetor. Isso exige militares bem treinados e adestrados, inteligentes, criativos e com iniciativa, possuidores de controle e inteligência emocional superiores, flexíveis e extremamente disciplinados. Nesse contexto a guerra estará sendo travada entre o povo, sendo importante frisar que, além da missão, do inimigo, do terreno, dos meios, do tempo disponível e das considerações civis, a opinião pública também é fator importante a ser considerado.

Dessa forma, verifica-se que um possível formato da Força seria possuir um núcleo de tropas preparadas para o combate convencional, dotada dos MEM mais modernos que os recursos nacionais pudessem adquirir, visando à dissuasão. O grosso do Exército seria equipado, organizado e adestrado, para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), Garantia da Votação e Apuração (GVA), Defesa Civil e outras operações de não guerra, dentro de um ambiente interagências. O próprio Exército dos EUA não pode se dar ao luxo de perder a sua imensa capacidade de conduzir uma guerra convencional, pois os seus prováveis inimigos só buscam a alternativa da G Irreg por não terem condições de enfrentá-los na arena convencional, portanto seria temerário para o Exército estadunidense se dedicar integralmente ao combate não convencional, pois haveria a possibilidade de algum oponente, no futuro, se sentir em condições de contrapor-se aos EUA em uma guerra convencional.

Outro aspecto a se levar em conta é a perenidade dos MEM do EB. Nos dias atuais, os MEM estão se tornando cada vez mais sofisticados, tecnologicamente falando, e caros. O EB não tem condições de atingir o patamar de modernidade que já foi atingido por países mais desenvolvidos e ricos. O que se pode esperar, em termos militares, de países como o Brasil é que disponham de uma capacidade de

³¹ O Conceito de **Guerra de Três Quadras** foi descrito pelo General do Corpo de Fuzileiros Navais Norte-Americano Charles Krulak, no final dos anos 1990, para ilustrar o complexo espectro de desafios que os soldados provavelmente enfrentariam no campo de batalha moderno. No exemplo do General Krulak, os soldados poderiam ser requisitados para conduzir ações militares de larga escala, operações de paz e ajuda humanitária no espaço de três quadras contíguas de uma cidade. A essência do conceito é que as FA modernas devem ser treinadas para operar nas três condições simultaneamente, e para fazê-lo, os treinamentos de liderança nos níveis mais baixos devem ser enfatizados. Essa última condição fez com que Krulak invocasse o que chamou de "**cabos estratégicos**", ou seja, líderes de graduação baixa capazes de agir de forma independente e tomar decisões importantes (THREE..., 2012).

exército de "segunda onda" com algumas vantagens, ou seja, não há condições de ser um exército da Era da Informação, pois não se conta, atualmente, com os recursos para tal, porém pode-se ser um Exército da "Era Industrial" com alguns núcleos de forças que disponham de MEM característicos da "Era da Informação", o que leva à necessidade de ser um Exército extremamente bem adestrado para fazer o máximo com o que se tem disponível no momento, mesmo que não se disponha da última tecnologia militar. Assim, se não dispomos de granadas de artilharia e de morteiro guiadas por laser ou receptor GPS (*Global Position System* ou Sistema de Posicionamento Global), deve-se adestrar de tal forma a obter impactos precisos utilizando-se uma superior técnica de tiro e observação. Com relação às operações contra F Irreg na Amazônia, propriamente ditas, o EB possui uma rica experiência fruto do combate às guerrilhas na década de 1970. É necessário ressaltar que o EB venceu a guerrilha sem necessitar ser auxiliado ou assessorado por outros exércitos, além de ter criado uma doutrina própria de combate a um movimento guerrilheiro incipiente, situação em que não caberia seguir os ensinamentos colhidos da experiência francesa, na Argélia, e americana, no Vietnã, por exemplo. A experiência brasileira no Araguaia é rica em ensinamentos e deve ser aproveitada e convertida em doutrina, extirpando-se os excessos, porventura cometidos naquela época, evidentemente (informação verbal)³².

Há que se considerar, também, os valiosos ensinamentos adquiridos pelas tropas brasileiras no Haiti, desde o ano 2004, onde as operações de amplo espectro estão sendo a tônica há muito tempo.

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi estabelecida com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que autoriza a utilização de todos os meios necessários para a implementação da paz, inclusive o uso da força. Até então, as missões nas quais o Brasil havia participado estavam amparadas exclusivamente no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas, que prevê apenas a utilização de medidas pacíficas na solução de disputas, não incluindo, portanto, o uso da força. Mesmo com esse viés militar fortalecido, as tropas brasileiras da MINUSTAH não deixaram de contribuir para o desenvolvimento e reconstrução do país anfitrião.

³² Informação prestada pelo Coronel de Infantaria QEMA José Benedito Cruz Junior, do Estado-Maior do Exército, em 15 de março de 2012.

O trabalho conjunto e integrado da vertente militar com agências governamentais, não governamentais e privadas – dentre outras instituições e atores –, sob o enfoque do apoio à população, traduz perfeitamente o conceito de operações de amplo espectro, na medida em que em ações de segurança, de ajuda humanitária, de reconstrução, dentre outras, ocorrem simultaneamente.

Sobre a atuação das tropas brasileiras no Haiti, Braga (2010, p. 13-14, grifo nosso) coloca o seguinte:

A habilidade demonstrada pelas tropas brasileiras durante a missão em **atuar em todo o espectro das operações militares**, desde atividades puramente humanitárias, até ações com intenso emprego da força, representou outro importante marco. O **adequado balanceamento entre as ações cinéticas** (com uso da força) **e não cinéticas** (sem uso da força) além do uso enérgico e proporcional da força, sempre que inevitável, mostraram-se fundamentais para assegurar um elevado nível de credibilidade e respeito para a força militar, contribuindo decisivamente para os resultados alcançados. Alguns autores, a partir de Joseph Nye, classificariam, no nível estratégico, este balanceamento como “*smart power*”.

Em relação ao trabalho sinérgico, complementar e colaborativo desenvolvido no Haiti, Braga (2010, p. 14-15, grifo nosso) acrescenta:

Ainda no contexto brasileiro, outra notável e importante evolução observada foi o **elevado nível de envolvimento de outras organizações brasileiras, além das militares**. Verificando-se, também, um **grau de coordenação sem precedentes** entre os militares brasileiros e os atores civis, governamentais ou não. Desde o começo, o governo brasileiro, no nível político mais elevado, expressou seu comprometimento com o sucesso da missão. Assim sendo, os Ministérios da Defesa (MD) e de Relações Exteriores (MRE) tem coordenado seus esforços referentes, alcançando objetivos comuns e posições concertadas nos principais assuntos. No campo, por exemplo, existe uma ação coordenada entre o Embaixador do Brasil no Haiti e o *Force Commander* (Comandante da Força Militar da MINUSTAH), de modo que seus **esforços sejam complementares**. Além disso, assim que a situação no terreno permitiu, outras agências governamentais brasileiras, tais como o Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), dentre outras, passaram a desenvolver importantes trabalhos no Haiti. Por outro lado, organizações não governamentais brasileiras, como o Viva-Rio, também foram, até certo ponto, absorvidas por esse esforço coordenado, produzindo resultados globais bastante positivos. Tal situação gerou um nível de **sinergia** sem precedentes entre atores militares e civis, governamentais e não governamentais.

Reforçando as ideias acima, Zendim (2010, p. 2, grifo nosso) coloca:

O Brasil, mais do que qualquer outro país no mundo, pode se vangloriar de seus quase 15.000 soldados que por lá já passaram, enquadrados em doze contingentes, lutando por um país melhor, como sempre fizeram também pelo nosso Brasil, independente de pressões e vontades alienígenas. No

tocante à segurança, as tropas brasileiras são hoje referência na ONU quando se trata de pacificar um país com o apoio de sua própria população. **Mesmo com o foco na segurança, as tropas brasileiras nunca hesitaram em fazer aquele algo mais para minimizar o sofrimento dos haitianos**, seja com a reforma de uma escola, com a distribuição de água potável ou mesmo com uma simples partida de futebol.

De maneira a enfatizar a importância do terreno humano em qualquer tipo de operação, Pinheiro (2010, p. 5, grifo nosso) afirma:

[...] Outro segmento que contempla o **estudo da população local** com especial atenção no planejamento e execução das suas operações é o **Componente Militar da MINUSTAH** (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti), cujas decisões de mais alto nível são da responsabilidade de um Oficial General brasileiro, seu Comandante (que, inclusive, é assessorado por um Estado-Maior multinacional, incluindo Oficiais Superiores de países membros da OTAN), preocupação que se repete nas unidades subordinadas que fazem parte do Contingente do Brasil naquela relevante missão internacional.

As citações acima corroboram o espírito altruísta e a consciência cultural dos militares brasileiros, demonstrando que as FA estão aptas a desenvolverem ações não cinéticas paralelamente às ações de combate em uma eventual necessidade de emprego na Amazônia brasileira. O mais importante é que estas ações sejam implementadas e/ou incrementadas desde os tempos de normalidade.

Além da brilhante participação brasileira na MINUSTAH, o recente emprego do EB na pacificação dos Complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro, desde dezembro de 2010, tem sido fonte de inúmeros ensinamentos e lições aprendidas, sendo muitos deles ligados às operações de amplo espectro.

Uma das mais importantes Org Crim do Rio de Janeiro passou a orquestrar, em novembro de 2010, uma série de ataques na cidade, como forma de reação às consequências da reestruturação da política de segurança municipal e estadual. Passaram, então, a perpetrar assaltos em massa a veículos, interditar vias de grande circulação e destruir ônibus e outros meios de transporte públicos, levando à população um sentimento de insegurança generalizado, anunciando que a crise havia chegado ao seu ponto máximo (MARQUES, 2012).

Após ter-se atingido uma situação-limite, o Governo do Estado do Rio de Janeiro solicitou ingerências ao Governo Federal, que, por intermédio do MD, emitiu a Diretriz Ministerial nº 15, de 4 de dezembro de 2010, determinando o apoio das FA ao Governo do Estado. Nessa ocasião, começou a ser desenhado o emprego efetivo

do EB nas ações integradas de pacificação dos Complexos do Alemão e da Penha. A operação recebeu o nome de “Operação Arcanjo”.

Com a organização da Força de Pacificação (F Pac), capitaneada pelo EB, passaram a ser executadas, simultaneamente, ações de preservação da ordem pública nas comunidades, patrulhamento, revistas, prisões em flagrante e atendimento à população sob as mais diversas formas.

É notório que a sensação de segurança estabelecida com a chegada das tropas permitiu que outras ações viessem à esteira e fossem executadas na região, no intuito de minorar a opressão e as condições de vida dos moradores dos Complexos da Penha e do Alemão.

As parcerias formadas, a atuação de diferentes agências, a presença do Estado e o emprego firme e ao mesmo filantrópico das forças militares, caracterizam um quadro de operações de amplo espectro naquela região.

Sendo assim, é possível afirmar que tais ensinamentos são de fundamental importância para o aprimoramento do preparo das FA brasileiras em operações de amplo espectro, particularmente na Amazônia brasileira. Todavia, é importante não esquecer do permanente adestramento nas operações convencionais.

Nesse mister, cabe apresentar a assertiva de Visacro (2011, p. 55):

As Forças Armadas, por sua vez, não devem jamais descuidar de suas “missões tradicionais”, sob pena de se tornarem débeis e ineficazes, perdendo seu poder dissuasório. Contudo, para fazer face às ameaças deste século, devem redimensionar seu emprego e suas aptidões nos mais diversos espectros de conflitos. A visão dogmática que estereotipa a guerra apenas como um confronto formal entre dois exércitos regulares deve, finalmente, ser posta de lado. As operações de manutenção e imposição de paz, as ações humanitárias, as operações de estabilidade e apoio, a guerra contra as drogas e contra o terrorismo corroboram essa assertiva. A distinção feita pelos termos “operações de guerra” e “não guerra”, bem como os conceitos de “operações de efeito cinético” e “não cinético” mostram-se inadequados, pois dissociam tarefas e ações que, no campo de batalha atual, tornaram-se profundamente interdependentes.

Pode-se inferir, portanto, que as operações de amplo espectro, muito empregadas e difundidas principalmente pelo Exército norte-americano, por exemplo, têm plenas condições de serem aproveitadas pelo EB com as necessárias adaptações às idiosincrasias do Brasil. Visualiza-se, ainda, a região amazônica como o ambiente operacional mais propício à sua utilização, particularmente num quadro de conflito assimétrico.

7 PEQUENA REFLEXÃO SOBRE OS ASPECTOS JURÍDICOS NOS CONFLITOS ASSIMÉTRICOS

Embora este trabalho não tenha por objetivo realizar um estudo aprofundado sobre os inúmeros aspectos jurídicos que envolvem os conflitos assimétricos, não se pode deixar de traçar breves considerações a respeito deste importante tema.

Para tanto, serão realizadas breves considerações sobre os conflitos assimétricos e o Direito Internacional Humanitário (DIH), bem como sobre o amparo legal para a atuação das FA nos casos de distúrbios e tensões internas e de conflitos armados não internacionais.

7.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONFLITOS ASSIMÉTRICOS E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

O DIH compreende um conjunto de normas que procuram limitar os efeitos dos conflitos armados, tendo como principais fontes as Quatro Convenções de Genebra de 1949, seus respectivos Protocolos Adicionais de 1977 e 2005 e o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI) de 1998 (COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1983).

Atualmente, o DIH tem por finalidade proteger as pessoas que não participam ou que deixaram de participar das hostilidades, bem como restringir os meios e métodos de combate. O DIH **aplica-se somente aos conflitos armados, não abrangendo distúrbios internos**, tais como atos isolados de violência, nem regulamenta se um Estado pode ou não usar a força. O DIH só é aplicável após o início de um conflito e aplica-se uniformemente a todas as partes, independentemente de quem começou as hostilidades (CINELLI, 2011).

O DIH é aplicado tanto aos conflitos armados internacionais (CAI), como aos conflitos armados não internacionais (CANI).

De acordo com Palma (2008, p. 34), o CAI é tradicionalmente definido como o confronto armado entre, no mínimo, dois Estados. No entanto, para acompanhar as transformações no seio da sociedade internacional, fatos geradores do direito das gentes, a definição de CAI evoluiu junto com a história das guerras e, atualmente, abarca outras hipóteses. De acordo com as Quatro Convenções de Genebra de 1949 e seus respectivos Protocolos Adicionais de 1977, podem-se distinguir quatro

categorias de CAI: guerra declarada, confronto armado de fato, ocupação militar não resistida e guerras de libertação nacional.

Quanto ao conceito de CANI, a referida autora, observa que tal noção é ainda muito precária, havendo poucos dispositivos que tratem sobre a questão. Esta discrepância se justifica pelo fato de os Estados terem pudor em conceituar situações que tangenciam a esfera de seu domínio reservado decorrente da própria noção de soberania. É difícil para os Estados admitirem para a sociedade internacional que existe a possibilidade de perderem o controle sobre seu território e de seu povo. Eles têm medo de legitimar uma insurreição.

Palma (2008, grifo nosso) observa, ainda, que embora a definição de CANI se encontre numa zona nebulosa existente entre as tensões e perturbações internas e os CAI, dependendo do ato convencional invocado, pode-se distinguir **três principais noções de CANI**.

A **primeira** estaria prevista no artigo 3º, comum às Quatro Convenções de Genebra de 1949, que traça uma definição negativa de CANI, por meio da sua contraposição ao CAI, configurando uma noção abrangente e sem elementos objetivos de delimitação.

Artigo 3º comum às quatro Convenções de Genebra:

No caso de conflito armado que **não presente um caráter internacional** e que ocorra no território de uma das Altas Partes contratantes, cada uma das Partes no conflito será obrigada aplicar, pelo menos, as seguintes disposições:

1) As pessoas que não tomem parte diretamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimentos, detenção, ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.

Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas:

- a) As ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios;
- b) A tomada de reféns;
- c) As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;
- d) As condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.

2) Os feridos e doentes serão recolhidos e tratados.

Um organismo humanitário imparcial, como a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, poderá oferecer os seus serviços às partes no conflito.

As Partes no conflito esforçar-se-ão também por pôr em vigor, por meio de acordos especiais, todas ou parte das restantes disposições da presente Convenção.

A aplicação das disposições precedentes não afetará o estatuto jurídico das Partes no conflito (COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1992).

A **segunda** noção de CANI apresenta melhores elementos definidores e pode ser encontrada no artigo 1º, do Protocolo Adicional II de 1977:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação material

1 - O presente Protocolo, que desenvolve e completa o artigo 3º, comum às Convenções de 12 de Agosto de 1949, sem modificar as suas condições de aplicação atuais, aplica-se a todos os conflitos armados que não estão cobertos pelo artigo 1º do Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, Relativo à proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais (Protocolo 1), e que se desenrolem em território de uma Alta Parte Contratante, entre as suas **forças armadas e forças armadas dissidentes ou grupos armados organizados** que, sob a chefia de um comando responsável, exerçam sobre uma parte do seu território um controle tal que lhes permita levar a cabo operações militares contínuas e organizadas e aplicar o presente Protocolo.

2 - O presente Protocolo **não se aplica às situações de tensão e de perturbação internas**, tais como motins, atos de violência isolados e esporádicos e outros atos análogos, que não são considerados como conflitos armados (COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1998).

A **terceira** noção sobre CANI está no artigo 8º, letra “f”, do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, que excepciona a regra no sentido de que os CANI não abrangem situações de distúrbios e de tensão internas. Temperando tal disposição por meio de um elemento temporal, admite a sua aplicação do dispositivo a conflitos armados que tenham lugar no território de um Estado, quando exista um **conflito armado prolongado** entre as autoridades governamentais e grupos armados organizados ou entre e estes grupos (ESTATUTO..., 2002).

Artigo 8.º

Crimes de guerra

1 - O Tribunal terá competência para julgar os crimes de guerra, em particular quando cometidos como parte integrante de um plano ou de uma política ou como parte de uma prática em larga escala desse tipo de crimes.

2 - Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por crimes de guerra:

[...]

e) As outras violações graves das leis e costumes aplicáveis aos conflitos armados que não têm caráter internacional, no quadro do direito internacional, a saber qualquer um dos seguintes atos:

[...]

f) A alínea e) do n.º 2 do presente artigo aplicar-se-á aos conflitos armados que não tenham caráter internacional e, por conseguinte, não se aplicará a situações de distúrbio e de tensão internas, tais como motins, atos de violência esporádicos ou isolados ou outros de caráter semelhante; aplicar-se-á, ainda, a conflitos armados que tenham lugar no território de um Estado, quando exista um conflito armado prolongado entre as autoridades

governamentais e grupos armados organizados ou entre estes grupos (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 1992).

Da análise dos dispositivos acima mencionados, conclui-se que o DIH **reconhece a possibilidade de ocorrência de conflitos armados no âmbito interno do próprio país**, envolvendo as suas FA e dissidentes ou grupos armados organizados que, sob a chefia de um comando responsável, exerçam sobre uma parte do seu território um controle tal que lhes permita levar a cabo operações militares contínuas e organizadas, sendo-lhes aplicadas a legislação pertinente.

Entretanto, a regulamentação sobre o tema é tímida e não abrange, em regra, situações de tensão e de perturbações internas, que serão regulamentadas pelo direito interno do país e pelas normas de Direitos Humanos.

De outro lado, cumpre ressaltar a ineficiência das regras previstas pelo DIH quando se trata de dissidentes ou grupos armados organizados numa guerra irregular. Diferente dos exércitos regulares, que devem seguir durante o combate as condutas de cunho humanitário previstas pelo DIH, a fim de dar respaldo e legitimidade às ações estatais, as F Irreg não se subordinam às normas legais de guerra.

Sobre a questão, Visacro (2009a, p. 270) assevera que:

Tratando-se de guerra irregular, há que se admitir que o conflito assimétrico também é assimétrico quanto à aplicação do Direito Internacional Humanitário. Seguindo uma tendência natural, a opinião pública se mostra muito menos tolerante com forças convencionais que infringem as normas humanitárias dos conflitos armados do que com os crimes bárbaros perpetrados por guerrilheiros e terroristas. Portanto, se hoje, graças ao crescente poder da mídia e da opinião pública, os exércitos regulares são impelidos a se subordinarem incondicionalmente às normas legais de guerra, forças irregulares não se sujeitam a nenhum tipo de restrição jurídica e, ainda, exploram habilmente esse fato a seu favor, gozando de maior liberdade de ação e aproveitando as oportunidades de propagandas oferecidas pelas unidades regulares, quando estas violam a lei da guerra ou fazem uso desproporcional da força, vitimando civis inocentes.

Visacro (2009a, p. 270) também afirma:

Muito embora possa ser considerado uma das maiores conquistas da humanidade, o Direito Internacional Humanitário nunca conseguiu antever as características da “guerra do futuro”, o que seria útil para antecipar-se às exigências e às necessidades das vítimas de cada novo conflito. Seu desenvolvimento foi marcado, essencialmente, por reformulações e aperfeiçoamentos introduzidos após a traumática constatação de uma nova realidade decorrente da evolução da conduta da guerra. Dentro desse contexto, o combate irregular passou a adquirir importância crescente para o Direito Internacional Humanitário a partir da segunda metade do século XX.

Assim sendo, verifica-se que o DIH tem um longo caminho a trilhar quando se trata de sua aplicação nos conflitos assimétricos. Embora o respeito às suas determinações de cunho humanitário não seja respeitado pelas forças adversas e possa ser manipulado de forma a lhes favorecer, o conflito armado não pode se afastar de conceitos éticos mínimos durante a batalha, devendo-se criar novas soluções aos impasses deste ramo do direito.

7.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMPARO LEGAL PARA A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NOS CASOS DE DISTÚRBIOS E TENSÕES INTERNAS E DE CONFLITOS ARMADOS NÃO INTERNACIONAIS

No âmbito interno, a atuação das FA poderá se dar tanto nos casos de **distúrbios e tensões internas**, como no caso de **conflitos armados não internacionais**. Sua atuação, contudo, está vinculada ao grau de comprometimento da ordem pública, assim como pelo emprego ou não das salvaguardas constitucionais, e se realiza por meio das Op GLO.

Sobre as Op GLO, merece destaque Silva (2006, grifo nosso):

[...] **as ações de garantia da lei e da ordem constituem uma resposta às ameaças específicas que violam a ordem jurídica legitimamente estabelecida.** Todas as medidas e ações a serem adotadas pelas Forças devem estar previstas, determinadas ou facultadas no ordenamento legal do Estado, sob a direção da expressão política do Poder Nacional.

[...]

O comprometimento da ordem, em função da atuação de determinadas forças, pode-se caracterizar por um amplo espectro de situações, que variam desde um incidente de natureza policial, num quadro de segurança pública, passando pelos sucessivos estágios de crise, até atingir a etapa final, num ambiente de grave conflito interno.

O emprego da Força Terrestre na garantia da lei e da ordem será realizado em **situações caracterizadas pelo grau de comprometimento da ordem pública e pela aplicação ou não das salvaguardas constitucionais.**

De acordo com o artigo 142 da Constituição Federal, as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 2007a).

Tal dispositivo tem por finalidade dispor sobre qual agente estatal é o responsável pela defesa da paz, que pode ser vista tanto como paz interior, como

paz exterior. Sobre a defesa da paz e a funcionalidade da força pública, Garcia (2009), afirma que esta possui quatro objetivos fundamentais:

(1) defender a soberania brasileira, garantindo suas fronteiras e reprimindo o inimigo externo; (2) atuar no cumprimento das obrigações internacionais, de caráter militar, assumidas pelo País; (3) defender a ordem interna em situações de anormalidade institucional e (4) defender a ordem interna em situações de normalidade institucional.

Ainda segundo Garcia (2009), os três primeiros objetivos devem ser outorgados, primordialmente, à força pública permanente militar, ou seja, às FA. Embora as FA também possam, em caráter excepcional, atuar na defesa da ordem interna em situações de normalidade institucional, tal desempenho deve ser primordialmente outorgado à força permanente civil, função que pode ser desempenhada por agentes meramente administrativos ou por agentes armados, atribuição que recai, nesse último caso, sobre os órgãos de segurança pública.

Considerando que este trabalho tem por escopo o estudo dos conflitos assimétricos de âmbito não internacional, podendo abranger distúrbios e tensões internas, bem como conflitos armados não internacionais, se faz necessária a análise da atuação das FA na defesa da ordem interna em situações de normalidade institucional, bem como na defesa da ordem interna em situações de não normalidade.

Em regra, defender a ordem interna em situações de **normalidade institucional** compete aos órgãos de segurança pública. O artigo 144 da CF preceitua que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio da polícia federal, da polícia rodoviária federal, das polícias civis e das polícias militares e dos corpos de bombeiros (BRASIL, 2007a).

Desta feita, a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio é exercida pelos órgãos de segurança pública. Contudo, em situações excepcionais de grave ofensa à ordem vigente e de ineficiência destes órgãos, admite-se a atuação das FA na ordem interna, mesmo em situações de normalidade institucional.

Tal hipótese é regulamentada pelo artigo 142 da Constituição Federal, por meio de determinação expressa e legal do Presidente da República, e baseada na Lei

Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (LC 97/99), que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Essa Lei foi alterada pela LC nº 136, de 25 de agosto de 2010 (LC 136/10), para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa (BRASIL, 2010b).

A LC 97/99, em seu artigo 15, parágrafo 1º, dispõe que compete ao Presidente da República a decisão de emprego das Forças Armadas, por sua iniciativa ou em atendimento a pedido manifestado por qualquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, no âmbito de suas respectivas áreas (BRASIL, 1999).

O parágrafo 2º, do artigo 15, da LC 97/99, por sua vez, determina que a atuação das FA, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no artigo 144 da CF (órgãos de segurança pública).

Já a defesa da ordem interna, em situações de **anormalidade institucional**, prescinde de medidas excepcionais para restauração da ordem: são as chamadas salvaguardas constitucionais, que compreendem a Intervenção Federal, o Estado de Defesa e o Estado de Sítio.

Nesse caso, o emprego das FA estará previsto nos decretos presidenciais correspondentes.

De forma a melhor compreender essas medidas excepcionais, torna-se necessário explicitá-las:

a) Intervenção Federal:

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I - **manter a integridade nacional**;

II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III - **pôr termo a grave comprometimento da ordem pública**;

IV - **garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação**;

V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

- a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
- b) direitos da pessoa humana;
- c) autonomia municipal;
- d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
- e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) (BRASIL, 2007a).

b) Estado de Defesa:

Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente **restabelecer**, em locais restritos e determinados, **a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional** ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

§ 1º - O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

I - restrições aos direitos de:

- a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;
- b) sigilo de correspondência;
- c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;

II - ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

§ 2º - O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

§ 3º - Na vigência do estado de defesa:

I - a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial;

II - a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação;

III - a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;

IV - é vedada a incomunicabilidade do preso.

§ 4º - Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

§ 5º - Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias.

§ 6º - O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

§ 7º - Rejeitado o decreto, cessa imediatamente o estado de defesa. (BRASIL, 2007a).

c) Estado de Sítio:

Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:

I - **comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;**

II - declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

Parágrafo único. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

Art. 138. O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.

§ 1º - O estado de sítio, no caso do art. 137, I, não poderá ser decretado por mais de trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior; no do inciso II, poderá ser decretado por todo o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira.

§ 2º - Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

§ 3º - O Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas.

Art. 139. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas:

I - obrigação de permanência em localidade determinada;

II - detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;

III - restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei;

IV - suspensão da liberdade de reunião;

V - busca e apreensão em domicílio;

VI - intervenção nas empresas de serviços públicos;

VII - requisição de bens.

Parágrafo único. Não se inclui nas restrições do inciso III a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, desde que liberada pela respectiva Mesa (BRASIL, 2007a).

Diante do exposto, conclui-se que a atuação das FA nos casos de distúrbios e tensões internas e no caso de conflitos armados não internacionais, hipóteses abarcadas pelos conflitos assimétricos, encontra respaldo legal em nosso ordenamento jurídico. Tal atuação, entretanto, será subordinada às normas legais, concretizando-se por meio das ações de garantia da lei e da ordem, regulamentadas pelo artigo 142 da CF, pelo artigo 15 da LC 97/99 e pelo decreto que estabelecer as situações de emergência que autorizam a utilização das salvaguardas constitucionais.

8 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

8.1 GENERALIDADES

O paradigma de pesquisa adotado no presente trabalho científico foi o qualitativo. Segundo Costa e Costa (2001, p. 39):

Uma pesquisa pode ter abordagem qualitativa e/ou quantitativa. A qualitativa se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada. Ela trabalha com o subjetivo dos sujeitos (crenças, valores, atitudes, etc.). Esta abordagem também pode trabalhar com dados, porém, o tratamento não deve envolver estatística avançada. A abordagem quantitativa é aquela que tem como suporte medidas e cálculos mensurativos. A abordagem qualitativa busca a compreensão e a quantitativa a explicação.

Muitos autores asseveram que o ideal é a construção de uma metodologia que consiga agrupar aspectos das perspectivas qualitativa (interpretação) e quantitativa (positivista racional). Assim, Demo (1995, p. 231) afirma que “embora metodologias alternativas facilmente se unilateralizem na qualidade política, destruindo-a em consequência, é importante lembrar que uma não é maior, nem melhor que a outra. Ambas são da mesma importância metodológica”.

Dessa forma, os resultados a serem apresentados foram divididos em duas partes. A primeira, com uma abordagem quantitativa, de cunho estatístico. A segunda, com uma abordagem qualitativa.

Conforma já citado no Capítulo 1, o universo investigado na primeira parte, por meio da ferramenta de pesquisa questionário, foi composto da seguinte forma: militares das FA, civis, acadêmicos que estudam ou trabalham com o tema em tela no MD; militares do EB que estudam ou trabalham com o tema em tela no COTER; militares do EB que estudam ou trabalham com o tema no EME; militares do EB que estudam ou trabalham com o tema em tela na ESG; militares de Nações Amigas, particularmente dos EUA, que se encontram na função de instrutor ou que estejam realizando o CCEM na ECEME; militares do EB que participam ou participaram de Op na Amazônia; militares do EB possuidores do COS, que estejam servindo ou que tenham servido na região amazônica; e militares integrantes dos G Cmdo, GU e COp do CMA.

Essa amostra foi intencional, participando dela militares que tinham condições de emitir parecer sobre os principais objetos do presente trabalho científico, quais

sejam: Amazônia brasileira, operações de amplo espectro e conflitos assimétricos, principalmente.

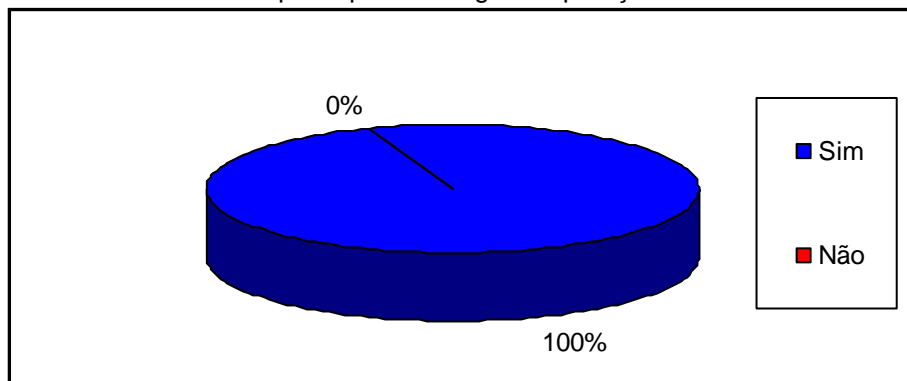
Na segunda parte, a amostra foi de cunho intencional não probabilístico, com a realização de um questionário direcionado a profissionais de diferentes áreas de atuação no Estado brasileiro – militares, acadêmicos, estudiosos, especialistas do assunto – ligados ao debate e ao estudo de questões referentes aos conflitos modernos, especialmente aqueles vinculados às estratégias correntes de projeção do Brasil no concerto das nações, à proteção da Amazônia brasileira e à aplicação de novas formas de combate face às incertezas decorrentes dos conflitos de 4ª geração.

8.2 PRIMEIRA PARTE DOS RESULTADOS

8.2.1 **Militares possuidores do Curso de Operações na Selva, que estejam servindo, que tenham servido ou que tenham participado de alguma operação no CMA**

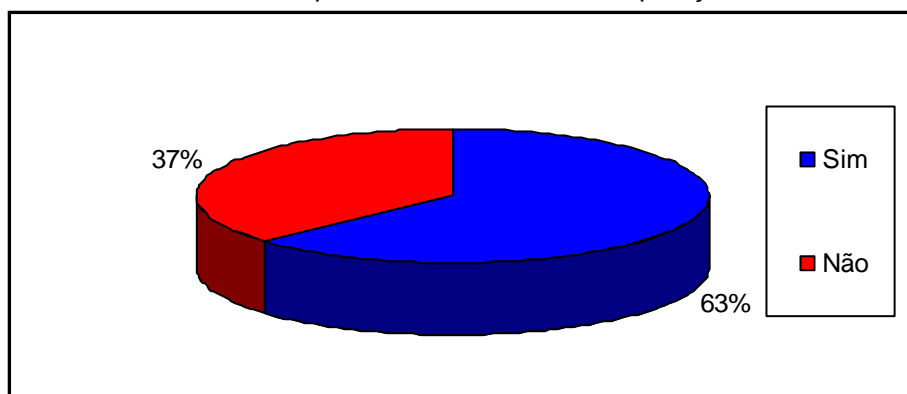
O questionário do Apêndice A, composto por perguntas fechadas e apenas uma com possibilidade de resposta aberta, foi aplicado em um universo de 114 (cento e quatorze) militares possuidores do Curso de Operações na Selva, que estejam servindo, que tenham servido ou que tenham participado de alguma operação no Comando Militar da Amazônia. A amostra por meio desse público alvo foi obtida mediante a análise da **primeira pergunta** (militares que estejam servindo, que tenham servido ou que tenham participado de alguma operação no CMA) (Gráfico 2) e da **segunda pergunta** do questionário [militares possuidores do Curso de Operações na Selva, realizado no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus-AM] (Gráfico 3), onde se verificou os militares que se enquadravam nesses quesitos.

Gráfico 2 - Militares que estejam servindo, que tenham servido ou que tenham participado de alguma operação no CMA



Fonte: o Autor

Gráfico 3 - Militares possuidores do Curso de Operações na Selva

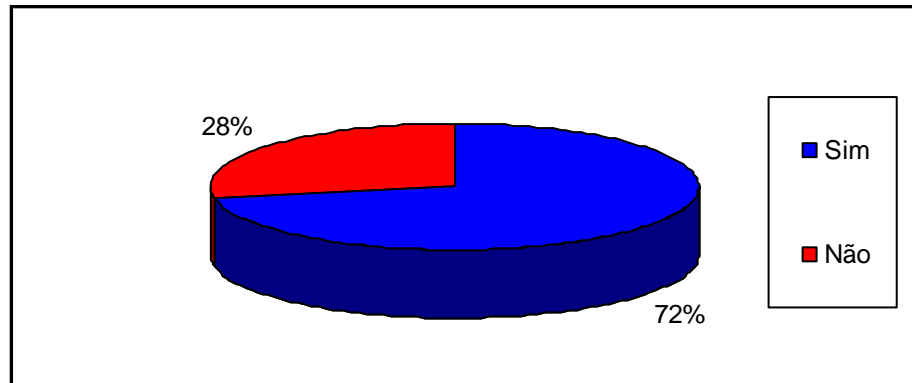


Fonte: o Autor

De acordo com os dois primeiros gráficos apresentados, pode-se constatar que 100% dos entrevistados estão servindo, já serviram ou já participaram de alguma operação no CMA, sendo que desses, 63% são possuidores do COS. A verificação de que a maioria dos entrevistados possui experiência e/ou especialização no ambiente de selva, com certeza contribui para a validade deste trabalho científico.

A **terceira pergunta** do questionário (Apêndice A), por sua vez, procurou levantar, dentre a amostra selecionada, os militares que já cursaram ou estão cursando algum dos Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM) da ECEME (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Militares que já cursaram ou estejam cursando algum dos Cursos de Altos Estudos Militares da ECEME

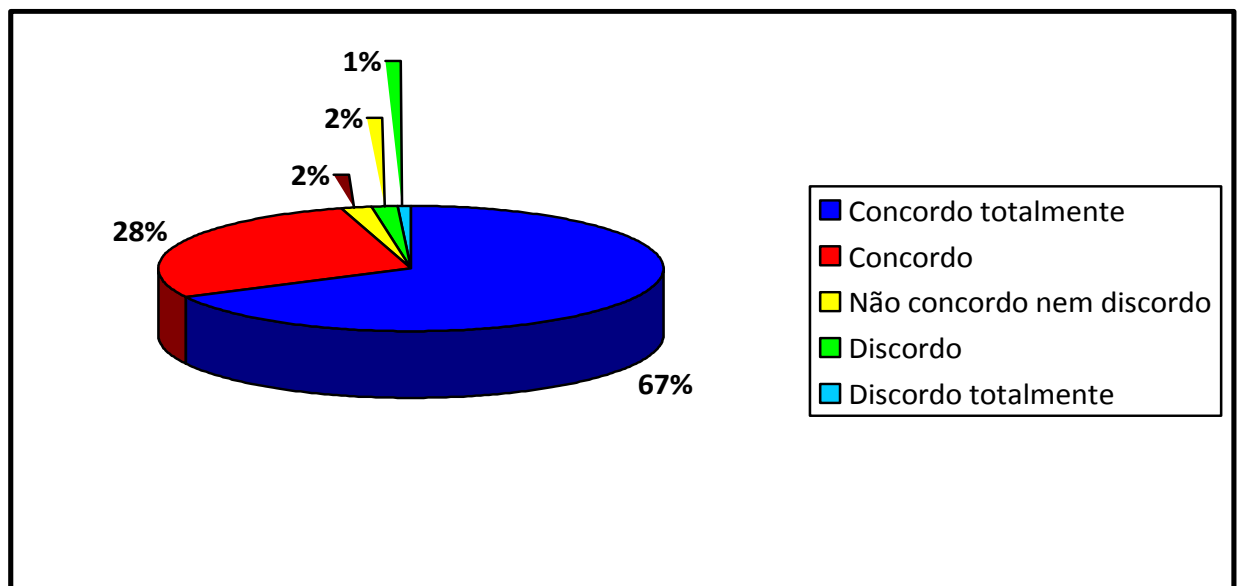


Fonte: o Autor

O índice de 72% dos militares com algum dos CAEM acrescenta maior maturidade profissional, maior fidedignidade e maior importância à pesquisa, tendo em vista o elevado nível e capacidade de assessoramento do oficial do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) do EB.

A **quarta pergunta** do questionário (Apêndice A) indaga se, na opinião dos militares, a propagação de conflitos assimétricos originários de questões indígenas, de movimentos de luta pela terra, do crime organizado (narcotráfico/narcoguerrilha), da questão dos quilombolas, da questão dos garimpos, dentre outros, apoiados ou não por atores internacionais, seria uma possibilidade real na Amazônia brasileira (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Propagação de conflitos assimétricos na Amazônia brasileira

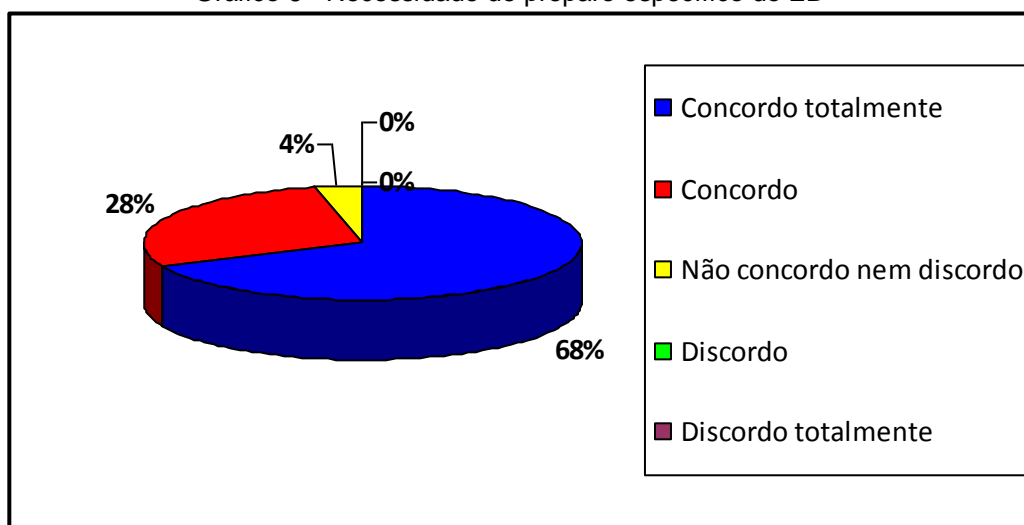


Fonte: o Autor

A análise do Gráfico 5 demonstra que a maior parte dos informantes (67%) concorda totalmente com a indagação. Conclui-se, assim, que a propagação de conflitos assimétricos na região amazônica – originários do que se convencionou chamar de “novas ameaças”, bem como de movimentos sociais e outros MOPCOC – é uma realidade e, portanto, deve ser inibida desde os dias atuais, a fim de evitar danos irreversíveis no futuro. Para tanto, o EB deve adquirir o conhecimento, doutrina e preparo adequados para fazer face a essas questões. Como apresentado no referencial teórico do presente trabalho, somente com ações conjuntas e com o comprometimento de todas as partes envolvidas – FA, OSP, Estado, população etc – será possível atingir a sinergia necessária para enfrentar esse problema com eficácia.

A **quinta indagação** do questionário (Apêndice A) refere-se à necessidade ou não de preparo específico do EB a fim de se contrapor a ameaças julgadas de caráter assimétrico (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Necessidade de preparo específico do EB



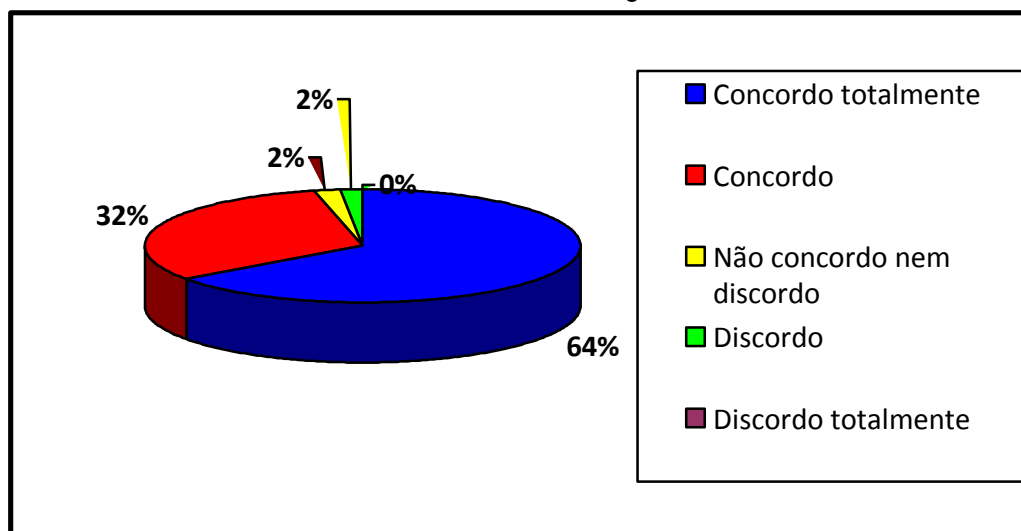
Fonte: o Autor

Visualizando o Gráfico 6, pode-se verificar que a maioria dos indagados (68%) concorda totalmente que o EB precisa obter preparo específico para conflitos de caráter assimétrico. Esse aspecto é um verdadeiro sinal de alerta para que sejam estudadas formas de inserir assuntos relativos ao combate assimétrico e G4G nos currículos das Escolas das FA, bem como nos Programas Padrão (PP) das Organizações Militares (OM) das três FS. Pode-se ir além e buscar um “preparo interagências”, a fim de reunir todas as partes envolvidas e destinadas à

manutenção da ordem e da soberania na Amazônia brasileira. Como foi apresentado no trabalho científico, as experiências de outros países nessa questão é de fundamental importância para se obter um ponto de partida e aprender com os erros e acertos dessas nações.

O **sexto questionamento** (Apêndice A) da pesquisa versa sobre a relação entre a evolução de movimentos sociais, crime organizados ou outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região amazônica e à Segurança Nacional com a ausência do Estado Brasileiro em determinadas áreas daquela região (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Relação entre a evolução de atores nocivos à estabilidade com a ausência do Estado brasileiro na região amazônica

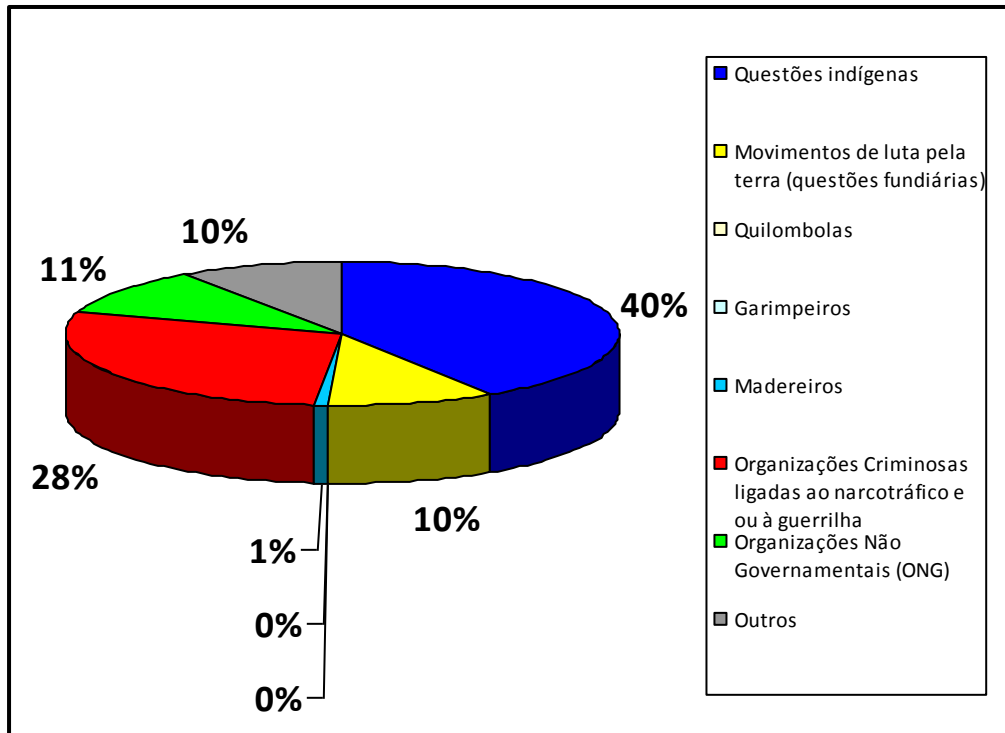


Fonte: o Autor

Analisando-se o Gráfico 7 é possível constatar, mais uma vez, que a maioria dos informantes (64%) concorda totalmente que a evolução de questões e atores nocivos à estabilidade e à Segurança Nacional é fruto, em grande parte, da ausência do Estado brasileiro em determinadas áreas da região amazônica. Sendo assim, foi confirmada uma das hipóteses apresentadas no primeiro capítulo do presente trabalho de pesquisa. Como também foi exaustivamente colocado no referencial teórico, o Estado é quem deve tomar a iniciativa das ações, respondendo aos anseios, às necessidades e às questões de segurança, de defesa, de integração e de desenvolvimento da Amazônia brasileira.

A **sétima pergunta** do questionário (Apêndice A) procura verificar qual seria a principal origem de um conflito assimétrico em território amazônico (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Origem de um conflito assimétrico em território amazônico



Fonte: o Autor

A resposta à sétima indagação foi bem variada, até pelo fato de aceitar outra solução que não as apresentadas; todavia, as duas situações que mais se destacaram como provável origem de conflitos foram as “questões indígenas” (40%) e as “organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e/ou à narcoguerrilha” (28%). Como a pergunta permitiu também uma resposta “aberta” e onze militares se utilizaram dela, faz-se necessário apresentar as principais respostas relacionadas às prováveis origens de conflito:

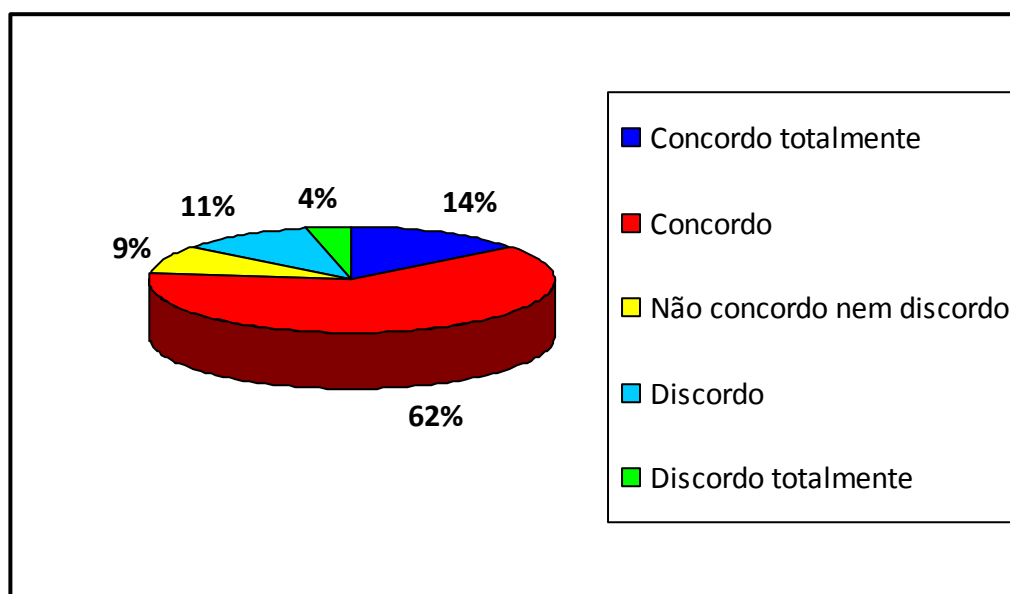
- biodiversidade e preservação ambiental (questões ambientais);
- dependeria da região na Amazônia a ser analisada. Por exemplo, no Amapá seriam as questões indígenas e garimpeiros; já no Pará, o foco maior seria de garimpeiros; no Amazonas, problemas com narcotráfico etc;
- intenção de impor limites ao crescimento político e econômico do Brasil;
- questões indígenas, apoiadas por ONG internacionais e amparadas pela resolução da ONU quanto à possibilidade de "autodeterminação dos povos";
- controle dos recursos naturais (água, por exemplo);

- recursos minerais; e
- junção de dois ou mais itens levantados na pergunta.

De maneira geral, em função das informações acima apresentadas, observa-se que a totalidade foi trabalhada direta ou indiretamente no referencial teórico da presente pesquisa científica, sempre levantando a necessidade de minimizar esses problemas e construir mecanismos – como as operações de amplo espectro – para se contrapor a eles, no caso de uma escalada da crise.

A **oitava indagação** (Apêndice A) diz respeito ao aproveitamento ou não por parte do EB das experiências adquiridas pelo Exército dos EUA em conflitos assimétricos, permitindo o desenvolvimento de uma doutrina própria no caso de ser deflagrado um conflito dessa natureza na Amazônia brasileira (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Aproveitamento das experiências adquiridas pelo Exército dos EUA em conflitos assimétricos



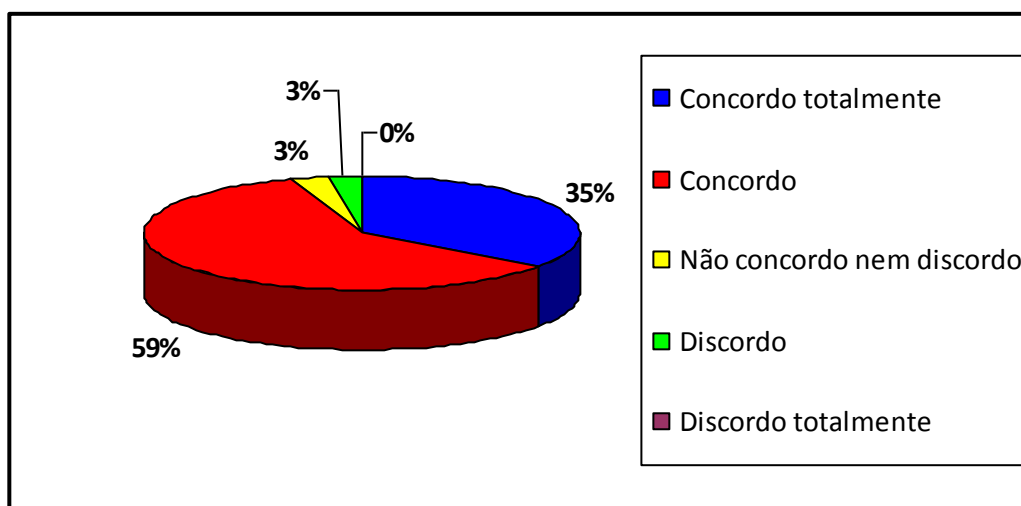
Fonte: o Autor

Da análise do Gráfico 9, depreende-se que a esmagadora maioria dos indagados (62%) concorda que o EB pode aproveitar a experiência norte-americana em conflitos assimétricos, a fim de desenvolver uma doutrina autóctone. Como amplamente discutido no presente trabalho, isso não significa dizer que se deva ficar preso a doutrinas estrangeiras; todavia, a simples constatação de que há necessidade de se pensar em conflitos assimétricos e de se aproximar de soluções

viáveis para se contrapor a eles já é um grande passo para o pensamento nacional em relação ao assunto, preservando a nação de futuros derramamentos de sangue.

A **pergunta nove** do questionário (Apêndice A) trata da mesma questão de aproveitamento de experiência, por parte do EB, só que dessa vez em relação ao Exército colombiano contra as FARC (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Aproveitamento das experiências adquiridas pelo Exército colombiano em conflitos assimétricos

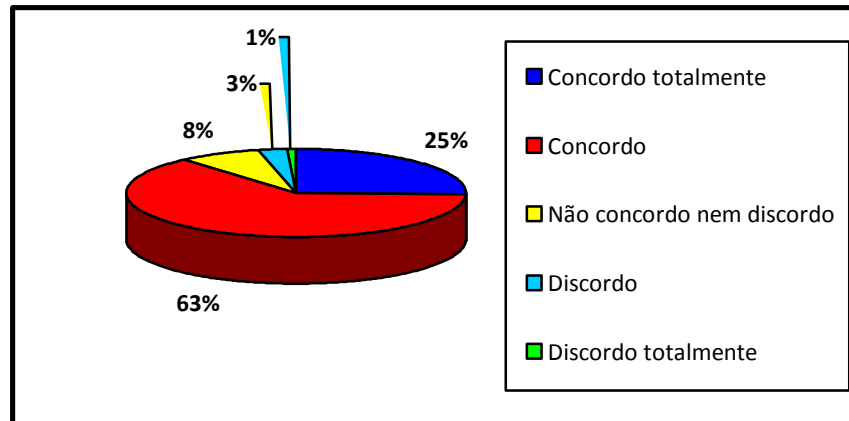


Fonte: o Autor

De forma bastante similar, a maioria dos informantes (59%) concorda que o Exército colombiano tem ensinamentos a transmitir ao EB, após quase meio século de combate contra as FARC. Além disso, o terreno onde se dão os embates – majoritariamente de selva – pode trazer grandes contribuições para a doutrina brasileira em função da similaridade com a Amazônia brasileira. Logicamente que a guerra contra as FARC possui as suas idiossincrasias, mas a hipótese de que a narcoguerrilha está ganhando força e conquistando terreno – inclusive o humano – é uma realidade, particularmente nas fronteiras do Norte do Brasil.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a **décima indagação** (Apêndice A) refere ao aproveitamento da experiência, por parte do EB, da luta peruana contra a organização revolucionária *Sendero Luminoso* (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Aproveitamento das experiências adquiridas pelo Exército peruano em conflitos assimétricos

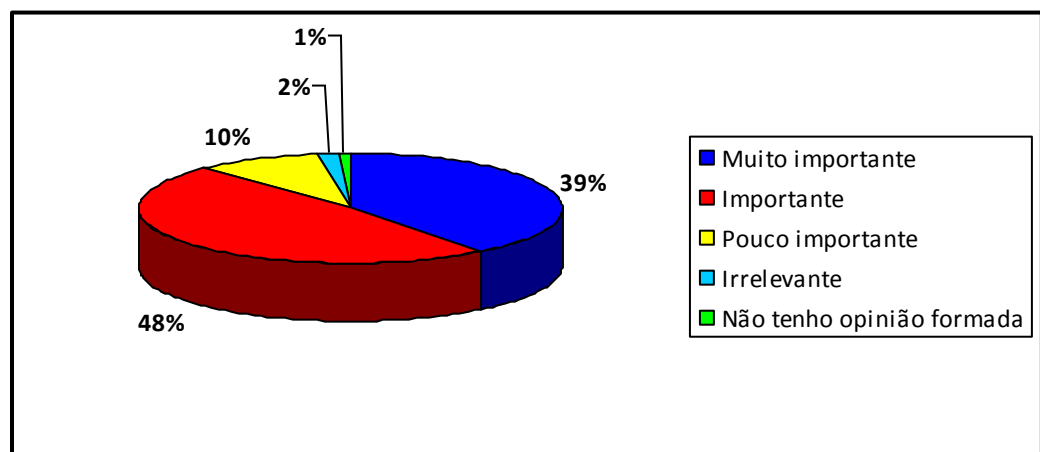


Fonte: o Autor

De maneira análoga, 63% dos informantes concordam que as experiências peruanas devem ser aproveitadas. É fato que o *Sendero Luminoso* perdeu envergadura de combate alguns anos atrás; contudo, a associação da organização ao narcotráfico fez renascer a luta, agora com outros interesses, contra as FA peruanas. Os ensinamentos decorrentes desses embates podem ser de fundamental importância para o desenvolvimento e implantação da doutrina brasileira. De igual forma, o terreno é um fator que aproxima a realidade peruana da realidade brasileira na região amazônica.

A **pergunta onze** do questionário (Apêndice A) indaga se a aplicação da doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas da região amazônica atingidas pela deflagração de um conflito assimétrico (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Aplicação da doutrina de operações de amplo espectro na conquista do apoio da população

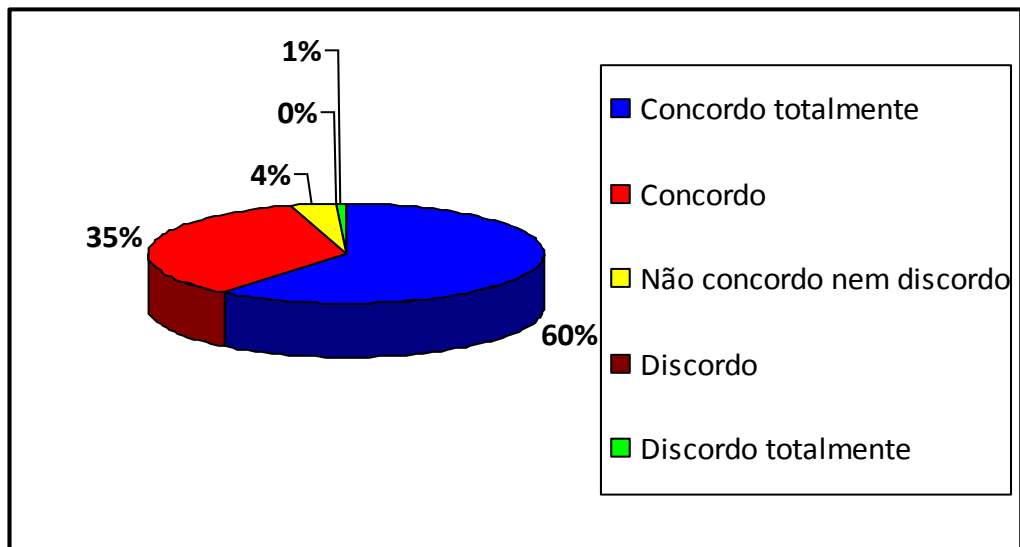


Fonte: o Autor

Ao se analisar o Gráfico 12 constata-se que 48% dos informantes, ou seja, a maioria, concorda que as operações de amplo espectro permite o apoio à população amazônica atingida pela deflagração de um conflito assimétrico. Como amplamente colocado ao longo do presente trabalho, as operações de amplo espectro e o apoio à população andam juntos, lembrando que essas operações têm a capacidade de mitigar os efeitos colaterais das ações de combate. Devendo abarcar uma gama variada de atividades, as operações de amplo espectro não podem prescindir de conquistar aquele que pode ser considerado o centro de gravidade de um conflito dessa intensidade e natureza: a população. Caso contrário, todas as demais ações poderão estar fadadas ao insucesso.

A **pergunta doze** (Apêndice A) procura verificar a importância atribuída pelos indagados ao desenvolvimento, por parte do EB, da doutrina das operações de amplo espectro para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Grau de importância atribuído ao desenvolvimento da doutrina das operações de amplo espectro pelo EB



Fonte: o Autor

Sendo este o tema central da presente pesquisa científica e tendo **a grande maioria dos informantes** (60%) respondido que considera muito importante o desenvolvimento da doutrina das operações de amplo espectro por parte do EB, é correto supor que o presente trabalho é dotado de grande validade e pertinência. De outro lado, pode-se concluir que não somente o EB, mas as FA como um todo, por

intermédio do MD, devem trabalhar no sentido de introduzir os conceitos decorrentes dessa temática nas três Forças.

Da análise das respostas às indagações do primeiro questionário, pode-se concluir parcialmente que os conceitos atinentes aos conflitos assimétricos são compreendidos pelos militares do EB, e estes acreditam que as ameaças são latentes na Amazônia brasileira, necessitando de uma doutrina apropriada para se contrapor a elas. Nesse contexto, surgem as operações de amplo espectro, não como solução, mas como uma ferramenta importante e que deve ser aproveitada.

8.2.2 Ministério da Defesa, Escola Superior de Guerra, Estado-Maior do Exército e Comando de Operações Terrestres

O questionário do Apêndice B, composto por perguntas fechadas e apenas uma com possibilidade de resposta aberta, além de ter um espaço para informações adicionais, foi enviado para o MD, para a ESG, para o EME e para o COTER.

Nem o MD nem as demais OM apresentaram a sua opinião oficial. Todos os questionários foram respondidos por oficial(is) superior(es) que serve(em) nesse(s) respectivo(s) órgão(s), apresentando, portanto, a opinião particular de cada um. Todavia, há que se considerar que esse(s) mesmo(s) militar(es) atua(m) diariamente no ambiente de onde foram solicitadas a posição oficial; portanto, as respostas não podem ser desprezadas, muito menos descartadas. A fim de preservar o sigilo das opiniões transmitidas, o nome dos informantes não será revelado.

No caso do COTER, 4 (quatro) oficiais superiores responderam aos questionamentos.

Em relação ao EME, apenas 1 (um) oficial superior respondeu ao questionário, porém de forma descritiva, não sendo possível quantificar a sua opinião. Todavia, ela foi de fundamental para subsidiar a colocação de vários aspectos ao longo do trabalho de pesquisa.

A consolidação das respostas apresentadas encontra-se no Quadro 4.

Quadro 4 - Respostas às pesquisas de campo do MD, da ESG e do COTER

Perguntas \ OM	MD	ESG	COTER
Pergunta a	(1)	Concordo	- Concorda totalmente: 1 - Concordam: 2 - Discorda: 1
Pergunta b	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	- Concordam totalmente: 2 - Concordam: 2
Pergunta c	Concordo parcialmente	Concordo	- Concordam totalmente: 2 - Concordam: 2
Pergunta d	Questões indígenas	(2)	- Org Crim ligadas ao narcotráfico e/ou à narcoguerrilha: 1 - ONG: 1 - Outro: 1 (3)
Pergunta e	Concordo	Concordo	- Concordam: 2 - Não concordo nem discordo: 1 - Discordo: 1
Pergunta f	Concordo	Concordo	- Concordam totalmente: 2 - Concordo: 1 - Discordo: 1
Pergunta g	Concordo	Concordo	- Concordam totalmente: 2 - Concordo: 1 - Discordo: 1
Pergunta h	Concordo	Concordo totalmente	- Concordo: 1 - Não concordo nem discordo: 1 - Discordam: 2
Pergunta i	Importante	Muito importante	- Muito importante: 2 - Importante: 1 - Irrelevante: 1

Fonte: o Autor

Os indagados acrescentaram ao questionário as informações abaixo (de acordo com a legenda do Quadro 4):

(1) o Oficial optou por uma resposta não existente dentre as opções: “concordo parcialmente”;

(2) segundo o Oficial, a tendência atual é de que os conflitos tenham cada vez mais um alinhamento com a Carta da ONU, respeitando os preceitos do DICA. O

apelo humanitário é trabalhado para legitimar o uso da força, mas na verdade, são manipulados de forma a acatar tais condições. As operações de amplo espectro se constituem numa ferramenta atual que busca minimizar o atrito de um conflito, obtendo o mesmo resultado com menos baixas, evitando maiores perdas e complicações jurídicas pós-conflitos; e

(3) todos as proposições apresentadas poderiam, dependendo da época e do contexto, originar um conflito, se bem explorada por atores internacionais.

8.2.3 8ª RM/8ª DE, COp/CMA e brigadas de infantaria de selva

O questionário do Apêndice C, composto por perguntas fechadas e apenas uma com possibilidade de resposta aberta, além de um espaço para informações adicionais, foi enviado para o Comando (Cmdo) da 8ª Região Militar/8ª Divisão de Exército (8ª RM/8ª DE), para o COp/CMA e para os Cmdo Bda Inf SI (1ª, 2ª, 16ª, 17ª e 23ª Bda Inf SI).

Dessas OM, responderam ao questionário o COp/CMA (3 oficiais), a 1ª Bda Inf SI e a 2ª Bda Inf SI.

A consolidação das respostas apresentadas encontra-se no Quadro 5.

Quadro 5 - Respostas às pesquisas de campo do COp/CMA, da 1ª Bda Inf SI e da 2ª Bda Inf SI

Perguntas \ OM	COp/CMA	1ª Bda Inf SI	2ª Bda Inf SI
Pergunta a	- Sim - Sim - Sim	Sim	Sim
Pergunta b	- - -	-	- (8)
Pergunta c	- Concordo - Concordo - Concordo	Concordo (3)	Concordo totalmente
Pergunta d	- Concordo - Concordo totalmente - Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
Pergunta e	- Concordo totalmente - Concordo - Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente

(Continua)

(Continuação)

Quadro 5 - Respostas às pesquisas de campo do COP/CMA, da 1ª Bda Inf SI e da 2ª Bda Inf SI

Perguntas	OM	COp/CMA	1ª Bda Inf SI	2ª Bda Inf SI
Pergunta f		- Questões indígenas - Outros: proteção do meio ambiente - Org Crim ligadas ao narcotráfico e/ou à narcoguerrilha	Outro: questão indígena associada às ONG	ONG
Pergunta g		- Discordo - Concordo - Concordo	Concordo totalmente (4)	Concordo
Pergunta h		- Concordo totalmente - Concordo - Concordo totalmente	Concordo totalmente (5)	Concordo
Pergunta i		- Concordo totalmente - Concordo - Concordo totalmente	Concordo totalmente (6)	Concordo
Pergunta j		- Concordo - Concordo - Concordo totalmente	Concordo totalmente (7)	Não concordo nem discordo
Pergunta k		- Importante - Muito importante - Muito importante	Muito importante	Muito importante

Fonte: o Autor

Os indagados acrescentaram ao questionário as informações abaixo (de acordo com a legenda do Quadro 5):

(1) existe doutrina sobre o assunto, entretanto ainda há dificuldades financeiras para custear a realização de exercícios de grande vulto para testá-la. Enfrenta-se também resistência política de realizar operações conjuntas sobre a doutrina da guerra assimétrica;

(2) a primeira Op de Amplo Espectro em ambiente amazônico (brasileiro) já está em decurso. Os conhecimentos de inteligência e a conquista do apoio da população são os principais objetivos das operações Curare/Escudo, que são operações de intensificação da presença do EB na faixa de fronteira, por meio da atitude do soldado quando em contato com os diversos Pub A. O fundamento principal é o de que o nosso soldado é o “*outdoor ambulante*” do EB, capaz de aumentar/diminuir a credibilidade da Instituição a qualquer momento ao cumprir/descumprir as regras de engajamento, normas de comportamento ou as diretrizes para o emprego da tropa;

(3) em um “cenário prospectivo pessimista”, apenas se visualiza a questão indígena [apoiada por Agências Não Governamentais (ANG) internacionais] como possibilidade de induzir o País a um conflito assimétrico com uma potência militar. Nesse sentido, apenas a questão Yanomami teria tal apelo, mas nada que o Estado brasileiro não pudesse resolver com ações multisetoriais no âmbito interno em tempo de paz;

(4) pelo constante desenvolvimento de doutrina, do equipamento e do RH, normalmente colocados em prática em operações reais, merecem atenção;

(5) o Cmb às FARC tem permitido à Colômbia o aperfeiçoamento da guerra na selva (adestramento da tropa e conhecimento do Ambi Op);

(6) em menor proporção que a Colômbia, mas também não pode ser desprezado;

(7) isto já é feito na SASI -1. O “Braço Forte/Mão Amiga” é executado ao longo do ano por meio dos Reconhecimentos de Fronteira (atuação dos PEF), Op Curare [Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS), reforçadas pelo 4º Batalhão de Aviação do Exército (4º BAvEx) e, eventualmente, nas Op Ágata, do MD]; além do emprego em desastres naturais, comuns em RR. Desde que “sistematizado” e intensificado poderia ganhar esta “nova roupagem”; e

(8) no caso em estudo, o mais importante serão as Operações de Informações e o envolvimento do Estado brasileiro nessa problemática.

8.2.4 Centro de Instrução de Guerra na Selva

O questionário do Apêndice D, composto por perguntas fechadas e apenas uma com possibilidade de resposta aberta, além de um espaço para informações adicionais, foi enviado para o CIGS; entretanto, até o presente momento não foi obtida resposta.

8.2.5 Oficiais dos Estados Unidos da América que estejam cursando a ECEME ou que se encontram na função de instrutor

O questionário do Apêndice E, composto por perguntas fechadas e apenas uma com possibilidade de resposta aberta, além de um espaço para informações adicionais, foi entregue a 2 (dois) Oficiais norte-americanos que estão cursando o 1º

ano do CCEM/ECEME – sendo que apenas um respondeu – e ao Oficial estadunidense que se encontra atualmente na função de instrutor da Escola.

Quadro 6 - Respostas às pesquisas de campo dos Oficiais norte-americanos

Perguntas \ OM	Of EUA 01	Of EUA 02
Pergunta a	Sim	Sim
Pergunta b	Sim, no Afeganistão	Sim, no Iraque e no Afeganistão
Pergunta c	Não	Sim
Pergunta d	Sim, no Afeganistão	Sim, no Afeganistão
Pergunta e	Concordo	Concordo
Pergunta f	Sim, Manaus	Não
Pergunta g	Concordo	Discordo
Pergunta h	Concordo totalmente	Concordo
Pergunta i	Concordo	Concordo
Pergunta j	Importante	Importante

Fonte: o Autor

Um dos oficiais apresentou a seguinte informação adicional: “treinar em operações de amplo espectro é essencial por um grande número de razões. Eu assumo que muitas Unidades na Amazônia encontram-se um pouco isoladas. Essas Unidades devem travar contato com a população local diariamente. Unidades que estão em melhores condições de receber esse apoio da população local terão, indubitavelmente, mais sucesso do que Unidades que insistem em se manter isoladas ou que perdem o apoio dessa população. Treinar em Operações de Amplo Espectro deve ajudar os comandantes a perceber que todas as suas ações têm consequências que podem ser positivas ou negativas para diferentes grupos da população local”.

O outro oficial dos EUA acrescentou a seguinte informação: “tenho pouco conhecimento da Amazônia, mas acredito que lá existam poucas pessoas por km². Por esse motivo, eu acho que algumas das lições do Iraque e do Afeganistão possam ser de difícil aplicação no caso da Amazônia. O Iraque é completamente urbano e quase todo o combate acontecia em centros urbanos. O Afeganistão é mais ou menos a mesma coisa, só que com centros urbanos menores, dominados

pelas montanhas. Eu acredito que algumas das lições do Vietnã sejam melhor aplicáveis devido à semelhança do terreno, especialmente as operações ribeirinhas. Acredito ainda que a abordagem norte-americana em relação à população melhorou nos conflitos atuais, mas não quer dizer que o Vietnã não estava indo bem à época. Os relatórios dos *Vietcongs* que eu li diziam que eles estavam quase sendo derrotados quando os EUA decidiu sair da guerra”.

Da análise das informações transmitidas pelos oficiais norte-americanos, depreende-se que o conceito de operações de amplo espectro pode ser aproveitado pelas FA brasileiras, porém com as necessárias adaptações. Ressalta-se, ainda, que os ensinamentos colhidos na Guerra do Vietnã podem ser de grande valia para o cenário amazônico, no contexto de um conflito assimétrico.

8.3 SEGUNDA PARTE DOS RESULTADOS

Com o intuito de permitir maior aprofundamento no tema trabalhado na presente pesquisa científica, além de se obter informações atuais, variadas e de maior complexidade, foram enviados questionários a alguns militares de renome e que vêm trabalhando ao longo dos anos com os principais assuntos colocados para discussão nesse trabalho, quais sejam: a Amazônia brasileira, a G4G, os conflitos assimétricos e as operações de amplo espectro.

O **Gen Ex R/1 Carlos Alberto Pinto Silva** é da Turma de 1964 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O Gen Ex Pinto Silva detém vasta experiência profissional na região amazônica: é possuidor do COS, tendo sido instrutor do CIGS; serviu no 1º BIS [atual 1º BIS (Aeromóvel)], sediado em Manaus-AM, e foi Comandante do 2º BIS, sediado em Belém-PA. Como Of Gen, foi Comandante da 17ª Bda Inf SI, sediada em Porto Velho-RO, bem como Chefe do Estado-Maior do CMA. Também foi o Comandante Militar do Sul e o Comandante de Operações Terrestres do Exército Brasileiro. O Gen Pinto Silva possui diversos artigos publicados, versando, preponderantemente, sobre a temática dos Estudos Estratégicos e da Defesa Nacional.

O questionário enviado ao Gen Ex Pinto Silva encontra-se no Apêndice F, cujo resumo das repostas será apresentado a seguir.

- O Gen Ex Pinto Silva acredita que a propagação de conflitos assimétricos originários de questões indígenas, de movimentos de luta pela terra, do crime

organizado (narcotráfico/narcoguerrilha), da questão dos quilombolas, da questão dos garimpos, dentre outros, apoiados ou não por atores internacionais, é uma possibilidade real na Amazônia brasileira.

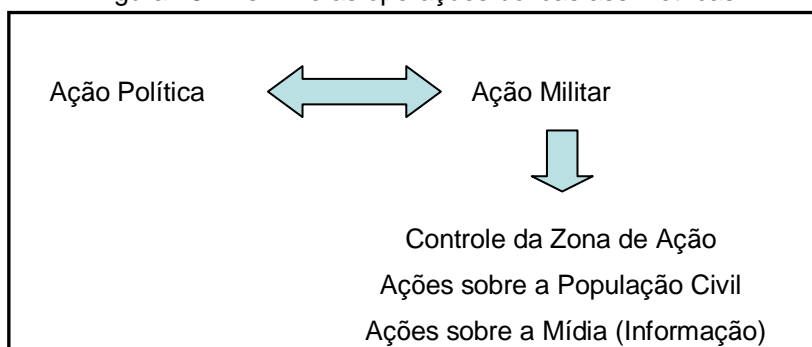
- O Gen Ex Pinto Silva acredita que há uma necessidade de preparo específico do Exército Brasileiro a fim de se contrapor a ameaças julgadas de caráter assimétrico. Coloca que **“a luta pode ser o menos importante!”**. Segundo o Gen, o término da Guerra Fria ampliou o espectro de interesses do setor de defesa dos países para além das ameaças tradicionais, fazendo com que as atenções se voltassem para as chamadas “novas ameaças” ou “ameaças assimétricas”, riscos aos quais todos eles estão submetidos, em maior ou menor grau.

- Acrescenta que existem algumas opiniões críticas a respeito dessa nova concepção, sob a alegação de que ela torna um tanto difusa a linha divisória entre a segurança pública e a defesa nacional.

- Aponta que a responsabilidade perante a nação, no caso das ameaças assimétricas, indica aos diversos setores que contribuem para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional, particularmente às Forças Armadas, a necessidade de um posicionamento proativo na antecipação dos problemas, possibilitando a obtenção de soluções que garantam a manutenção das capacidades necessárias ao cumprimento de suas missões constitucionais (Figura 18).

- Segundo o Gen Pinto Silva, o importante é que as novas ameaças são uma realidade no cenário estratégico atual, estão presentes no dia a dia do Brasil e trazem consigo riscos inegáveis. Os conflitos assimétricos são a norma e não a exceção. Para ele, **devemos considerar que as missões de combate, tal como estão concebidas atualmente, não garantem o êxito das operações em um combate assimétrico.**

Figura 18 - As FA e as operações bélicas assimétricas



Fonte: Gen Ex Pinto Silva

- Para o Gen, uma força que pretende contar com o apoio da opinião Pública e tem alto compromisso com a solução do problema, deverá manter e externar a precaução, para que suas ações contra o adversário não tenham como consequência danos colaterais indesejáveis.

- Traça alguns pontos importantes, tais como: a maneira como as forças se conduzem depois do enfrentamento (batalha) pode ser tão importante na G4G como o combate; a importância da Inteligência Cultural; e a necessidade de integrar as tropas ao máximo com a população local.

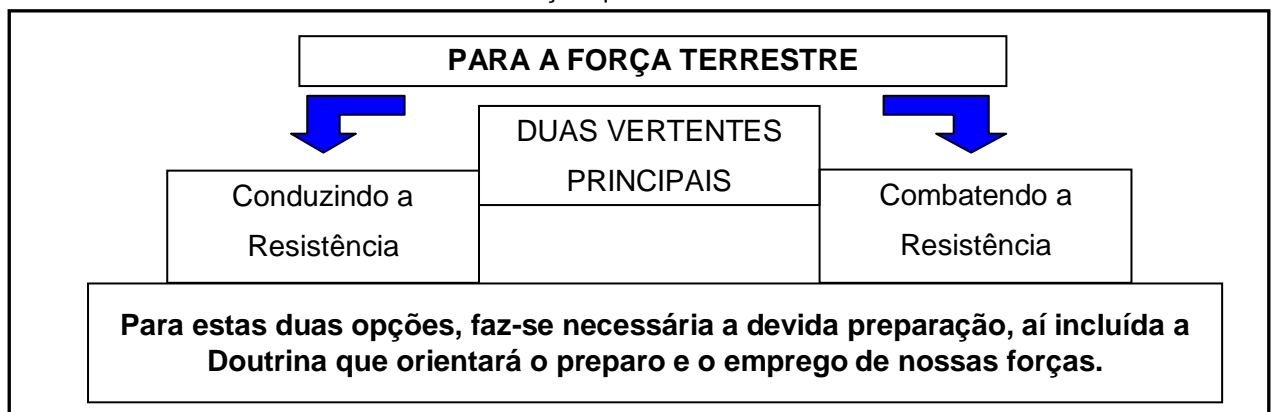
- Apresenta os seguintes **Princípios das Operações Assimétricas:**

- comando único;
- domínio da informação;
- objetivo (claro e possível e de conquistar);
- moderação;
- apoio e organização da população civil;
- adequada estrutura hierárquica;
- marco jurídico legal; e
- ação global e integrada.

- Apresenta os seguintes **pontos a ponderar nas operações assimétricas:**

- integração – cada órgão federal/estadual/municipal deve executar o que sabe fazer de melhor;
- o que caracteriza a G4G não são as grandes mudanças na maneira de combater do adversário, mas quem estará lutando e para quê; e
- a situação tornará difícil a diferenciação entre amigos e inimigos.

Figura 19 - Como redefinir a Doutrina, a Organização e os MEM das FA para fazer frente às ameaças que caracterizam a G4G?



- O Gen Ex Pinto Silva apresenta, ainda, as seguintes reflexões sobre o Emprego da Força Terrestre na Guerra Assimétrica:

- não existe inimigo em massa contra o qual a F Ter possa aplicar todo o seu poder de combate, materializando objetivos em um determinado espaço geográfico;

- o emprego do fogo em massa ou a ação contundente, rápida e profunda das formações blindadas perdem protagonismo;

- a F Ter será empregada na luta contra um inimigo que emprega o procedimento do tipo guerrilha. Contudo, contra a subversão e o terrorismo seu papel haverá de ser, em princípio, o de apoiar as ações desenvolvidas pelas Forças de Segurança Pública;

- devemos considerar a possibilidade de a F Ter, além de manter as capacidades militares clássicas, adquirir outras “mais civis” que lhes permita a adaptação à conjuntura da Guerra de Quarta Geração ou Assimétrica; e

- nesse âmbito, são observadas situações sociais e culturais complexas, em ambiente hostil, que requerem uma preparação e métodos de execução diferentes dos que tradicionalmente têm sido empregados.

- Para o Gen Pinto Silva, **cada vez mais, a tropa regular deve estar capacitada para desenvolver operações com características especiais.**

- Toda força militar competente se transforma e a transformação é essencial para o êxito militar, uma vez que a guerra, assimétrica ou não, lida com **a incerteza**. Fazer mudanças em técnicas e procedimentos para que sejam eficazes em toda a Força exige experimentação, treinamento e disseminação. Essas ações são partes da natureza adaptável do combate.

- A doutrina deve preparar as forças singulares para a tomada de uma atitude pronta para lidar eficaz e rapidamente com a incerteza. Deve possuir um conceito operacional que inclua mais do que guerra convencional.

- O Gen Pinto Silva apresenta a seguinte conclusão parcial:

1. ideias práticas para a operacionalização do preparo específico para a Guerra Assimétrica:

a. “as forças lutam como são adestradas!”;

b. fazer com que os conceitos de G4G e de conflitos assimétricos sejam perfeitamente entendidos no âmbito da F Ter, particularmente nos escalões mais elevados;

c. incrementar o estudo, o planejamento e a execução de exercícios que reproduzam situações que caracterizam os conflitos assimétricos, de maneira a desenvolver novas capacidades para atuar com maior eficácia nesses casos, quando necessário;

d. estimular o estabelecimento de organizações modulares aptas ao emprego em conflitos assimétricos;

e. fazer os acréscimos necessários no Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) e no Programa de Instrução Militar (PIM)/COTER, com o objetivo de adequar a formação e a especialização dos combatentes em face dos conflitos assimétricos;

f. valorizar o adestramento de tropas em ambiente urbano;

g. modificar a Instrução Individual de Qualificação (IIQ) do SIMEB, acrescentando instruções referentes a assuntos que atendam às necessidades do emprego de tropas em conflitos assimétricos;

h. intensificar o adestramento para esse tipo de emprego ao longo da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP);

i. adequar a fase de adestramento, introduzindo e/ou incrementando exercícios que retratem situações características dos conflitos assimétricos;

j. designar GU como núcleos de modernidade para o emprego em conflitos assimétricos, nos quais sejam intensificados o preparo em Assuntos Cíveis e a atividade de Inteligência. Essas GU devem ser dotadas de viaturas, material, armamento e equipamento especializados.

2. o Gen Ex Pinto Silva propõe ao EME o que se segue:

a. a confecção de um manual ou caderno de instrução, que estabeleça a visão doutrinária de emprego da Força em conflitos assimétricos;

b. a atualização dos manuais de Guerra Irregular, de Garantia da Lei e da Ordem e de Resistência, introduzindo nos mesmos preceitos doutrinários referentes aos conflitos assimétricos;

3. propõe ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) o que se segue:

a. o levantamento dos perfis profissiográficos para os oficiais e sargentos, em face dos conflitos de 4ª geração; e

b. o aprimoramento dos currículos dos cursos de formação, de aperfeiçoamento e pós-graduação, de acordo com esses perfis profissiográficos a levantar.

- O Gen Pinto Silva concorda que a evolução de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região amazônica e à Segurança Nacional é fruto, em grande parte, da ausência do Estado Brasileiro em determinadas áreas daquela região.

- O Gen Pinto Silva vê, na ordem de prioridade abaixo, as questões que possam ser origem de um conflito assimétrico em território amazônico:

1. questões indígenas;
2. organizações não governamentais; e
3. organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e/ou à narcoguerrilha.

- O Gen coloca que a experiência de outros exércitos é válida, mas devemos desenvolver nossa própria doutrina (outros meios, terreno, sociedade, os combates serão em nosso próprio território enfrentando brasileiros).

- Acrescenta que estudar outras guerras é sempre importante, o soldado evolui no seu preparo militar participando de guerras, realizando treinamento duro e mais próximo do real, e lendo a história de outras guerras.

- Para ele, a presença americana na Colômbia também traz ensinamentos que podem ser aproveitados.

- Ainda em relação à Colômbia, coloca que não devemos esquecer que mais de quatro décadas se passaram e o Exército colombiano não conseguiu neutralizar as FARC.

- O Gen não acredita que experiências adquiridas pelo Exército Peruano contra a organização revolucionária *Sendero Luminoso* podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo EB no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira. E justifica: “o combate travado é baseado em outro paradigma oriundo da Guerra Fria. O caráter, a fisionomia, toda a psicologia individual do combatente são inseparáveis do temperamento da raça, do clima do país e do estado da sociedade, tornando algumas vezes irrelevantes as experiências vividas”.

- Para o Gen, a aplicação da doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas da região amazônica atingidas pela deflagração de um conflito assimétrico. Segundo ele, a população deve ser o centro de gravidade e a missão principal sua proteção. Os danos colaterais devem ser evitados a todo custo.

- Na opinião do Gen Pinto Silva, o desenvolvimento, por parte do Exército Brasileiro, da doutrina das operações de amplo espectro é uma ferramenta importante para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico.

- O Gen Pinto Silva ainda acrescenta as seguintes informações:

1. Guerra Assimétrica

- O Exército deve antever os prováveis conflitos do milênio, em função dos quais serão estabelecidas e desenvolvidas as doutrinas e as tecnologias pertinentes.

- Uma das principais características da Guerra de Quarta Geração é a preponderância dos embates bélicos assimétricos.

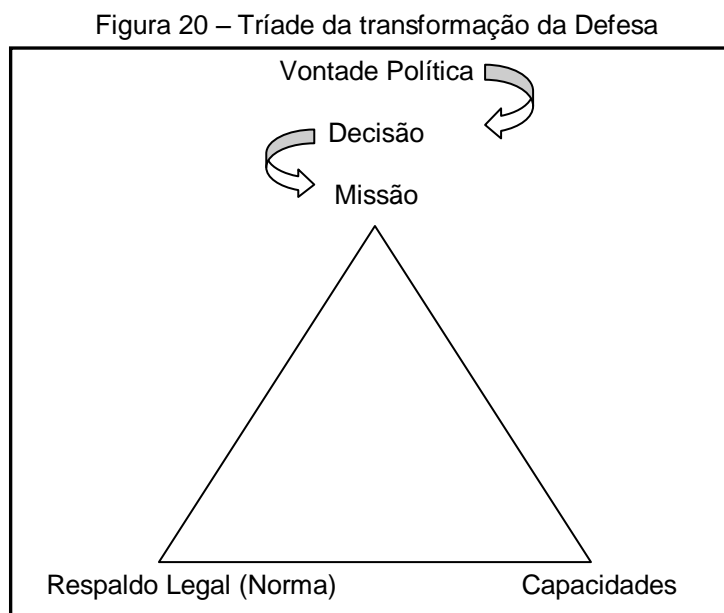
- O conflito assimétrico não é somente o embate do fraco contra o forte: é a introdução de um elemento de ruptura, tecnológico, estratégico ou tático, que muda a ideia preconcebida; é a exploração de um ponto fraco do adversário.

- Em termos operacionais, então, a assimetria (entendida como desbalanceamento) “deriva de uma força empregando novas capacidades, que o oponente não percebe, nem compreende, nem espera; capacidades que sobrepujam as do adversário ou que representam novos métodos de ataque e defesa”.

2. Transformação de defesa: necessária para capacitar a Força Terrestre para o combate moderno

- O EB está executando um projeto de transformação, reestruturação e rearticulação da F Ter. Trata-se de uma oportunidade para que seja dado um importante passo na direção da promoção de uma verdadeira “transformação” da Força, gerando impactos **em aspectos fundamentais, tais como a missão, a estrutura organizacional, as instalações, o preparo do pessoal, o emprego, as mudanças e as modernizações dos materiais e equipamentos etc.** A opção pela transformação da Defesa requer a tomada de medidas que devem envolver os mais diversos setores do Poder Nacional porque exigem um grande esforço do País como

um todo. A transformação da Defesa de um país, em linhas gerais, está embasada na tríade representada no esquema da Figura 20.



Fonte: Gen Ex Pinto Silva

- E o Gen complementa:

- A vontade política do Comandante Supremo constitui o aspecto fundamental, pois desencadeia o processo. Inspirada por um detalhado estudo de situação, no qual as ameaças e as hipóteses de emprego são definidas, leva à tomada da decisão, a qual, por sua vez, serve como orientação estratégica a ser seguida. A missão consolida os passos anteriormente descritos, estabelecendo o papel que devem desempenhar as FA. Essas fases precisam ser integradas, estando o Comandante Supremo, desde o início do processo, devidamente assessorado pelos diversos setores encarregados da Defesa Nacional. O respaldo legal constitui aspecto também muito importante, pois regulamenta a maneira como as FA devem atuar e estabelecem as regras a serem seguidas por seus integrantes no exercício do dever legal. Por outro lado, permite a participação dos demais Poderes Constitucionais nas discussões referentes ao papel das Forças Armadas na Defesa Nacional.

Assim, está claro, a destinação das Forças Armadas é uma tarefa decidida pela sociedade.

A transformação, destinada a estabelecer novos parâmetros para a atuação das FA, em face das ameaças reais e potenciais à Nação, exigirá o aperfeiçoamento

do adestramento das tropas e muitas vezes importará obtenção de novas capacidades, sem as quais não será possível cumprir as missões recebidas.

O **Gen Bda R/1 Luiz Eduardo Rocha Paiva** é da Turma de 1973 da AMAN. Foi instrutor da AMAN, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da ECEME. Atuou como Observador Militar das Nações Unidas em El Salvador e Comandou o 5º Batalhão de Infantaria Leve, sediado em Lorena-SP. Como Of Gen foi Chefe da Assessoria Especial do Gabinete do Comandante do Exército, encarregada de implantar o Programa Excelência Gerencial do Exército, comandou a ECEME e foi Secretário-Geral do Exército. Recebeu diversas condecorações nacionais e estrangeiras em 38 anos de serviço ativo. É pesquisador pela Fundação Marechal Trompowski, realizando trabalhos no Centro de Estudos Estratégicos do Exército. O Gen possui diversos artigos publicados, versando, preponderantemente, sobre a temática dos Estudos Estratégicos e da Amazônia.

O questionário enviado ao Gen Bda Rocha Paiva encontra-se no Apêndice F, cujo resumo das repostas será apresentado a seguir.

- Na visão do Gen Rocha Paiva, existe a possibilidade de propagação de conflitos assimétricos originários de questões indígenas, de movimentos de luta pela terra, do crime organizado (narcotráfico/narcoguerrilha), da questão dos quilombolas, da questão dos garimpos, dentre outros, apoiados ou não por atores internacionais, se permanecer a miopia estratégica do governo em não perceber que medidas tomadas hoje fragilizam a soberania nacional na região e comprometem a segurança nacional no futuro.

- Para o Gen, além da necessidade de preparo específico do EB para se contrapor a ameaças julgadas de caráter assimétrico, há a necessidade de empregá-lo contra um inimigo muito superior. A G4G não pode ser prioritária, mas deve ser conhecida e praticada. Isso é um fator de dissuasão. E acrescenta as seguintes recomendações:

- estudo da História Militar voltada para este tipo de guerra, sem esquecer a experiência de Gandhi na Índia;

- engajamento do EME, COTER e dos Estabelecimentos de Ensino no desenvolvimento da doutrina de G4G (combate e emprego); e

- experimentação doutrinária em exercícios de quadros e com tropa.

- Para o Gen Rocha Paiva, os problemas mais graves da Amazônia são “90%” por ausência do Estado e delegação de autoridade a ONG. Sua segurança seria fruto de um Projeto de estado de integração, desenvolvimento, ocupação, proteção, defesa e preservação racional.

- Na opinião do Gen, **a principal** origem de um conflito assimétrico em território amazônico será a cobiça estrangeira sobre seus recursos, num contexto de vulnerabilidades militares do Brasil para defender-se. Os demais motivos citados na pesquisa de campo serão pretextos e não causas. Destaca como principais ameaças, nesse contexto, as questões indígenas e as ONG.

- Segundo o Gen Rocha Paiva, as experiências adquiridas pelos EUA em conflitos assimétricos não se reduzem à Guerra do Iraque e à Guerra do Afeganistão, mas elas nos dão a ideia de novas exigências e peculiaridades. Toda a História Militar tem conhecimentos a transmitir.

- O Gen acredita que experiências adquiridas pelo Exército Colombiano contra as FARC podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo EB no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira.

- O Gen também acredita que experiências adquiridas pelo Exército Peruano contra a organização revolucionária *Sendero Luminoso* podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo EB no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira.

- Para o Gen Rocha Paiva, as questões que envolvem as populações em áreas de conflito, agências civis de governo, Organismos Internacionais e ONG são fatores importantes a serem considerados nas decisões de comando.

- Ainda na opinião do Gen Rocha Paiva, o desenvolvimento, por parte do EB, da doutrina das operações de amplo espectro é uma ferramenta importante para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico, todavia sem se descuidar do estudo de como adaptar as experiências e doutrina alienígenas ao contexto nacional, às características de nosso povo, território, FA etc, fazendo as modificações necessárias.

O Tenente-Coronel de Infantaria Alessandro Visacro é da Turma de 1991 da AMAN. Possui o Curso de Comandos e Forças Especiais. Foi Comandante da 3ª Companhia de Forças Especiais, sediada em Manaus-AM. O Tenente-Coronel Visacro possui dois livros de sucesso publicados: “Guerra Irregular: terrorismo,

guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história” e “Lawrence da Arábia”. Atualmente, o Tenente-Coronel Visacro é Oficial de Planejamento e Doutrina do Comando da Brigada de Operações Especiais.

O questionário enviado ao Tenente-Coronel Visacro encontra-se no Apêndice F, cujo resumo das repostas será apresentado a seguir.

- Na visão do Ten Cel Visacro, a propagação de conflitos assimétricos originários de questões indígenas, de movimentos de luta pela terra, do crime organizado (narcotráfico/narcoguerrilha), da questão dos quilombolas, da questão dos garimpos, dentre outros, apoiados ou não por atores internacionais, é uma possibilidade real na Amazônia brasileira.

- Para ele, há uma necessidade de preparo específico do EB a fim de se contrapor a ameaças julgadas de caráter assimétrico.

- O Ten Cel Visacro acredita que a evolução de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região amazônica e à Segurança Nacional é fruto, em grande parte, da ausência do Estado Brasileiro em determinadas áreas daquela região.

- Na opinião do Ten Cel Visacro, todos os atores abaixo podem se constituir, futuramente, na origem de um conflito assimétrico:

- questões indígenas;
- movimentos de luta pela terra (questões fundiárias);
- quilombolas;
- garimpeiros
- madeireiros;
- organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e/ou à narcoguerrilha;
- organizações não governamentais;

- Para o Ten Cel Visacro, as experiências adquiridas pelo Exército dos EUA em conflitos assimétricos, tais como no Iraque e no Afeganistão, podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo EB no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira.

- Ele acredita que experiências adquiridas pelo Exército colombiano contra as FARC podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo EB no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira.

- Acredita ainda que experiências adquiridas pelo Exército peruano contra a organização revolucionária *Sendero Luminoso* podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira.

- Para o Ten Cel Visacro, a aplicação da doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas da região amazônica atingidas pela deflagração de um conflito assimétrico.

- Acrescenta que o desenvolvimento, por parte do EB, da doutrina das operações de amplo espectro é uma ferramenta importante para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico.

O **Maj Inf José Roberto de Vasconcellos Cruz** é da Turma de 1997 da AMAN. Possui o Curso de Guerra Assimétrica, realizado de junho a setembro de 2011, na Escola de Inteligência e Contraineligência, em Bogotá, na Colômbia. Além disso, possui o COS do CIGS. Atualmente, o Major Cruz é o Comandante da Companhia de Comando do Comando Militar da Amazônia, sediada em Manaus-AM.

O questionário enviado ao Major Cruz encontra-se no Apêndice G, cujo resumo das repostas e informações será apresentado a seguir.

- Para o Maj Cruz, organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e/ou à narcoguerrilha podem se tornar a principal origem de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira.

- O Maj Cruz apresentou o conceito de Guerra Assimétrica, segundo a Escola de Inteligência e Contraineligência colombiana, que é o seguinte: “um conflito é assimétrico na medida em que os rivais apresentam estratégias e capacidades diferentes: por um lado, o conflitante mais forte buscará, em primeiro lugar, uma liderança militar apoiada em todos os meios possíveis, como afirmou Ludendoorf, e em segundo lugar, conceber a manobra em termos clauswitzianos; por outro lado, o adversário mais fraco tratará de levantar e exportar o conflito a âmbitos diferentes do militar, com o objetivo, mais do que alcançar a vitória, fazer com que a manutenção do conflito não seja rentável para o adversário” (tradução nossa).

- Segundo o Maj Cruz, a guerra assimétrica que a Colômbia está travando, aos poucos está minando a vontade de lutar das FA colombianas. Em poucas palavras, o que acontece é o que segue:

1. as FARC, após uma ação da tropa, descaracteriza o guerrilheiro morto e o coloca como camponês. Depois denuncia na Comissão Internacional dos Direitos Humanos e os militares são presos. Hoje são mais de 2000 militares presos (300 oficiais). Eles chamam este tipo de ação de "Falso Positivo." (Assimetria);
2. as FARC combatem com uniforme das FA para confundir a tropa (assimetria);
3. obrigam os camponeses a denunciarem as ações das FA, enquadrando como abuso de poder (assimetria);
4. recrutam crianças para detonarem bombas quando a tropa passar por alguma localidade, são as chamadas "milícias", totalizando hoje mais de 50.000 pessoas (assimetria);
5. no campo político há vários integrantes e/ou simpatizantes infiltrados; e
6. no judiciário, são corrompidos com o dinheiro do narcotráfico.

8.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Fazendo uma confrontação entre a pesquisa quantitativa e qualitativa, verifica-se que ambas concordaram sobre a propagação de conflitos assimétricos em território amazônico, bem como a caracterização das operações de amplo espectro como alternativa viável para se contrapor a este tipo de ameaça.

Uma operação de amplo espectro a ser desenvolvida pelas FA brasileiras contra os atores ou ameaças já citados deve levar em consideração as peculiaridades do Brasil, uma vez que o emprego de força desproporcional pelas forças brasileiras pode favorecer a intenção de agentes externos. Portanto, para o caso nacional, cabe uma doutrina muito particular que deve observar a doutrina de outros países, mas deve também ter em mente as idiosincrasias do Brasil e de suas FA.

9 CONCLUSÃO

Guerras são geradas a cada dia na mesma proporção que inovações tecnológicas e industriais são apresentadas ao mundo. As múltiplas facetas das confrontações bélicas e a forma como elas se manifestam não representam, necessariamente, uma nova era ou uma nova geração na evolução histórica do conflito armado.

Os conflitos contemporâneos são, na verdade, uma síntese de várias formas. São híbridos, voláteis, incertos, não convencionais e não lineares, mas, ao mesmo tempo, podem ser regulares e tradicionais. Os combates são assimétricos.

Conflito assimétrico, em tese, é um embate entre forças regulares consolidadas, com poder militar incontestavelmente superior, e F Irreg de diferentes nuances e níveis de capacitação militar. Indubitavelmente, o conflito irregular assimétrico se descortina como o conflito armado do século XXI.

Carregando no seu íntimo um caráter multidimensional, a guerra tem por principal característica o dinamismo em suas estruturas, aspecto que se traduz em um permanente desafio aos estados nacionais, como indutores das ações necessárias à defesa dos objetivos, dos interesses e da segurança de seu povo.

Os problemas de natureza econômica, social e política, as diferenças religiosas e étnicas, os extremismos e fundamentalismos, as reformas inadequadas, a violação dos direitos humanos e a dissolução de Estados e os atos de terrorismo, sabotagem e crime organizado têm provocado a instabilidade de territórios e regiões e são os geradores dos problemas dos novos tempos.

Os prognósticos apontam cenários de uma árdua confrontação extremamente complexa e de longa duração. E, de forma diversa dos conflitos armados convencionais, não é possível estabelecer como situação final desejada a assinatura de um termo de rendição ou de um armistício. Significa uma luta em que a vitória é obtida no dia a dia, na medida em que os mecanismos ativados pelo Estado e pelos contendores impeçam ou atenuem os trágicos derramamentos de sangue de gente inocente.

No Brasil, há uma área importante, legado dos nossos antepassados e celeiro de infindáveis riquezas, humanas e naturais, a Amazônia. Região cobiçada por muitos, mas inúmeras vezes desvalorizada pelos próprios nacionais. No seu seio

eclodem diversos problemas, cuja urgência e soluções denotam um quadro preocupante.

Diversos tipos de ameaças que se fazem presente na região amazônica foram amplamente estudados ao longo do presente trabalho de pesquisa; todavia, alguns merecem destaque especial. As questões ambientais, as questões fundiárias, as questões indígenas e o narcoterrorismo/narcoguerrilha com as suas nefastas associações ao crime organizado, talvez sejam as temáticas mais preocupantes.

Contribuindo à conjuntura acima descrita, bem como materializando-a, algumas organizações não governamentais têm atuado descontroladamente, praticando atos contrários aos interesses nacionais, buscando substituir o Estado e ocupar seu espaço, utilizando “bandeiras” de caráter e finalidade duvidosos para atingir seus objetivos.

Esse quadro conduz a real possibilidade de propagação de conflitos assimétricos na Amazônia brasileira.

Nesse mister, faz-se necessário o desenvolvimento de ações preventivas, também conhecidas como proativas. Apesar da mudança dos atores e do cenário, mantêm-se ainda válidos os princípios fundamentais do conceito de ação militar. Segundo estas premissas, a eliminação de ameaças latentes deve ser perseguida com a antecipação das ações e a redução do risco, por intermédio da neutralização dos centros nevrálgicos dos opositores.

Além disso, deve-se considerar que as operações militares por si só não são suficientes para assegurarem o êxito. Por isso, faz-se necessário o esforço de outras áreas do Poder Nacional, a fim de contribuir na solução dos conflitos. Com isso, a integração dos esforços militares e dos campos político (diplomático), econômico e psicossocial constitui um dos fatores de sucesso no combate contra forças que se utilizam de táticas, técnicas e procedimentos de guerra irregular.

Os EUA estão perfeitamente atentos a estas ameaças globais emergentes, principalmente após os ataques terroristas de “11 de setembro”. Em decorrência do emprego de tropa no Afeganistão, desde 2001, e no Iraque, a partir de 2003, uma reformulação na Doutrina Militar norte-americana emergiu.

Nesse contexto, desenvolveu-se o conceito de operações de amplo espectro, que passou a se caracterizar no “conceito operacional” do Exército dos EUA – constante do manual FM 3-0 (Operações) –, até 2011, ano em que sofreu novas alterações. Esse documento chave da condução das operações pelo Exército norte-

americano inovou ao conceber que as tropas deveriam estar em condições de atuar em operações ofensivas, defensivas e de estabilização/apoio à população, ou seja, ser empregadas em um amplo espectro de conflito.

Em novembro de 2011, o Exército estadunidense reestruturou sua doutrina criando a ADP 3-0. Nesse documento, o termo “operações de amplo espectro” foi substituído por “operações terrestres unificadas”, mudando-se o conceito operacional. Além disso, passou-se a utilizar o termo “ação decisiva” para substituir o termo “operações de amplo espectro” aplicado às atividades simultâneas de ofensiva, defensiva e de estabilização/apoio de defesa para autoridades civis. A ideia de combinação de diferentes tipos de operações persiste, embora a ideia central seja: sincronização, coordenação e/ou integração de atividades de entidades governamentais e não governamentais com as operações militares para atingir unidade de esforço.

Analisando as alterações supramencionadas, pode-se dizer que independentemente da terminologia utilizada, o que importa, de fato, é a forma de emprego das tropas e como elas irão responder aos óbices, às ameaças e às missões impostas.

Nesse contexto, as operações de amplo espectro continuam sendo atuais e merecem ser aproveitadas e trabalhadas pelo EB.

Por meio do presente trabalho de pesquisa, chega-se à conclusão de que as operações de amplo espectro constituem um interessante conceito a ser aplicado em conflitos assimétricos, uma vez que coloca a população como centro de gravidade de suas ações, sempre valorizando o “terreno humano”. As FA poderão se constituir em articuladores das diversas estratégias para atender os interesses da população, elemento fundamental no sucesso das operações.

Cabe ressaltar que a pesquisa de campo realizada corroborou a premissa acima apresentada, particularmente em relação ao posicionamento favorável às operações de amplo espectro na Amazônia por parte de renomados pensadores, articulistas, pesquisadores e militares da atualidade.

As operações de amplo espectro já vêm sendo utilizadas de forma discreta, empírica e indireta por forças militares brasileiras. Destaca-se, inclusive, que algumas delas têm sucesso reconhecido internacionalmente. Exemplo disto é a participação das tropas brasileiras no Haiti, desde o ano de 2004, e o recente emprego de efetivos da F Ter na missão de pacificação dos Complexos do Alemão e

da Penha, no Rio de Janeiro, desde dezembro de 2010. Nesses dois casos de notoriedade comprovada, as operações de amplo espectro têm sido a tônica do planejamento e emprego da tropa, já que ações preventivas, repressivas, ofensivas, defensivas, de estabilização e/ou apoio à população são executadas de forma simultânea e interligada.

Outros aspectos importantes como Inteligência, Operações Interagências, Operações Psicológicas, Comunicação Social e o Terreno Humano, por exemplo, são inseridos de forma sinérgica ao conceito de operações de amplo espectro.

Adentrando no cerne da presente pesquisa científica, constata-se que a região amazônica, em razão das suas características e idiossincrasias amplamente discutidas, das quais se destaca a ausência/ineficiência do Estado em algumas regiões – ou situações –, teria plenas condições de se transformar em palco de operações de amplo espectro levadas a efeito por tropas federais, num quadro de conflito assimétrico.

Durante a pesquisa, constatou-se que há muito tempo as operações de amplo espectro vêm sendo empregadas no TO da Amazônia, porém de maneira preventiva e voltadas para o desenvolvimento e integração da região. Todavia, não há o alcance, os meios, os incentivos, a conscientização, os recursos e as políticas necessárias para a sua ampla utilização.

Procurando-se aproveitar os ensinamentos do passado, fatos históricos como a Guerrilha do Araguaia e as Operações “Traíra” e “*Perro Loco*” são recheadas de lições, particularmente por terem se desenvolvido no ambiente operacional amazônico contra F Irreg.

Além disso, as experiências do Exército colombiano contra as FARC e as experiências do Exército peruano contra o grupo revolucionário *Sendero Luminoso* são fontes valiosas de lições aprendidas e que devem ser valorizadas e utilizadas com as devidas adaptações.

Outra questão abordada na pesquisa diz respeito ao aspecto jurídico dos conflitos assimétricos. O DIH ainda precisa ser revisado e aperfeiçoado quando se trata de sua aplicação nos conflitos assimétricos, uma vez que o conflito armado não pode se afastar de conceitos éticos mínimos durante a batalha, devendo-se criar novas soluções aos impasses deste ramo do direito. Mesmo assim, casos de distúrbios e tensões internas e no caso de conflitos armados não internacionais - hipóteses abarcadas pelos conflitos assimétricos - encontram respaldo legal no

ordenamento jurídico brasileiro, estando, porém, subordinados às normas legais concretizadas por meio das ações de garantia da lei e da ordem, regulamentadas pelo artigo 142 da CF, pelo artigo 15 da LC 97/99 e pelo decreto que estabelecer as situações de emergência que autorizam a utilização das salvaguardas constitucionais.

É interessante repetir que as ameaças não estão longe do Brasil. Na verdade, elas já chegaram no País e estão se incrementando e proliferando. Forças Armadas adestradas, motivadas e integradas, engajamento do Estado com medidas concretas e efetivas, envolvimento da sociedade, participação ativa de outros órgãos e agências, ou seja, união de esforços e complementaridade, são os imperativos para o sucesso das ações nos conflitos assimétricos na região amazônica.

Diante desse contexto, conclui-se que a adoção e utilização por parte do EB – com as adaptações que se fizerem necessárias – do conceito de operações de amplo espectro será capaz de incrementar as ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico. Todavia, não se pode deixar de implementar missões dessa natureza também nos tempos de paz, conquistando corações e mentes da população e buscando alcançar uma Amazônia mais protegida, desenvolvida e perfeitamente integrada ao restante do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Philip K. A ameaça terrorista na área da tríplice fronteira: mito ou realidade. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 85, n. 1, p. 18-23, jan./fev. 2005.
- ALMEIDA, A. W. B. **A dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” na Amazônia**. In: Cadernos CEAS - Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, 2005.
- ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 114 p.
- ANDRADE, Celeste Bastos de. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 1998. 58 p., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1998.
- ÁREA onde atuou irmã Dorothy ainda tem conflito por extração de madeira. **G1**, São Paulo, 20 jan. 2011. Seção Natureza. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/01/area-onde-atuou-irma-dorothy-ainda-tem-conflito-por-extracao-de-madeira.html>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- AS ÁREAS protegidas da Amazônia Legal. **Imazon**, Belém, 2011. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/mapas/as-areas-protetidas-da-amazonia/view>>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- ASSIS, Paulo Roberto Corrêa. Amazônia: um marco histórico para a soberania nacional. **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro, ano 78, n. 415, p. 23-25, jul./ago. 2005.
- AZAMBUJA, Carlos I. S. A guerra assimétrica. **Mídia Sem Máscara**, São Paulo, 18 jul. 2006. Seção Arquivo / Artigos. Disponível em: <<http://www.midiasemmascara.org/arquivos/5368-a-guerra-assimetrica.html>>. Acesso em: 21 fev. 2012.
- BARBOSA, Marcos. **Atualidades para concursos públicos, ENEM e vestibulares**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 263 p.
- BARTOLOMÉ, Mariano César. As guerras assimétricas e de quarta geração segundo o pensamento venezuelano em assuntos de segurança e defesa. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 88, n. 1, p. 49-60, jan./fev. 2008.
- BATISTE, J. R. S.; DANIELS, P. R. A luta por Samarra: as operações integrais na guerra moderna. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 85, n. 5, p. 20-30, set./out. 2005.
- BECKER, Bertha K. Limitações ao exercício da soberania na região amazônica. In: CICLO DE ESTUDOS SOBRE A AMAZÔNIA, abr./maio 2004, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004. p. 135-219.

BENSON, Bill. Unified Land Operations: the evolution of Army doctrine for success in the 21st century. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 92, n. 2, p. 2-12, March/Apr. 2012.

BETANCOURT, Carlos; MARTÍNES, Héctor. El Plan Colombia o el fundamentalismo en la lucha antidrogas. **Revista Economía Colombiana**, Bogotá, n. 283, 2000.

BRAGA, Carlos Chagas Vianna. Desafios futuros para as operações de paz brasileiras. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 11-23, jun. 2010.

BRASIL e Peru dividem a vigilância da Amazônia. **Diálogo**, Doral, Flórida, v. 21, n. 4, p. 20, 4. trim. 2011a.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**; Promulgada em 5 de outubro de 1988; atualizada até a Emenda Constitucional nº 56, de 20 de dezembro de 2007. Brasília, DF, 2007a. Disponível em <http://www.trt02.gov.br/geral/Tribunal2/Legis/CF88/CF88_1.html>. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____. Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002. Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 195, 8 out. 2002. Seção 1, p. 4.

_____. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 227, 21 nov. 2003. Seção 1, p. 4.

_____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 125, 1 jul. 2005. Seção 1, p. 5.

_____. Decreto nº 6.513, de 22 de julho de 2008. Altera o Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 140, 23 jul. 2008a. Seção 1, p. 1.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 247, 19 dez. 2008b. Seção 1, p. 4.

_____. Exército. Estado-Maior. **IP 72-1: operações na selva**. 1. ed. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **IP: operações interagências**. 1. ed. Brasília, DF, 2011b. Minuta.

_____. Exército. Estado-Maior. **O processo de transformação do Exército**. 3. ed. Brasília, DF, 2010a.

_____. Exército. Estado-Maior. **Sistema de Planejamento do Exército: missão do Exército – SIPLEx 1**. Brasília, DF, 2011c.

_____. Exército. Estado-Maior. **Sistema de Planejamento do Exército: Política Militar Terrestre – SIPLEx 3**. Brasília, DF, 2011d.

_____. Exército. Estado-Maior. **Sistema de Planejamento do Exército: Estratégia Militar Terrestre – SIPLEx 4 (Diretriz Estratégica de Planejamento do Exército - DEPEX)**. Brasília, DF, 2011e.

_____. Exército. Estado-Maior. **Sistema de Planejamento do Exército: Estratégia Militar Terrestre – SIPLEx 4 (Estratégias e Ações Estratégicas)**. Brasília, DF, 2011f.

_____. Exército. Estado-Maior. **Sistema de Planejamento do Exército: Plano Estratégico do Exército – SIPLEx 5**. Brasília, DF, 2011g.

_____. Exército. Gabinete do Comandante. **Diretriz Geral do Comandante do Exército (2011-2014)**. Brasília, DF, 2011h.

_____. Exército. Gabinete do Comandante. **Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA)**. Brasília, DF, 2011i. Extrato. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=b8fd062b-d6c0-431f-a931-1d7ad6facccc&groupId=1094704>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF, 1999. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jun. 1999. Seção 1, p. 1.

_____. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF, 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 164, 26 ago. 2010b. Seção 1, p. 1.

_____. Ministério da Defesa. **MD 35-G-01: glossário das Forças Armadas**. 4. ed. Brasília, DF, 2007b.

_____. Ministério da Defesa. **Programa Calha Norte**. Brasília, DF, [201-]. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/programas-e-projetos/programa-calha-norte.html>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.sipam.gov.br/content/view/13/43/>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

BREEN, Michael; GELTZER, Joshua A. Estratégias assimétricas como a opção dos mais fortes. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 92, n. 1, p. 51-62, jan./fev. 2012.

BRITTO, Hegel Pereira. **Direito à propriedade e ameaças à soberania. Consequências**. 2010. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BRUM, Eliane. A Amazônia, segundo um morto e um fugitivo. **G1**, São Paulo, 28 jan. 2012. Revista *Época / Sociedade*. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/01/amazonia-segundo-um-morto-e-um-fugitivo.html>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1998, 239 p.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. **Cenário político-estratégico regional**. 15 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.varican.xpg.com.br/varican/Diversos/Cenpolestr.htm>>. Acesso em: 3 maio 2012.

CANADIAN manoeuvre training centre. **Department of National Defence**, Wainwright, 2011. Disponível em: <<http://www.army.gc.ca/iaol/143000440000729/index-Eng.html>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

CANCIAN, Renato. Cabanagem (1835-1840): rebelião tem fim sangrento no período regencial. **UOL**, São Paulo, [201-]. Seção Educação. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/cabanagem-1835-1840-rebeliao-tem-fim-sangrento-no-periodo-regencial.jhtm>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (Org). **Conflitos no campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012. 182 p.

CARBONELL, Luiz Felipe Kraemer. **Conflitos de baixa intensidade: conceitos e avaliações da adequação e adaptabilidade da doutrina norte-americana às condições brasileiras**. 1993. 57 f. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1993.

CARRASCO, Lorenzo (Coord.). **Máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial**. 11. ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2008, 316 p.

CASTRO, Álisson. Amazonas tem trinta ameaçados de morte em áreas de conflito. **D24AM**, Manaus, 31 maio 2011. Seção Amazônia / Povos. Disponível em: <<http://www.d24am.com/amazonia/povos/amazonas-tem-30-ameacados-de-morte-em-areas-de-conflito/25088>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CASTRO, Fábio Benvenuti. Conflitos assimétricos e a adequação das Forças Armadas. **PADECEME**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 70-78, 1. quadrim. 2007.

CINELLI, Carlos Frederico Gomes. Direito Internacional Humanitário – DIH. **Programa de Atualização Doutrinária da Brigada de Operações Especiais**, Goiânia, n. 2, p. 137-139, [2011].

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 1040 p.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949**. Genebra, 1992.

_____. **Normas fundamentais das convenções de Genebra e de seus protocolos adicionais**. Genebra, set. 1983.

_____. **Protocolos adicionais às convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949**. Genebra, 1998.

CONCEIÇÃO, Rosilene Silva da. A questão agrária na Amazônia brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Conceicao_RS.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2012.

COSTA, Darc. **Visualizações da guerra assimétrica**. Rio de Janeiro, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2009/03/darc7.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. **Metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

COSTA, Octávio. Amazônia: a soberania está em xeque. **Revista Isto É**, São Paulo, ano 38, n. 2012, p. 32, 28 maio 2008.

COUTINHO, Leonardo. A rede: o terror finca bases no Brasil. **Revista Veja**, São Paulo, ano 44, n. 14, p. 88-96, 6 abr. 2011.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEPARTMENT OF PEACE AND CONFLICT RESEARCH. **Active Conflicts 1946-2010**. Uppsala: Uppsala University, [201-]. Disponível em: <http://www.pcr.uu.se/digitalAssets/95/95608_armedconflicts_2010.pdf>. Acesso em: 3 maio 2012.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Exército na Amazônia – ações do Exército Brasileiro em prol do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. **Revista Verde Oliva**, Brasília, DF, ano 35, n. 199, p. 12-14, 4. trim. 2008.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Army. Department of the Army. **ADP 3-0**: unified land operations. Washington, D.C., Oct. 2011a.

_____. Army. Department of the Army. **FM 3-0**: operations. Washington, D.C., Feb. 2008a.

_____. Army. Department of the Army. **FM 7-0**: training for full spectrum operations. Washington, D.C., 12 Dec. 2008b.

_____. Army. Department of the Army. **FM 7-0**: training units and developing leaders for full spectrum operations. Washington, D.C., 23 Feb. 2011b.

ESTATUTO de Roma do Tribunal Penal Internacional de 1998. São Paulo: USP, [2002]. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/TPI/Estatuto_Tribunal_Penal_Internacional.htm>. Acesso em: 22 maio 2012.

ESTRATÉGIA Braço Forte. **Revista Verde Oliva**, Brasília, DF, ano 37, n. 203, p. 38-41, 3. trim. 2009.

EXERCISE Maple Resolve (1 Oct – 28 Oct 2011). **Department of National Defence**, Canadian Manoeuvre Training Centre, Wainwright, 2011. Disponível em: <<http://www.army.gc.ca/iaol/143000440000729/index-Eng.html> >. Acesso em: 29 mar. 2012.

EXTENSÃO de terras indígenas preocupa militares. **Em Discussão**: revista de audiências públicas do Senado Federal, Brasília, DF, ano 3, n. 10, p. 59, mar. 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GALDINO, Mauricio Augusto Cabral. Amazônia: problemas ecológicos, questão indígena e ameaças latentes. **PADECEME**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 33-39, 1. quadrim. 2008.

GALULA, David. **Teoria e prática da contrarrebolião**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: GRD, 1966. 145 p.

GARCIA, Emerson. As Forças Armadas e a garantia da lei e da ordem. **Revista Jurídica**, Brasília, DF, v. 10, n. 92, p. 1-20, out. 2008 a jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/EmersonGarcia_Rev92.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2012.

GESISKY, Jaime. **Ameaçados, quilombolas da Amazônia ganham voz**. Brasília, DF, 27 out. 2011. Disponível em: <<http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/?p=1565>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

HEYDTE, Friedrich August von der. **A guerra irregular moderna**: em políticas de defesa e como fenômeno militar. Tradução de Jaime Taddei. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1990. 271 p.

HOLANDA, Pedro Souza. **Ponto forte na selva**: estabelecimento de um ponto forte em clareiras da selva amazônica. 2000. Dissertação (Mestrado em Aplicações Militares) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **O Instituto**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Consulta livre, prévia e informada na convenção 169, da OIT**. [São Paulo], [20--]. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=convencao-169-da-oit-no-brasil#integra>. Acesso em: 23 jun. 2012.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995. 472 p.

KERSHENER, Michael R. Forças Especiais na guerra não convencional. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 82, n. 4, p. 75-78, 4. trim. 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LESSA, Carlos; COSTA, Darc; EARP, Fábio Sá. **Depois do atentado**: notícias da guerra assimétrica. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 164 p.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **Unrestricted warfare**: China's master plan to destroy America. Los Angeles: Pan American Publishing Company, 2002. 208 p.

LIMA, Marcelo Rocha. **O Brasil e os conflitos bélicos na atual conjuntura mundial**. 2010. 142 f., il., 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Gills; TEIXEIRA JUNIOR, Augusto. O ciberespaço é o novo front: implicações para o pensamento estratégico. In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DA ILA-BRASIL (INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, RAMO BRASILEIRO), 14 out. 2010, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: ILA-BRASIL, 2010. Disponível em: <<http://www.mundialistas.com.br/blog/index.php/o-ciberespaco-e-o-novo-front-implicacoes-para-o-pensamento-estrategico-por-gills-lopes-e-augusto-teixeira-jr/>>. Acesso em: 1 maio. 2012.

LOURENÇÃO, Humberto José. **Forças Armadas e Amazônia (1985 a 2006)**. 191 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MacFARLAND, Sean; SMITH, Neil. O despertar de Anbar – o ponto decisivo. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 88, n. 4, p. 79-92, jul./ago. 2008.

MADUREIRA, Mário Matheus de Paula. **O Brasil e fronteira norte**: política e estratégia. 2000. 50 f., 30 cm. Trabalho de Conclusão de Curso (Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2000.

MAPA de minério do Estado de Roraima. **Áreas pretendidas pela FUNAI – reservas indígenas**, Boa Vista, 2012. Disponível em: <http://www.rr.gov.br/index.php?option=com_phocagallery&view=category&id=86:mapas-de-roraima&Itemid=241>. Acesso em: 18 jun. 2012.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia**: pensamento e presença militar. 2007. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARQUES, Anderson Ramos. O emprego da companhia de precursores paraquedista nas ações nos complexos do Alemão e da Penha. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 92, n. 2, p. 56-64, mar./abr. 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. A conjuntura contemporânea e o sistema mundial: os desafios da América no século XXI. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REG GEN: ALTERNATIVAS À GLOBALIZAÇÃO, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp01.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2012.

MEIGS, Montgomery C. Ideias pouco ortodoxas sobre a guerra assimétrica. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 84, n. 1, p. 2-14, 1. quadrim. 2004.

MENDES, Piraju Borowski; MELO, Sérgio Luiz Gomes de. A Amazônia através da mídia: a formação da opinião pública nacional em longo prazo. **PADECEME**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, 1. quadrim. 2010.

MENDES, Reynolds. Guerra assimétrica riscos assimétricos. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 83, n. 2, p. 46-54, 2. qtr. 2003.

MENEZES, Paulo Cícero Jacinto de. **A criação de terras indígenas e de unidades de conservação na fronteira Norte do Brasil**: atual interesse externo com potencial de ameaça à Soberania Nacional. 2004. 161 f., il., 30 cm. (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004.

METZ, Steven. Strategic Asymmetry. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 81, n. 4, p. 23-31, July/Ago. 2001.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. et al. Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 7, n. 13, jan./jun. 2010.

MOVIMENTO dos atingidos por barragens. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Atingidos_por_Barragens>. Acesso em: 25 jun. 2012.

MULTINATIONAL troops conduct full spectrum training. **Department of Defense Photo Essay**, Full Spectrum Training Environment, Grafenwoehr, 10 Oct. 2011. Disponível em: <<http://www.defense.gov/photoessays/PhotoEssaySS.aspx?ID=2514>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

NOSSA, Leonencio; RANGEL, Rodrigo. Assassinatos marcam retomada da exploração de ouro em Serra Pelada. **Estadão.com.br**, São Paulo, 26 jul. 2010. Seção Notícias / Brasil. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,assassinatos-marcam-retomada-da-exploracao-de-ouro-em-serra-pelada,586017,0.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

O BRASIL tem guerrilha. **Revista Isto É**, São Paulo, ano 38, n. 2003, 26 mar. 2008. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/2158_O+BRASIL+TEM+GUERRILHA>. Acesso em: 21 fev. 2012.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. O fim da guerra fria e os estudos de segurança internacional: o conceito de segurança humana. **AURORA**, Marília, ano 3, n. 5, p. 68-79, dez. 2009.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. O Brasil diante dos desafios internacionais em matéria de segurança e defesa: um enfoque hemisférico. In: PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (Org.). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, v. 2, 2004. p. 89-101.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas**. Rio de Janeiro, mar. 2008, 21 p.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha Paiva. Amazônia: vulnerabilidade – cobiça – ameaça. **PADECEME**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 57-64, 2. quadrim. 2006.

_____. **Opinião**: troias indígenas. 12 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.sidneyrezende.com/noticia/35933>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

PALMA, Najla Nassif. **Direito Internacional Humanitário e Direito Penal Internacional**. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2008. 243 p. (Curso de Direito Militar).

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes Pedrosa. **Guerra assimétrica e guerra de resistência**. 2006. 91 f., il., 30 cm. Trabalho de Conclusão de Curso (Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. **General Augusto Heleno Ribeiro Pereira: entrevista** [15 maio 2011]. Entrevistadores: J. Beting, F. Mitre e A. Teles. Segunda parte de quatro da entrevista concedida ao Programa Canal Livre da Band. Disponível em: <<http://www.band.com.br/canallivre/videos.asp?v=2c9f94b62fc7c7db012ff916b2a81bca>>. Acesso em: 26 maio 2011.

PEREIRA, D. et al. **Fatos florestais da Amazônia 2010**. Belém: Imazon, 2010.

PEREIRA, Juvenal. **Extração de madeira**. Brasília, DF, [201-]. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/ameacas_riscos_amazonia/desmatamento_na_amazonia/extracao_de_madeira_na_amazonia/> Acesso em: 20 jun. 2012.

PESCE, Eduardo Ítalo; SILVA, Iberê Mariano da. **O que é guerra de quarta geração?**. 2007. Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/est-militares/guerra-de-quatro-geracoes.html>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

PILETTI, Felipe José. **Segurança e defesa da Amazônia: o Exército Brasileiro e as ameaças não tradicionais**. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PINHEIRO FILHO, Alvaro de Souza. **As Forças Especiais nas operações de amplo espectro no Iraque e os possíveis reflexos para a doutrina de emprego do Exército Brasileiro**. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. **A guerra irregular no século XXI; a prevenção e o combate ao terrorismo transnacional contemporâneo: um guia militar nos níveis estratégico, operacional e tático**. Rio de Janeiro: Seção de Operações de Garantia da Lei e da Ordem/ECEME, abr. 2012. 111 p.

_____. **As considerações civis, o terreno humano e o conflito do século XXI**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010. Publicações / De Olho no Mundo. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php/publicacoes/cat_view/77-publicacoes/88-de-olho-no-mundo/79-2010>. Acesso em 15 jun. 2012.

_____. **Enfrentando novas realidades – As Forças de Operações Especiais e as ameaças do século 21. Tecnologia e Defesa**, São Paulo, ano 23, n. 108, 2006.

_____. **Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro. Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 75, n. 1, p. 58-79, 1. qtr. 1995.

_____. **O conflito de 4ª geração e a evolução da guerra irregular. PADECEME**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 16-33, 3. quadrim. 2007.

PINTO, Lúcio Flávio. O monstro do modelo amazônico. **Yahoo! Notícias**, São Paulo, 18 abr. 2012. Blog Cartas da Amazônia. Disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com/blogs/cartas-amazonia/o-monstro-modelo-amaz%C3%B4nico-225344059.html>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

PLAN Colombia. In: _____. **Suplemento especial desde abajo**, novembro de 1999.

PLANO Amazônia Protegida. **Revista Verde Oliva**, Brasília, DF, ano 35, n. 199, p. 10-11, 4. trim. 2008.

PLANO Amazônia Sustentável. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Especial:Citar&page=Plano_Amaz%C3%B4nia_Sustent%C3%A1vel&id=27836474>. Acesso em: 21 jun 2012.

POLICARPO JUNIOR. Laços explosivos. **Revista Veja**, São Paulo, ano 38, n. 11, p. 44-49, 16 mar. 2005.

PREFEITURA DE MARABÁ. **Histórico de Marabá**. Marabá, 2012. Disponível em: <<http://www.seplan.maraba.pa.gov.br/index.php/cbeceby>>. Acesso em: 18 jun. 2012.
PROCÓPIO, Argemiro. **O Brasil no mundo das drogas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

PROCÓPIO, Argemiro. Drogas ilícitas em espaços transfronteiriços. **Cena Internacional**, Brasília, DF, ano 2, n. 1, p. 92-122, jun. 2000.

PROJETO quer identificação das ONGs no Amazonas. **JusBrasil**, Brasília, DF, 6 ago. 2008. Seção Notícias. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/271896/projeto-quer-identificacao-das-ongs-no-amazonas>>. Acesso em 24 jun. 2010.

QUINTANS, Mariana Trotta. Políticas públicas e conflitos no campo do Pará: o papel das varas agrárias. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO DE SOCIOLOGIA RURAL, 46 p., 2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/742.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

RABELO, Ricardo Luiz da Cunha. **O Emprego de Forças de Operações Especiais no combate contra forças irregulares em ambiente urbano**: uma nova proposta. 2010. 224 f., il., 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, Thiago M. S. Narcotráfico e repressão estatal no Brasil: um panoram do tráfico de drogas brasileiro. Contribuição para o verbete "Brésil" in: Labrousse, Alain (Org.). **Dictionnaire Géopolitique des drogues**. Bruxelas, DeBoeck, 2003.

ROSAS, Bruno Giovany de Miranda. Soberania sobre a Amazônia Legal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1040, 7 maio 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8314>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

SAIBA o que foi a Eco-92. **Folha on line**, São Paulo, 2002. Seção Especial. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/riomais10/o_que_e-2.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SANTOS, Fernando Corrêa dos. **O narcotráfico na região amazônica e as implicações para a segurança internacional**. 1 jul. 2010. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100701152914.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2012.

SANTOS, Jorge Calvário dos. Amazônia: quinhentos anos de cobiça. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 86, n. 788, p. 98-119, 3. quadrim. 2000.

SILVA, Carlos Alberto Pinto. **A conjuntura mundial, a crise da hegemonia norte-americana e as oportunidades estratégicas para o Brasil**. 27 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br/html/0apic/comando/080902.htm>>. Acesso em: 9 maio 2012.

_____. Guerra assimétrica: adaptação para o êxito militar. **PADECEME**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 95-102, 2. quadrim. 2007a.

SILVA, Fernando Carlos Santos da. Aspectos legais do emprego do Exército na garantia da lei e da ordem. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano 9, n. 30, jun. 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1179>. Acesso em: 15 maio 12.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A Amazônia e as novas ameaças mundiais. **PADECEME**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 84-92, 3. quadrim. 2007b.

_____. Amazônia: uma área-pivot para uma nova política brasileira. In: CICLO DE ESTUDOS SOBRE A AMAZÔNIA, abr./maio 2004, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004a. p. 95-134.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e política de defesa no Brasil (1985-2002)**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004b.

THREE block war. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Three_Block_War>. Acesso em: 20 maio 2012.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009a.

_____. O desafio da transformação. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 91, n. 2, p. 46-55, mar./abr. 2011.

VISACRO, Alessandro. **Os desafios do Exército Brasileiro na Amazônia Legal: a ascensão do movimento indígena e suas implicações para a Política de Defesa Nacional**. 2009. 157 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009b.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Amazônia e a política externa brasileira**. 11 mar. 2005. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/vida-universitaria/noticia/2005/03/11/487792/amaznia-e-politica-externa-brasileira.html>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

_____. Brasil: problemas de defesa e segurança no século XXI. In: PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (Org.). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, v. 2, 2004. p. 171-178.

WADE, Terry. Em conflito com madeireiros, tribo é reencontrada em Rondônia. **UOL**, São Paulo, 25 maio 2005. Seção Últimas Notícias. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2005/05/25/ult27u49129.jhtm>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

WALLACE, William S. FM 3-0 Operations: the Army's blueprint. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kansas, v. 88, n. 2, p. 2-7, March/Apr. 2008.

WILLIAMS, Huw. Learning matrix: the US Army has created the full-spectrum training environment to fill a skills gap. **Jane's International Defence Review**. London, 23 Nov. 2011.

ZENDIM, Omar. **As questões ambientais e indígenas na Amazônia: ameaças à soberania nacional**. 2004. 174 f., il., 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004.

ZENDIM, Said. **Haiti: seus problemas e ensinamentos**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010. Publicações/De Olho no Mundo. Disponível em: http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php/publicacoes/cat_view/77-publicacoes/88-de-olho-no-mundo/79-2010. Acesso em 15 jun. 2012.

GLOSSÁRIO

CONFLITO – **1.** Fenômeno social caracterizado pelo choque de vontades decorrente do confronto de interesses, constituindo uma forma de se buscar uma solução ou compromisso. Os meios a empregar e as ações a desenvolver dependerão do poder relativo dos oponentes, da liberdade de ação concedida por outros atores e pela importância atribuída ao objetivo a conquistar ou manter. **2.** Enfrentamento, com disposição de lutar, entre pessoas, grupos ou nações, com a finalidade de obter determinados ganhos, de modo a conquistar ou manter os interesses almejados.

CONFLITO ARMADO – **1.** Recurso utilizado por grupos politicamente organizados que empregam a violência armada para solucionar controvérsias ou impor sua vontade a outrem. Pode estar condicionado ou não aos preceitos das normas internacionais. Nesse sentido, diferencia-se do conceito de guerra apenas na perspectiva jurídica, segundo a qual a guerra entre Estados, de acordo com leis internacionais, condiciona-se a determinados requisitos. **2.** Resultado final indesejável de uma crise, significando que a manobra de crise não obteve sucesso.

CONFLITO DE BAIXA INTENSIDADE – Confronto limitado, violento, no qual, pelo menos, um dos lados não utiliza sua capacidade total. É caracterizado por ações assimétricas, onde um dos lados adota medidas de terror e guerrilha, na área de conflito (normalmente, urbana), procurando, desta maneira, atingir seus objetivos políticos.

AMEAÇA ASSIMÉTRICA – Ameaça decorrente da possibilidade de serem empregados meios ou métodos não ortodoxos, que incluem terrorismo, ataques cibernéticos, armas convencionais avançadas e armas de destruição em massa para anular ou neutralizar os pontos fortes de um adversário, explorando suas fraquezas, a fim de obter um resultado desproporcional.

GUERRA ASSIMÉTRICA – **1.** Conflito caracterizado pelo emprego de meios não convencionais contra o oponente, normalmente pela parte que se encontra muito inferiorizada em meios de combate. **2.** Conflito armado que contrapõe dois poderes

militares que guardam entre si marcantes diferenças de capacidades e possibilidades. Trata-se de enfrentamento entre um determinado partido e outro com esmagadora superioridade de poder militar sobre o primeiro. Neste caso, normalmente o partido mais fraco adota majoritariamente técnicas, táticas e procedimentos típicos da guerra irregular.

GUERRA – 1. Conflito no seu grau máximo de violência. Em função da magnitude do conflito, pode implicar a mobilização de todo o Poder Nacional, com predominância da expressão militar, para impor a vontade de um ator ao outro. **2.** No sentido clássico, caracteriza um conflito, normalmente entre Estados, envolvendo o emprego de suas forças armadas. Desencadeia-se de forma declarada e de acordo com o Direito Internacional.

GUERRA CIBERNÉTICA – Conjunto de ações para uso ofensivo e defensivo de informações e sistemas de informações para negar, explorar, corromper ou destruir valores do adversário baseados em informações, sistemas de informação e redes de computadores. Estas ações são elaboradas para obtenção de vantagens tanto na área militar quanto na área civil.

GUERRA CIVIL – Guerra interna desencadeada por grupos de um Estado, nacionais ou não, contra o governo para substituí-lo ou, pelo menos, forçá-lo a modificar suas normas. Pode ser, também, entre grupos nacionais, em disputa pelo poder ou em busca de uma situação mais favorável.

GUERRA CONVENCIONAL – Conflito armado realizado dentro dos padrões clássicos e com o emprego de armas convencionais, podendo ser total ou limitada, quer seja pela extensão da área conflagrada, quer seja pela amplitude dos efeitos a obter. É o principal propósito da preparação e do adestramento das Forças Armadas da maioria dos países.

GUERRA DE RESISTÊNCIA – Conflito armado em que nacionais de um país ocupado por outro país ou coligação de países, total ou parcialmente, lutam contra o poder de ocupação para restabelecer a soberania e a independência preexistentes. O mesmo que Combate de Resistência ou Resistência.

GUERRA INSURRECIONAL – Conflito armado interno, sem apoio de uma ideologia, auxiliado ou não do exterior, em que parte da população empenha-se contra o governo para depô-lo ou obrigá-lo a aceitar as condições que lhe forem impostas.

GUERRA INTERNA – Conflito armado no interior de um país, regular ou não, visando atender tanto a interesses de um grupo ou do povo quanto a objetivos políticos de um Estado ou coligação de Estados. O mesmo que Luta Interna.

GUERRA IRREGULAR – Conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilhas. Divide-se em guerra insurrecional e guerra revolucionária.

GUERRA PREEMPTIVA – Conflito armado que se estabelece quando os tomadores de decisão acreditam na iminência de ataques inimigos.

GUERRA PREVENTIVA – Conflito armado iniciado quando os decisores acreditam que os ataques inimigos são inevitáveis no futuro e que o atraso na tomada de decisão aumentaria os riscos.

GUERRA REGULAR – Conflito armado entre Estados ou coligação de Estados no qual as operações militares são executadas, predominantemente, por forças regulares, podendo ser convencional ou nuclear.

GUERRA REVOLUCIONÁRIA – Conflito armado interno, geralmente inspirado em uma ideologia e auxiliado ou não do exterior, que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação.

GUERRA SIMÉTRICA - Conflito armado que contrapõe dois poderes militares que guardam entre si semelhanças de capacidades e possibilidades. Normalmente, os contendores adotam majoritariamente técnicas, táticas e procedimentos típicos da guerra regular.

REBELIÃO – Levante de populares, geralmente espontâneo ou conduzido pelas circunstâncias, contra o governo, as autoridades ou a ordem estabelecida, com o fim de impedir a execução ou cumprimento de atos administrativos, legislativos ou judiciais, ou desobedecer aos mesmos.

REVOLTA – Levante de uma parte da comunidade nacional conduzida por um grupo político e militar organizado em conspiração, contando com o apoio de parcela expressiva da população, contra o governo, para substituí-lo ou realizar aspirações políticas, econômicas e sociais frustradas ou contrariadas.

APÊNDICE A

Questionário destinado a militares possuidores do curso de operações na selva, que estejam servindo, que tenham servido ou que tenham participado de alguma operação no CMA

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE ESTUDO: **ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA**

TEMA: “As operações de amplo espectro e a sua contribuição para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico”.

1. REFERÊNCIA

Prezado senhor colaborador e especialista, a presente pesquisa tem por objetivo subsidiar a dissertação de mestrado do Major de Infantaria **GLAUCO CORBARI CORRÊA**, aluno do 2º Ano do Curso de Comando e Estado-Maior (CEEM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). A referida dissertação será apresentada na ECEME no corrente ano.

2. INFORMAÇÕES

Senhor colaborador, com o intuito de facilitar o entendimento dos objetivos do presente trabalho de pesquisa, bem como de auxiliá-lo nas respostas dos itens, passarei em breves linhas algumas informações acerca do tema em questão.

O cenário mundial na atualidade apresenta-se marcado por incertezas e antagonismos latentes. Após o episódio do “11 de setembro”, que se caracterizou por uma série de ataques suicidas coordenados pela rede terrorista *Al-Qaeda* aos Estados Unidos da América (EUA), em 11 de setembro de 2001, esse quadro se agravou e sugeriu às nações adotarem formas mais modernas, flexíveis e adaptáveis de combate para fazer frente ao que se concebeu chamar de conflito assimétrico ou guerra de “4ª geração”.

O Ministério da Defesa (MD), por intermédio do Glossário das Forças Armadas (Manual MD 35-G-01), define **guerra assimétrica** como um conflito caracterizado pelo emprego de meios não convencionais contra o oponente, normalmente pela parte que se encontra muito inferiorizada em meios de combate. Acrescenta, ainda, se tratar de um conflito armado que contrapõe dois poderes militares que guardam entre si marcantes diferenças de capacidades e possibilidades. Trata-se de enfrentamento entre um determinado partido e outro com esmagadora superioridade de poder militar sobre o primeiro. Neste caso, normalmente o partido mais fraco adota majoritariamente técnicas, táticas e procedimentos típicos da guerra irregular. Corroborando a tendência dos conflitos modernos, a Estratégia Nacional de Defesa (END) atesta que “[...] os imperativos de flexibilidade e de elasticidade culminam no **preparo para uma guerra assimétrica, sobretudo na região amazônica** [...]”. Ainda segundo a END, a Amazônia se constitui num dos principais focos de defesa, exigindo avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passando pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

No caso do Exército Brasileiro (EB), o emprego de tropa numa guerra de “4ª Geração” pode se apresentar em duas vertentes: como Força de Resistência (mais fraco) ou como Força Convencional (mais forte), combatendo Forças que empreguem este tipo de ação. **Atendo-nos especificamente ao segundo caso**, podemos constatar, de imediato, que nossas Forças não possuem a doutrina necessária, tampouco preparação direcionada para a situação apresentada. Em relação ao ambiente operacional (Ambi Op), vislumbra-se a região amazônica, em razão das suas características, vulnerabilidades e ausência e/ou ineficiência do Estado, como o cenário mais provável de desenvolvimento de um conflito dessa natureza.

Em virtude dos reveses sofridos pelas tropas americanas no Iraque diante de forças irregulares, que se utilizam de técnicas, táticas e procedimentos não convencionais, o Exército dos EUA decidiu adotar um tipo operação para se contrapor às incertezas e nuances das novas formas de combater do inimigo. Dessa maneira, foram concebidas as **operações de amplo espectro** ou operação integral (*full spectrum operations*), por intermédio da qual desenvolve, ao mesmo tempo, ações ofensivas, defensivas, de estabilização e talvez o mais importante, que é o apoio à população. Podemos citar, dentre vários, dois momentos de materialização desse conceito: o primeiro deles está relacionado ao desencadeamento da

Operação *Baton Rouge*, na localidade de Samarra, no Iraque, em 2004; e o segundo com a publicação do manual de campanha FM 7-0 (*Training for Full Spectrum Operations*), no ano de 2008.

Do exposto, a monografia visa a fornecer subsídios que possibilitem resposta(s) ao seguinte problema: **em que medida a aplicação do conceito de operações de amplo espectro contribuiria para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico?**

3. QUESTIONÁRIO

Após as perguntas objetivas, será facultado um espaço para informações adicionais e sugestões sobre o questionamento, a ser preenchido a critério do pesquisado.

a. O Sr(a) já serviu, serve ou participou de alguma operação no Comando Militar da Amazônia (CMA)?

() sim

() não

b. O Sr(a) é possuidor(a) do Curso de Operações na Selva (COS) do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)?

() sim

() não

c. O Sr(a) já cursou ou está cursando algum dos Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM) da ECEME?

() sim

() não

d. A propagação de conflitos assimétricos originários de questões indígenas, de movimentos de luta pela terra, do crime organizado (narcotráfico/narco guerrilha), da questão dos quilombolas, da questão dos garimpos, dentre outros, apoiados ou não por atores internacionais, é uma possibilidade real na Amazônia brasileira?

() concordo totalmente

- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

e. O Sr(a) acredita que há uma necessidade de preparo específico do Exército Brasileiro a fim de se contrapor a ameaças julgadas de caráter assimétrico?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

f. O Sr(a) acredita que a evolução de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região amazônica e à Segurança Nacional é fruto, em grande parte, da ausência do Estado Brasileiro em determinadas áreas daquela região?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

g. Na sua opinião, qual seria **a principal** origem de um conflito assimétrico em território amazônico?

- questões indígenas
- movimentos de luta pela terra (questões fundiárias)
- quilombolas
- garimpeiros
- madeireiros
- organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e/ou à narcoguerrilha
- organizações não governamentais (ONGs)
- outros. Qual(is)? _____

h. O Sr(a) acredita que experiências adquiridas pelo Exército dos EUA em conflitos assimétricos, tais como no Iraque e no Afeganistão, podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

i. O Sr(a) acredita que experiências adquiridas pelo Exército Colombiano contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

j. O Sr(a) acredita que experiências adquiridas pelo Exército Peruano contra a organização revolucionária *Sendero Luminoso* podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

k. O Sr(a) acredita que a aplicação da nova doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas da região amazônica atingidas pela deflagração de um conflito assimétrico?

- concordo totalmente

- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

l. Qual grau de importância o Sr(a) atribuiria ao desenvolvimento, por parte do Exército Brasileiro, da doutrina das operações de amplo espectro para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico?

- muito importante
- importante
- pouco importante
- irrelevante
- não tenho opinião formada

m. Qual o seu posto, arma/quadro/serviço e nome de guerra? (**esta informação tem caráter confidencial** e destina-se apenas a validar o processo estatístico e metodológico da pesquisa. Sinta-se à vontade caso não queira responder ao nome, incluindo apenas o posto e A/Q/Sv)

Posto: _____

A/Q/Sv: _____

Nome de Guerra: _____

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS E SUGESTÕES

5. OBSERVAÇÕES DIVERSAS

a. Antecipadamente, agradeço o apoio, o tempo e a dedicação dispensados com a minha pesquisa. Aproveito a oportunidade para solicitar que as respostas sejam enviadas diretamente para o meu e-mail particular (capcorbari@hotmail.com) ou para a minha residência (Praça General Tibúrcio, nº 83, Edifício da Praia Vermelha, Ap 402, Urca, CEP 22290-270, Rio de Janeiro – RJ).

b. Em caso de dúvida ou algum outro esclarecimento necessário, por favor, utilize o e-mail acima mencionado que terei o maior prazer em tentar elucidar os fatos.

APÊNDICE B

Questionário destinado ao MD, à ESG, ao EME e ao COTER

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE ESTUDO: **ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA**

TEMA: “As operações de amplo espectro e a sua contribuição para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico”.

1. REFERÊNCIA

Idem ao APÊNDICE A.

2. INFORMAÇÕES

Idem ao APÊNDICE A.

3. QUESTIONÁRIO

Após as perguntas objetivas, será facultado um espaço para informações adicionais e sugestões sobre o questionamento, a ser preenchido a critério do pesquisado.

n. Na visão desse Órgão, a propagação de conflitos assimétricos originários de questões indígenas, de movimentos de luta pela terra, do crime organizado (narcotráfico/narcoguerrilha), da questão dos quilombolas, da questão dos garimpos, dentre outros, apoiados ou não por atores internacionais, é uma possibilidade real na Amazônia brasileira?

- () concordo totalmente
- () concordo
- () não concordo nem discordo
- () discordo
- () discordo totalmente

o. Para esse Órgão, há uma necessidade de preparo específico das Forças Armadas, particularmente do Exército Brasileiro, a fim de se contrapor a ameaças julgadas de caráter assimétrico?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

p. A evolução de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região amazônica e à Segurança Nacional é fruto, em grande parte, da ausência do Estado Brasileiro em determinadas áreas daquela região?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

q. Na visão desse Órgão, qual seria **a principal** origem de um conflito assimétrico em território amazônico?

- questões indígenas
- movimentos de luta pela terra (questões fundiárias)
- quilombolas
- garimpeiros
- madeireiros
- organizações criminosas ligadas ao narcotráfico ou à narcoguerrilha
- organizações não governamentais (ONG)
- outros. Qual(is)? _____

r. Para esse Órgão, experiências adquiridas pelo Exército dos EUA em conflitos assimétricos, tais como no Iraque e no Afeganistão, podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

s. Para esse Órgão, experiências adquiridas pelo Exército Colombiano contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

t. Para esse Órgão, experiências adquiridas pelo Exército Peruano contra a organização revolucionária *Sendero Luminoso* podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

u. Na visão desse Órgão, a aplicação da nova doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas da região amazônica atingidas pela deflagração de um conflito assimétrico?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

v. Qual grau de importância esse Órgão atribuiria ao desenvolvimento, por parte das Forças Armadas, particularmente do Exército Brasileiro, da doutrina das operações de amplo espectro para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico?

- () muito importante
- () importante
- () pouco importante
- () irrelevante
- () não tenho opinião formada

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS E SUGESTÕES

5. OBSERVAÇÕES DIVERSAS

Idem ao APÊNDICE A.

APÊNDICE C

Questionário destinado à 8ª RM/8ª DE, ao COp/CMA e às brigadas de infantaria de selva

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE ESTUDO: **ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA**

TEMA: “As operações de amplo espectro e a sua contribuição para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico”.

1. REFERÊNCIA

Idem ao APÊNDICE A.

2. INFORMAÇÕES

Idem ao APÊNDICE A.

3. QUESTIONÁRIO

Após as perguntas objetivas, será facultado um espaço para informações adicionais e sugestões sobre o questionamento, a ser preenchido a critério do pesquisado.

a. O Sr(a) pertence ao Estado-Maior (EM) do(a) G Cmdo / GU / COp/CMA?

() Sim

() Não

b. Qual a sua função no G Cmdo / GU / COp/CMA?

() Cmt RM/DE

() Cmt Bda

() Ch COp/CMA

() Ch EM

() E-1

() E-2

() E-3

- E-4
- E-5
- Adj COp/CMA
- Outra. Qual? _____

c. Na visão desse(a) G Cmdo / GU / COp/CMA, a propagação de conflitos assimétricos originários de questões indígenas, de movimentos de luta pela terra, do crime organizado (narcotráfico/narcoguerrilha), da questão dos quilombolas, da questão dos garimpos, dentre outros, apoiados ou não por atores internacionais, é uma possibilidade real na Amazônia brasileira, particularmente na área de responsabilidade da Região/Divisão?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

d. Para esse(a) G Cmdo / GU / COp/CMA, há uma necessidade de preparo específico do Exército Brasileiro, a fim de se contrapor a ameaças julgadas de caráter assimétrico?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

e. A evolução de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região amazônica e à Segurança Nacional é fruto, em grande parte, da ausência do Estado Brasileiro em determinadas áreas daquela região?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

f. Na visão desse(a) G Cmdo / GU / COp/CMA, qual seria **a principal** origem de um conflito assimétrico em território amazônico, particularmente na área de responsabilidade da Região/Divisão?

- questões indígenas
- movimentos de luta pela terra (questões fundiárias)
- quilombolas
- garimpeiros
- madeireiros
- organizações criminosas ligadas ao narcotráfico ou à narcoguerrilha
- organizações não-governamentais (ONG)
- outros. Qual(is)? _____

g. Para esse(a) G Cmdo / GU / COp/CMA, experiências adquiridas pelo Exército dos EUA em conflitos assimétricos, tais como no Iraque e no Afeganistão, podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

h. Para esse(a) G Cmdo / GU / COp/CMA, experiências adquiridas pelo Exército Colombiano contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

i. Para esse(a) G Cmdo / GU / COp/CMA, experiências adquiridas pelo Exército Peruano contra a organização revolucionária *Sendero Luminoso* podem ser

relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

j. Na visão desse(a) G Cmdo / GU / COp/CMA, a aplicação da nova doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas da região amazônica atingidas pela deflagração de um conflito assimétrico, particularmente na área de responsabilidade da Região/Divisão?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

k. Qual grau de importância esse(a) G Cmdo / GU / COp/CMA atribuiria ao desenvolvimento, por parte do Exército Brasileiro, da doutrina das operações de amplo espectro para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico?

- muito importante
- importante
- pouco importante
- irrelevante
- não tenho opinião formada

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS E SUGESTÕES

5. OBSERVAÇÕES DIVERSAS

Idem ao APÊNDICE A.

APÊNDICE D

Questionário destinado ao CIGS

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE ESTUDO: **ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA**

TEMA: “As operações de amplo espectro e a sua contribuição para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico”.

1. REFERÊNCIA

Idem ao APÊNDICE A.

2. INFORMAÇÕES

Idem ao APÊNDICE A.

3. QUESTIONÁRIO

Após as perguntas objetivas, será facultado um espaço para informações adicionais e sugestões sobre o questionamento, a ser preenchido a critério do pesquisado.

a. Qual a sua função no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)?

() Cmt CIGS

() S Cmt CIGS

() Ch Div Ens

() Ch Div Dout, Pesq e Avl

() Outra. Qual? _____

b. Na visão do CIGS, a propagação de conflitos assimétricos originários de questões indígenas, de movimentos de luta pela terra, do crime organizado

(narcotráfico/narcoguerrilha), da questão dos quilombolas, da questão dos garimpos, dentre outros, apoiados ou não por atores internacionais, é uma possibilidade real na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

c. Para o CIGS, há uma necessidade de preparo específico do Exército Brasileiro, a fim de se contrapor a ameaças julgadas de caráter assimétrico?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

d. A evolução de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região amazônica e à Segurança Nacional é fruto, em grande parte, da ausência do Estado Brasileiro em determinadas áreas daquela região?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

e. Na visão do CIGS, qual seria a **principal** origem de um conflito assimétrico em território amazônico?

- questões indígenas
- movimentos de luta pela terra (questões fundiárias)
- quilombolas
- garimpeiros
- madeireiros

- organizações criminosas ligadas ao narcotráfico ou à narcoguerrilha
- organizações não-governamentais (ONG)
- outros. Qual(is)? _____

f. Para o CIGS, experiências adquiridas pelo Exército dos EUA em conflitos assimétricos, tais como no Iraque e no Afeganistão, podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

g. Para o CIGS, experiências adquiridas pelo Exército Colombiano contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

h. Para o CIGS, experiências adquiridas pelo Exército Peruano contra a organização revolucionária *Sendero Luminoso* podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

i. Na visão do CIGS, a aplicação da nova doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas da região amazônica atingidas pela deflagração de um conflito assimétrico?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

j. Qual grau de importância o CIGS atribuiria ao desenvolvimento, por parte do Exército Brasileiro, da doutrina das operações de amplo espectro para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico?

- muito importante
- importante
- pouco importante
- irrelevante
- não tenho opinião formada

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS E SUGESTÕES

5. OBSERVAÇÕES DIVERSAS

Idem ao APÊNDICE A.

APÊNDICE E

Questionário destinado aos Oficiais dos Estados Unidos da América que estejam cursando a ECEME ou que se encontram na função de instrutor

ÁREA DE ESTUDO: ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA

TEMA: “As operações de amplo espectro e a sua contribuição para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico”.

1. REFERÊNCIA

Idem ao APÊNDICE A.

2. INFORMAÇÕES

Idem ao APÊNDICE A.

3. QUESTIONÁRIO

Após as perguntas objetivas, será facultado um espaço para informações adicionais e sugestões sobre o questionamento, a ser preenchido a critério do pesquisado.

a. O Sr(a) é oficial do Exército dos Estados Unidos da América?

() sim

() não

b. O Sr(a) já participou de alguma operação no Iraque ou no Afeganistão?

() sim, no Iraque

() sim, no Afeganistão

() sim, no Iraque e no Afeganistão

() não

c. O Sr(a) conhece o manual de campanha FM 7-0 (*Training for Full Spectrum Operations*), versão 2008, do Exército dos Estados Unidos da América?

sim

não

d. O Sr(a) já participou de alguma operação de amplo espectro?

sim

não

Em caso positivo, qual(is) e em que local?

e. O Sr(a) acredita que as operações de amplo espectro são uma eficiente forma adotada pelo Exército Norte-Americano para se contrapor às ameaças julgadas de caráter assimétrico?

concordo totalmente

concordo

não concordo nem discordo

discordo

discordo totalmente

f. O Sr(a) já visitou a Amazônia brasileira?

sim

não

Em caso positivo, qual(is) local(is)?

g. O Sr(a) acredita que a Amazônia brasileira possa ser uma região propícia para o desenvolvimento de um conflito assimétrico?

concordo totalmente

concordo

não concordo nem discordo

discordo

discordo totalmente

h. O Sr(a) acredita que experiências adquiridas pelo Exército dos EUA em conflitos assimétricos, tais como no Iraque e no Afeganistão, podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

i. O Sr(a) acredita que a aplicação da nova doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas da região amazônica atingidas pela deflagração de um conflito assimétrico?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

j. Qual grau de importância o Sr(a) atribuiria ao desenvolvimento, por parte do Exército Brasileiro, da doutrina das operações de amplo espectro para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico?

- muito importante
- importante
- pouco importante
- irrelevante
- não tenho opinião formada

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS E SUGESTÕES

5. OBSERVAÇÕES DIVERSAS

Idem ao APÊNDICE A.

APÊNDICE F

Questionário destinado ao General de Exército R/1 Pinto Silva, ao General de Brigada R/1 Rocha Paiva e ao Tenente-Coronel de Infantaria Visacro

ÁREA DE ESTUDO: ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA

TEMA: “As operações de amplo espectro e a sua contribuição para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico”.

1. REFERÊNCIA

Idem ao APÊNDICE A.

2. INFORMAÇÕES

Idem ao APÊNDICE A.

3. QUESTIONÁRIO

a. Nome completo:

b. Posto:

c. Turma de formação:

d. O Sr(a) já serviu ou participou de alguma operação no Comando Militar da Amazônia (CMA)? Caso positivo, em quais locais.

e. Na sua visão, a propagação de conflitos assimétricos originários de questões indígenas, de movimentos de luta pela terra, do crime organizado (narcotráfico/narcoguerrilha), da questão dos quilombolas, da questão dos garimpos, dentre outros, apoiados ou não por atores internacionais, é uma possibilidade real na Amazônia brasileira?

f. O Sr acredita que há uma necessidade de preparo específico do Exército Brasileiro a fim de se contrapor a ameaças julgadas de caráter assimétrico? Caso positivo, de que maneira isso poderia ser feito.

g. O Sr acredita que a evolução de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região amazônica e à Segurança Nacional é fruto, em grande parte, da ausência do Estado Brasileiro em determinadas áreas daquela região?

h. Na sua opinião, qual seria **a principal** origem de um conflito assimétrico em território amazônico?

- questões indígenas;
- movimentos de luta pela terra (questões fundiárias);
- quilombolas;
- garimpeiros
- madeireiros;
- organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e/ou à narcoguerrilha;
- organizações não governamentais (ONGs);
- outros. Qual(is)?

i. O Sr acredita que experiências adquiridas pelo Exército dos EUA em conflitos assimétricos, tais como no Iraque e no Afeganistão, podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

j. O Sr acredita que experiências adquiridas pelo Exército Colombiano contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

k. O Sr acredita que experiências adquiridas pelo Exército Peruano contra a organização revolucionária *Sendero Luminoso* podem ser relevantes para o

desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

l. O Sr acredita que a aplicação da doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas da região amazônica atingidas pela deflagração de um conflito assimétrico?

m. Na sua opinião, o desenvolvimento, por parte do Exército Brasileiro, da doutrina das operações de amplo espectro é uma ferramenta importante para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico?

n. O Sr possui outras informações julgadas úteis acerca do Tema?

4. OBSERVAÇÕES DIVERSAS

Idem ao APÊNDICE A.

APÊNDICE G

Questionário destinado ao Major de Infantaria Cruz

ÁREA DE ESTUDO: ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA

TEMA: “As operações de amplo espectro e a sua contribuição para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico”.

1. REFERÊNCIA

Idem ao APÊNDICE A.

2. INFORMAÇÕES

Idem ao APÊNDICE A.

3. QUESTIONÁRIO

Após as perguntas objetivas, será facultado um espaço para informações adicionais e sugestões sobre o questionamento, a ser preenchido a critério do pesquisado.

a. O Sr(a) já serviu, serve ou participou de alguma operação no Comando Militar da Amazônia (CMA)?

() sim

() não

b. O Sr(a) é possuidor(a) do Curso de Operações na Selva (COS) do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)?

() sim

() não

c. O Sr(a) já cursou ou está cursando algum dos Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM) da ECEME?

() sim

() não

d. A propagação de conflitos assimétricos originários de questões indígenas, de movimentos de luta pela terra, do crime organizado (narcotráfico/narcoguerrilha), da questão dos quilombolas, da questão dos garimpos, dentre outros, apoiados ou não por atores internacionais, é uma possibilidade real na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

e. O Sr(a) acredita que há uma necessidade de preparo específico do Exército Brasileiro a fim de se contrapor a ameaças julgadas de caráter assimétrico?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

f. O Sr(a) acredita que a evolução de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região amazônica e à Segurança Nacional é fruto, em grande parte, da ausência do Estado Brasileiro em determinadas áreas daquela região?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

g. Na sua opinião, qual seria **a principal** origem de um conflito assimétrico em território amazônico?

- questões indígenas
- movimentos de luta pela terra (questões fundiárias)
- quilombolas
- garimpeiros

- madeireiros
- organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e/ou à narcoguerrilha
- organizações não governamentais (ONGs)
- outros. Qual(is)? _____

h. O Sr(a) acredita que experiências adquiridas pelo Exército dos EUA em conflitos assimétricos, tais como no Iraque e no Afeganistão, podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

i. O Sr(a) acredita que experiências adquiridas pelo Exército Colombiano contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

j. O Sr(a) acredita que experiências adquiridas pelo Exército Peruano contra a organização revolucionária *Sendero Luminoso* podem ser relevantes para o desenvolvimento de uma doutrina própria pelo Exército Brasileiro no caso de um conflito assimétrico na Amazônia brasileira?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

k. O Sr(a) acredita que a aplicação da nova doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas da região amazônica atingidas pela deflagração de um conflito assimétrico?

- concordo totalmente
- concordo
- não concordo nem discordo
- discordo
- discordo totalmente

l. Qual grau de importância o Sr(a) atribuiria ao desenvolvimento, por parte do Exército Brasileiro, da doutrina das operações de amplo espectro para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico?

- muito importante
- importante
- pouco importante
- irrelevante
- não tenho opinião formada

m. Qual o seu posto, arma/quadro/serviço e nome de guerra? (**esta informação tem caráter confidencial** e destina-se apenas a validar o processo estatístico e metodológico da pesquisa. Sinta-se à vontade caso não queira responder ao nome, incluindo apenas o posto e A/Q/Sv)

Posto: _____

A/Q/Sv: _____

Nome de Guerra: _____

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS E SUGESTÕES

5. OBSERVAÇÕES DIVERSAS

Idem ao APÊNDICE A.